FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Urbanas

Roberta Vieira Raggi

O outro lado da metrópole:

As Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo

Foto: Roberta Raggi, 2009.

São Paulo – SP

Março de 2014

Roberta Vieira Raggi

**O outro lado da metrópole:
As Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo**

Tese apresentada para obtenção do título de doutor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Nível: doutorado. Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Zuquim

**São Paulo – SP
Março de 2014**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: robertavraggi@gmail.com

R142o Raggi, Roberta Vieira
O outro lado da metrópole: as Comunas da Terra na Região
Metropolitana de São Paulo / Roberta Vieira Raggi. -- São Paulo,
2014.
218 p. : il.

Tese (Doutorado – Área de Concentração: Planejamento
Urbano e Regional) – FAUUSP.
Orientadora: Maria de Lourdes Zuquim

1.Movimentos sociais rurais 2.Movimentos sociais urbanos
3.Áreas metropolitanas – São Paulo (SP) I.Título

CDU 304:36(1-21)

Roberta Vieira Raggi

**O outro lado da metrópole:
As Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo**

Tese apresentada para obtenção do título
de doutor do curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Nível: doutorado. Área de Concentração:
Planejamento Urbano e Regional

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a).
Titulação:
Instituição:

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).
Titulação:
Instituição:

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).
Titulação:
Instituição:

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).
Titulação:
Instituição:

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a).
Titulação:
Instituição:

Julgamento: _____

Data da aprovação: ____/____/____

Aos meus pais e à Raquel, exemplos de vida que mesmo em terras distantes sempre me deram apoio e carinho.

Ao meu esposo Carlos, meu amado companheiro, exemplo de coragem diante dos desafios.

Agradecimentos

Agradeço àqueles que tornaram este trabalho possível:

À minha orientadora, Maria de Lourdes Zuquim, agradeço pela atenção dedicada, pela paciência e respeito ao processo de amadurecimento pelo qual tive que passar e pela grande generosidade ao compartilhar conhecimentos e reflexões tão importantes à elaboração desta pesquisa. Agradeço também à professora Maria Lúcia Refinetti Rodrigues, pela acolhida inicial no programa de pós-graduação e, em conjunto com o professor Geraldo Magela Costa, pelas valiosas contribuições dadas no momento da defesa da qualificação.

Ao MST, por propiciar condições para a realização deste trabalho, especialmente a Pedro Suarez, Rosângela, Rosana, Roseli, Maria Telina, Seu Mauro e sua família, Sheila e Flávio sua família. Às famílias assentadas e acampadas que, com tanta simpatia e cordialidade, compartilharam suas vidas, seus dilemas, suas histórias e memórias, suas alegrias e tristezas, suas conquistas e derrotas, suas lutas.

Aos funcionários do INCRA SR-08, especialmente ao Sr. Sinésio Sapucahy Filho, e aos funcionários do ITESP, especialmente à Maria Ignez Maricondi, pela generosidade e prontidão com que sempre fui recebida e por propiciar o acesso a documentos e processos para a realização deste trabalho.

Aos professores da FAU-USP: Eduardo Nobre, João Whitaker, Andreina Nigriello, Csaba Déak, Nuno Fonseca, Klara Mori, Sueli Schiffer, Julio Roberto Katinsky, Luiz Américo de Souza Munari, Sílvio Soares Macedo, Mônica Junqueira de Camargo, Reginaldo Luiz Nunes Ronconi, Yvonne Mautner e Wilson Edson Jorge, cujos ensinamentos e contribuições foram tão importantes para a elaboração deste trabalho.

Às pesquisadoras das Comunas da Terra Yamila Goldfarb e Taísa Brosler que gentilmente se dispuseram a contribuir com esta pesquisa por meio do esclarecimento de dúvidas e pela acessibilização de documentos e informações.

Às colegas e amigas da FAU: Mariana Corá, Marina Caraffa, Cecilia Graziano, Liliana Mazo, Ana Julia Brandão e Ariella Carolino, pelo apoio e pelo desprendimento em sempre compartilhar informações e conhecimentos.

Como há contribuições que por vezes transcendem a construção formal desta pesquisa, agradeço à Sérgio Manuel Merêncio Martins, Paulo Dimas Rocha de Menezes, Renato César José de Souza, Flávia de Paula Duque Brasil, mestres que de forma direta ou indireta contribuíram e incentivaram a realização desta pesquisa.

Agradeço também aos meus amigos: Juliana Pereira, Marielle de Moraes, Graciela Fonsêca, Alexandra Pereira, Erica Ortiz; ao pessoal da casa do Ricardo: Diane e Jorge, Claudynne, Tati, Kaluce, Vivi, Marcelo, Normando, Leandro e Débora, Carol FFLCH, Carol “Sucesso”, Vinícius, Juliana, Fernanda e Yuri, sempre dispostos a oferecer apoio nos momentos difíceis e a comemorar os momentos alegres.

Agradeço à minha família, meus maiores apoiadores: aos meus pais, responsáveis por minha formação. Sempre presentes nos bons e nos maus momentos, vocês me ensinaram e me inspiraram a ser quem eu sou. Aprendi com vocês que devemos sempre lutar para sermos os melhores no que fazemos. À Quel, que mesmo longe nunca poupou esforços em me apoiar, seja com um ombro amigo nos momentos difíceis, seja compartilhando alegrias. Carlos, meu melhor amigo e meu grande companheiro, meu herói e meu porto seguro, obrigada pela paciência, pelo carinho e por todo apoio que você me deu. A Maruja e Galo pelo apoio e pelas orações sempre presentes.

Apesar de contar com o auxílio de tantas pessoas, é preciso esclarecer que sou inteiramente responsável por falhas ou omissões cometidas neste trabalho.

Apoio Institucional

Agradeço ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro à pesquisa, desde janeiro de 2011 até março de 2014.

Los Pobres

Los pobres son muchos
y por eso
es imposible olvidarlos.

Seguramente
ven
en los amaneceres
múltiples edificios
donde ellos
quisieran habitar con sus hijos.

Pueden
llevar en hombros
el féretro de una estrella.

Pueden
destruir el aire como aves furiosas,
nublar el sol.

Pero desconociendo sus tesoros
entran y salen por espejos de sangre;
caminan y mueren despacio.

Por eso
es imposible olvidarlos.

Roberto Sosa, 1968

O segredo da mudança é concentrar toda sua
energia não na luta contra o antigo, mas na
construção do novo.

Sócrates (aprox. 400 a. C.)

Resumo

RAGGI, Roberta Vieira. **O outro lado da metrópole: as Comunas da Terra da região metropolitana de São Paulo**. 2014. 198 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Esta pesquisa busca analisar a proposta do MST chamada “Comuna da Terra”, que consiste na criação de assentamentos de reforma agrária em franjas de expansão urbana de grandes cidades, com lotes reduzidos e matriz de produção agroecológica. Partindo-se da análise da hipótese de que “as Comunas da Terra da Região Metropolitana de São Paulo são a expressão dos conflitos pelo acesso à terra, pelo acesso ao trabalho e pelo acesso às políticas públicas inerentes aos meios urbano e rural”, este trabalho pretende compreender como as Comunas da Terra respondem à desigualdade social brasileira e quais são os limites e as conquistas obtidas. Optou-se por delimitar o estudo às seguintes Comunas da Terra: Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga, localizadas na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, pois acredita-se que a análise das Comunas da Terra situadas nas franjas de expansão de São Paulo possa gerar um estudo de campo emblemático acerca da questão agrária sobre o meio urbano e sobre a própria questão urbana. A proposta das Comunas da Terra apresenta um grande potencial de transformação social ao reunir demandas de movimentos sociais urbanos e rurais em um assentamento de reforma agrária situado nas franjas de expansão urbana: seria possível garantir o acesso à terra para o trabalho e para a moradia, conciliando a preservação ambiental e contribuindo para o abastecimento alimentar da população urbana. No entanto, por meio desta pesquisa verificou-se que existe um descompasso entre a proposta das Comunas da Terra e a realidade, pois grande parte desse potencial transformador não é implantado. O potencial transformador das Comunas da Terra estaria menos ligado à inclusão das famílias na sociedade e no mercado e mais à ruptura da reprodução de velhas práticas e vícios da sociedade brasileira dentro das Comunas. Se a luta pela permanência na terra tornou-se o maior limite imposto para as famílias das Comunas e para os dirigentes do MST, é nela também que está o seu maior potencial transformador. Cabe às famílias e aos dirigentes do MST o desafio de encontrar os caminhos para a realização dessa transformação social dentro das Comunas.

Palavras-chave: movimentos sociais rurais, movimentos sociais urbanos, movimentos sociais, áreas metropolitanas, São Paulo (SP).

Resumen

RAGGI, Roberta Vieira. **El otro lado de la metrópoli: las Comunidades de la Tierra de la región metropolitana de São Paulo**. 2014. Tesis (Doctorado). Facultad de arquitectura y Urbanismo, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2014.

Esta investigación busca analizar la propuesta del MST llamada “Comunidad de la Tierra”, que consiste en la creación de asentamientos de reforma agraria en franjas de expansión urbana de grandes ciudades, con lotes reducidos e una matriz de producción agroecológica. Partiendo del análisis de la hipótesis de que “las Comunidades de la Tierra de la Región Metropolitana de São Paulo son la expresión de los conflictos por el acceso a la tierra, por el acceso al trabajo e al acceso a las políticas públicas inherentes a los medios urbano y rural”, se busca por medio de ésta investigación la comprensión de como las Comunidades de la Terra responden a la desigualdad social brasileña e cuales son los límites de las conquistas obtenidas. Se optó por delimitar el estudio a las Comunidades de la Tierra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta y Dom Pedro Casaldáliga, localizadas en la Región Metropolitana de São Paulo – RMSP, pues creemos que el análisis de las Comunidades de la Tierra en las franjas de expansión de São Paulo pueda generar un estudio de campo emblemático de la influencia de la temática agraria sobre el medio urbano y sobre la propia temática urbana. La propuesta de las Comunidades de la Tierra presenta un gran potencial de transformación social al reunir demandas de movimientos sociales urbanos y rurales en un asentamiento de reforma agraria situado en las franjas de expansión urbana: por medio de esa propuesta, sería posible garantizar el acceso a la tierra para trabajo y para vivienda, conciliando la preservación ambiental y contribuyendo para o abastecimiento alimentar de la población urbana. Sin embargo, por medio de esta pesquisa se verificó que existe una discordancia entre la propuesta de las Comunidades de la Tierra y la realidad, pues gran parte de ese potencial transformador no es implantado. Frente a este contexto, el potencial transformador de las Comunidades de la Tierra estaría menos conectado a la inclusión de las familias en la sociedad y el mercado e más a la ruptura de la reproducción de antiguas prácticas y vicios de la sociedad brasileña dentro de las comunidades. Si la lucha por la permanencia en la tierra se tornó el mayor límite impuesto para las familias de las Comunas y para los dirigentes del MST, es en ella y también que se encuentra su mayor potencial transformador. Corresponde a las familias y a los dirigentes del MST el desafío de encontrar los caminos para la realización de esa transformación social dentro de las Comunidades.

Palabras-clave: movimientos sociales rurales, movimientos sociales urbanos, áreas metropolitanas, São Paulo (SP).

Lista de Mapas

Mapa 1: Modelo de parcelamento adotado pelo INCRA.....	40
Mapa 2: Modelo de parcelamento tipo Raio de Sol proposto pelo MST.....	41
Mapa 3: Modelo de núcleos habitacionais com áreas de produção coletiva proposto pelo MST.....	42
Mapa 4: Localização das Comunas da Terra da RMSP ao longo das Rodovias Anhanguera e Bandeirantes.....	55
Mapa 5: Localização da Fazenda São Roque no município de Franco da Rocha/ SP	58
Mapa 6: Representação esquemática do parcelamento da Comuna Dom Tomás Balduino	61
Mapa 7: Localização da Fazenda Itahyê na Subprefeitura de Perus	70
Mapa 8: Zoneamentos com incidência sobre a Fazenda Itahyê.....	72
Mapa 9: Representação esquemática do parcelamento informal da Comuna Irmã Alberta	73
Mapa 10: Zoneamentos incidentes sobre a fazenda Itahyê com a área excluída do processo de aquisição do imóvel pelo INCRA	80
Mapa 11: Proximidade da malha urbana em relação à Comuna da Terra Irmã Alberta.....	81
Mapa 12: Localização da Fazenda São Luís no município de Cajamar.....	82
Mapa 13 e Mapa 14: Mapa do perímetro de tombamento da Serra do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara (esquerda), inserção da área de tombamento na APA Cajamar (centro) e Mapa da fazenda São Luís com a área de Tombamento do CONDEPHAAT (direita).	84
Mapa 15: Detalhe do uso e ocupação do solo diagnosticado pelo Plano Diretor do Município de Cajamar em 2007 para a área da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga.	88
Mapa 16: Detalhe do Zoneamento do Plano Diretor do Município de Cajamar de 2007 ...	89
Mapa 17: Modelo 01 de proposta de parcelamento da Comuna Dom Pedro Casaldáliga elaborado por alunos e professores da FAU USP	91
Mapa 18: Modelo 02 de proposta de parcelamento da Comuna Dom Pedro Casaldáliga elaborado por alunos e professores da FAU USP	91
Mapa 19 (esquerda-acima): Distribuição de Serviços Sociais Básicos por distritos de São Paulo, Mapa 20 (direita-acima): Distribuição da oferta de empregos por distritos de São Paulo e Mapa 21 (esquerda-abixo): Distribuição da renda do responsável pelo domicílio por distritos de São Paulo	102
Mapa 22 (direita-abixo): Distribuição do risco de morte por distritos de São Paulo	102
Mapa 23: Distribuição da taxa de emprego nos municípios da RMSP onde as famílias foram mobilizadas.....	103
Mapa 24: Distribuição renda familiar média nos municípios da RMSP onde as famílias foram mobilizadas.....	104
Mapa 25: Distribuição do tempo em viagens nos municípios da RMSP onde as famílias foram mobilizadas.....	104
Mapa 26: Distribuição das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra conforme o local de nascimento ⁽¹⁾	107
Mapa 27: Local de nascimento dos indivíduos no período atual (2011).....	111
Mapa 28: Local de nascimento dos indivíduos das Comunas no período em que foram mobilizados ⁽³⁾	111
Mapa 29: Comuna da Terra Dom Tomás Balduino e penitenciárias, Foto 80 e Foto 81: Vista das penitenciárias a partir de dentro da Comuna Dom Tomás Balduino	142
Mapa 30: Macrozoneamento do Plano diretor de Franco da Rocha.....	148

Mapa 31: Instrumentos de ordenamento urbanístico previstos pelo plano diretor de Franco da Rocha.....	149
Mapa 32: Zoneamento do Plano diretor de Franco da Rocha	150
Mapa 33: Zoneamentos com incidência sobre a Fazenda Itahyê.....	152
Mapa 34: Rede Viária Estrutural proposta pelo PRE da Subprefeitura de Perus com detalhe da ciclovia que corta a Fazenda Itahyê.....	153
Mapa 35: Mapa da Rede Estrutural Hídrica Ambiental proposta pelo PRE da Subprefeitura de Perus com parque linear que corta a fazenda Itahyê	154
Mapa 36: Detalhe do uso e ocupação do solo diagnosticado pelo Plano Diretor do Município de Cajamar em 2007 para a área da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga.	155
Mapa 37: Detalhe do Zoneamento do Plano Diretor do Município de Cajamar de 2007.	156

Lista de Tabelas

Tabela 1: Questionários-teste aplicados nas Comunas da Terra	9
Tabela 2: População das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga entrevistada no 1º levantamento de campo	9
Tabela 3: Nome dos PAs e nome correspondente de cada uma das Comunas da Terra da RMSP	11
Tabela 4: Crescimento do número de brasileiros vivendo em aglomerados subnormais em comparação com o crescimento total da população brasileira entre 2000 e 2010.....	17
Tabela 5: Migração interna no Brasil entre 1995 e 2000, por situação de domicílio (urbana ou rural)	43
Tabela 6: Resumo da Cadeia Dominial da Fazenda São Roque	57
Tabela 7: População das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga entrevistada no levantamento de campo	99
Tabela 8: Distribuição das famílias conforme o modo como foram mobilizadas para fazer parte das Comunas da Terra da RMSP	101
Tabela 9: Média anual das fontes de renda das famílias das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga*	119
Tabela 10 - Fontes de recursos monetários e não monetários para a obtenção dos meios de vida das famílias das Comunas D. Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga	120
Tabela 11: Resumo da análise das diretrizes da proposta das Comunas da Terra conforme sua condição de implantação, avanços alcançados, problemas enfrentados e desafios para o futuro	135
Tabela 12: Síntese da situação de propriedade e dos projetos para apropriação dos imóveis onde estão as Comunas da Terra da RMSP	137
Tabela 13: distribuição atual dos locais de atendimento dos serviços públicos de saúde e de ensino buscados pelas famílias	141
Tabela 14: Distribuição das famílias das Comunas da Terra conforme sua opinião a respeito de quais seriam os amigos e parceiros* das Comunas da Terra**	161
Tabela 15: Distribuição das famílias das Comunas da Terra conforme sua opinião a respeito de quais seriam os grupos que entram* o desenvolvimento das Comunas da Terra**	162

Tabela 16: Período de implementação das etapas dos projetos de assentamento das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga	165
Tabela 17: Capacidade de assentamento estabelecida pelo INCRA e pelo ITESP em contraposição à capacidade estabelecida pelo módulo fiscal municipal.....	167
Tabela 18: Relação do preço da terra por beneficiário, considerando-se a capacidade de assentamento estabelecida pelo INCRA e pelo ITESP em contraposição à capacidade estabelecida pelo módulo fiscal municipal	167
Tabela 19: Dimensões das áreas de preservação ambiental existentes nas Comunas da Terra da RMSP.....	170
Tabela 20- Capacidade de assentamento, população atual e população entrevistada:	199
Tabela 21- Distribuição por gênero nas Comunas da Terra:	199
Tabela 22- Distribuição de Faixas Etárias por Comuna da Terra:	199
Tabela 23- Nível de Escolaridade – crianças e jovens em idade escolar (3 a 18 anos):	200
Tabela 24- Nível de Escolaridade – adultos (acima de 18 anos):	200
Tabela 25– País de Nascimento:	200
Tabela 26– Estado de Nascimento:.....	201
Tabela 27– Origem na RMSP, interior de São Paulo e outros Estados:	201
Tabela 28– Composição familiar segundo perfil das famílias:.....	201
Tabela 29– Composição familiar segundo grau de parentesco em relação ao titular:.....	202
Tabela 30– Número de pessoas por família:	202
Tabela 31– Número de filhos por família:.....	203
Tabela 32– Número de pessoas que compõem núcleo expandido por família:	203
Tabela 33– Tipos de atividades desempenhadas pela PEA* em período anterior à ida para o assentamento:	204
Tabela 34- Condição social de indivíduos da PEA em período imediatamente anterior ao ingresso na Comuna PEA* em período anterior à ida para o assentamento:.....	204
Tabela 35- Grupamentos de atividade principal da PEA* em período anterior à ida para o assentamento:	205
Tabela 36– Profissões atuais declaradas pelos entrevistados:	205
Tabela 37- Tipos de atividades desempenhadas pela PEA* no período atual:	206
Tabela 38- Produção agrícola para consumo próprio e venda externa in natura e com beneficiamento:	206
Tabela 39– Principais compradores da produção agrícola das Comunas:	206
Tabela 40– Número de famílias* por produção de tipos de culturas:	207
Tabela 41– Permutas entre famílias:	207
Tabela 42- Condição social de indivíduos da PEA que atualmente exercem atividades externas ao lote:.....	208
Tabela 43- Grupamentos de atividade principal da PEA* que atualmente exercem atividades externas ao lote:	208
Tabela 44- Tipos de atividades desempenhadas pela PEA* no período atual:	209
Tabela 45– Composição da Renda Familiar*:	209
Tabela 46– Participação do trabalho informal (bicos) na renda familiar:	209
Tabela 47– Participação do consumo da produção do lote na renda familiar:	210
Tabela 48– Participação da venda da produção do lote na renda familiar:.....	210
Tabela 49– Desde quando as famílias moram na Comuna:	210

Tabela 50– Rotatividade da concessão de uso do lote:.....	210
Tabela 51– Locais em que as famílias moravam antes de ir para as Comunas*:	211
Tabela 52– Modo como as famílias começaram a fazer parte das Comunas da Terra:	211
Tabela 53– Créditos recebidos, bolsas governamentais e aposentadorias:	212
Tabela 54– Locais em que são realizados os atendimentos de Saúde:	212
Tabela 55– Periodicidade em que os atendimentos de saúde são realizados:	212
Tabela 56– Meio de transporte utilizado para realização de atendimentos de saúde:	213
Tabela 57- Número de famílias com membros que frequentam a escola:.....	213
Tabela 58– Localização dos locais de estudo:	213
Tabela 59– Meio de transporte utilizado para o local de estudo:.....	214
Tabela 60– Locais em que são realizadas visitas familiares e/ou passeios para lazer:	214
Tabela 61– Periodicidade em que as visitas familiares e/ou passeios para lazer são realizadas:	215
Tabela 62– Meio de transporte utilizado para as visitas familiares e/ou passeios para lazer:	215
Tabela 63– Locais em que as famílias frequentam igrejas e/ou cultos religiosos:	215
Tabela 64– Periodicidade em que as famílias frequentam igrejas e/ou cultos religiosos: ..	216
Tabela 65– Meio de transporte utilizado pelas famílias para frequentar igrejas e/ou cultos religiosos:	216
Tabela 66– Locais em que as famílias costumam fazer compras:	216
Tabela 67– Periodicidade em que as famílias costumam fazer compras:.....	217
Tabela 68– Meio de transporte utilizado pelas famílias para fazer compras:	217
Tabela 69– Quais são os amigos e parceiros* das Comunas: **	217
Tabela 70– Quais são os inimigos e empecilhos* para as Comunas:**	218

Lista de Figuras

Figura 1: Carta do 1º Congresso do MST, realizado em 1985, na cidade de Curitiba, PR...	27
Figura 2: Trecho do Caderno de Formação nº12, referente à articulação do MST com os demais trabalhadores do País	29
Figura 3: Carta do 2º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em 1990	33
Figura 4: Carta do 3º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em 1995	36
Figura 5: Carta do 4º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em 2000	38
Figura 6: Carta do 5º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em 2007	47
Figura 7: Histórico das principais ocupações de terra realizadas pelo MST na RMSP	56
Figura 8: Compromisso público da SABESP em não instalar um Aterro Sanitário em Perus/SP.....	79
Figura 9: Anuncio de Venda da Fazenda São Luís para implantação de condomínio fechado	83
Figura 10 (esquerda): Recorte do Jornal O Estado de São Paulo de sexta-feira, 06 de Junho de 2007, com anúncio do empreendimento Portal Japy em Cabreúva/SP e Figura 11 (direita): Imagens do Empreendimento Portal Japy em Cabreúva/SP.....	87
Figura 12: Implantação do Empreendimento Portal Japy em Cabreúva/SP, com 357 lotes	87

Figura 13: Panfleto contra a criação da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga na Serra do Japi.....	145
Figura 14: Panfleto do MST esclarecendo os compromissos das famílias assentadas com a preservação da Serra do Japi.....	146

Lista de Fotos

Foto 1 (<i>esquerda</i>): Escola do Assentamento Anonni, Rio Grande do Sul, 1986. Foto 2 (<i>direita</i>): Escola em um assentamento no Maranhão (<i>sem data</i>).	30
Foto 3 e Foto 4: Vista das penitenciárias a partir da Comuna Dom Tomás Balduino	59
Foto 5 e Foto 6: sistema viário com trechos prejudicados pelas chuvas e caixas d'água	60
Foto 7 e Foto 8: Exemplos de tipologias de habitações.....	63
Foto 9 e Foto 10: casa do mel e horta medicinal.....	63
Foto 11, Foto 12, Foto 13 e Foto 14: Ciranda.....	64
Foto 15 e Foto 16: Salão de reuniões e cultos ecumênicos.....	64
Foto 17 e Foto 18: plantio de banana e morango	66
Foto 19 e Foto 20: parreiras de uvas para a produção de vinho	66
Foto 21 e Foto 22: vinho (produzido em Jarinu/SP), criações de pequeno porte (bode, galinhas).....	66
Foto 23 e Foto 24: Fábricas da Natura (<i>esquerda</i>) e da Jequití (<i>direita</i>) localizadas na Rodovia Anhanguera nos arredores da Comuna da Terra Irmã Alberta.....	71
Foto 25, Foto 26, Foto 27 e Foto 28: Exemplos de habitações - barracos em compensado, pau a pique e telhas de amianto	74
Foto 29, Foto 30, Foto 31 e Foto 32: Exemplos de produção: uva, café, mandioca, hortas	75
Foto 33, Foto 34, Foto 35, Foto 36, Foto 37 e Foto 38: centro comunitário composto por área para reuniões e aulas do EJA, cozinha coletiva, horta medicinal, farmácia (em construção), campo de futebol	76
Foto 39 e Foto 40: Infraestrutura existente: rede elétrica, sistema viário e poços rasos	77
Foto 41 e Foto 42: Rede viária com trechos comprometidos e vias de menor porte sem rede elétrica	77
Foto 43, Foto 44, Foto 45, Foto 46, Foto 47 e Foto 48: Mobilização das famílias da Comuna Irmã Alberta em conjunto com outras Comunas do MST e de moradores da região da Rodovia Anhanguera (Km 27,6) contra a criação de um "lixão"	78
Foto 49: Vista da Serra do Japi.....	83
Foto 50 e Foto 51: Exemplos de campos antropizados que pertencem à área indicada para reflorestamento.....	89
Foto 52 e Foto 53: Oficina para planejamento do parcelamento da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga com alunos da FAU USP.....	90
Foto 54 e Foto 55: Barracos da Comuna Dom Pedro Casaldáliga com melhoramentos.....	92
Foto 56 e Foto 57: Poço artesiano e canos que farão as conexões entre o poço e as habitações.....	93
Foto 58: Sistema viário interno em bom estado de conservação. A Rua Monte Serrat é uma via pública que corta o assentamento.....	94

Foto 59 e Foto 60: Rede elétrica implantada pela Eletropaulo. Faltam alguns postes de ligação da rede elétrica com as habitações como o visto à direita	94
Foto 61 e Foto 62: Habitações da Comuna Dom Pedro Casaldáliga em construção	95
Foto 63 e Foto 64: Sistema de tratamento de esgoto das habitações (à esquerda em execução e à direita, pronto).....	95
Foto 65 e Foto 66: Casa de farinha. Atualmente as assembleias têm ocorrido neste local. .	96
Foto 67 e Foto 68: hortas coletivas da Comuna Dom Pedro Casaldáliga	96
Foto 69, Foto 70, Foto 71 e Foto 72: Hortas e fruticultura de famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga	96
Foto 73 e Foto 74: Criação de cabras de famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga.....	97
Foto 75, Foto 76, Foto 77, Foto 78 e Foto 79: Criação de perus, patos e galinhas de famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga.....	97
Mapa 29: Comuna da Terra Dom Tomás Balduino e penitenciárias, Foto 80 e Foto 81: Vista das penitenciárias a partir de dentro da Comuna Dom Tomás Balduino	142
Foto 82: Localização da via pública e dos bairros Parque Paraíso e Colinas do Anhanguera	144
Foto 83 e Foto 84: Exemplos de campos antropizados que pertencem à área indicada para reflorestamento.....	155

Lista de Gráficos

Gráfico 1: População brasileira conforme distribuição urbana ou rural (1940, 1950 e 1960)	22
Gráfico 2: População brasileira conforme distribuição urbana ou rural (1960, 1970 e 1980)	25
Gráfico 3: Percentual da PEA desocupada (Brasil – 1981 a 1995).....	36
Gráfico 4: População brasileira conforme distribuição urbana ou rural nos anos de 1940 a 2000.....	43
Gráfico 5: Migração interna no Brasil entre 1995 e 2000 por situação de domicílio (urbana ou rural)	44
Gráfico 6: Imóveis desapropriados por governo, de 1985 até 2012.....	48
Gráfico 7: Imóveis rurais desapropriados por decretos presidenciais entre 1985 e 2012.....	48
Gráfico 8: Evolução histórica (1970 a 2010) da população urbana e rural do estado de São Paulo	53
Gráfico 9: Caracterização das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra conforme o local de nascimento ⁽¹⁾	107
Gráfico 10: Distribuição das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra de acordo com faixas etárias ⁽¹⁾⁽²⁾	108
Gráfico 11: Distribuição das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra com idade ≥ 18 anos de acordo com a escolaridade ⁽³⁾	109
Gráfico 12: Distribuição das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra com idade ≥ 18 anos de acordo com o vínculo de trabalho ⁽³⁾	109
Gráfico 13: Pirâmide etária dos indivíduos das Comunas no momento atual (2011)	111

Gráfico 14: Pirâmide etária dos indivíduos das Comunas no momento em que foram mobilizados ^{(1) (2)}	111
Gráfico 15: Nível de escolaridade dos indivíduos das Comunas da Terra com idade ≥ 18 anos no período em que foram mobilizados e no período atual ⁽⁴⁾	112
Gráfico 16: Profissão atual declarada pelos indivíduos das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga (2011)	112
Gráfico 17 - Fontes de recursos monetários e não monetários para a obtenção dos meios de vida das famílias das Comunas da Terra da RMSP no período entre julho de 2010 a julho de 2011	120
Gráfico 18 - Porcentagem dos recursos necessários para a reprodução do núcleo familiar ao longo de um ano* que são garantidos pela produção do lote das famílias das Comunas da RMSP	122
Gráfico 19: Distribuição das famílias das Comunas da Terra conforme sua opinião a respeito de quais seriam os amigos e parceiros* das Comunas da Terra**	160
Gráfico 20: Distribuição das famílias das Comunas da Terra conforme sua opinião a respeito de quais seriam os grupos que entravam* o desenvolvimento das Comunas da Terra**	161
Gráfico 21: Estratégias adotadas pelas famílias para driblar a precarização das condições de trabalho nas Comunas da Terra	168

Lista de Diagramas

Diagrama 1: Questões centrais e categorias de análise a serem desenvolvidas para a caracterização das Comunas da Terra da RMSP	8
Diagrama 2: Principais questões estruturais que influenciaram as Comunas da Terra	14

Lista de Siglas

ALBA	Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
BNH	Banco Nacional da Habitação
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEEP	Centro de Educação, Estudos e Pesquisas
CEPAL	Comissão Econômica para a América-Latina e o Caribe
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CLOC	Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPA	Cooperativas de Produção Agrícola
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos trabalhadores
DAIA	Departamento de Avaliação do Impacto Ambiental
DEM	Democratas (partido político brasileiro)
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FFLCH-USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
FMI	Fundo Monetário Internacional
ha	Hectare
I PNRA	1º Plano Nacional de Reforma Agrária
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRA SR-08	Superintendência Regional 08 do INCRA
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
ITR	Imposto sobre a propriedade Territorial Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização Popular Aymberê
ORNA	Ocupação Rural Não Agrícola
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDE	Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo
PEA	População Economicamente Ativa
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE
PRA	Plano de Recuperação de Assentamento
PRA	Plano de Recuperação de Assentamento
PRE	Plano Regional Estratégico
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF-A	PRONAF – linha A: destinada a assentamentos de reforma agrária
ProUni	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SCA	Sistema Cooperativista de Assentamentos
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
TAC	Curso Técnico de Administração de Cooperativas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDA	Títulos da Dívida Agrária
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	2
Percurso Metodológico	5
Capítulo 01 – A origem da proposta das Comunas da Terra e a sua inserção na sociedade brasileira.....	12
1.1. Questões estruturais que influenciaram a proposta das Comunas da Terra	14
1.2. Os elementos da organização do MST que influenciaram a origem e a estruturação da proposta das Comunas da Terra.....	21
1.3. Evolução da conjuntura nacional no período da origem das Comunas da Terra da RMSP até a atualidade.....	45
Capítulo 02 – O Percurso Histórico das Comunas da Terra da RMSP	51
2.1. A mobilização para a luta pela terra	51
2.2. Percurso histórico da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino	57
2.3. Percurso histórico da Comuna da Terra Irmã Alberta.....	69
2.4. Percurso histórico da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga	82
Capítulo 03 – Reconhecimento geral das Comunas da Terra da RMSP	99
3.1. Quem são as famílias das Comunas da Terra?	100
3.2. Qual é a terra das Comunas da Terra? Proposta x Realidade	119
3.3. Relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território	137
Capítulo 04 – Quem ganha e quem perde com as Comunas da Terra?	163
4.1. Questão fundiária.....	163
4.2. Acesso ao trabalho – relação com acesso ao mercado consumidor para venda da produção	168
4.3. Preservação ambiental.....	170
4.4. Agricultura familiar e abastecimento.....	172
Considerações finais: os dois lados de uma mesma moeda	175
Referências Bibliográficas	180
Anexo.....	198
Tabulação dos dados levantados nas Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga.....	199

Introdução

A motivação para a realização desta pesquisa nasceu do trabalho de campo em assentamentos de reforma agrária no interior de Minas Gerais. No período entre 2003 a 2006 – durante o primeiro governo Lula – trabalhei em conjunto com uma equipe técnica multidisciplinar, em um convênio entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a realização do planejamento participativo de assentamentos de reforma agrária¹.

A partir do planejamento dos assentamentos e da vivência com as famílias por meses em campo tive a oportunidade de acompanhar a luta pela reforma agrária, realizada em grande parte por famílias em um processo de retorno ao campo. O estudo do planejamento participativo do primeiro assentamento realizado em Minas Gerais, com base na metodologia do MST, foi tema de meu mestrado², em que a relação entre a questão agrária (definida como as consequências geradas pela concentração da propriedade da terra rural para nossa sociedade) e a questão urbana (definida como a impossibilidade do acesso ao direito à cidade por grande parte da população) foi abordada como parte do cenário no qual o planejamento se inseria. Apesar da realização dessa aproximação sobre o tema, a interação entre a questão agrária e a questão urbana parecia ser uma questão importante que demandava, a meu ver, uma maior problematização em uma nova pesquisa.

Diante do desafio de analisar essa interação, tornou-se necessário driblar a imaterialidade do tema, fortemente influenciado por diversos aspectos da sociedade brasileira. Decidiu-se, assim, pela **opção metodológica de fundamentar a análise a partir da realidade concreta, da vivência de campo, para então criar uma problematização a partir das situações identificadas que refletissem a abrangência da questão agrária sobre o meio urbano.**

Para tanto, foi necessário buscar um **objeto de estudo** em que a influência da questão agrária sobre o urbano fosse evidente. Ao invés de se estudar um assentamento rural padrão, a alternativa encontrada foi analisar a proposta do MST chamada **“Comuna da Terra”, que consiste na criação de assentamentos de reforma agrária em franjas de expansão urbana**

¹ O planejamento era realizado a partir de uma metodologia criada pelo MST e se baseava em quatro linhas principais (nomeadas pelo próprio Movimento Sem-Terra): (I) **Social**, relacionada ao reconhecimento geral do perfil socioeconômico dos assentados e de sua inserção em programas governamentais de bem-estar social; (II) **Política**, baseada na organização interna do assentamento em setores temáticos característicos da organização de assentamentos do MST (educação, saúde, produção e cooperação, lazer, frente de massas etc.) e na articulação dessa estrutura interna com a estrutura do MST em outras escalas (regional, estadual e nacional) e com o próprio Estado; (III) **Econômica**, em que se ocupava pelo reconhecimento geral das potencialidades produtivas e do planejamento da produção e da utilização de créditos produtivos; e (IV) **Territorial**: a partir das demandas sociais, políticas e econômicas do assentamento, eram realizados a organização do território, o parcelamento da terra e a implantação da infraestrutura e das habitações. Minha tarefa dentro da equipe era realizar o planejamento territorial dos assentamentos.

² RAGGI, Roberta Vieira. (2008) *Contradições da produção do espaço dos assentamentos: a conquista do PDA pelo MST: um estudo de caso da Comunidade de Resistência*. Roseli Nunes - Pequi/MG. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências da UFMG, Orientador: Prof. Dr. Sérgio Manoel Merêncio Martins. Disponível para download no link: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=113863

de grandes cidades, com lotes reduzidos e matriz de produção agroecológica. Optou-se também por delimitar o estudo às seguintes **Comunas da Terra: Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga** – as únicas localizadas na **Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)** atualmente. Além de ser uma das maiores do mundo, São Paulo é a cidade com maior peso econômico e político do País. Por isso, acredita-se que a análise das Comunas da Terra localizadas nas franjas de expansão de São Paulo possa gerar um estudo de campo emblemático acerca da influência da questão agrária sobre o território urbano e sobre a própria questão urbana.

Após a escolha do objeto de estudo, procedeu-se à delimitação do **problema** a ser trabalhado nesta pesquisa. Optou-se por trabalhar a questão: **“De que forma as Comunas da Terra da RMSP contribuíram para que as famílias que as integram tenham acesso à terra, ao trabalho e às políticas públicas?”** Dessa pergunta, levantou-se a hipótese da pesquisa: **“As Comunas da Terra da RMSP são a expressão dos conflitos pelo acesso à terra, ao trabalho e às políticas públicas inerentes aos meios urbano e rural”**. É importante ressaltar que não se busca uma simples comprovação ou refutação para essa hipótese, mas sim analisar e qualificar a inserção das Comunas da Terra nos meios urbano e rural e, ainda, como elas se tornam, em algumas situações, a expressão do conflito entre esses meios. O **objetivo geral** é **“verificar quais são os limites e as conquistas obtidas por essa proposta de organização de um assentamento de reforma agrária entre os meios rural e urbano”**.

A proposta das Comunas da Terra surge como um reflexo do momento de transição em que a sociedade brasileira se encontra: após um período de expansão do Movimento Sem-Terra em grande parte do território brasileiro, a partir de 1995 surge a preocupação com a organização interna dos assentamentos e dá-se início à discussão de um novo modelo de assentamento. Também na segunda metade da década de 1990, ocorre a aproximação dos dirigentes de movimentos de luta pela reforma urbana e pela reforma agrária, para o enfrentamento de questões como o esvaziamento do campo, o desemprego e a falta de acesso às terras urbana e rural.

Por outro lado, verificava-se uma nova realidade em relação à base do MST, ou seja, em relação à massa das pessoas mobilizadas pelo Movimento Sem-Terra. Ao realizar trabalhos de base em núcleos urbanos para a formação de novas ocupações de terras, os dirigentes do MST observaram que muitas famílias tinham interesse em voltar para o campo, mas não queriam abrir mão de diversos serviços sociais e da infraestrutura oferecidos nas cidades. A proposta da Comuna torna-se, assim, uma alternativa para essas pessoas. Atualmente há Comunas da Terra nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, totalizando pelo menos 11 propostas implantadas ou em fase de implantação. Em alguns desses casos, há parcerias de movimentos rurais de luta pela terra com movimentos urbanos de luta por moradia.

Para a análise das Comunas da Terra da RMSP, optou-se por dividir esta pesquisa em quatro capítulos. No capítulo um, foi feita a contextualização da origem da proposta das Comunas da Terra e da sua inserção na sociedade brasileira. Primeiro, foram elencadas as questões estruturais da sociedade brasileira que influenciaram a elaboração dessa proposta; depois, foram apontados os elementos da formação e da organização do MST que influenciaram na criação da proposta; por fim, realizou-se a contextualização da inserção das Comunas da

RMSP na conjuntura nacional atual, de modo a ressaltar os desafios para a luta pela reforma agrária, para o MST e para as próprias Comunas da Terra ocasionados pela situação social, política e econômica decorrente dos governos Lula e Dilma.

No segundo capítulo buscou-se abordar, de modo específico, o percurso histórico das Comunas da Terra da RMSP. A primeira seção traz a descrição de como se deu a mobilização das famílias, pelo MST, para a criação das Comunas da Terra da RMSP; nas outras três seções subsequentes, descreve-se o percurso histórico de cada uma das Comunas – Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga –, de sua origem até a atualidade.

No terceiro capítulo foi realizado o reconhecimento geral das Comunas da Terra da RMSP, aprofundando-se o estudo por meio de informações quantitativas e qualitativas levantadas em campo. A partir desse levantamento, optou-se pela divisão desta caracterização em três diferentes abordagens: **Quem são as famílias das Comunas da Terra?** – o objetivo aqui foi caracterizar e delinear o perfil dos núcleos familiares, desde o período prévio à entrada nas Comunas até a atualidade; **Qual é a terra das Comunas da Terra? Proposta x realidade** – caracterização das Comunas da Terra em si mesmas, comparando-se a proposta do MST com a realidade encontrada *in loco* nas Comunas da RMSP; e, finalmente, verificou-se a **Relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território**³, para caracterizar a relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território em que estão inseridas, apontando-se especialmente os conflitos que as famílias enfrentaram para a implantação das Comunas e para a permanência na terra.

No quarto capítulo, foi feita uma análise sobre quais agentes da produção do espaço são beneficiados e quais são prejudicados pela implantação das Comunas da Terra. Para facilitar essa análise, esse capítulo foi dividido em quatro temas principais: (I) Questão fundiária: como as Comunas da Terra se inserem na questão fundiária e quais grupos ganham e perdem com a implantação das Comunas; (II) Acesso ao trabalho: de que maneira as Comunas da Terra proporcionam a inserção das famílias no mercado de trabalho; (III) Preservação ambiental: quais são as contribuições das Comunas da Terra para a preservação ambiental e quem se beneficia com essas contribuições; e (IV) Agricultura familiar e abastecimento: como as Comunas da Terra contribuem para o fornecimento de alimentação de qualidade para a sociedade.

Após o capítulo quatro, encontram-se as considerações finais com as principais reflexões abordadas nesta pesquisa.

Posto o desafio e apontado o posicionamento da pesquisa, a seguir será apresentado o percurso metodológico adotado para se descobrirem os limites e as conquistas obtidas pela proposta de organização de um assentamento de reforma agrária entre os meios rural e urbano.

³ O território é tratado por Claude Raffestin como um espaço marcado pelo trabalho humano que, ao contrário do espaço geográfico, apresenta limites e fronteiras marcadas por relações de poder que não necessariamente se restringem à atuação do Estado, podendo ser influenciado por outros setores da sociedade (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Percurso Metodológico

O percurso metodológico adotado para este trabalho foi dividido em duas partes principais: o **reconhecimento geral** das Comunas da Terra, a partir da descrição de seu percurso histórico; e a análise do reconhecimento geral, obtido pela **problematização** do modo como a questão agrária influencia as Comunas da Terra nos limites das zonas urbanas da RMSP.

1. Reconhecimento geral das Comunas da Terra

Na primeira parte de reconhecimento geral, a descrição do percurso histórico foi baseada na **metodologia de pesquisa participante**, orientada especialmente pelo trabalho de Antônio Cândido (2010). Partindo não do ponto de vista das classes dominantes, mas das classes dominadas, a pesquisa participante consiste na adoção de um método que busca, pelas linhas sociológica e antropológica, caracterizar um determinado agrupamento social, sobretudo pela observação *in loco* de seu modo de vida. Assim como na metodologia adotada por Cândido esta pesquisa também toma como matéria central o estudo do que o autor chama de “obtenção dos meios de vida”. Essa categoria de estudo foi adequada à realidade das famílias das Comunas da Terra por refletir não apenas a sua relação com o meio rural, mas também as relações estabelecidas com núcleos urbanos do entorno, por meio do estudo das *ocupações (em trabalhos formais e informais) adotadas pelas famílias*. Assim como no estudo de Cândido, o eixo histórico é utilizado para estruturar a narrativa que foi elaborada pelos depoimentos orais, confrontados entre si e com documentações do MST e dos processos de criação dos assentamentos pertencentes ao INCRA e ao ITESP, assegurando-se a validade da reconstituição. Assim, são combinados os métodos da observação do modo de vida das famílias com o levantamento de dados quantitativos e qualitativos nas Comunas.

Esta pesquisa também foi norteadada pela metodologia de análise sociológico-etnográfica adotada por Maria Isaura Pereira de Queiróz (1973) (1978). Assim como a autora, este estudo considera cada agricultor como um indivíduo singular, com características próprias que o tornam único. Consequentemente, cada Comuna da Terra é formada por um conjunto de indivíduos singulares, fato que contribui para que cada Comuna apresente uma trajetória igualmente única, que contribui para a sua diferenciação perante outros agrupamentos.

O **foco da descrição** desse percurso histórico parte da opção metodológica de analisar a atuação do MST e das famílias das Comunas da Terra como um movimento social em busca da construção de uma alternativa à situação de pobreza e desigualdade social enfrentada por seus integrantes. Definido esse foco principal, buscaram-se as interações existentes entre o Movimento Sem-Terra e as famílias com os *agentes de produção do espaço*, definidos nesta pesquisa como os *proprietários fundiários, o Estado e a sociedade* (da qual os movimentos sociais fazem parte).

Como **recorte do percurso histórico** das Comunas da Terra, foi feita uma contextualização breve da realidade brasileira, a partir de *três questões estruturais*, a saber: (I) *a falta de acesso à terra*; (II) *a superexploração do trabalho*; (III) *o conservadorismo do Estado*. Essas três questões são consideradas fundamentais para a compreensão da origem e da caracterização das Comunas da Terra e dos problemas enfrentados pelas famílias que as integram e pelos dirigentes do MST. Em um nível um pouco mais detalhado, buscou-se descrever o contexto da origem da proposta das

Comunas da Terra, por meio da origem e evolução da organização do MST. A descrição estende-se para o detalhamento da origem das Comunas da Terra da RMSP, da evolução de sua organização e dos problemas enfrentados, até se chegar à caracterização da situação atual de cada Comuna da Terra estudada – Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga. Para a elaboração desse reconhecimento geral, foram realizados os seguintes procedimentos:

1.1. Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica envolveu o estudo das questões agrária e urbana e procurou analisar a interação entre os meios urbano e rural, bem como a formação de movimentos sociais de luta pela terra no campo e por moradia nas cidades.

A partir desse referencial teórico, buscou-se contextualizar o surgimento da proposta das Comunas da Terra e das principais questões que influenciaram a sua organização, especialmente as relacionadas à origem e à organização do MST. Buscaram-se ainda materiais como Cartas dos Congressos Nacionais do MST, Cadernos de Formação e Cadernos de Cooperação Agrícola do MST, disponíveis para consulta na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, SP. Esses documentos internos do MST, usados para a capacitação de lideranças do Movimento Sem-Terra ou para a formação das famílias assentadas e acampadas, permitiram a identificação de posicionamentos e estratégias adotadas pela organização do MST em diferentes períodos históricos, tornando-se importantes instrumentos para a elaboração do reconhecimento geral proposto por esta tese (*a lista de todos os materiais consultados na ENFF encontra-se na bibliografia, em seção específica para os documentos dessa Escola*).

1.2. Reconhecimento dos objetos de estudo

Para a aproximação do objeto de estudo – as Comunas da Terra da RMSP –, foi feita uma visita de campo, no segundo semestre de 2010, para o estabelecimento de contatos com lideranças locais do MST e das Comunas da Terra. Nesse levantamento, foram realizadas entrevistas qualitativas com moradores de cada uma das Comunas a respeito da história e da organização das Comunas ao longo do tempo, bem como sobre características gerais atuais de cada Comuna, desde os problemas enfrentados até as conquistas alcançadas.

1.3. Levantamento de informações secundárias sobre as Comunas da Terra

No primeiro semestre de 2011, partiu-se para o levantamento de informações secundárias a respeito das Comunas da Terra, na Secretaria do MST Regional Grande São Paulo, na cidade de Jordanésia/Cajamar; no INCRA Superintendência Regional 08; e na ITESP Superintendência Regional São Paulo.

Enquanto nos órgãos estaduais foram consultados os processos relativos a cada uma das Comunas da Terra, na Secretaria do MST dirigentes do Movimento Sem-Terra forneceram, em meio digital, documentos como cartas do MST encaminhadas para órgãos governamentais, relatos feitos por dirigentes do MST com descrição da origem das Comunas e das principais questões encontradas ao longo da sua implantação e da sua história, além de cópias de pesquisas acadêmicas de diversos estudantes que analisaram as Comunas da Terra para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) ou como objetos de estudo de pós-graduações (*a lista de todos os documentos consultados para a realização desta pesquisa também se encontra na bibliografia, identificados de acordo com a sua instituição de origem*).

O objetivo deste levantamento foi encontrar elementos oficiais do processo de criação das Comunas da Terra que pudessem contribuir para a caracterização das famílias e do próprio assentamento, além de auxiliar no reconhecimento de possíveis conflitos existentes nas Comunas, assim como entre as Comunas e a sociedade/Estado.

Verificou-se que, para além da definição atribuída pelos dirigentes do MST de ser um assentamento de reforma agrária localizado nos limites metropolitanos, era necessário caracterizar o que eram de fato as Comunas da Terra em relação à sua inserção em atividades urbanas ou rurais e, de forma mais ampla, as relações delas com o campo e com a cidade. Tornou-se necessário, assim, criar uma nova caracterização: ao invés de se utilizarem questionários pré-concebidos para levantamentos de bairros urbanos de periferia ou de assentamentos rurais para serem aplicados nas Comunas, era preciso elaborar questões que conseguissem trazer à tona quais conexões com o meio urbano e rural são estabelecidas pelas famílias, como isso se refletia na apropriação das Comunas e quais eram os conflitos e os benefícios decorrentes dessa relação urbano-rural.

1.4. Estabelecimento das categorias de análise do reconhecimento geral

Devido à abrangência dessas relações, era preciso estabelecer também categorias de análise para o levantamento de campo. Ou seja, era necessário entender os seguintes aspectos: (I) caracterização socioeconômica das famílias; (II) análise da implantação da proposta das Comunas da Terra; (III) interações sociais e territoriais com os agentes de produção do espaço. Optou-se, então, pela criação de três categorias de análise que correspondessem a essas questões centrais, como mostra o esquema a seguir:

Diagrama 1: Questões centrais e categorias de análise a serem desenvolvidas para a caracterização das Comunas da Terra da RMSP

Fonte: elaboração própria.

Muitas informações relativas à terceira categoria, “Qual é a relação das Comunas com a sociedade e o território?”, já haviam sido levantadas a partir da pesquisa secundária em documentos do MST, INCRA e ITESP. A partir disso, realizou-se o levantamento de campo para complementação do reconhecimento geral com informações primárias das Comunas da Terra.

1.5. Levantamento das informações primárias das Comunas da Terra

Em um primeiro momento optou-se por realizar entrevistas predominantemente quantitativas, com um número representativo da população das Comunas da Terra, buscando caracterizar as Comunas por meio das categorias de análise anteriormente enumeradas.

Deste modo, para a primeira categoria, “**Quem são as famílias?**”, realizou-se um breve levantamento socioeconômico: faixa etária, gênero, composição familiar, local de nascimento, escolaridade e a situação em que estavam antes de ir para o assentamento – isto é, em qual cidade moravam e no que trabalhavam.

Já para a segunda categoria, “**Qual é a terra das Comunas?**”, além da observação *in loco* e do estudo de informações secundárias a respeito do processo de criação dos assentamentos e do parcelamento da terra, era necessário analisar as estratégias adotadas pelas famílias para a sua sobrevivência e relacioná-las à implantação da proposta da Comuna da Terra.

Para a caracterização da terceira categoria, “**Qual é a relação das Comunas com a sociedade e o território?**”, realizou-se um levantamento de benefícios e serviços sociais aos quais as famílias tiveram acesso ou fazem uso, como bolsas governamentais, aposentadorias, serviços de saúde e educação. As famílias ainda foram questionadas a respeito de quais seriam os grupos que apoiam e que entravam o desenvolvimento das Comunas de modo a captar a percepção das famílias sobre a interferência de agentes externos na organização das Comunas.

1.5.1. Aplicação do questionário-teste

Para se verificar se as questões levantadas formulou-se questionários-teste que foram aplicados, observando uma proporção de aproximadamente 8% do número de famílias assentadas atualmente em cada Comuna, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 1: Questionários-teste aplicados nas Comunas da Terra

	C. T. D. Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga
Capacidade de Assentamento	61	37	32
Número atual de famílias	61	37	28
Número de questionários-teste aplicados	05	03	03

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 04/07/2011 a 08/07/2011.

Com a aplicação do questionário-teste, verificou-se que algumas questões: 1) já haviam sido contempladas por outras partes do questionário; 2) que as famílias não compreendiam bem o modo como as questões foram levantadas; 3) que essas questões não seriam pertinentes para o trabalho naquele momento.

1.5.2. Aplicação do questionário por famílias

Efetuada as modificações acima referidas, chegou-se a um questionário mais sintético, voltado para a caracterização geral das famílias. Esse questionário tornou-se a base para o levantamento de campo realizado nas Comunas da Terra. As entrevistas tentaram abarcar entre 70% e 80% da população de cada Comuna, com o intuito de criar uma amostra representativa de cada área, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 2: População das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga entrevistada no 1º levantamento de campo

	C. T. D. Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	Total
Capacidade de assentamento	61 famílias	37 famílias	32 famílias	130 famílias
População atual	61 famílias	37 famílias	30 famílias	128 famílias
População Entrevistada	45 famílias	26 famílias	23 famílias	94 famílias
Porcentagem da pop. atual entrevistada	73,77%	70,27%	76,66%	73,43%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011.

Ao mesmo tempo, buscou-se entrevistar famílias que morassem em diferentes áreas das Comunas, de modo a abranger reflexos das distintas características fisiográficas das propriedades ou de diferentes acessos a núcleos urbanos que as mesmas poderiam apresentar, além de buscar diferentes perfis das famílias: solteiros que moram sozinhos, casais novos sem filhos, casais com filhos pequenos, casais com filhos adolescentes, casais com filhos adultos que moram no lote, casais com filhos adultos que não moram no lote, casais idosos que moram sozinhos, casais idosos que moram com filhos e netos, dentre outras situações.

1.6. Entrevistas abertas

1.6.1. Entrevistas abertas com famílias das Comunas da Terra

Na aplicação dos questionários por famílias, algumas respostas extrapolaram as questões fechadas e abordaram temas pertinentes à pesquisa que não eram contemplados pelo roteiro de questões elaborado para esse primeiro levantamento. Por isso, além de se abordarem as questões fechadas previstas, procurou-se “dar continuidade à prosa” para conhecer melhor o tema em questão e, por consequência, levantar aspectos relevantes da realidade dos assentados/acampados que muitas vezes não são evidenciados em entrevistas e levantamentos previamente planejados.

1.6.2. Entrevistas com indivíduos-chave

Durante a análise dos dados e a redação da pesquisa, foram feitas entrevistas complementares com dirigentes do MST, técnicos de órgãos governamentais e com as outras famílias das Comunas, de modo a adicionar informações relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

2. Problematização a respeito das Comunas da Terra

A partir do reconhecimento geral realizado, buscou-se analisar as seguintes questões:

2.1. Problematização das categorias de análise do reconhecimento geral

- **Quem são as famílias das Comunas da Terra?**
Caracterização do núcleo familiar para delinear o perfil das famílias, tanto no período prévio à entrada nas Comunas como na atualidade.
- **Qual é a terra das Comunas da Terra? Proposta x realidade**
Caracterização das Comunas da Terra em si mesmas, por meio da comparação entre a proposta do MST e a realidade encontrada *in loco* nas Comunas da RMSP.
- **Relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território**
Investigação sobre qual é a relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território nos quais elas se inserem, apontando-se especialmente os conflitos que as famílias enfrentaram para a implantação das Comunas e para a permanência na terra.

2.2. Análise das Comunas da Terra a partir do reconhecimento geral desenvolvido

- **Questão fundiária:** como as Comunas da Terra se inserem na questão fundiária e quais grupos ganham ou perdem com a implantação das Comunas;
- **Acesso ao trabalho:** de que maneira as Comunas da Terra proporcionam a inserção das famílias no mercado de trabalho;
- **Preservação ambiental:** quais são as contribuições das Comunas da Terra para a preservação ambiental e quem se beneficia com essas contribuições;
- **Agricultura familiar e abastecimento:** como as Comunas da Terra contribuem para o fornecimento de alimentação de qualidade para a sociedade.

Para a realização desta pesquisa, optou-se pelo **uso de nomenclaturas** usadas pelo MST na sua organização interna e dos seus assentamentos e acampamentos, além de nomenclaturas utilizadas pelo INCRA e pelo ITESP – órgãos responsáveis pela gestão dos assentamentos –, buscando-se sempre definir tais nomenclaturas, de modo a familiarizar o leitor com a organização tanto do Movimento Sem-Terra quanto das instituições estatais a ele ligadas. Algumas das nomenclaturas mais comuns:

- **Acampamentos** são as áreas ocupadas pelo MST que não foram oficializadas pelo Estado, enquanto os **assentamentos** são as áreas ocupadas que passaram por processos de desapropriação e de distribuição da terra pelo Estado para as famílias sem-terra;
- A **base** do Movimento Sem-Terra é composta por todas as famílias que fazem parte dos acampamentos e assentamentos do MST, em todo o País. A partir da base, surgem as lideranças chamadas **dirigentes**, organizados de modo predominantemente horizontalizado e que se dividem por **setores** temáticos de atuação (educação, saúde, produção, direitos humanos etc.) e por escala geográfica – a **coordenação** diz respeito ao nível do acampamento/assentamento, enquanto as **direções regional, estadual e nacional** dizem respeito a um agrupamento de municípios, ao estado ou ao País, respectivamente. O conjunto de toda a organização interna do MST, que vai desde a hierarquização de seus integrantes até o modo como eles estruturam questões internas como educação, saúde, produção, ou mesmo a ocupação e apropriação dos acampamentos e assentamentos, é chamado de **organicidade**.
- Frequentemente, o MST utiliza o termo **camponês** para designar desde as famílias da base até uma categoria sociológica de produtores rurais. Uma vez que há controvérsias sobre a utilização do tema entre diferentes estudos sobre a questão agrária brasileira, optou-se por não adotar o termo como uma categoria de análise para a esta pesquisa. Para manter a fidelidade aos textos do MST, contudo, conservou-se a nomenclatura utilizada em citações.
- Para o INCRA e o ITESP, os acampamentos e assentamentos são chamados de **PA** ou **Projeto de Assentamento**. Curiosamente, esses órgãos costumam identificar os Projetos de Assentamentos pelo nome da propriedade rural que deu origem ao PA, e não pelo nome dado pelo movimento social à ocupação. Normalmente, o MST nomeia suas ocupações com homenagens a personalidades que contribuíram para a luta pela terra. Em relação aos objetos de estudo desta pesquisa, identificou-se a seguinte correspondência:

Tabela 3: Nome dos PAs e nome correspondente de cada uma das Comunas da Terra da RMSP

Nome da Propriedade Rural	Nome do PA	Nome dado pelo MST
Fazenda São Roque	PA São Roque	Comuna da Terra Dom Tomás Balduino
Fazenda Itahyê	PA Itahyê	Comuna da Terra Irmã Alberta
Fazenda São Luís	PA São Luís	Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga

Fonte: elaboração própria.

Outras nomenclaturas serão explicitadas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Capítulo 01 – A origem da proposta das Comunas da Terra e a sua inserção na sociedade brasileira

Em si mesma, a proposta das Comunas da Terra apresenta um conteúdo relativamente simples. Influenciados por estudos sobre a questão agrária brasileira na atualidade, especificamente sobre o *Projeto Rurbano*⁴ da UNICAMP, dirigentes do MST elaboraram, ao longo do final da década de 1990 e do início da década de 2000, a proposta das Comunas da Terra.

De acordo com Delwek Matheus (2003) – o principal sistematizador da proposta criada pelo MST –, as Comunas da Terra são definidas como núcleos de economia camponesa⁵ localizados em áreas próximas aos grandes centros urbanos do país, criados com o objetivo de massificar a reforma agrária, pela possibilidade de inclusão de populações moradoras de zonas urbanas em programas de reforma agrária – sem impedir, contudo, o acesso dessas populações à infraestrutura existente nas cidades. Como principais diretrizes, as Comunas apresentariam:

- **Vínculo com o trabalho e com a produção:** a possibilidade de trabalhar em atividades produtivas capazes de garantir o sustento da família e de gerar renda por meio da venda da produção é apontada como passo inicial para a elevação da consciência social na defesa dos direitos das famílias e como cidadãos.
- **Possibilidade de agregação de renda com atividades não agrícolas:** em conjunto com o trabalho agrícola, propõe-se o desenvolvimento de agroindústrias e/ou atividades artesanais para o beneficiamento da produção, de modo a agregar valor à venda e melhorar a rentabilidade da produção agrícola das Comunas.
- **Propriedade social da terra:** na proposta das Comunas, as famílias recebem do Estado um título de concessão de direito real de uso – e não o título de propriedade da terra, como acontece em assentamentos de reforma agrária comuns após o processo de emancipação do assentamento. Com isso, são garantidos o usufruto permanente pela família e a possibilidade de herança da terra para os filhos, mas é restringida a venda do lote. Deste modo, impede-se a especulação imobiliária, uma vez que a terra sempre será de propriedade do Estado, garantindo assim o cumprimento da função social da propriedade.
- **Matriz de produção agroecológica:** o conjunto de técnicas utilizadas para a produção agrícola, conhecido como *matriz de produção*, é orientado nas Comunas da Terra para a agroecologia, buscando-se a preservação dos recursos naturais e utilizando-se as

⁴ Por meio do Projeto Rurbano, o professor José Graziano da Silva realizou uma série de pesquisas sobre o novo rural brasileiro, sobre as Ocupações Rurais Não Agrícolas – ORNA e sobre a pluriatividade. O autor caracterizou a existência de uma situação de *continuum* entre o rural e o urbano, além do surgimento de diferentes grupos no meio rural brasileiro, que vão da extrema pobreza até o *agrobusiness*. Dentre esses grupos, verificou-se a existência de produtores rurais especializados com o uso de alta tecnologia, permitindo baixo impacto ambiental e alta rentabilidade da produção agrícola. Para maiores informações, consultar (SILVA, 1997) e (SILVA, 2002).

⁵ Ver comentário sobre o uso do termo “camponês” nesta pesquisa, no item 2.2 da seção “Percurso Metodológico”.

características ambientais locais em favor da produção. Neste sentido, recorre-se a um processo de produção orgânico – sem uso de fertilizantes químicos ou agrotóxicos – com o uso racional e planejado dos recursos naturais, além da reciclagem e do reaproveitamento de resíduos no processo produtivo, de modo a minimizar o impacto da produção agrícola e garantir a conservação ambiental. A integração desta matriz de produção com reservas florestais dão aos assentamentos um grande potencial de conservação do meio ambiente, atrelada à geração de emprego e renda pela produção agrícola nas franjas de expansão da malha urbana.

- **Cooperação e solidariedade:** busca-se estimular a produção agrícola em cooperação e/ou a solidariedade entre as famílias. A organização do trabalho em cooperação é capaz de otimizar a produtividade agrícola e a utilização de créditos⁶ e de fortalecer grupos de famílias para enfrentar desafios de mercado, tornando-se uma estratégia de criação de uma economia solidária, na qual mais famílias teriam chance de desenvolver atividades produtivas.
- **Lotes reduzidos⁷ em relação a assentamentos de reforma agrária comuns:** a proximidade entre a Comuna da Terra e o mercado consumidor, atrelada a uma produção orgânica, ao beneficiamento da produção e ao trabalho em cooperação, possibilitaria maior agregação de valor aos produtos e maior rentabilidade. Diante desse conjunto de fatores, se tornaria viável assentar famílias em lotes reduzidos, possibilitando a diminuição dos custos com o pagamento de desapropriações, o que permitiria o assentamento de um número maior de famílias e a criação de Comunas em áreas de expansão urbana onde os lotes costumam ter menores dimensões.
- **Desenvolvimento sociocultural:** as Comunas da Terra buscariam proporcionar o desenvolvimento sociocultural das famílias, seja pela implantação de infraestrutura básica (luz elétrica, água potável, postos de saúde, escolas etc.), seja pela criação de um ambiente de comunidade que estimule a aprendizagem permanente, desenvolvendo a sociabilidade e a solidariedade entre as famílias e possibilitando o acesso ao trabalho e à cidadania.

Apesar desse conjunto de diretrizes ser concreto, objetivo e, a princípio, passível de ser executado, as Comunas da Terra se inserem num contexto social, político, econômico e ambiental bastante complexo, no qual se desenvolve a desigualdade social que marca a história e a situação atual da sociedade brasileira. É exatamente neste contexto que a proposta das Comunas se origina, ou seja, a partir da busca pelo enfrentamento dessas desigualdades sociais. Assim, a implantação de cada uma dessas diretrizes acaba sendo, direta ou indiretamente, influenciada por

⁶ Se por um lado o recurso recebido por cada família é baixo para a compra de equipamentos de maior porte, para preparo da terra, colheita e/ou beneficiamento, por outro lado a organização das famílias em grupos possibilitaria a utilização de parte do crédito para a compra de equipamentos mais caros. Nesses casos, esses equipamentos poderiam ser usados por todas as famílias em sistema de revezamento.

⁷ Nas Comunas da Terra da RMSP, os lotes individuais variam entre 0,5 a 1,2 hectares, enquanto em assentamentos comuns os lotes são em média de 16 hectares, variando para mais ou para menos, conforme as características locais.

esse contexto. Deste modo, para que se possa realizar a caracterização e a análise das Comunas da Terra da RMSP, torna-se necessário compreender alguns elementos de seu contexto de inserção. Para tanto, este capítulo aborda:

- Questões estruturais que influenciaram a proposta das Comunas da Terra;
- Elementos da organização do MST que influenciaram a origem e a estruturação da proposta das Comunas da Terra;
- Evolução da conjuntura nacional, desde a origem das Comunas da RMSP até a atualidade.

1.1. Questões estruturais que influenciaram a proposta das Comunas da Terra

As Comunas constituem-se como uma alternativa às demandas de moradores de núcleos urbanos que sofrem os efeitos da *espoliação urbana*⁸, isto é, que se encontram frequentemente sem acesso ao emprego, à habitação e às políticas públicas de bem-estar social. Muitas dessas demandas das pessoas mobilizadas pelo MST têm suas raízes em questões estruturais advindas da formação da sociedade brasileira. Por isso, dentro deste estudo torna-se fundamental a compreensão das heranças históricas de três questões estruturais específicas, detalhadas a seguir:

Diagrama 2: Principais questões estruturais que influenciaram as Comunas da Terra

Fonte: elaboração própria.

⁸ Lúcio Kowarick define a *espoliação urbana* como o somatório de extorsões que ocorrem nas cidades às populações pobres através da inexistência ou da precariedade de serviços de infraestrutura e de bem-estar social – socialmente necessários para garantir a subsistência dessas populações e cuja ausência agrava ainda mais a situação da superexploração das relações de trabalho (KOWARICK, 1993, p. 62).

1.1.1. Concentração da Propriedade da Terra

A *propriedade privada da terra* consiste na imposição da restrição ao acesso à terra para o uso, a exploração ou a disposição⁹ para todos aqueles que não possuam a sua propriedade. Por sua vez, a *concentração da propriedade da terra* consiste na restrição do acesso à terra para grande parte da população, de modo que poucas pessoas detenham a propriedade da terra.

No Brasil, esta restrição ao acesso à terra originou-se com a criação da **Lei de Terras de 1850**. Antes da origem desta lei, a formação da sociedade colonial brasileira estruturava-se a partir de uma economia escravocrata agroexportadora, voltada para o fornecimento de produtos primários para o mercado europeu. Este modo de estruturação do espaço rural deu origem aos latifúndios¹⁰, que eram respaldados pela concessão de grandes glebas pela monarquia para potentados locais através do sistema de sesmarias.

Com a crise do sistema escravocrata ao longo do século XIX e a possibilidade iminente da abolição da escravidão despontando no horizonte, era necessário garantir que escravos emancipados não ocupassem as terras que se encontravam sem uso, sob o domínio da monarquia. Isso promoveria a evasão da força de trabalho, ocasionando a ruína econômica dos grandes latifúndios. Deste modo, para que o trabalho pudesse se tornar livre, seria necessário encontrar uma nova forma de coerção social que garantisse a oferta de força de trabalho para as fazendas. Essa forma de coerção, segundo José de Souza Martins, se deu através de um novo cativo, o *cativo da terra*. A Lei de Terras de 1850 transformou as terras livres em monopólio do Estado que, por sua vez, era controlado por uma forte classe de fazendeiros (MARTINS J. S., 1996).

A criação da Lei de Terras trouxe diversas consequências: para os novos proprietários fundiários, o crédito hipotecário concedido pelos bancos deixou de ser a força de trabalho escrava, dando lugar ao penhor da propriedade privada e convertendo a terra em mercadoria. Ao tornar-se objeto passível de especulação, a terra passou a ser acumulada por potentados locais, que se incumbiam de apinhar sob sua posse a maior quantidade de área possível. Para tanto, na maior parte das vezes faziam uso do artifício da grilagem, ou seja, do processo de falsificação de escrituras cartoriais, com o intuito de forjar a compra e garantir a propriedade de grandes áreas de terra. Trata-se, como aponta Ângela Mendes de Almeida, “simplesmente de tomar posse de terras pertencentes ao Estado, portanto sem dono, forjando depois em um cartório um título de propriedade e ‘envelhecendo-o’ ao contacto, em uma gaveta fechada, com grilos” (ALMEIDA Â. M., 2000, p. 32).

⁹ A disposição é entendida como processos de arrendamento ou compra e venda, por exemplo.

¹⁰ Para a exploração da Colônia, eram necessários grandes investimentos, seja através da implantação de força de trabalho escrava, seja pela introdução dos próprios meios de produção para a exploração de recursos naturais ou de cunho agrícola. Para compensar esses grandes investimentos iniciais, a colonização brasileira fundou-se na exploração extensiva – através de uma produção em larga escala, alcançava-se a lucratividade, além do retorno do alto investimento inicial, viabilizando economicamente a exploração colonial. Para maiores informações a respeito do tema, buscar (PRADO Jr., 1976).

Após a Proclamação da República em 1889 e especialmente com o desenvolvimento da industrialização a partir de 1930, o crescimento urbano também passa a ser estruturado a partir da propriedade privada da terra, de modo a se acumularem grandes áreas de terras urbanas, preferencialmente em localizações estratégicas e com ampla dotação de infraestrutura como reservas de mercado.

Por outro lado, o enriquecimento de proprietários fundiários possibilitado pela acumulação de terras frequentemente implicava no empobrecimento de populações do campo e, posteriormente, no agravamento das condições de vida das populações urbanas. Antes da Lei de Terras, os *homens livres*¹¹ podiam ocupar qualquer terra sem uso. Com a concentração das terras causada pela implantação desta lei, os homens livres e, posteriormente, os escravos libertados com o fim da escravidão e os imigrantes eram forçados a se submeter ao trabalho em grandes propriedades privadas, caso a permanência na terra fosse permitida, a ocupar novas *frentes de expansão*¹² ou a migrar para centros urbanos.

Nas cidades, os cortiços localizados em áreas centrais passaram a ser removidos e as populações pobres urbanas passaram a ocupar áreas periféricas ou residuais da ocupação urbana que deveriam ser destinadas à preservação ambiental, como várzeas de inundação de córregos, mangues, encostas com grande declividade etc. Em suma, enquanto a concentração de terras rurais gerava como principal consequência para a população do campo a falta de acesso aos meios de produção necessários ao desenvolvimento da atividade agropecuária, a concentração de terras urbanas, por sua vez, gerava para as populações urbanas a falta de acesso ao direito à cidade (habitação, infraestrutura, transporte etc.).

Da origem da Lei de Terras até os dias de hoje, este modelo de concentração da propriedade privada da terra não sofreu grandes alterações, houve apenas períodos em que o processo da concentração de terras se tornou mais exacerbado, consolidando a formação de uma sociedade patrimonialista, fundada na acumulação de terras urbanas e rurais e cujas relações de poder se estabeleciam por meio do controle do acesso à terra. Processos de grilagem cresciam, expandindo a *frente pioneira*¹³ sobre a frente de expansão, especialmente estimulada pela implantação da mecanização do campo, a partir da década de 1930.

Posteriormente, ao longo do período da ditadura militar de 1964 e 1985, se deu a “modernização conservadora”. Através de um pacto entre a oligarquia rural e a burguesia industrial, com o apoio do Estado, foram implantados processos de industrialização e de

¹¹ Homens livres são definidos por Maria Sylvia de Carvalho Franco como aqueles que possuíam a sua liberdade mas não detinham a posse de escravos e que trabalhavam em atividades agrícolas ou de mineração na economia colonial (FRANCO, [2008] c1997).

¹² José de Souza Martins define que as fronteiras agrícolas são constituídas por dois movimentos: o primeiro, denominado *frente de expansão*, caracteriza-se como o processo da ocupação de terras sem uso pela população do campo. O segundo constitui-se como a *frente pioneira*, na qual pressões econômicas da produção agrícola em larga escala passam a ocupar áreas já apropriadas pela população do campo, ocasionando a expulsão destes grupos de suas terras. Na medida em que há uma expansão da frente pioneira, surgem focos de tensão resultantes da pressão econômica que também dão origem à disputa pela propriedade da terra. MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: 1975, p.45 a 47.

¹³ Ver a definição do conceito de frente pioneira na nota de rodapé anterior.

agroindustrialização com subsídios governamentais, acumulação de terras e alta predação ambiental, tradicional na produção agropecuária brasileira.

Desde então, a acumulação de terras rurais ainda é encontrada em larga escala, em novas fronteiras agrícolas que avançam especialmente em direção à Amazônia. Nos núcleos urbanos, por sua vez, novas formas de especulação da terra foram criadas, possibilitando o consórcio de recursos públicos e privados para a (re)valorização de áreas estratégicas do ponto de vista da dotação de infraestrutura.

Como consequência desta estruturação patrimonialista histórica de nossa sociedade, verifica-se hoje no campo a expulsão da agricultura familiar de seus locais de origem. Especialmente nos casos dos cinturões verdes em torno de núcleos urbanos e nas cidades, é possível observar que o crescimento da população de assentamentos irregulares – designados *aglomerados subnormais*¹⁴ pelo IBGE – tem sido muito maior que da população brasileira, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 4: Crescimento do número de brasileiros vivendo em aglomerados subnormais em comparação com o crescimento total da população brasileira entre 2000 e 2010

Descrição	2000	2010	Porcentagem de crescimento
Número de brasileiros vivendo em aglomerados subnormais	6,5 milhões	11,4 milhões	75,0%
População brasileira total	169,8 milhões	190,7 milhões	12,3%

Fonte: adaptado de IBGE – Censo 2010 – Aglomerados Subnormais (IBGE, 2011).

A proposta das Comunas da Terra surge como uma resposta do MST à questão da falta de acesso à terra, por meio do acesso ao trabalho através da produção agrícola e, simultaneamente, proporcionando o direito à cidade por meio do acesso à moradia digna e pelo acesso à infraestrutura urbana.

1.1.2. Superexploração da Força de Trabalho

A *superexploração da força de trabalho* é definida nesta pesquisa como a baixa remuneração do trabalho que ocasiona a impossibilidade do trabalhador de arcar com custos que extrapolem a manutenção mínima de sua vida. Como a remuneração muitas vezes mal cobre às despesas mínimas ligadas à sua sobrevivência e a de seu núcleo familiar, torna-se impossível para o trabalhador realizar investimentos em questões como a sua educação, o que possibilitaria o seu crescimento profissional, e aplicar recursos em sua saúde, garantindo sua permanência em atividade no mercado de trabalho, por exemplo. Os baixos salários inviabilizam também a poupança de recursos financeiros necessária para a realização de grandes investimentos, obrigando as famílias a realizarem endividamentos para adquirirem bens de consumo. Além

¹⁴ Definidos pelo IBGE como assentamentos irregulares, conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Disponível no site: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf

disso, a inviabilização da realização de uma poupança gera a total impossibilidade desses trabalhadores de comprarem bens duráveis, como a aquisição da terra rural para o trabalho agrícola e a habitação urbana.

A superexploração do trabalho é também uma questão estrutural da sociedade brasileira. Ela acontece desde o início da colonização portuguesa, quando ocorreu a escravidão indígena e posteriormente a escravidão dos negros, por meio das quais era vedada qualquer possibilidade de melhoria da qualidade de vida do trabalhador compulsório. A abolição da escravatura, em 1888, e o assalariamento de imigrantes não melhorou as condições de trabalho e de vida do trabalhador, apenas viabilizaram, por meio da remuneração de baixos salários, o desenvolvimento inicial de um mercado consumidor colonial.

A expropriação de trabalhadores do campo pela falta de acesso à terra ou pela superexploração da força de trabalho para o pagamento da renda da terra deu origem a processos migratórios do campo para as cidades, ao longo do século XX. Nas cidades, essa massa de migrantes constituiu-se como a força de trabalho que impulsionaria a industrialização que se desenvolveu com maior proeminência a partir de 1930, fundada também na remuneração de baixos salários.

Tanto a mecanização do campo quanto a industrialização presente nos arrabaldes dos núcleos urbanos que começaram a se desenvolver entre as décadas 1930 e 1940 sempre foram fundamentadas na baixa remuneração salarial, e na não inclusão dos custos dos passivos sociais e ambientais no preço dos produtos. No meio rural, essa dinâmica resultou em conflitos; no meio urbano, deu origem ao que Ermínia Maricato define como *urbanização de baixos salários*, em que ocorre a ausência de um *Estado de Bem-estar Social*¹⁵, além da condição precária de reprodução da força de trabalho, que implicou na expansão das periferias urbanas e das desigualdades sociais nas cidades (MARICATO, 1996). A implementação dos direitos trabalhistas, que atingiu principalmente os trabalhadores urbanos por meio da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT concedeu direitos como salário mínimo e férias remuneradas, mas não alterou a baixa remuneração do trabalhador, sobre a qual a sociedade brasileira sempre se estruturou.

Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se o processo da *divisão internacional do trabalho*, por meio do qual grandes indústrias dos Estados Unidos e da Europa instalaram plantas produtivas, especialmente em países da América Latina. A origem deste processo se deu pela busca da rentabilidade da produção industrial: enquanto nos países de origem os trabalhadores tinham acesso à boa remuneração e aos direitos trabalhistas garantidos pelo Estado de Bem-estar Social, na América Latina a remuneração da força de trabalho era muito mais baixa. Assim, a oferta de salários mais baixos garantiu a rentabilidade da produção industrial, dando origem às empresas multinacionais. Iniciada na década de 1940, a divisão internacional do trabalho se estendeu no Brasil até a década de 1970, já no período da ditadura militar.

¹⁵ O Estado de Bem-estar Social, ou *Welfare State*, consiste numa teoria de uma organização política e econômica desenvolvida especialmente pelo economista inglês John Maynard Keynes, na década de 1930, na qual o Estado deveria garantir para toda a população o acesso à educação, em todos os níveis: saúde, assistência social, emprego e direitos trabalhistas, dentre outros benefícios. Para maiores informações, buscar KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Lisboa, Relógio D'água, [1936] 2010.

Esta situação foi agravada após o fim da ditadura. Com a crise do petróleo e o superendividamento da dívida externa dos governos latino-americanos, muitas empresas multinacionais transferiram suas plantas industriais principalmente para a Ásia Oriental, nas décadas de 1980 e 1990. Paralelamente a essa fuga de investimentos estrangeiros, neste mesmo período houve o crescimento do desenvolvimento tecnológico, que acarretou na substituição do trabalho humano pela informatização. Diante dessas duas grandes transformações em escala mundial, o Brasil se viu em meio a duas *décadas perdidas*, mais especificamente entre 1985 a 2004, com altos índices de desemprego e baixo crescimento econômico.

Além disso, as consequências desses processos implicaram em transformações nas relações de trabalho no País. Para fugir dessas crises, muitos trabalhadores acabaram abrindo mão de vários direitos trabalhistas, em troca de se manterem ativos no mercado de trabalho. Surge, assim, o que Paul Singer define como a *precarização do trabalho*, com a instabilidade no emprego, a terceirização do processo produtivo, o aumento de jornadas de trabalho, a redução da sindicalização, dentre outras características ligadas à perda das “compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo” (SINGER, [2012] 1998, p. 24).

A partir de 2004, a crise econômica das décadas perdidas se reverteu, dando início a um período de crescimento econômico que também implicou na redução gradativa das taxas de desemprego. Apesar do crescimento da população ocupada estar ligado significativamente à formalização de pequenas e microempresas que se encontravam na informalidade, a tendência de precarização do trabalho ainda se encontra fortemente presente nas relações de trabalho brasileiras. Mesmo com a introdução de políticas compensatórias, como o Programa Bolsa Família, a estruturação da sociedade brasileira baseada na remuneração de baixos salários ainda se mantém na atualidade.

Sem dúvida, tanto a superexploração quanto a precarização do trabalho aqui descritas constituíram-se como alguns dos principais fatores que motivaram as famílias das Comunas a lutarem pela terra. No momento da formação das Comunas da Terra, entre os anos de 2001 e 2004, as famílias mobilizadas pelo MST sofriam diretamente com a superexploração da força de trabalho e com o desemprego, tornando-se a luta pela terra a única alternativa de sobrevivência para muitas famílias (*como poderá ser visto posteriormente nos capítulos 2 e 3 desta pesquisa*). A proposta das Comunas da Terra surge como uma resposta do MST a essa situação, por meio da produção agrícola, de atividades não agrícolas ligadas à agroindustrialização e da venda direta da produção para consumidores urbanos.

1.1.3. Conservadorismo do Estado

O *conservadorismo do Estado* é definido nesta pesquisa como a operação de grandes mudanças econômicas, políticas e/ou sociais realizadas pelo Estado com o intuito de conservar a estrutura de poder vigente, privilegiando segmentos sociais ricos em detrimento dos pobres e exacerbando a desigualdade social.

A história brasileira é marcada pela atuação conservadora do Estado. José de Souza Martins aponta que, sob a premissa de “*mudar para conservar*”, no Brasil os executores das reformas

preconizadas pelas esquerdas são frequentemente seus opositores. (MARTINS J. S., 1994, p. 74). A criação da Lei de Terras de 1850 e a abolição da escravidão mudaram a estrutura econômica e social, conservando o poder dos grandes latifundiários e dando-lhes em troca da força de trabalho escravo a propriedade da terra. Também podemos citar como exemplos o golpe militar, que evitou a implantação das reformas de base, e a modernização conservadora com o pacto entre a oligarquia rural e a burguesia industrial, com o apoio do Estado, que propiciou a industrialização do País sem alterar a estrutura fundiária concentradora.

Diante desta lógica invertida, espaços urbanos e rurais constituíram, de certa maneira, uma espécie de *terra de ninguém*, uma vez que sofreram fortes pressões de mercado com a ausência da intervenção estatal ou com a presença condescendente, e por vezes até mesmo incentivadora, do Estado. Por outro lado, cabe ressaltar que, simultaneamente, esta terra de ninguém é também a *terra de alguém*: ocupações ilegais de cunho agrário e urbano atulham o campo e a cidade ao longo da história do País e foram diretamente influenciadas pela ação do mercado e do Estado.

Antes de se engajarem na luta pela terra para a formação das Comunas, as famílias mobilizadas pelo MST encontravam-se à margem da cidade formal, sem acesso aos direitos civis garantidos por lei, sem acesso ao trabalho, à moradia e à infraestrutura urbana, e sua permanência nessa situação era consentida pelo Estado. A proposta das Comunas da Terra surge como uma resposta do MST, em busca de uma mudança social estrutural que permita o acesso à terra, ao trabalho e à moradia. A partir do momento em que se engajaram na luta pela terra, essas famílias, por meio da mobilização do MST, passaram a ameaçar a estrutura de poder vigente e, conseqüentemente, a sofrer a ação repressora do Estado.

* * *

Até aqui, foram descritas as questões estruturais da falta de acesso à terra, da superexploração do trabalho e do conservadorismo do Estado que influenciaram a formação das Comunas da Terra. Na próxima seção, serão abordados os principais elementos da organização do MST que influenciaram a elaboração da proposta das Comunas da Terra.

1.2. Os elementos da organização do MST que influenciaram a origem e a estruturação da proposta das Comunas da Terra

Ao longo da história brasileira, as questões estruturais da falta de acesso à terra, da superexploração do trabalho e do conservadorismo do Estado contribuíram para a exclusão social de grupos de diferentes origens, em todo o território nacional. Consequentemente, essa situação gerou diferentes reações por parte de diversos movimentos sociais urbanos e rurais, durante o percurso histórico do País. Para esta pesquisa, torna-se pertinente a caracterização desses movimentos sociais, a partir do momento prévio à ditadura militar de 1964, que influenciaram a formação e a organização do MST.

Desde a década de 1940, as populações rurais brasileiras vinham sendo expulsas do campo devido ao crescimento da mecanização agrícola. O início deste processo se deu no final da Segunda Guerra Mundial, período em que havia a ameaça de desarticulação da produção de alimentos, que até então se concentrava nos Estados Unidos, Canadá e Europa. Diante desta situação, tornou-se fundamental para esses países pensar em uma nova estratégia para garantir a provisão alimentar, integrando também a América Latina, a África e a Ásia, sobretudo os países ou regiões mais propícios à agricultura. Assim, antes mesmo do fim da Segunda Guerra, deu-se início à *revolução verde*: um programa cujo objetivo era contribuir para o aumento da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de técnicas de plantio mais modernas e eficientes, fundadas na mecanização agrícola e no uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, com massiva utilização de recursos estrangeiros em países subdesenvolvidos. (BRUM, 1988)

Este aumento da produtividade resultante da revolução verde gerou consequências ambientais e sociais. Enquanto a predação ambiental do sistema de produção agrícola adotado no período colonial, baseado em monoculturas extensivas, tinha sua abrangência territorial e seus impactos no meio biótico amplificados – simultaneamente pela ampliação das áreas cultivadas e pela utilização de um *pacote tecnológico*¹⁶ de altíssimo impacto ambiental –, em termos sociais a utilização de fertilizantes e agrotóxicos tornava o agricultor cada vez mais dependente do mercado, e a mecanização do campo substituíva a necessidade de grandes contingentes de força de trabalho.

Expropriada de seus locais de origem pela crescente mecanização agrícola e atraída pela possibilidade de trabalho no setor industrial em expansão, uma grande parcela dessas populações rurais migrou para centros urbanos, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir:

¹⁶ Pacote tecnológico consiste no conjunto de técnicas, maquinários, insumos, sementes, agrotóxicos, dentre outros elementos, que compõem um modo de produção agrícola específico.

Gráfico 1: População brasileira conforme distribuição urbana ou rural (1940, 1950 e 1960)

Fonte: elaboração própria sobre dados do IBGE – Estatísticas do Século XX (2003).

A rápida mudança na distribuição espacial da população sobre o território urbano e rural do País entre o período de 1940 e 1960, vista no gráfico anterior, não ocorreu sem consequências. Os migrantes do campo encontraram empregos na indústria em crescimento nos principais núcleos urbanos do País, localizados especialmente na região sudeste. Essa industrialização, no entanto, foi realizada com base na remuneração de baixos salários, fato que resultou na impossibilidade do trabalhador urbano de arcar com os custos de sua reprodução mínima. Limitados a uma parca sobrevivência, os trabalhadores urbanos não conseguiam adquirir sua habitação dentro dos limites da cidade formal, sendo obrigados a construir ilegalmente suas próprias casas em áreas de periferia ou em áreas restritas à preservação ambiental, como nas margens de rios e córregos, em encostas íngremes, em mangues, dentre outras áreas impróprias para a habitação. Como reflexo deste fato, mobilizações sociais em torno do aumento dos salários sempre estiveram presentes na realidade brasileira deste período, por meio de greves de diferentes setores.

Até então, grande parte da população associava problemas urbanos aos baixos salários, e essas causas urbanas frequentemente eram tomadas por sindicatos e incorporadas às lutas trabalhistas. Apesar disso, a questão do acesso à moradia e do direito à cidade começava a extrapolar os limites do domínio privado e a ganhar visibilidade também como uma questão de ordem pública. Em 1963, o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB elaborou o documento “Conclusões do Seminário de Habitação e Reforma Urbana”¹⁷, fruto do seminário sobre Habitação e Reforma Urbana realizado pelo IAB em parceria com o IBASE, em Petrópolis/RJ. Neste documento, defendeu-se que a questão nacional da moradia deveria deixar de ter uma abordagem assistencial, meramente quantitativa, e se tornar uma atribuição multissetorial do governo, que extrapolasse a concessão da habitação em si mesma. Buscava-se, assim, a integração entre habitação e reforma urbana, tratadas de modo complementar em todo o texto. Além disso, o documento buscava diagnosticar e elaborar soluções para os problemas urbanos então existentes.

Apesar da importância da iniciativa, que originou a discussão sobre a reforma urbana no Brasil, a justificativa para a sua implementação ainda era frágil – havia pouco conhecimento da dimensão do problema urbano, por falta de estudos. Ademais, a população urbana ainda não era maior que a população rural e, conseqüentemente, a falta de infraestrutura e a falta de acesso à moradia não apresentavam o impacto que têm atualmente.

¹⁷ Disponível em (ARQUITETURA, 1963).

Além de estimular a discussão sobre a questão da habitação e do direito à cidade, o crescimento da migração do campo para as cidades também contribuiu para o acirramento do debate sobre a questão agrária, que ganhou proeminência dentro da sociedade brasileira especialmente no início da década de 1960, sendo a reforma agrária reconhecida por grande parte da sociedade como uma reforma estrutural necessária para o desenvolvimento do País¹⁸. Nesse período, algumas organizações foram especialmente significativas: as Ligas Camponesas, que congregavam agricultores no sertão de Pernambuco; o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER, no Rio Grande do Sul; e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB que, através do Partido Comunista Brasileiro – PCB, congregava sindicatos rurais nos demais estados da federação.

Além destas organizações, é importante ressaltar o papel do ex-presidente João Goulart – ou Jango, como era conhecido – como protagonista deste período e a sua intervenção em questões relativas aos salários e ao acesso à terra urbana e rural. Jango contribuiu para que causas sociais ganhassem visibilidade entre as décadas de 1950 e 1960, concedendo um aumento de 100% do salário mínimo em 1953, quando se encontrava no cargo de ministro do Trabalho do governo Vargas; e, posteriormente, como presidente no início da década de 1960, propondo a implantação das reformas de base, nas quais se incluíam a reforma agrária e a reforma urbana. Se por um lado sua atuação política o tornou um valioso mediador entre o Estado e movimentos sociais, por outro a proximidade de Jango com o bloco socialista em plena Guerra Fria era vista como uma ameaça ao desenvolvimento do capitalismo, por diversos grupos sociais no País.

Com o discurso apoiado na tentativa de impedir o avanço do comunismo no País e buscando tolher mudanças estruturais que interferissem na acessibilização da terra e da riqueza socialmente produzida, o golpe militar de 1964 sufocou movimentos sociais urbanos e rurais, cujas lideranças foram presas, extraditadas do País ou assassinadas. Mais do que a pregação anticomunista, podemos notar, dentre as justificativas que respaldavam o golpe militar, a permanência da ideologia conservadora, apoiada por argumentos liberais ligados à proteção ao livre mercado e ao desenvolvimento da economia. Desta forma, buscava-se a chamada *modernização conservadora*, uma tentativa de modernização do País que permitisse, no entanto, a conservação de sua estrutura fundamental, baseada na concentração de terra e riqueza por parte dos proprietários fundiários e imobiliários e/ou detentores de capitais. Empreenderam-se assim as mudanças necessárias à modernização, sem alterar significativamente a ordem.

Diante de tantas disputas, durante o golpe militar era impraticável o exercício da política então vigente, que negava uma resposta do Estado aos milhões de desvalidos. No entanto, não havia interesse dos detentores de capitais e/ou proprietários fundiários e imobiliários, fortemente representados pelo Estado, em que as reivindicações dos movimentos sociais urbanos e rurais, ao serem eventualmente atendidas, interferissem na distribuição de riqueza e na estrutura fundiária bastante concentrada.

¹⁸ A concepção de que a reforma agrária era uma mudança estrutural necessária para possibilitar o desenvolvimento brasileiro era defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Foi defendida por diversos políticos e movimentos sociais até a década de 1960 como uma das principais justificativas para a execução de uma reforma agrária no País.

A alternativa ao refreamento dessas disputas foi a implantação de medidas paliativas, como a criação do Banco Nacional da Habitação – BNH / Sistema Financeiro da Habitação – SFH, em agosto de 1964, e do Estatuto da Terra, em novembro de 1964, para acalmar os ânimos exaltados dos movimentos sociais, em conjunto com a atuação de ampla força repressora aos focos de conflitos. Apesar de trazerem propostas inovadoras, ambas as medidas tornaram-se inócuas quanto à realização de mudanças estruturais.

Grande parte da sustentação do regime militar encontrava-se no setor econômico. Em escala internacional, políticas de pleno emprego em países centrais encareciam a força de trabalho local, fato que acabou estimulando a industrialização de países subdesenvolvidos e redefinindo a divisão internacional do trabalho. Surgia um novo espaço para o crescimento do capitalismo, por meio da expansão de empresas internacionais, a partir da implantação de novos parques industriais nos países do então chamado Terceiro Mundo.

Diante desse cenário internacional, o regime militar preconizou uma política de crescimento da economia, apoiada no incentivo ao desenvolvimento de setores agroindustriais, pela continuidade da revolução verde e de setores industriais internacionais e pela implantação de empresas multinacionais. Além disso, o governo militar também incentivou a construção civil, especialmente por meio de investimentos em grandes obras públicas custeadas pelo próprio capital internacional, à custa do crescimento da dívida externa brasileira. Com a divulgação da ideia de que seria necessário *“crescer o bolo para depois reparti-lo”*, contraditoriamente o regime militar apoiou o desenvolvimento dos setores industriais, agroindustriais e da construção civil na remuneração de baixos salários, o que inviabilizava a distribuição da riqueza socialmente produzida. Além disso, o apoio pelo Estado a esses setores industriais e agroindustriais frequentemente se dava por um conjunto de incentivos fiscais que, dentre outras medidas, reduziam drasticamente os custos de compra da terra.

Como resultado, verificou-se o crescimento da concentração das terras urbana e rural, dado por um lado pela criação de reservas de lotes urbanos em áreas interessantes para o investimento imobiliário e, por outro, pela expropriação da população rural por meio da ocupação da frente pioneira (no caso, a agroindustrialização) sobre a frente de expansão. Cada vez mais, as populações urbanas pobres passavam a habitar áreas menos valorizadas, mais distantes dos centros urbanos e ambientalmente mais frágeis, sujeitas a inundações por enchentes e a deslizamentos de terras, assim como a doenças, pela falta de saneamento básico. Além disso, projetos de colonização levavam populações rurais para assentamentos no norte do País, em áreas isoladas, distantes de mercados consumidores e sem infraestrutura, prática que frequentemente inviabilizava o sucesso de tais empreendimentos.

Ao longo da década de 1970, crises econômicas internas, ligadas ao superendividamento pelos empréstimos estrangeiros, e externas, ligadas especialmente à desestabilização econômica mundial pela alta do preço do petróleo, ocasionaram a redução dos índices de crescimento econômico que se constituíam como base do regime militar. Com o fim do milagre econômico, o poder repressivo do regime militar perdeu força e mobilizações civis e religiosas voltaram a ganhar proeminência no cenário político brasileiro. Se ao longo dos anos 50 a perspectiva de desenvolvimento econômico era apontada como solução para a pobreza, ao longo dos anos 70

tornou-se evidente que este modelo de desenvolvimento não buscava proporcionar para a população pobre o acesso à terra e a riqueza socialmente produzida.

Como fruto desta conjuntura política e econômica, ocorreu o nascimento, ou em alguns casos a retomada, de diversos movimentos de luta pela terra e por moradia em todo o território nacional. Além disso, problemas urbanos e rurais se tornavam questões cada vez mais evidentes: a falência dos projetos de colonização, ocasionada pela ingerência do governo sobre os projetos, acompanhada pelo crescimento do êxodo rural resultavam no crescimento desordenado de periferias e favelas, com alto *deficit* habitacional para a população pobre, além de uma miríade de problemas urbanos. Nesse período, 68% da população brasileira já moravam em cidades, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 2: População brasileira conforme distribuição urbana ou rural (1960, 1970 e 1980)

Fonte: elaboração própria sobre dados do IBGE – Estatísticas do Século XX (2003).

Em defesa dos pobres surge, a partir da Igreja Católica, a organização das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Essas pequenas comunidades, cuja formação foi incentivada pelo Concílio Vaticano II na década de 1960, se espalharam pelo País ao longo da década de 1970 e tiveram grande importância no processo de democratização, tanto no meio urbano quanto rural. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra – CPT, entidade que teve um papel crucial na denúncia das atrocidades ocorridas no campo, no final do regime militar. No início da década de 1980, os conflitos urbanos e rurais também receberam grande apoio do Partido dos Trabalhadores – PT, fundado em 1980, e do novo sindicalismo, através da CUT, fundada em 1981.

Apesar de terem se tornado as principais referências políticas e culturais da mobilização dos trabalhadores que então se articulavam, essas instituições apresentavam limites em suas áreas de atuação. Para os movimentos sociais do campo, cada vez mais se tornava necessário buscar ações que interferissem diretamente nos fundamentos da concentração da terra, mesmo que isso significasse ir contra a lei. Nesse contexto, a *ocupação de terras* surge como uma intervenção direta de grupos sociais, com o intuito de atingir a raiz da contradição jurídica do acesso à terra no País: o direito à propriedade privada garantido pelo Código Penal, em oposição à função social da terra garantida desde 1964 pelo Estatuto da Terra.

Mobilizações rurais ocorridas no período de 1979 até 1984 deram origem a ocupações nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os conflitos decorrentes dessas ocupações tiveram ampla repercussão nacional, resultando no direcionamento de grande parcela da opinião pública a favor da luta por justiça social no campo.

Uma das principais características dessas mobilizações era a sua radicalidade, baseada principalmente em ações de ocupação de propriedades improdutivas, como meio de pressionar o Estado na direção da desapropriação de novas fazendas e da agilização de processos em curso.

Entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Estavam presentes trabalhadores de 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. No encontro, era notável a grande heterogeneidade dos grupos participantes que vinham de culturas diferentes, além de apresentarem diferentes formas de obtenção dos meios de vida, que consequentemente implicavam em diferentes relações com a terra e com o meio biótico em que se inseriam. Apesar disso, esses grupos tinham como características comuns a falta de acesso à terra, assim como a consciência de que isolados em seus locais de origem não teriam força para realizar mudanças sociais. E nesse encontro foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

A partir de documentos do MST¹⁹ produzidos para a formação política de seus dirigentes e/ou para a sua base, é possível verificar que desde a sua origem o MST buscava a união de diferentes setores sociais, que iam desde os já mencionados PT, CPT e CUT, além de outros movimentos sociais e sindicais (CONTAG, sindicatos de trabalhadores rurais), passando até mesmo por personalidades de ampla projeção popular, com o intuito de massificar o apoio à reforma agrária. Além disso, verificou-se também nesses documentos que, apesar de se caracterizar como um movimento de luta pela reforma agrária, o MST sempre teve forte presença nas cidades: além do Movimento Sem-Terra ter se originado dentro do contexto do *esgotamento do modelo urbano-industrial*, como é apontado na carta do 1º Congresso Nacional do MST, ocorrido em 1985²⁰, ele consiste também em uma resposta à exclusão social ocasionada pelo esgotamento desse modelo (A carta do 1º Congresso Nacional do MST encontra-se disponível na íntegra a seguir).

Parte significativa dessa resposta é dada pela grande importância que o MST adquire no contexto nacional, tanto pela união de diversos movimentos sociais em grande parte do território nacional como pela prática da ocupação de terras, duas inovações nunca antes vistas na história da luta pela terra no Brasil. Mas também é fundamental ressaltarmos que a resposta a esse esgotamento do modelo urbano-industrial a que a carta do 1º Congresso se refere passa também pela mudança dos objetivos a serem atingidos com a realização da reforma agrária no Brasil.

Nas décadas de 1950 e 1960 o centro do argumento de defesa da realização da reforma agrária se encontrava no fato dela ser uma medida necessária para propiciar o desenvolvimento do País. Após a ditadura esse argumento perde sentido, uma vez que o setor industrial já se encontrava bastante desenvolvido. Diante disso, a necessidade da realização da reforma agrária volta-se não mais para o desenvolvimento do País, mas para o combate às desigualdades sociais, decorrentes da concentração da terra e da industrialização/urbanização de baixos salários,

¹⁹ Para esta pesquisa, vários documentos internos do MST foram consultados e se encontram listados na bibliografia. Para este tema especificamente, buscar: MST. *A Política Fundiária do governo*. (Caderno de Formação nº 1), São Paulo, 1984 e MST. *3º Encontro nacional – nossas prioridades* (Caderno de Formação nº 12). São Paulo, 1987.

²⁰ Disponível no site: www.mst.org.br/node/839 em 10/04/2013

produzidas por esse modelo de desenvolvimento. Essas desigualdades sociais seriam o resultado do esgotamento do modelo urbano-industrial e dos efeitos perversos da questão agrária e da questão urbana na sociedade brasileira. Após a ditadura militar, além da luta pela abertura política, a redução dessas desigualdades passava necessariamente pela democratização do acesso à terra, como apontavam as palavras de ordem do Primeiro Congresso: “Sem reforma agrária, não há democracia”.

Figura 1: Carta do 1º Congresso do MST, realizado em 1985, na cidade de Curitiba, PR

Carta do 1º Congresso Nacional do MST (1985)

A década de 1980 representa o esgotamento do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, iniciado na década de 1930. Ao mesmo tempo, 1984 foi o último ano de um governo da ditadura militar, iniciada em 1964. Desde meados da década de 1970, as lutas populares e sindicais, principalmente dos grandes centros urbanos, exigiam o fim do regime militar e liberdades democráticas. Dessas lutas, além de desgastar o governo ditatorial, surgiram o Partido dos Trabalhadores (PT – 1980) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT – 1981), abrindo perspectivas de lutas que deveriam ir além do governo militar e que teve na campanha pelas Diretas Já (1984) a sua melhor expressão da capacidade de mobilização popular.

No campo, a ditadura militar reprimiu as organizações dos camponeses, seus líderes foram assassinados, presos ou exilados, e sufocou o debate e a elaboração teórica sobre a questão agrária no Brasil. O governo militar impôs uma política de modernização da agricultura, para atender a demanda urbano-industrial e do

mercado externo, sem fazer reformas na estrutura fundiária. Modernização que aprofundou a exclusão social, aumentando o êxodo rural, as desigualdades tecnológicas e nas relações sociais no campo.

Nesse contexto, cresceram as lutas populares em defesa da Reforma Agrária, pela reorganização sindical e contra o governo militar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgida em 1975, foi muito importante na retomada das lutas e na organização dos camponeses. Além disso, mesmo com toda a repressão do regime militar, a luta pela terra continuou ocorrendo em todas as regiões do País.

É nesse clima de enorme agitação política e de expectativa de crescimento da organização da classe trabalhadora que aconteceu o Primeiro Congresso Nacional, em 1985. Naquela ocasião, visando o crescimento do MST e da luta pela Reforma Agrária, surgiram os desafios de:

- 1º colocar a Reforma Agrária na agenda do País;
- 2º consolidar a organização do MST nacionalmente;
- 3º buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo País;
- 4º definir e implementar uma forma de luta contra os latifúndios.

Por isso, a palavra de ordem escolhida para o primeiro Congresso foi “Sem Reforma Agrária, não há Democracia”.

Fonte: Site MST - (MST, 1985).

O MST passa, então, a incorporar duas grandes frentes de mobilização de famílias sem-terra: (I) ações de luta pela permanência ou pelo retorno à terra em zonas rurais, para populações que se encontravam em conflitos com proprietários fundiários ou até mesmo com o Estado; (II) mobilização de famílias pobres em núcleos urbanos (que variam desde pequenos agrupamentos em distritos predominantemente rurais até em regiões metropolitanas), por meio de reuniões e palestras com as famílias chamadas de *trabalho de base* pelos dirigentes do MST. Nessas reuniões, as famílias moradoras de bairros de periferia e favelas eram convocadas para palestras de formação política, nas quais os dirigentes conscientizavam os participantes sobre o modo como eram atingidos pelas desigualdades sociais. A partir disso, apresentavam a alternativa da luta pela terra por meio da ocupação de propriedades improdutivas. As pessoas interessadas eram então cadastradas pelos dirigentes e informadas de que, após alguns meses, deveriam se preparar para a

ocupação em um local não informado – o trabalho de base é adotado até hoje pelo MST como uma importante forma de mobilização das famílias.

Até aquele momento, apenas a discussão sobre a conquista da terra norteava a ação de dirigentes e da base do MST como eixo central de suas ações. Não havia um projeto de reforma agrária estabelecido, conforme pode ser verificado na descrição realizada no Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 do MST, que relata a evolução da organização produtiva do Movimento Sem-Terra :

O MST queria resolver o problema da terra do ponto de vista individual. O sem-terra pensava só nele, na família dele (caráter corporativista). A ideia da produção é marginal. A ideia que subjaz é de que, conquistada a terra, cada um que se vire. O sem-terra pegava a terra e virava um pequeno proprietário. A ideia era: “o dia que vou ter a minha terrinha está resolvido todos os meus problemas”. Não se pensava a luta mais ampla. Era uma luta pela terra e não pela reforma agrária. Não era vista como uma luta da categoria dos camponeses e da classe trabalhadora. O assentado buscava copiar o que já conhecia: a propriedade familiar estilo “pequeno proprietário”. A produção estava voltada basicamente para o autossustento (para o mercado ia o excedente). (MST, 1998, p. 28)

A partir da realização das primeiras ocupações de terra, a perspectiva descrita na citação acima acaba sendo modificada. Surgem novos desafios para o MST, a partir da formação dos *acampamentos* (áreas ocupadas pelo Movimento Sem-Terra que não foram oficializadas pelo Estado) e dos *assentamentos* (áreas ocupadas que passaram por processos de desapropriação e de distribuição da terra pelo Estado para as famílias sem-terra). Diante desse novo cenário, surge a necessidade para o MST de criar uma nova estruturação interna que envolvesse desde a organização das áreas conquistadas até a estruturação da hierarquização do próprio Movimento Sem-Terra, que caminhava para a sua expansão por todo o território nacional. Ao conjunto dessa organização interna foi dado o nome de *organicidade do MST*, que passou por mudanças e evoluiu conforme as questões enfrentadas.

Neste ponto, dentro da ótica adotada nesta pesquisa torna-se importante ressaltar que a formação e a estruturação dessa organicidade do MST se deram sobre quatro pilares específicos:

- Primeiro, pelo **acesso ao trabalho por meio da produção agrícola**: luta pelo acesso à terra rural é também necessariamente a luta pelo acesso ao trabalho. Este é um fator decisivo para o MST, que carrega em seu próprio nome esta definição: o MST é o “Movimento dos **Trabalhadores** Rurais Sem-Terra”. Por meio do acesso ao trabalho, as famílias garantem o acesso à alimentação, têm a possibilidade de realizar sua reprodução mínima e de se inserir na sociedade de modo justo, sem a superexploração de sua força de trabalho e produzindo alimentos de qualidade, a preços acessíveis para outras populações pobres – inclusive das cidades. Em suma, o acesso à produção agrícola permite às famílias o resgate da própria cidadania.

- Segundo, pela **construção de alianças**: como foi anteriormente mencionado, os dirigentes que deram origem ao Movimento Sem-Terra em 1984 tinham consciência de que sozinhos e isolados em seus locais de origem nunca conseguiriam atingir seus objetivos. A questão da construção de alianças acaba extrapolando a questão da massificação, ou seja, do

aumento do número de pessoas que reivindicam o acesso à terra; as alianças trazem a possibilidade de identificação da existência de um problema comum aos trabalhadores do campo e da cidade que é a falta de acesso ao trabalho, ou a superexploração da força de trabalho (*como pode ser visto na figura 2, a seguir*).

Esse foi, e é, um fator decisivo para o MST, uma vez que para construir uma sociedade mais justa é necessário ter consciência de que os limites dos problemas agrários ultrapassam o campo e repercutem na cidade. Além disso, no campo e na cidade os trabalhadores sofriam com os mesmos problemas de superexploração. Desse modo, mais do que a massificação da luta pela terra, as alianças que se iniciavam abriam caminho para uma maior politização dos dirigentes e da própria base a respeito da situação na qual se encontravam.

Figura 2: Trecho do Caderno de Formação nº12, referente à articulação do MST com os demais trabalhadores do País

Fonte: Arquivo MST - (MST, 1987, p. 10).

- Terceiro, pela **influência da Igreja Católica**: o MST não é vinculado à Igreja Católica e muitas famílias que o integram são de religiões protestantes. Apesar disso, é inegável a influência da Teologia da Libertação sobre os objetivos do Movimento Sem-Terra. Diversos documentos internos²¹ do MST direcionados à formação política de dirigentes e da base partem de um ideal de

²¹ Sobre o tema, buscar: MST. *O papel da Igreja no movimento popular* (Caderno de Formação nº 8). São Paulo, 1985. e MST. *Latifúndio – o pecado agrário brasileiro*. (Caderno de Formação nº 33). São Paulo, 1999, dentre outros.

justiça frequentemente associado à *busca da terra prometida*, numa concepção de que a terra é uma dádiva de Deus e não uma propriedade privada limitada ao uso de poucas pessoas.

Talvez a forma mais curiosa da influência da Igreja Católica dentro do MST esteja na prática designada pelos dirigentes como *mística do Movimento Sem-Terra*. Introduzida no MST pela Comissão Pastoral da Terra, ainda na organização das CEBs (ALMEIDA A. A., 2005), as místicas são encenações teatrais ou dinâmicas de grupo realizadas em reuniões e eventos do MST, normalmente antes do início a palestras, discussões ou festividades. Seu objetivo é buscar a transcendência da luta concreta pela terra para a incorporação de valores imaginários de uma comunidade. As místicas abordam em seu conteúdo temas referentes à luta pela terra e normalmente são direcionadas para questões pertinentes ao momento em que a comunidade se encontra. Além disso, valores cristãos como o *amor ao próximo* são estimulados, por meio do incentivo ao desenvolvimento da solidariedade entre as famílias sem-terra. A solidariedade, o apoio mútuo e o cooperativismo são apontados pelo MST como importantes meios para o fortalecimento das famílias acampadas e assentadas e para a luta pela permanência na terra e para a melhoria das condições de produção agrícola. A cooperação acabou se tornando uma estratégia para a organização de seus acampamentos e assentamentos, como veremos mais adiante.

- E quarto, pela **acessibilização da educação para todos os assentados e acampados**: para suprir a falta de acesso à escola nas primeiras ocupações de terra e também como meio de conseguir cuidar das crianças no momento da organização do acampamento, surgiram as primeiras escolas do MST. Organizadas por pessoas dos próprios acampamentos e assentamentos, estas iniciativas deram origem à formação de escolas profundamente enraizadas na sua realidade e nas suas necessidades. Com o apoio da pedagogia Paulo Freire, as escolas do MST se consolidaram para oferecer educação a todos os assentados e acampados, como uma questão política que integra a luta por uma reforma agrária que ultrapassa o acesso à terra, permitindo a formação de cidadãos – novos homens e mulheres – com acesso aos seus direitos básicos, dentre os quais o acesso ao conhecimento como um meio de inclusão social e de empoderamento político.

Foto 1 (esquerda): Escola do Assentamento Anonni, Rio Grande do Sul, 1986. **Foto 2 (direita):** Escola em um assentamento no Maranhão (sem data).

Fonte: www.mst.org.br/node/8752

Diante dos avanços conquistados e das dificuldades enfrentadas nas primeiras ocupações de terras, surge dentro do MST um processo de especialização de sua organicidade, criando-se duas grandes estruturas principais: as *instâncias de representação* e os *setores*. Nas instâncias de representação são traçadas as linhas políticas gerais de atuação do MST. São compostas pelo congresso nacional, encontro nacional, congressos estaduais e encontros estaduais. Enquanto nos encontros são formulados e avaliados as linhas políticas e os planos de trabalho dos setores, os congressos constituem-se como um grande momento de confraternização, onde são aprovadas as linhas políticas criadas nos encontros.

Além dos congressos e encontros, as instâncias de representação também são compostas pelas coordenações nacional, estadual e regional, responsáveis pelo cumprimento das deliberações dos congressos; pelas direções nacional e estadual, que acompanham e representam o MST nos âmbitos nacional e estadual, trabalhando em prol da organicidade do Movimento Sem-Terra; pela coordenação de assentamentos, acampamentos e grupos de base, isto é, grupos de trabalho específicos voltados para educação, formação, frente de massas etc. Esta estrutura também é composta pelas secretarias do MST, que se constituem como entidades regionais de representação jurídica do Movimento Sem-Terra, responsáveis pela captação de projetos, recebimento de doações, fechamento de convênios com o Estado, dentre outras tarefas.

Os setores do MST, por sua vez, são responsáveis pelo desenvolvimento de tarefas específicas. Alguns setores podem ser apontados como principais: o *setor de frente de massa* é responsável pela realização de trabalhos de base e conscientização, desenvolvidos não somente dentro dos acampamentos e assentamentos, mas também na cooptação de famílias para a participação nas ocupações. Segundo Fernandes, o setor de frente de massas “faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST” (FERNANDES, 2000, p. 173). Já o *setor de formação* é responsável pela formação sociopolítica das famílias sem-terra, com a qual busca-se a compreensão do sistema capitalista e o reconhecimento da situação de exploração a que as famílias encontram-se sujeitadas, bem como as alternativas ao sistema político-econômico vigente. Esse setor atua em forte parceria tanto com o setor de frente de massa quanto com o *setor de educação*. Esse último, por sua vez, busca uma formação educacional ampla de crianças, jovens e adultos, que proporcione o acesso a conhecimentos úteis tanto para a vida dentro do assentamento quanto para a vida em sociedade. O *setor de produção* ocupa-se da viabilização da produção agropecuária e da cooperação agrícola dentro dos assentamentos. Outros setores foram se organizando conforme demandas de atuação do Movimento Sem-Terra, como *finanças, projetos, comunicação, relações internacionais, gênero, saúde e direitos humanos*.

É de especial interesse desta pesquisa a evolução do setor de produção do MST, uma vez que é o responsável pelo planejamento das Comunas da Terra. Como foi descrito anteriormente, no período da formação do MST havia pouca preocupação com o desenvolvimento da produção agrícola em cooperação. Com o passar do tempo, contudo, a questão começou a tomar importância dentro do Movimento Sem-Terra.

De acordo com o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 do MST, no período entre 1984 e 1989 ocorreu o aumento do número de assentamentos criados pelo governo, mas, ao contrário do que se esperava, a situação de precariedade ligada à fome e à miséria não sofreu mudanças significativas no período em que as famílias estavam acampadas. “Começa a ficar claro que se

cada assentado tentar resolver sozinho o problema da produção, corre risco de ter que entregar a terra [devolver a terra para o Estado], como aconteceu com alguns” (MST, 1998, p. 29).

Em busca de uma alternativa para essa situação, começaram a se multiplicar nos acampamentos e assentamentos iniciativas de cooperação, que se apresentavam em duas diferentes direções:

A) Pequenos grupos de associações coletivas: bastante influenciados pelas CEBs e pela Igreja Católica, esses pequenos grupos normalmente contavam com 10 a 15 famílias para a realização de tarefas agrícolas em cooperação. “Elas iam experimentando. Defendiam ser pequeno porque: era mais fácil organizar [...] e se não desse certo o estrago ia ser menor (iam construindo a teoria a partir da prática)” (MST, 1998, p. 29).

B) Grandes associações: “Elas não eram de trabalho coletivo. Eram mais para a representação política dos assentados e para a prestação de serviços do que para a produção”. (MST, 1998, p. 29)

A partir dessas primeiras experiências, os dirigentes do MST perceberam que tanto os pequenos coletivos quanto as grandes associações apresentavam limites, pois não conseguiam avançar substancialmente no desenvolvimento da produção, “ora porque eram muito pequenos, ora por não se guiarem por critérios econômicos” (MST, 1998, p. 31). Diante destes limites, surge entre 1986 e 1987 a proposta de organização de Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs, influenciadas pelo modelo de cooperativas agropecuárias adotado em Cuba. Além de aumentar a produtividade agrícola por meio do trabalho cooperado, a reunião de agricultores em núcleos nas CPAs cubanas facilitava a aplicação de investimentos estatais para o acesso à infraestrutura e a serviços de assistência social como educação, saúde e lazer. Deste modo, surge uma proposta intermediária às pequenas associações de 10 a 15 famílias e às grandes associações de prestação de serviços, com a criação de cooperativas que abrangiam todas as famílias do assentamento que tivessem interesse em participar.

Além de surgirem por conta das demandas internas de superação da fome e da miséria, a organização das cooperativas também foi bastante influenciada por ações do governo Sarney. Em 1985, foi criado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA. Apesar de sua proposta inicial, criada por José Gomes da Silva, ser fortemente comprometida com a reforma agrária, com previsão de assentamento de 7,1 milhões de famílias ao longo do governo Sarney, o plano acabou passando por uma grande reformulação de seus objetivos, com a extensão do prazo de assentamento das famílias para 15 anos e prevendo para o período o assentamento de 1,4 milhões de famílias. Ao final do governo Sarney, apenas 90 mil famílias foram assentadas. Mesmo com a drástica redução dos objetivos iniciais, o I PNRA introduziu inovações ao investir em processos de desapropriação, no lugar da colonização adotada no período do regime militar, além de buscar a organização dos assentamentos após a sua criação, por meio da implantação de cooperativas e pela disponibilização de assistência técnica. Cabe ressaltar que, inicialmente, essas cooperativas eram controladas pelo governo por meio do INCRA.

Em conjunto com o baixo número de famílias assentadas, o I PNRA apresentou outros problemas: até então, a realização da reforma agrária era uma competência atribuída ao governo federal, e a grande burocracia desse processo, em conjunto com a dificuldade de acesso e

controle dos assentamentos *in loco* por um órgão centralizado, fazia com que a implantação da infraestrutura ou o acesso a créditos de produção demorassem bastante ou mesmo nunca chegassem a ser implantados. Além disso, o I PNRA foi marcado por escândalos ligados ao pagamento de superindenizações entre 1987 e 1989.

A Constituição Federal de 1988 também influenciou a organização dos assentamentos: apesar de incluir no texto a função social da propriedade da terra, os critérios para a desapropriação de propriedades improdutivas eram bastante vagos, de modo a inviabilizar a criação de novos assentamentos, pela falta da regulamentação da lei. Por outro lado, a Constituição possibilitou que as cooperativas fossem administradas pelas próprias famílias dos assentamentos e não mais pelo INCRA, fato que estimulou o crescimento do interesse do MST nessa forma de organização.

Ao longo do governo Collor, ocorreu uma forte repressão ao MST e uma falta de regulamentação dos critérios para a desapropriação de terras improdutivas, o que inviabilizava a formação de novos acampamentos e assentamentos. Diante dessa situação, o MST redirecionou temporariamente seu objetivo para a consolidação dos assentamentos já existentes, como pode ser observado na carta do 2º Congresso Nacional do MST: “[...] o fortalecimento dos setores, a organização interna dos assentamentos e acampamentos, a busca da autonomia política e financeira da organização e os debates e a elaboração de uma proposta política e organizativa para o setor de produção” (*trecho em negrito na figura a seguir*).

Figura 3: Carta do 2º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em 1990

2º Congresso Nacional (1990) – Ocupar, Resistir e Produzir

A elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, da Constituição Federal (1988), os enfrentamentos com a União Democrática Ruralista (1986-90) e com o Centrão (agrupamento dos parlamentares mais conservadores do Congresso Nacional) e a eleição presidencial de 1989 foram atividades políticas que retrataram a efervescência política da segunda metade da década de 1980.

O crescimento eleitoral, a ida para o segundo turno e a expectativa de vitória da candidatura de Lula, em 1989, numa eleição polarizada entre a esquerda e a direita, eram o resultado de duas décadas de lutas e da organização da classe trabalhadora. Mesmo com a derrota eleitoral, fechamos a década com a sociedade mobilizada, com um movimento sindical combativo e atuante e com as forças progressistas preocupadas em apresentar um projeto de desenvolvimento para o país alternativo ao das elites.

Na Reforma Agrária, a inclusão do conceito de função social da propriedade agrícola na Constituição Federal deu um novo estímulo à nossa luta. O MST já havia se consolidado em todas as regiões do País e adotado como principal forma de luta a ocupação dos latifúndios improdutivos.

No entanto, a eleição de Fernando Collor já sinalizava as dificuldades que teríamos na década de 1990. Por isso, os desafios se voltaram para os cuidados internos da organização: o fortalecimento dos setores, a organização interna dos assentamentos e acampamentos, a busca da autonomia política e financeira da organização e os debates e a elaboração de uma proposta política e organizativa para o setor de produção. Desafios que foram sintetizados na palavra de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir”.

Fonte: Site do MST – (MST, 1990).

Como foi mencionado na Carta do 2º Congresso Nacional do MST, no período entre 1985 e 1990 o Movimento Sem-Terra “já havia se consolidado em todas as regiões do País”, presente em 23 dos 26 estados brasileiros, uma abrangência nunca antes conseguida por um movimento social no Brasil. Apesar desse crescimento, novos desafios surgiam: entre os anos de 1989 e 1990, os dirigentes do MST começaram a ter consciência de que a ação de cooperativas isoladas nos

assentamentos também apresentavam limites para a organização econômica e política dos assentamentos. Era preciso buscar a inserção no mercado, como pode ser visto na descrição do Caderno de Cooperação Agrícola nº 5:

O problema da produção passava a ser tão importante quanto ocupar. Isso deve refletir-se nos quadros, nos recursos, etc. O problema da produção passa a ser visto como parte da luta de massas. [...] Decide-se avançar as formas de cooperação agrícola. Em 1990 a CPA passa a ser defendida como uma etapa superior de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital. Pela primeira vez formulam-se linhas políticas para a organização dos assentados e para a organização da produção [...]. Passamos a entender que era impossível avançar organizando a produção apenas no nível da subsistência. Isso não mexia com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía. Surge o desafio de fazer uma produção que envolvesse a subsistência e o mercado. (MST, 1998, p. 31)

Diante da grande importância dada à questão produtiva, surge em 1990 a discussão para a criação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos – SCA que, entre 1991 e 1992, passaria a ser conhecido como o setor de produção do MST, buscando a elaboração de linhas político-produtivas que guiassem a organização de todos os acampamentos e assentamentos do MST. Apesar de serem linhas norteadoras gerais para todas as áreas ligadas ao Movimento Sem-Terra, elas não poderiam interferir na opção produtiva de cada unidade familiar. Após a apresentação da alternativa da cooperação agrícola, caso alguma família optasse pela produção individual ou restrita a um pequeno grupo, a opção dessa(s) família(s) deveria necessariamente ser respeitada pelo coletivo do acampamento ou do assentamento.

Ao ir além da produção para a sobrevivência, tentando inserir a produção dos assentamentos também na produção para o mercado, os dirigentes do MST verificaram a necessidade de capacitar um grande contingente de pessoas para a administração de cooperativas locais. Como alternativa para essa questão, foi criado o Curso Técnico em Administração de Cooperativas – TAC, no Rio Grande do Sul. Sua primeira turma teve início em junho de 1993 e o curso existe até o presente momento, considerado um dos principais cursos para formação de dirigentes do MST.

A situação de repressão ao Movimento Sem-Terra criada no governo Collor só se reverteu com o seu *impeachment* em 1992, quando a presidência foi ocupada por Itamar Franco. O fim da forte repressão ao MST possibilitou a retomada das ações de mobilização e de ocupação de terras. Como resultado, ao final do governo Itamar Franco foram promulgadas reformas no texto da Constituição de 1988, através da Lei Agrária de 1993, com o intuito de controlar momentaneamente a eclosão dos conflitos. Essa nova lei consistia na estipulação de instrumentos que possibilitavam a retomada da reforma agrária, dentre os quais a especificação dos critérios que definiriam quais propriedades seriam passíveis de desapropriação. A lei também incluía o mecanismo jurídico do rito sumário, que estabelecia o prazo de 120 dias para a avaliação do Poder Judiciário quanto à possibilidade de desapropriação de imóveis, acelerando bastante o julgamento dos processos.

Além da retomada das ocupações de terra, cada vez mais o setor de produção se consolidava como um dos principais elementos da organicidade do MST. Em dezembro de 1994,

o setor de produção do MST realizou o Seminário Nacional sobre a perspectiva da cooperação no MST, que teve como principais conclusões:

- A. **O que massifica a cooperação nos assentamentos são as formas não produtivas (prestação de serviços);**
- B. **As CPAs continuam sendo a forma superior de organização e estratégicas para o MST** e portanto devem ser constituídas em condições muito bem definidas. Apesar disso, elas não massificam a cooperação.
- C. **O que determina a possibilidade não é mais o tamanho do lote (terra) e sim a sua localização, modelo tecnológico, volume de capital e mercado. Enfim, o que orienta e organiza a cooperação é o capital e não a terra.**
- D. **A introdução de agroindústria nos assentamentos é estratégica para o desenvolvimento econômico dos assentamentos e de todo o interior do País, envolvendo a juventude e agregando valor à mercadoria produzida.**
- E. Não haverá o desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado e, neste caso, de um Estado controlado e dirigido pela classe trabalhadora. O Estado desempenhará um papel indutor da cooperação, via crédito, assistência técnica e pesquisa.
- F. Está descartada a possibilidade da “acumulação primitiva” de capital nos assentamentos, determinando aos assentados a necessidade de disputar através da luta política a mais-valia social. (MST, 1998, pp. 33 e 34 - grifos meus)

Nessas conclusões, já podemos verificar a existência de objetivos próximos às diretrizes das Comunas da Terra: no item A e D, a opção pela **prestação de serviços, que poderia ser entendida como ocupações não agrícolas e a introdução da agroindústria**, ou seja, atividades não agrícolas de beneficiamento da produção que agregam valor e estimulam a cooperação entre assentados; no item B, a **consolidação das CPAs** como forma estratégica de organização para o MST; no item C, **a localização, o modelo tecnológico, o volume de capital e o acesso ao mercado** passam a ser mais significantes que o tamanho da terra, estratégia fundamental para a implantação das Comunas da Terra com lotes reduzidos nas periferias de grandes centros urbanos, próximas a mercados consumidores e com matriz de produção agroecológica.

Paralelamente, o País passava pela ampliação da política neoliberal com a defesa da intervenção mínima do Estado na economia e a redução de investimentos estatais em programas de bem-estar social, além do aumento das taxas de desemprego, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Percentual da PEA desocupada (Brasil – 1981 a 1995)

Fonte: Adaptado de (QUADROS, 2003) sobre dados do IBGE e DIEESE.

Em 1995, inicia-se o governo Fernando Henrique Cardoso que, além de dar continuidade às políticas neoliberais, o apresentava inicialmente uma proposta de reforma agrária bastante tímida e de cunho paliativo, com a previsão do assentamento de apenas 280 mil famílias ao longo de quatro anos de governo. Naquele ano, também ocorreu o 3º Congresso Nacional do MST, cuja carta com os objetivos gerais do Movimento Sem-Terra é apresentada a seguir:

Figura 4: Carta do 3º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em 1995

3º Congresso Nacional (1995) – Reforma Agrária, uma luta de todos

A primeira metade da década de 1990 se caracterizou pela adoção das políticas neoliberais em nosso País. A privatização das estatais, a desnacionalização da economia e o incentivo ao consumismo de produtos importados foram impostos no imaginário da população como sinônimos de modernização do País e ingresso no seletivo grupo dos países desenvolvidos.

A crise e a desestruturação dos países socialistas do Leste Europeu sinalizavam as transformações em curso no cenário internacional que, certamente, influenciariam as lutas populares em nosso país.

Já se comprovava, no início da década de 1990, o descenso das lutas populares e sindicais em nosso País. A exceção mais notável foi a mobilização do povo brasileiro para afastar Fernando Collor do cargo de presidente da República, acusado de corrupção.

No campo, mesmo com o esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial, aprofundou-se o processo de desenvolvimento capitalista e de modernização na agricultura, baseado no aumento da exploração dos trabalhadores. Milhares de unidades produtivas camponesas desapareceram e ampliou-se o trabalho assalariado no campo. Muitos dos camponeses que se mantiveram na terra passaram a ter parte renda obtida com o trabalho assalariado fora da propriedade. No entanto, as relações capitalistas no campo também reeditaram formas de alto grau de exploração do trabalho, pelo trabalho escravo.

Em diversos Estados, grande número de trabalhadores rurais mudaram-se para as pequenas cidades e periferias de metrópoles.

Como desafios, continuamos priorizando a política de fortalecimento interno da nossa organização. Promovemos esforços na elaboração do Programa Agrário, no aperfeiçoamento dos métodos organizativos e nas formas de lutas e nas articulações com outros setores sociais do País, organizações camponesas da América Latina e de outros continentes. A palavra de ordem foi: **“Reforma Agrária, uma luta de todos”**.

Fonte: Site do MST – (MST, 1995).

Como pode ser visto na carta do 3º Congresso, em 1995 o MST enfrentava o esvaziamento do campo pelo êxodo rural. Conforme o IBGE (2003), em 1991, 76% da população brasileira viviam em zonas urbanas, enquanto apenas 24% moravam em zonas rurais. Além disso, mais uma vez a necessidade de alianças era apontada como um fator estratégico para o fortalecimento do Movimento Sem-Terra. A partir dessas perspectivas, a palavra de ordem “Reforma agrária, uma luta de todos” acaba reforçando o caráter de união com outros movimentos sociais,

inclusive de cunho urbano já visto em momentos anteriores, de modo a tornar-se uma diretriz cada vez mais presente dentro do MST.

Ainda em 1995 e um ano depois, em 1996, os massacres ocorridos em Corumbiara, em Rondônia e em Eldorado dos Carajás, no Pará, acabaram ganhando grande notoriedade nacional e internacional. Após a repercussão mundial dos massacres, o governo FHC criou uma política massiva de assentamentos, desapropriando 14 milhões de hectares por meio do programa *Novo Mundo Rural*, financiado pelo Banco Mundial. Esse programa consistia na busca da realização de uma reforma agrária de mercado, em que as terras seriam compradas pelos assentados por meio de financiamento, com prazo de pagamento de 20 anos, carência de três anos para o início do pagamento das prestações e taxas de juros de 6% ao ano. Dentro do programa Novo Mundo Rural foi criado o *Programa qualidade e produtividade nos assentamentos de reforma agrária*, que estipulava que os assentamentos de reforma agrária deveriam ter seus investimentos e sua infraestrutura planejados por meio de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA.

O resultado do programa Novo Mundo Rural foi um fortíssimo endividamento das famílias que dele participaram, com altos índices de desistência. Mais do que isso, a realização de PDAs inadequados às demandas e às necessidades dos assentados chegava até mesmo a inviabilizar o desenvolvimento dos assentamentos. Curiosamente, no mesmo período, 3.065 fazendeiros se apropriaram de uma área muito maior que desapropriada, de 14 milhões de hectares, por meio da grilagem de aproximadamente 93 milhões de hectares (ALMEIDA Â. M., 2000, p. 29).

Nas cidades, o aumento dos índices de desemprego nas décadas de 80 e 90 e políticas neoliberais voltadas para a criação de um Estado mínimo contribuíram para o agravamento da crise habitacional urbana. Essa crise era especialmente agravada pela ausência de uma política pública que pudesse responder à crise habitacional em escala nacional, como o BNH/SFH, financiando intervenções de vulto. Em julho de 1990, ocorreu o I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, que contou com a presença de representantes de movimentos sociais de 13 estados, organizados após a realização em âmbito local de grandes ocupações em centros urbanos ocorridas na década de 1980. Nesse encontro, foi criado o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), apoiado por entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Central de Movimentos Populares, tendo como objetivo a luta pela reforma urbana (MNLN, 2010).

Em 1997, foi realizada a Marcha Nacional do MST, em que centenas de sem-terra percorriam a pé diversos estados do País, com o intuito de se encontrarem em Brasília. Nessa marcha, os dirigentes do MST tiveram a oportunidade de se encontrar com outros movimentos sociais de luta pela reforma urbana e discutir questões comuns às reformas agrária e urbana. Como fruto destas discussões, o MST passou a integrar o Movimento da Consulta Popular, que reúne diferentes movimentos sociais, urbanos e rurais, em prol da construção de um projeto alternativo de justiça social para o Brasil. Além disso, alguns dirigentes do MST se uniram aos dirigentes de movimentos de reforma urbana e criaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, com o intuito fazer frente às desigualdades sociais e à falta de acesso à terra também nas cidades. Cada vez mais, as causas da reforma urbana e da reforma agrária se aproximavam, tendo o desemprego e a falta de acesso à terra como grandes problemas comuns.

Paralelamente ao surgimento dessas novas mobilizações, ao longo do governo FHC houve uma grande reformulação da legislação ligada à preservação ambiental, principalmente com a criação da Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e da Política Nacional de Recursos Hídricos – lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Apesar da preservação ambiental ser uma questão relevante e necessária, a legislação ambiental no governo FHC foi utilizada frequentemente como instrumento para **burlar** diversas desapropriações de fazendas, com a justificativa de que essas propriedades poderiam ser consideradas áreas de interesse para preservação. Mais do que isso, essa legislação foi responsável pela burocratização do processo de implantação de diversos assentamentos e da restrição da ocupação de áreas estratégicas dentro dessas propriedades.

Também em 1997, surge a discussão dentro do MST a respeito dos limites das cooperativas agrícolas como instâncias organizativas dos assentamentos. As cooperativas atuavam diretamente na organização da produção e, a partir de suas demandas, acontecia a estruturação da organização espacial do assentamento. Com a criação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, caso o planejamento realizado pelo Estado não estivesse em consonância com essas demandas, a estruturação espacial do assentamento poderia inviabilizar a organização da cooperativa. Mais do que isso, devido à ênfase na produção, a organização de assentamentos por meio de cooperativas deixava em segundo plano a criação e a articulação de uma rede de representantes responsáveis por outros setores, como educação, saúde e gênero, dentre outros.

Em relação à questão ambiental, o MST não poderia adotar uma posição contrária à preservação do meio ambiente. Verificou-se que era necessário buscar a capacitação de dirigentes e técnicos do Movimento Sem-Terra quanto à legislação ambiental, imprescindível para lidar com os conflitos ambientais em que a disputa pela reforma agrária está inserida. Nesse âmbito, o setor de produção incorporou a função de articulador de impasses ambientais, tornando-se assim o *setor de produção, cooperação e meio ambiente*.

Era necessário criar um novo modelo de assentamento que não fosse apenas norteador pela estruturação das cooperativas. Nesse ponto, apesar da importância da reforma agrária ter se tornado inegável após os conflitos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, o MST ainda estava longe de conseguir resolver os impasses criados pelo programa Novo Mundo Rural e pela nova política de preservação ambiental, como pode ser visto na carta do 4º Congresso Nacional do MST, a seguir:

Figura 5: Carta do 4º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em 2000

4º Congresso Nacional do MST - 2000

Na eleição de 1994, a elite brasileira consolidou, em torno da candidatura de FHC, uma unidade política que não havia tido em 1989, na vitória de Collor, eliminando o risco de uma candidatura de esquerda vencer o processo eleitoral.

No primeiro mandato (1995-1998), o governo tucano promoveu privatizações, desnacionalizações e sucateamento da estrutura do Estado, sem precedentes na história do nosso País. A riqueza do povo brasileiro, construída nas cinco décadas de industrialização, foi transferida ao capital privado e internacional. O povo ainda aguarda que os responsáveis por essa gigantesca depredação do patrimônio público sejam punidos.

A repressão à greve dos petroleiros, em 1995, mostrou que a adoção das políticas neoliberais exigia um governo forte, intransigente e repressivo. Esse perfil do governo federal liberou as forças conservadoras dos Estados para aumentar a repressão contra a classe trabalhadora, resultando em dois massacres de camponeses:

Corumbiara/RO (1995) e Eldorado dos Carajás/PA (1996).

Para exigir a punição dos responsáveis pelos massacres dos camponeses – impunes até hoje –, os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra promoveram, em 1997, uma das maiores marchas nacionais da história do País. A luta pela Reforma Agrária não poderia mais ser escondida ou ignorada, nem pelo governo nem pela mídia burguesa.

Desafios que se apresentaram à nossa luta, nesse contexto histórico, nos empurraram para:

1º o enfrentamento com o modelo neoliberal – que começou a ser implementado no campo, com a criminalização das organizações dos trabalhadores;

2º o fortalecimento e ampliação da nossa política de relações internacionais – priorizando os trabalhos de formação e organização da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas (CLOC), criada em 1992, e da Via Campesina;

3º as articulações, os esforços organizativos e a elaboração teórica, junto com outras forças sociais, em torno de um projeto popular de desenvolvimento para o País – nesse aspecto, cabe ressaltar a participação do MST na construção do Movimento Consulta Popular, desde 1997;

4º o enfrentamento com o projeto das elites para a agricultura.

A palavra de ordem escolhida para o período foi “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”.

Fonte: Site do MST - (MST, 2000).

A partir dos limites impostos pelo governo FHC e das demandas de organização dos acampamentos e assentamentos do MST, surge a discussão da criação de um novo modelo de assentamento. Em 2001, foi elaborado o Caderno de Cooperação Agrícola nº 10, “O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento”, no qual eram apontadas como principais diretrizes:

- Ter o controle político sobre o projeto de assentamento e o corte da área (parcelamento do solo);
- Realizar a titulação por meio da Concessão Real de Uso da Terra, através da qual a terra permanece como propriedade do Estado. Desse modo, as famílias ficam impedidas de vender a terra, mas têm a sua posse e o direito de herança assegurados;
- Organização de núcleos de base a partir da divisão do assentamento em grupos pequenos, de 10 a 20 famílias, para que tenham autonomia para resolver pequenos problemas em conjunto, sem que seja necessário convocar uma assembleia com todas as famílias do assentamento;
- Organizar a cooperação agrícola a partir da realização de um plano de produção em conjunto com o planejamento da utilização de créditos e com o apoio da assistência técnica;
- Organizar o parcelamento do assentamento bem como da implantação de infraestrutura e de serviços sociais, contemplando também a memória e os símbolos da luta pela terra.

Neste último item, propõe-se a realização de uma organização do espaço dos assentamentos a partir de modelos específicos. Conforme o documento, o modelo até então adotado pelo INCRA apresentava o parcelamento de lotes ocupando toda a área do assentamento, a partir de lotes de tamanhos regulares que seguiam apenas estradas e acidentes naturais. Um exemplo desse parcelamento pode ser visto no mapa a seguir:

Mapa 1: Modelo de parcelamento adotado pelo INCRA

Fonte: MST (2001). *O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento*, Caderno de Cooperação Agrícola nº 10. São Paulo, CONCRAB – Mapa sem escala.

Esse modelo de parcelamento acabava apresentando uma série de problemas. Uma vez que frequentemente os assentamentos se encontram em propriedades rurais de extensões consideráveis, surgiam dificuldades ligadas à grande dispersão das famílias, causando desde problemas para a implantação de infraestrutura (que em alguns casos nunca chegava a ser implantada), até mesmo a dificuldade de acessar áreas coletivas e realizar reuniões, devido à grande distância. Esse modelo chegou a ser apelidado por dirigentes do MST como *quadrado burro*, por desconsiderar os custos da implantação de redes elétricas e viárias, além da distribuição de água para todas as famílias.

Como alternativa para esses problemas, o MST propõe duas soluções de parcelamento diferentes:

- O modelo *raio de sol* ou *roda de carroça*: nele, os núcleos de famílias são agrupados em um parcelamento com formato radial em torno de pequenos centros comunitários, como se pode ver no mapa a seguir:

Mapa 2: Modelo de parcelamento tipo Raio de Sol proposto pelo MST

Fonte: MST (2001). *O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento*. Caderno de Cooperação Agrícola nº 10. São Paulo, CONCRAB – Mapa sem escala.

A partir deste modelo, a distribuição de infraestrutura acaba sendo viabilizada pela redução do seu custo, uma vez que ela seria realizada em uma área bem mais restrita do que no modelo adotado pelo INCRA. Além disso, o trabalho cooperado, tanto em termos de produção agrícola quanto em termos de beneficiamento, seria otimizado – o formato radial permitiria a melhor utilização de tratores para aragem e plantio em vários lotes de uma só vez, enquanto a criação de áreas de agroindustrialização próximas aos locais de moradia facilitariam o acesso de pessoas e o deslocamento da produção agrícola.

- O modelo dos núcleos habitacionais separados das áreas de produção, no qual há a implantação de pequenas agrovilas com lotes reduzidos (cerca de 1 hectare, podendo ou não haver um lote individual de maiores dimensões separado do local de moradia), onde cada família tem a sua produção individual e áreas de produção coletivas são divididas por núcleos de moradia, como pode ser visto no mapa a seguir:

Mapa 3: Modelo de núcleos habitacionais com áreas de produção coletiva proposto pelo MST

Fonte: adaptado de MST (2001). *O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento*. Caderno de Cooperação Agrícola nº 10. São Paulo, CONCRAB – Mapa sem escala.

Este modelo permite maior flexibilidade e é adequado para áreas com relevo acidentado, pois permite a implantação de áreas coletivas e núcleos habitacionais em áreas de dimensões diferenciadas.

Ambos os modelos retomam a ideia do modelo cubano da organização da infraestrutura centralizada que deu início à discussão para a organização das CPAs, em 1986, o que viabiliza tanto a implantação da infraestrutura do assentamento, reduzindo seus custos, quanto a aproximação das famílias e a sua organização, por meio da proximidade de suas habitações e do incentivo ao trabalho cooperado.

A partir dessas discussões, o MST passou a lutar para conseguir organizar os próprios assentamentos, assumindo o planejamento do PDA. Apesar dessa discussão trazer elementos estratégicos para a organização dos assentamentos, era necessário buscar também a localização estratégica dos assentamentos, aliada à proximidade em relação ao mercado consumidor e à adoção de um modelo tecnológico adequado (ambientalmente correto e que valorizasse o produto final pela sua qualidade), como já havia sido mencionado no Seminário Nacional sobre a Perspectiva da Cooperação no MST, em 1994, como fatores mais importantes do que o próprio tamanho do lote de produção. Além disso, por meio da experiência adquirida em assentamentos e acampamentos, os dirigentes do MST verificaram que uma grande parcela das famílias mobilizadas nos trabalhos de base nas cidades queria trabalhar no campo, mas não estava disposta a abrir mão da vida nas cidades.

Paralelamente, no cenário nacional, apesar da tendência de redução da população rural e crescimento da população urbana se manter (gráfico 4), a tendência de migração para as cidades (rural → urbano) começa a ser substituída para a migração entre cidades (urbano → urbano), como pode ser visto na tabela 5 e no gráfico 5 a seguir:

Gráfico 4: População brasileira conforme distribuição urbana ou rural nos anos de 1940 a 2000

Fonte: elaboração própria sobre dados do IBGE – Censos Demográficos de 1940 a 2000²².

Tabela 5: Migração interna no Brasil entre 1995 e 2000, por situação de domicílio (urbana ou rural)

População migrante por situação de domicílio		Número Absoluto	Porcentagem
Pessoas que residiam em situação de domicílio rural e atualmente residem em situação de domicílio rural	(Rural → Rural)	1.161.891	8%
Pessoas que residiam em situação de domicílio urbana e atualmente residem em situação de domicílio rural	(Urbano → Rural)	1.345.422	9%
Pessoas que residiam em situação de domicílio rural e atualmente residem em situação de domicílio urbana	(Rural → Urbano)	2.032.891	13%
Pessoas que residiam em situação de domicílio urbana e atualmente residem em situação de domicílio urbana	(Urbano → Urbano)	10.775.021	70%
Total de Migrantes		15.315.225	100%

Fonte: Dados do IBGE 1995 – 2000 organizados por (GOLDFARB, 2011).

²² Disponível no site: Estatísticas do Século XX www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/rural.shtml em 26/03/2013.

Gráfico 5: Migração interna no Brasil entre 1995 e 2000 por situação de domicílio (urbana ou rural)

Fonte: Dados do IBGE 1995 – 2000 organizados por (GOLDFARB, 2011).

A partir do esvaziamento do campo e da falta de acesso ao trabalho e à terra, surge no campo e nas cidades a organização das Comunas da Terra da RMSP, em 2001, como um casamento de propostas: por um lado, as Comunas consistiriam numa alternativa para o desemprego e à precarização do trabalho, além da falta de acesso à moradia nas cidades, possibilitando o direito à cidade; por outro lado, as Comunas seriam implantadas por meio de um projeto político de reforma agrária estruturado no domínio do uso do território para a produção de subsistência (autoconsumo) e para produção para o mercado de produtos de qualidade, orgânicos e beneficiados, que possibilitariam a inclusão social de famílias sem-terra pelo trabalho agrícola e garantindo a soberania alimentar urbana.

* * *

Até aqui foram descritos os elementos da organização do MST que influenciam na elaboração da proposta das Comunas da Terra. Na próxima seção, será abordada a evolução da conjuntura nacional, da origem das Comunas da Terra da RMSP até a atualidade, apontando quais foram as principais transformações no cenário brasileiro que influenciaram a luta pela reforma agrária, a organização do MST e das Comunas da Terra.

1.3. Evolução da conjuntura nacional no período da origem das Comunas da Terra da RMSP até a atualidade

Da origem das Comunas da Terra da RMSP, em 2001, até a atualidade, o Brasil passou por grandes transformações que influenciaram desde a luta pela reforma agrária até a organização do MST e das Comunas da Terra. Conforme foi apresentado na seção anterior, ao longo das décadas de 1980 e 1990 verificou-se no Brasil o aumento da taxa de desemprego. Além disso, medidas de ajuste fiscal do orçamento público e a criação de um Estado mínimo, recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, agravaram esse problema e contribuíram para a retração econômica.

Como consequência dessa conjuntura nacional, em 2001 – ano da organização das primeiras ocupações que dariam origem às Comunas da Terra da RMSP – a população brasileira enfrentava o acúmulo dos efeitos adversos de duas *décadas perdidas*. Somavam-se ainda aos problemas mencionados acima a desigualdade social estrutural e a falta de acesso à terra urbana e rural a grande parte da população brasileira.

A partir de 2003, com o início do governo Lula, uma parte desses efeitos adversos começou a ser alterada, especialmente pelo investimento em políticas públicas e sociais, como os programas Fome Zero, Bolsa Família, Programa Universidade Para Todos (ProUni) e Luz para Todos, para citar alguns. Além disso, no início do governo Lula foram implantadas medidas que consistiram em conquistas para a luta pela reforma agrária. Movimentos sociais como o MST e a CONTAG, além de organizações como a CPT, tiveram forte influência no alinhamento e na definição de políticas públicas no INCRA e no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, fatos que contribuíam para a aceleração de processos de criação de novos assentamentos e da implantação de infraestrutura em assentamentos já existentes.

Como consequência, durante os primeiros oito meses de 2003, o INCRA cessou a aplicação de medidas de criminalização de movimentos sociais e da luta pela terra adotadas pelo governo FHC e passou a tratar conflitos fundiários como uma questão a ser resolvida pela implantação de uma política de reforma agrária, que se fundava na criação de novos assentamentos e na implantação de infraestrutura, mas também no atendimento de assentamentos em estado de precarização por meio da implantação dos Planos de Recuperação de Assentamentos - PRAs, na elaboração de uma política de assistência técnica, na retomada da política de educação para os assentados, dentre outras medidas. Somava-se a esse conjunto de mudanças a abertura da possibilidade do próprio MST realizar o planejamento de seus assentamentos em alguns estados do Brasil, de modo a contribuir para que o uso e a ocupação do solo dos assentamentos estivessem devidamente alinhados aos objetivos das famílias e do Movimento Sem-Terra.

No entanto, com o crescimento dos avanços na criação de novos assentamentos, na implantação de infraestrutura e na recuperação de assentamentos antigos, setores da sociedade representados pela bancada ruralista do Congresso Nacional começaram a pressionar o governo Lula para que houvesse um recuo na política de reforma agrária. Em dezembro de 2003, foi instaurada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI da Terra; após quase dois anos de trabalhos, resultou na criminalização de ações do MST, especialmente em relação ao

financiamento de ocupações por meio de entidades jurídicas ligadas ao Movimento Sem-Terra²³, fato que desarticulou fortemente essas entidades que muitas vezes eram responsáveis também pela prestação da assistência técnica e pelo planejamento de assentamentos ligados ao MST.

Como consequência, após um período de crescimento do número de imóveis rurais desapropriados por decretos presidenciais (191 imóveis desapropriados ao longo do ano de 2003, atingindo um pico de 400 imóveis desapropriados ao longo de 2005), a partir de 2006 o número de imóveis desapropriados começou a cair, chegando a 101 imóveis desapropriados no ano de 2007 (MST, 2013).

Paralelamente à redução do número de assentamentos criados, houve o crescimento do agronegócio. Apenas no estado de São Paulo, conforme dados do IBGE, a produção em toneladas da monocultura passou de 138 em 1990 para 239 em 2004 e 426 em 2010, e a produção em milhões de hectares para os mesmos anos foi de 1,8; 2,9 e 4,9, respectivamente²⁴. Além disso, diante do crescimento dos cultivos transgênicos, existentes no Brasil de modo ilegal desde o final da década de 1990, o governo Lula optou por permitir o cultivo de sementes transgênicas no País no ano de 2005, por meio da lei nº 11.105/05, para que a atividade pudesse ser regulamentada por lei. No entanto, a regulamentação não impediu ou restringiu o crescimento do cultivo de sementes transgênicas no País, cujas áreas de cultivo continuaram se ampliando ao ponto de, em 2014, o Brasil ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos, cujo uso é incentivado pelo cultivo das sementes geneticamente modificadas²⁵.

No ano de 2007, no início do segundo mandato do governo Lula, o MST realizou o seu 5º Congresso Nacional. Na carta com os compromissos definidos no evento, verifica-se que o MST buscava mais uma vez a união com diferentes grupos sociais nacionais e internacionais para o fortalecimento da luta por justiça social e, por outro lado, se opunha à expansão da atuação de empresas transnacionais ligadas à agroindústria e o avanço do cultivo de alimentos transgênicos no País, como pode ser verificado a seguir:

²³ A CPMI da Terra, que tinha como objetivo principal discutir a estrutura fundiária brasileira, foi marcada ao longo de seus dois anos pelo embate entre parlamentares ruralistas e defensores da reforma agrária e dos movimentos sociais do campo. A CPMI foi encerrada com dois relatórios distintos: o relatório oficial do deputado João Alfredo (PSOL-CE), que criticava ações do governo e denunciava ilegalidades cometidas por organizações ruralistas; foi derrotado em votação entre os deputados participantes, prevalecendo o relatório do deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), que se voltava quase integralmente para a desqualificação do MST por meio da criminalização da luta pela terra, além do desmonte de organizações jurídicas vinculadas ao MST, como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), além de organizações regionais do MST. O relatório do deputado João Alfredo em favor da reforma agrária, que foi derrotado em votação pelos deputados da CPMI, encontra-se disponível no link: www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2006/09/12092006/suplemento%20B/sumario.pdf

O relatório do deputado Abelardo Lupion, que foi adotado como relatório final da CPMI, encontra-se disponível no link: www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=56323&tp=1

²⁴ IBGE *apud* (CUBAS, 2012).

²⁵ Dado do Ministério do Meio Ambiente disponível em www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140108_transgenicos_pai_jf.shtml em 01/02/2014.

Figura 6: Carta do 5º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em 2007**CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST**

Nós, 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades, estivemos reunidos em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, para discutirmos e analisarmos os problemas de nossa sociedade e buscarmos apontar alternativas.

Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.

2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.

3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.

4. Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.

5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto etc.

6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso País.

7. Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a superexploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

8. Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores – dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário.

9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.

10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.

11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.

14. Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e à universidade pública, gratuita e de qualidade.

15. Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.

16. Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade, contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.

17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais, a Assembleia Popular nos municípios, regiões e estados.

18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular latino-americana, através da ALBA – Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA.

Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E nós do MST nos comprometemos a jamais esmorecer e a lutar sempre.

REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!

Brasília, 15 de junho de 2007.

Fonte: Site do MST - (MST, 2007).

Apesar de lutar contra a expansão do agronegócio e do cultivo de sementes transgênicas, o MST de fato não conseguiu alterações na política agrária e agrícola desenvolvida ao longo do governo Lula, que acabou privilegiando o agronegócio em detrimento da reforma agrária. Até o final do governo Lula, em 2010, houve a manutenção da tendência geral de queda no número de desapropriações, finalizando o governo com apenas 158 imóveis desapropriados no ano de 2010 (MST, 2013).

Essa situação não se alterou no governo Dilma. Do seu início, em 2011, até a atualidade, foi o governo em que menos desapropriou imóveis nos últimos 20 anos, como pode ser visto nos gráficos a seguir. Após o fim da ditadura, o número de desapropriações supera somente o governo de Fernando Collor (1990-92), que desapropriou 28 imóveis ao longo de 30 meses (MST, 2013).

Gráfico 6: Imóveis desapropriados por governo, de 1985 até 2012

Fonte: (MST, 2013).

Gráfico 7: Imóveis rurais desapropriados por decretos presidenciais entre 1985 e 2012

Fonte: (MST, 2013).

Paralelamente à queda do número de imóveis rurais desapropriados por decretos presidenciais, ao longo do governo Dilma verificou-se o crescimento do agronegócio e do cultivo de transgênicos. Em 2013, a área plantada de alimentos transgênicos pela primeira vez superou a área plantada de alimentos não transgênicos, correspondendo a 54,8% de toda a área cultivada do País, para a safra de 2012/2013.²⁶ Diante desse contexto, o dirigente da coordenação nacional do MST, Alexandre Conceição, faz sua avaliação dos governos de Lula e Dilma:

²⁶ “Segundo a consultoria Céleres, especializada em agronegócio, o total da área plantada com cultivos geneticamente modificadas neste ano chega a 37,1 milhões de hectares, o que representa um

O governo Lula e Dilma não são governos do PT nem de esquerda. São governos de uma frente política de classes que reúne um amplo leque de classes sociais brasileiras. Desde a grande burguesia, o agronegócio, a classe média, a classe trabalhadora, os camponeses e os mais pobres. Essa natureza de composição dá estabilidade política ao governo e amplas margens de apoio na opinião pública, mas impede reformas estruturais, que afetariam os interesses das classes privilegiadas. Assim, nesse tipo de governo, estão bloqueadas não só a Reforma Agrária, mas também a reforma tributária, a reforma política, a reforma do judiciário, a reforma industrial, a reforma urbana e a reforma educacional. O governo não consegue nem aprovar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, que é uma questão civilizatória e que os países do capitalismo industrial já adotaram. (MST, 2013)

Essa coalizão de diferentes grupos existente nos governos Lula e Dilma, que impede a execução de reformas estruturais apontada pelo dirigente Alexandre Conceição, se reflete na sociedade brasileira. É inegável que, por meio dos programas sociais implantados no período, de 2003 a 2011 houve a redução da parcela da população classificada em “condição de pobreza” de 37,2% para 7,2%, o que garantiu também um aumento real do salário mínimo de 55%, no mesmo período, conforme o Dieese²⁷. Apesar de ter diminuído, a desigualdade de renda ainda é muito alta: em 2001, os 20% mais ricos recebiam 24,3 vezes mais do que os 20% mais pobres, conforme dados do IBGE. Depois de oito anos, essa diferença caiu para 17,8 vezes, mas continua sendo um abismo entre ricos e pobres (IBGE, 2012).

O mesmo pode ser dito em relação à concentração de terras – o censo agropecuário de 2006 mostra, por meio do índice de Gini²⁸, que houve um agravamento da concentração nos últimos 10 anos, apresentando a estrutura agrária brasileira um Gini de 0,872 em 2006, superior aos índices apurados nos anos de 1995 (de 0,856) e de 1985 (de 0,857). De acordo levantamentos realizados por Tiago Cubas, pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, o agronegócio aproveita vulnerabilidades de regiões para a sua instalação e ampliação: cruzando dados do DATALUTA, Índice de Pobreza Relativa, Índice de Gini e de Concentração de Riqueza referentes ao Estado de São Paulo de modo geral e aos municípios de modo mais detalhado, o pesquisador verificou que nos locais em que houve a ampliação do agronegócio observou-se simultaneamente a ampliação da desigualdade social, da miséria e de conflitos por terra (CUBAS, 2012).

aumento de 14% em relação ao ano anterior (que, por sua vez, já tinha registrado um aumento de mais de 21% em relação à safra de 2010/2011) – ou seja, 4,6 milhões de novos hectares dedicados a variedades transgênicas. O IBGE prevê, para 2013, uma área recorde dedicada à atividade agrícola no País de 67,7 milhões de hectares. Cruzando o dado do IBGE com o da consultoria Céleres, chega-se à conclusão de que os transgênicos responderão por 54,8% de toda a área cultivada na safra 2012/2013 no País” (BBC Brasil, 2013).

²⁷ (*Apud* MARICATO, 2013, p.22).

²⁸ O índice varia entre 0 e 1; e quanto mais próximo de 1, maior é a concentração de terra. Dados retirados da síntese do Censo Agropecuário de 2006, disponível no site do IBGE: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm

Paralelamente à desarticulação da política de reforma agrária, o País vive uma conjuntura que desestimula a adesão de famílias à luta pela terra. O crescimento do setor de serviços e a formalização de pequenas e microempresas contribuíram para a redução das taxas de desemprego. Uma vez que grande parte da população residia em núcleos urbanos e encontrava ocupações formais e informais nesses locais, além do acesso a bolsas sociais e do aumento real do salário mínimo, o que se pôde verificar foi o aumento do poder aquisitivo e, conseqüentemente, do consumo de grande parcela das populações mais pobres. Apesar de ser inegavelmente importante para o desenvolvimento do País, a redução da taxa de desemprego fez com que o custo de oportunidade para uma família fazer parte da luta pela terra passasse a ser alto demais. Ao encontrarem alternativas de melhoria de vida nas cidades, o risco de participar de ocupações de imóveis particulares ou estatais e ainda permanecer em um acampamento por um longo período de tempo, dependendo de doações e/ou sacrificando o patrimônio familiar, sem ter certeza de que ao final serão assentados naquele local, tornou-se para muitos alto demais.

Os efeitos da desarticulação da política de reforma agrária com a redução das taxas de desemprego são claramente verificados com a redução do número de famílias acampadas ao longo do governo Lula: enquanto no início, no ano de 2003, havia 59.082 famílias acampadas em todo o Brasil, em 2010 esse número passou para 3.579 famílias, e em 2012, apenas 857 famílias encontravam-se acampadas, conforme dados da CPI²⁹.

Para enfrentar a redução da adesão de famílias à luta pela terra, o MST precisou passar por uma reorganização interna: ao invés de voltar os esforços de dirigentes e da base do Movimento Sem-Terra para a organização de novas ocupações, optou-se por buscar a consolidação e o fortalecimento de assentamentos já existentes, com o intuito de que pelo menos as terras já conquistadas não percam sua organização ou, em uma situação extrema, deixem de existir. Esse fortalecimento é realizado a partir de todos os setores do Movimento Sem-Terra, mas acaba tendo ênfase especialmente no setor de produção e na capacitação de assentados para produção e administração do processo produtivo.

Para os assentamentos, tem significado criar uma organização capaz de promover esse fortalecimento interno. Diante disso, como principais medidas verifica-se o fortalecimento da educação e da capacitação dos assentados e a busca pelo aumento da produtividade agrícola em uma matriz tecnológica agroecológica capaz de agregar valor por meio de produtos orgânicos, pelo beneficiamento dos produtos agrícolas e pela organização da comercialização.

Cabe ressaltar, no entanto, que muitas dessas medidas não têm ocorrido dentro das Comunas da Terra da RMSP, como poderá ser verificado nos capítulos seguintes. No próximo capítulo, será descrito o percurso histórico da formação das Comunas da Terra da RMSP, desde a mobilização das famílias até a situação atual de cada Comuna da RMSP: Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga.

²⁹ Dados referentes ao número de famílias existentes em acampamentos de diferentes movimentos sociais do campo, nos anos de 2003, 2010 e 2012, disponíveis no site: www.cptnacional.org.br/

Capítulo 02 – O Percurso Histórico das Comunas da Terra da RMSP

No capítulo anterior realizou-se a contextualização da proposta das Comunas da Terra na sociedade brasileira por meio de três etapas principais: primeiramente foram elencadas as questões estruturais da sociedade brasileira que influenciaram a elaboração desta proposta; posteriormente, foram apontados os elementos da formação e da organização do MST que influenciaram a criação da proposta das Comunas da Terra; e, finalmente, realizou-se a contextualização da inserção das Comunas da RMSP na conjuntura nacional atual, de modo a ressaltar os desafios para a luta pela reforma agrária, para o MST e para as próprias Comunas da Terra ocasionados pela situação social, política e econômica decorrente dos governos Lula e Dilma.

Após a realização desta contextualização da origem da proposta das Comunas da Terra e de sua inserção na realidade brasileira atual realizada no capítulo 01, o segundo capítulo busca abordar de modo específico o percurso histórico das Comunas da Terra da RMSP. Para tanto, o capítulo foi subdividido da seguinte forma:

- **Mobilização para a luta pela terra:** descrição de como se deu a mobilização das famílias pelo MST para a criação das Comunas da Terra da RMSP.
- **Percurso histórico de cada Comuna da Terra:** descrição do percurso histórico de cada uma das Comunas – Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga – da origem das mesmas até a atualidade.

2.1. A mobilização para a luta pela terra

Para a compreensão do contexto de criação das Comunas da Terra da RMSP é necessário entender um pouco a respeito de como se deu o encontro e a mobilização das famílias para as ocupações que deram origem às Comunas. Nesta seção são identificados os diversos percursos assim como os principais catalisadores sociopolíticos que motivaram a união de diferentes grupos em prol da luta pela terra nestes espaços. Esta trajetória foi iniciada com a descrição das atuações de uma Pastoral católica para atendimento de *pessoas em situação de rua*³⁰ e do MST para a reunião das famílias.

No início da década de 1990, a igreja católica, por meio da Arquidiocese de São Paulo criou no bairro do Brás no centro da cidade de São Paulo uma Pastoral para a acolhida e atendimento de pessoas em situação de rua portadoras do vírus da AIDS. Ao longo de sua existência a Pastoral extrapolou o cunho religioso de atendimento a demandas emergenciais ligadas a atendimentos médicos, ao fornecimento de alimentação e ao encaminhamento para albergues verificando-se a necessidade de capacitação destas pessoas para a geração de renda. Assim deu-se

³⁰ Optou-se nessa pesquisa pelo uso da nomenclatura *pessoas em situação de rua* adotada amplamente na literatura a respeito destes grupos sociais em vez do uso do jargão *moradores de rua*: enquanto o último termo imprime a essas pessoas uma caracterização aparentemente imutável, o primeiro termo se aproxima mais à realidade destes grupos, enfatizando o caráter **transitório** de uma situação que por eventualidades da vida obrigaram as pessoas a irem para as ruas, mas não sendo este um destino inalterável.

início à criação de cursos profissionalizantes ligados principalmente a trabalhos artesanais. Apesar desta iniciativa, com o passar do tempo verificou-se pouca melhoria em relação à capacidade de geração de renda dos atendidos. Também, com o passar do tempo, os funcionários da Pastoral constataram que a demanda inicial de atendimento a portadores do vírus da AIDS havia se ampliado e que os próprios atendidos pela Pastoral haviam se diversificado não sendo somente pessoas doentes. Assim, em 1995 a Pastoral ampliou seu foco de atendimento para pessoas em situação de rua.

Além de estar em situação de rua, a maior parte dos atendidos apresentava outra característica comum: muitos deles se caracterizavam como migrantes de origem rural que não conseguiram se estabelecer e construir uma nova vida em São Paulo. Percebendo essa característica comum, os membros da Pastoral realizaram um redirecionamento de suas ações, buscando encaminhar seus atendidos para movimentos sociais de luta pela terra. Inicialmente os membros da Pastoral estabeleceram contatos com dirigentes do MST com o intuito de encaminhar as pessoas que tinham interesse pelo retorno ao campo para ocupações de terras no interior do estado de São Paulo, localizadas principalmente nos municípios de Iaras, Sorocaba, São José dos Campos e na região do Pontal do Paranapanema. Apesar do interesse em retornar para o campo, com relativa frequência, essas pessoas atendidas pela Pastoral apresentavam dificuldades em se readaptar ao modo de vida nas zonas rurais especialmente pela falta de infraestrutura urbana, pela distância de parentes ou mesmo de contatos de trabalho preestabelecidos (formais e informais).

Diante da demanda dessas pessoas pela permanência em regiões próximas aos núcleos urbanos, a Pastoral estabeleceu contatos com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST, um movimento social de luta pela moradia que se originou em 1997 durante a Marcha Popular Nacional a partir de uma aproximação de dirigentes do MST com dirigentes de movimentos sociais de luta pelo direito à cidade. Como resultado, um grupo de dirigentes pertencentes ao MST e ao MTST passou a trabalhar questões relacionadas a problemas sociais vividos no campo e na cidade. Após uma reflexão conjunta desses dirigentes em relação aos problemas urbanos e rurais o MTST acabou criando ocupações de grandes glebas urbanas nas franjas de expansão urbana de Campinas, caracterizando-se assim como um movimento social voltado para a população pobre de periferias de regiões metropolitanas.

Apesar da proximidade em relação ao Movimento Sem-Terra, o MTST centrava seus objetivos na luta pela reforma urbana e pelo acesso à moradia, não englobando a produção agrícola nestes objetivos. Consequentemente, apesar do MTST mobilizar populações pobres urbanas como era o perfil dos atendidos pela Pastoral, somente o acesso à moradia não solucionava a necessidade de geração de renda desse grupo. Diante dessa verificação, foi dada continuidade ao direcionamento dos atendidos pela Pastoral para ocupações de terra do MST. De acordo com José Agnaldo Gomes, psicólogo que acompanhou a Pastoral, *“essa transição foi feita [...] porque o objetivo mais amplo do grupo era não somente questionar e solucionar a questão da moradia, sem tocar na questão mais ampla do trabalho. Moradia sem trabalho significa uma agonia prolongada na porta da exclusão. Teto sem emprego não reduz a precariedade da vida”*. (GOMES, 2005, p. 16). Desse modo, a posição extrema da situação de rua tornou-se o elemento chave para que a luta por condições de vida digna extrapolasse a luta por moradia envolvendo também o a questão do trabalho.

Apesar dos membros da Pastoral e dos dirigentes do MST terem clareza desta demanda por trabalho por parte dos atendidos da Pastoral, os primeiros se defrontavam com grandes impasses: como conciliar o vínculo dos atendidos pela Pastoral com a RMSP simultaneamente com o desejo dessas pessoas de retornar ao campo? Como suprir demandas por trabalho e por moradia diante destas circunstâncias?

Paralelamente às tentativas de encaminhamento dos atendidos pela Pastoral para ocupações de terras urbanas e rurais, a instância estadual do MST em São Paulo passava por uma série de discussões estratégicas que buscavam não somente dar respostas às demandas dos atendidos pela Pastoral, mas também criar novos modelos de assentamentos rurais. Desde o início da década de 1980, antes mesmo da origem do MST em 1984, vários conflitos de resistência e luta pela terra ocorreram no Oeste Paulista e na região do Pontal do Paranapanema, locais que concentram tanto grandes áreas com terras devolutas, pecuária e monoculturas extensivas quanto os principais focos de luta pela terra de São Paulo. Contudo, com o grande êxodo rural que acometeu o estado especialmente na segunda metade do século XX, acompanhado pela ampliação de monoculturas e da mecanização do campo, obteve-se como consequência uma redução drástica da população rural existente no estado, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 8: Evolução histórica (1970 a 2010) da população urbana e rural do estado de São Paulo

Fonte: Elaboração própria com base em dados do (IPEADATA, 2012).

Por meio dos dados do gráfico anterior verifica-se que enquanto na década de 1970 cerca de 1/5 da população residia em zonas rurais, na atualidade apenas 1/25 da população vive no campo. Além desse esvaziamento, por meio da experiência acumulada nas ocupações de terra no interior do estado verificou-se que uma grande parcela das famílias mobilizadas não somente pela Pastoral de atendimento a pessoas em situação de rua, mas também em outros trabalhos de base do MST queria trabalhar no campo, mas não estava disposta a abrir mão da vida nas cidades especialmente no caso daquelas famílias originadas de regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas³¹.

³¹ De acordo com a palestra sobre as Comunas da Terra proferida por Gilmar Mauro da direção estadual do MST em Jandira no dia 25/09/2010, um grande número de famílias mobilizadas para a luta pela terra nas regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo participou de ocupações no Pontal do

A partir da consciência de que para fazer a reforma agrária é necessário mudar a estrutura de poder do país e de que isolados os movimentos sociais tornam-se frágeis para concretizar tamanha mudança, o MST sempre buscou unir-se aos diferentes setores da classe trabalhadora ao longo de sua história. E diante do esvaziamento do campo, do crescimento urbano desordenado e da situação de desemprego e subemprego em que vivia uma parcela significativa da população, tornava-se necessário elaborar uma nova alternativa: surgia assim a ideia de criar assentamentos localizados nas franjas de expansão metropolitana. Além de se constituírem como assentamentos de reforma agrária, essas áreas também se constituíam como uma alternativa às pressões ocasionadas pelo crescimento desordenado das cidades possibilitando a inserção social e produtiva de diversas famílias; essas áreas também contribuiriam para a preservação do meio ambiente por meio do manejo agroecológico e para a soberania alimentar urbana, garantindo o fornecimento de alimentos de qualidade, orgânicos e propiciando a redução de custos finais de produtos agropecuários para consumidores por meio da eliminação de atravessadores e de custos de transporte.

Inicialmente os dirigentes do MST chamavam essa nova proposta de assentamentos *rururbanos*³², influenciados tanto por diferentes teorias das ciências sociais - especialmente os estudos do *rurbano* do Projeto Rurbano da UNICAMP - quanto pelas propostas das Vilas Rurais implantadas no estado do Paraná, pelos assentamentos rururbanos do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD além de iniciativas de agricultura urbana e periurbana implantadas em cidades da América Latina³³. Cabe ressaltar que a discussão sobre os assentamentos rururbanos consistia na busca de experiências para a construção de uma forma alternativa de assentamento, mas o foco da luta do MST permanecia sendo a reforma agrária tradicionalmente realizada no meio rural.

Neste contexto, a proposta desses assentamentos rururbanos trazia alternativas para uma série de dificuldades enfrentadas pelo MST. Devido a localização nas franjas de expansão urbana, esses assentamentos conseguiriam viabilizar o trabalho agrícola para grupos que migraram há muito tempo para as cidades e que não queriam abrir mão da proximidade com esses centros urbanos. Isso ocorria pela criação de um lote de tamanho reduzido, mas com maior potencial de viabilização da produção agrícola do que um assentamento comum devido à proximidade em relação aos mercados consumidores.

Por outro lado, devido à localização dos assentamentos nas franjas de expansão urbana, os dirigentes do MST conseguiriam uma aproximação das cidades capaz de facilitar tanto a

Paranapanema e acabou desistindo da luta pela terra por encontrarem, de acordo com a avaliação dos envolvidos, melhores condições de vida no meio urbano que no rural.

³² O termo *rururbano* ou *rurbano* não é propriamente uma novidade nas ciências sociais – além de ser amplamente utilizado na literatura estrangeira (*“rurban”* tanto na literatura inglesa quanto francesa), Gilberto Freyre (1982) citou o termo para definir regiões de transição que ainda não deixaram de ser rurais, mas que ainda não são urbanas. Especialmente a partir de 1997, o termo *“rurbano”* ganhou destaque com o texto *“O novo rural brasileiro”* de José Graziano da Silva, que destaca o surgimento das Ocupações Rurais Não Agrícolas – ORNAs – nas zonas rurais brasileiras. (SILVA, 1997)

³³ Destaca-se especialmente o caso de Rosário na Argentina, com a implantação de hortas em telhados de edificações de ocupações informais urbanas.

mobilização de famílias para a luta pela terra (no campo e nas franjas de expansão urbana) quanto a união a outras entidades da classe trabalhadora como os movimentos sociais urbanos.

É exatamente dessa ideia embrionária de um assentamento rururbano que surgem as ocupações de terra na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, localizadas ao longo das Rodovias Anhanguera e Bandeirantes entre São Paulo e Campinas como pode ser visto na imagem a seguir. Cabe ressaltar que essas rodovias caracterizam-se como importantes eixos de abastecimento e distribuição para as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas.

Mapa 4: Localização das Comunas da Terra da RMSP ao longo das Rodovias Anhanguera e Bandeirantes

Fonte: Elaboração própria a partir do Google Maps (2013).

Em setembro de 2001, foi realizada a primeira ocupação de terras na RMSP, mais especificamente no município de Arujá. Essa ocupação foi realizada por 370 famílias mobilizadas inicialmente pelo MTST, mas após discussões entre dirigentes do MTST, do MST e com as famílias acampadas verificou-se que havia uma aproximação maior dos objetivos das famílias em relação aos objetivos do MST, passando o acampamento a ser coordenado por dirigentes deste último movimento e a ser orientado para a proposta do assentamento rururbano. Aproximadamente dois meses após a ocupação foi concedida a reintegração de posse e, antes da data prevista para a desocupação, as famílias deixaram a propriedade. Apesar da reintegração de posse ter estimulado a desistência de muitos, cerca de 150 famílias que permaneciam mobilizadas se deslocaram para o município de Franco da Rocha, ocupando em 28 de novembro de 2001 a Fazenda São Roque que posteriormente deu origem ao acampamento Dom Tomás Balduino.

No final de 2001, dirigentes do MST e do MTST realizaram um encontro conjunto no qual foi criada a Regional Grande São Paulo do MST que se tornou responsável pela organização das ocupações, acampamentos e assentamentos localizados na RMSP. Posteriormente, em 2002 em uma série de reuniões de dirigentes do MST, a proposta dos assentamentos rururbanos começou a ser organizada e uma vez que o seu conteúdo era bastante diferente de outras propostas já existentes, os dirigentes do Movimento Sem-Terra optaram por dar a proposta um novo nome –

“Comuna da Terra”. Uma vez que o assentamento Dom Tomás Balduino apresentava em sua organização todas as características dessa proposta, os dirigentes e as famílias optaram pela alteração do nome de *Acampamento Dom Tomás Balduino* para *Comuna da Terra Dom Tomás Balduino*. Em 20 de julho de 2002 ocorreu a ocupação da Fazenda Itahyê por 200 famílias no distrito de Perus em São Paulo/SP que já trazia a nova designação em seu nome: Comuna da Terra Irmã Alberta.

Em 2003, a proposta da Comuna da Terra foi sistematizada pelo dirigente do MST Delwek Matheus (MATHEUS, 2003) tornando-se o principal documento de referência para a definição da proposta das Comunas da Terra. Neste mesmo ano ocorreu também em Perus, em uma propriedade vizinha à Comuna Irmã Alberta conhecida como Chácara Maria Trindade, uma ocupação de terras por 40 famílias que deu origem à Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga. No ano seguinte, em 08 de abril de 2004, ocorreu a ocupação da Fazenda Mian no município de Pirapora de Bom Jesus por 80 famílias, que deu origem à Comuna da Terra Camilo Torres. Pouco tempo depois, as duas ocupações – Dom Pedro Casaldáliga e Camilo Torres – receberam ordens de reintegração de posse. Os dois grupos acabaram se reunindo e cerca de 60 famílias realizaram a ocupação da fazenda São Luís no município de Cajamar em 05 de junho de 2004. Uma vez que a Comuna Dom Pedro Casaldáliga era a mais antiga, optou-se pela conservação do nome da mesma para essa nova ocupação. Somente após 09 despejos a ocupação da Fazenda São Luís deu origem no ano de 2006 à Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga.

Em 14 de abril de 2007 foi realizada a ocupação de uma propriedade vizinha à Comuna Dom Tomás Balduino em Franco da Rocha por 200 famílias, dando origem à Comuna da Terra Che Guevara. Após uma série de ações de despejo as famílias desta ocupação foram assentadas no assentamento Elisabete Teixeira no município de Limeira (localizado fora da RMSP, na zona leste do estado de São Paulo). A síntese das principais ocupações de terra realizadas na RMSP pode ser vista na figura a seguir:

Figura 7: Histórico das principais ocupações de terra realizadas pelo MST na RMSP

Fonte: Elaboração Própria.

Uma vez que essa pesquisa tem como objetos de estudo as Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga – as três Comunas existentes na RMSP na atualidade – procede-se a seguir à descrição do percurso histórico de cada uma delas desde a ocupação até os dias atuais.

2.2. Percurso histórico da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino

A primeira ocupação realizada na RMSP foi organizada por meio de uma parceria entre o MST e o MTST e aconteceu no município de Arujá - SP em uma propriedade onde funcionou uma fábrica de produtos de aço que foi abandonada após sua falência, tornando-se improdutiva. Em 07 de setembro de 2001 essa propriedade foi ocupada por aproximadamente 370 famílias originadas especialmente do encaminhamento da Pastoral de atendimento a pessoas em situação de rua para o MST e MTST.

Aproximadamente dois meses depois da ocupação as famílias receberam a ordem de despejo, momento em que muitas acabaram desistindo da luta pela terra. Apesar disso, um grupo que contava com aproximadamente 150 famílias continuou mobilizado e ocupou em 28 de novembro de 2001 a Fazenda São Roque em Franco da Rocha/SP. Conforme foi levantado no processo de desapropriação da Fazenda São Roque, o imóvel foi vendido em 1941 para a Fazenda do Estado de São Paulo por Armando Sestini, um industrial local que havia aberto falência naquele período. A partir de então, a Fazenda do Estado de São Paulo realizou doações de glebas para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP em 1975 e para a Companhia Energética de São Paulo - CESP em 1976 para a construção de estradas e de rede elétrica, além de concessões de uso para a Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE em 1980 e para o Centro Israelita de Assistência ao Menor - CIAM em 1986, ambos voltados à implantação de instituições de apoio a portadores de deficiência mental. O resumo dessas doações e cessões de uso pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 6: Resumo da Cadeia Dominial da Fazenda São Roque

08/05/1941:	905,08 Ha	Original em alqueires	Armando Sestini entra em falência e vende Fazenda São Roque para a Fazenda do Estado de São Paulo
28/02/1975:	-12,58 Ha	Original em m ²	Fazenda do Estado de São Paulo faz doação para DER/SP para construção de estrada.
08/04/1976:	-14,44 Ha	Original em Hectares	Fazenda do Estado de São Paulo faz doação para CESP para construção de rede elétrica.
19/09/1980:	-52,79 Ha	Original em Hectares	Fazenda do Estado de São Paulo faz concessão de uso por 99 anos para APAE.
25/11/1986:	-39,50 Ha	Original em m ²	Fazenda do Estado de São Paulo faz concessão de uso para CIAM (a título precário) para implantação de Núcleo de Comunidade Agroindustrial – apoio e profissionalização de adultos com deficiência mental.
Área total restante:	785,76 Ha		

Fonte: Escrituras do Imóvel Fazenda São Roque (Comuna da Terra Dom Tomás Balduino)– ITESP 2011

Na data da ocupação funcionava na Fazenda São Roque o Centro Pioneiro Socioterápico Arquiteto Januário José Ezemplari³⁴, instituição destinada ao tratamento de pessoas com dependência química ao álcool, cuja concessão do direito de uso foi dada pelo estado de São Paulo para a Secretaria Estadual da Saúde, conforme o decreto estadual nº 46.695 de 16 de abril de 2002. A inserção da fazenda São Roque no município de Franco da Rocha pode ser vista no mapa a seguir:

Mapa 5: Localização da Fazenda São Roque no município de Franco da Rocha/ SP

Fonte: Elaboração própria sobre base cartográfica do Plano Diretor de Franco da Rocha.

É importante ressaltar que o município de Franco da Rocha no qual se insere a fazenda São Roque teve seu desenvolvimento especialmente ligado à implantação do Complexo Hospitalar Psiquiátrico do Juquery. O crescimento dessa infraestrutura hospitalar e psiquiátrica acabou atraindo a implantação de outras instituições de saúde como é o caso do Centro Pioneiro Socioterápico Arquiteto Januário José Ezemplari e das demais instituições existentes na vizinhança da fazenda São Roque como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/SP e o Centro Israelita de Assistência ao Menor – CIAM voltado ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual. Na vizinhança da fazenda também são encontradas duas penitenciárias que são contornadas pela área da fazenda São Roque – Penitenciária Mário Moura

³⁴ Não foram encontrados registros sobre a origem do Centro Pioneiro Socioterápico Arquiteto Januário José Ezemplari. No entanto, sabe-se que o mesmo era conhecido como Fazenda São Roque da FEBEM por ter abrigado a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor em suas instalações. Seus registros de manutenção mais antigos são de 1975. Conforme Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 15 de Agosto de 1975, P.46. e (ITESP, 2001)

Albuquerque (também conhecida como Penitenciária I) e Penitenciária Nilton Silva (ou Penitenciária II). Todas essas instituições têm a sua localização apontada no mapa anterior e fotos das penitenciárias podem ser vistas a seguir:

Foto 3 e Foto 4: Vista das penitenciárias a partir da Comuna Dom Tomás Balduino

Fotos: Roberta Raggi, 2011.

Apesar do Centro Pioneiro Socioterápico Arquiteto Januário José Ezemplari estar em funcionamento no período da ocupação, a realização de atividades agrícolas para a terapia ocupacional de seus atendidos abrangia uma área bastante restrita da propriedade, tornando grande parte dela subutilizada. Partindo-se desse argumento, os dirigentes do MST e do MTST organizaram a ocupação da propriedade, mas no mesmo dia foi executada a ação de reintegração de posse na qual as 150 famílias foram retiradas do imóvel.

Após a desocupação da Fazenda São Roque as famílias se dirigiram para um albergue no bairro do Brás coordenado pela Pastoral de atendimento a pessoas em situação de rua. Apesar de o albergue estar em um grande galpão, a infraestrutura do local era bastante precária para atender a todas as famílias. No dia seguinte foi feito um acordo em uma audiência entre o MST, os governos federal, estadual e a prefeitura de São Paulo no qual a prefeitura de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy (PT), pagaria o aluguel de um imóvel onde as famílias poderiam permanecer acampadas por seis meses, enquanto o governo do estado providenciaria o assentamento definitivo das famílias na Fazenda São Roque.

Em dezembro de 2001 o acampamento se instalou no município de São Lourenço da Serra, em terra alugada pela Prefeitura de São Paulo onde havia um hospital abandonado. No mesmo dia da mudança o prefeito de São Lourenço, Capitão Lener Ribeiro (na época PMDB, atualmente DEM) ex-comandante da tropa de choque de São Paulo, acionou a polícia militar local, a polícia florestal e a secretaria do meio ambiente, acusando os trabalhadores de *invasão de terra* e de *devastação e poluição ambiental*. Mesmo diante dos esclarecimentos dos acampados e da Prefeitura São Paulo, bem como da apresentação do contrato de locação da área e da existência de um grupo de famílias designadas como responsáveis pela preservação ambiental o prefeito entrou com Ação Civil Pública contra o acampamento. De acordo com os registros históricos do MST

foi também anunciada na mídia uma declaração do prefeito que *"não se queria o MST na sua região"*, e que a *"Marta exportou seus pobres para São Lourenço"*³⁵.

Assim, no final de dezembro, a prefeitura de São Lourenço acordou com a prefeitura de São Paulo a saída dos trabalhadores da área até o dia 20 de janeiro de 2002. O MST cumpriu o acordo e as famílias se deslocaram novamente para São Paulo. Em caráter provisório as famílias acamparam em uma área de 04 Ha da Escola Jesuíta Santa Fé, localizada na rodovia Anhanguera na saída do município de São Paulo. Neste período, dirigentes do MST mobilizaram outras famílias em Perus e em bairros de São Paulo como Brasilândia, São Mateus, Santo Amaro, dentre outros.

Entre 18 e 22 de março de 2002, após avaliações da fazenda São Roque o ITESP chegou à conclusão de que seria viável implantar um assentamento de reforma agrária na propriedade, contudo, a abertura do processo da criação do assentamento se arrastou por meses. Diante da demora, o grupo mobilizado pelo MST acrescido por novas famílias mobilizadas em trabalhos de base organizou uma marcha de dois dias em julho de 2002 para pressionar o Estado em relação à morosidade do processo. Após acamparem por alguns dias nas faixas de domínio da rodovia em frente à fazenda São Roque, 125 famílias ocupam novamente a propriedade. Em 20 de julho de 2002 o Estado abriu o processo para a criação do assentamento coordenado pelo ITESP, contudo, somente 61 famílias poderiam ser assentadas no local³⁶, tendo as demais que permanecer na luta pela terra. Ao longo desse processo diversas famílias acabaram desistindo e cerca de três famílias acabaram se deslocando para o acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta.

A partir de 2003, iniciou-se a implantação de infraestrutura na Comuna Dom Tomás Balduino: neste ano houve a abertura de um poço artesiano doado pela Igreja que atendia apenas parcialmente a área do assentamento e entre 2003 e 2004 ocorreu a abertura e o melhoramento do sistema viário interno do assentamento com recursos do INCRA.

Foto 5 e Foto 6: sistema viário com trechos prejudicados pelas chuvas e caixas d'água

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

³⁵ Conforme documentação do MST – Relato histórico da ocupação da Comuna Dom Tomás Balduino fornecido por Rosana Santos. Inicialmente o ITESP limitou a capacidade de uso da terra ao número de 66 famílias, mas posteriormente esse número foi reduzido para 63 e finalmente para 61 famílias – número correspondente à capacidade atual de assentamento estabelecido para a propriedade.

³⁶ A Capacidade inicial era de 76 famílias, contudo após o laudo de vistoria reavaliou-se a capacidade de assentamento para 61 famílias devido ao grande número de Áreas de Preservação Permanente no imóvel.

Com o intuito de aproveitar os recursos federais do programa “Luz Para Todos” em 2005 foi realizado o parcelamento dos lotes para que pudessem ser instalados os transformadores e os pontos de medição de modo a proporcionar o atendimento às famílias e a otimização dos recursos públicos.

Uma vez que na fazenda São Roque estava em funcionamento o Centro Pioneiro Socioterápico “Arquiteto Januário José Ezemplari” cujo tratamento de seus atendidos era realizado em uma colônia agrícola, uma área correspondente a 151,84 Ha foi destinada a essa entidade para a manutenção de suas atividades. Outra área de 30,41 Ha à margem da rodovia estadual SP-354 foi destinada ao ITESP para uso do órgão, cabendo à Comuna da Terra Dom Tomás Balduino uma área de 538,73 Ha.

O parcelamento dos lotes foi realizado de modo a conciliar os condicionantes fisiográficos e a legislação ambiental com a proposta da Comuna da Terra. A partir desse levantamento foram delimitadas as áreas de preservação permanente – APPs e a Reserva Legal já averbada, sendo parceladas as áreas restantes conforme pode ser verificado no mapa a seguir:

Mapa 6: Representação esquemática do parcelamento da Comuna Dom Tomás Balduino

Fonte: adaptado de ITESP - Mapa de uso do solo da PA São Roque e Google Earth³⁷.

³⁷ Uma vez que não foi possível obter acesso ao mapa de parcelamento da Comuna Dom Tomás Balduino tanto por meio do ITESP quanto por meio do MST, optou-se pela representação esquemática do parcelamento realizada a partir de levantamentos de campo e tendo como bases cartográficas o mapa de uso do solo do ITESP no qual havia a indicação da Reserva Legal e das APPs em conjunto com fotos de satélite do Google Earth.

O parcelamento foi realizado conforme a proposta das Comunas da Terra do MST, na qual cada família teria acesso a um lote individual apresentando tamanho reduzido em relação a lotes destinados a assentamentos de reforma agrária³⁸. Uma vez que a fazenda São Roque apresenta uma topografia bastante acidentada e que as Áreas de Preservação Permanente - APP chegavam a ocupar quase 60% da área total da fazenda, tornou-se inviável realizar o parcelamento tipo raio de sol. A Comuna Dom Tomás Balduino foi dividida em três núcleos: vermelho, verde e roxo³⁹. Cada núcleo apresenta lotes destinados à produção de subsistência de cada família que possuem de 0,8 a 1,2 Ha. Além dessa área foram criados lotes complementares de 1,6 a 2,0 Ha para ocupação de lavouras permanentes destinados ao trabalho coletivo a ser realizado por famílias de um mesmo núcleo. Além desses, foram reservadas três áreas para fins comunitários, nas dimensões de 4,5 Ha, 1,0 Ha e 0,7 Ha, uma área para cada núcleo.

A escolha dos lotes foi definida pelas próprias famílias sem utilização de sorteio. Em um primeiro momento cada família escolheu o núcleo no qual gostaria de morar. A partir da escolha as famílias percorriam o núcleo para conhecê-lo melhor. Após essa etapa, as famílias tinham a opção de escolher um lote específico ou então serem assentadas em grupos de afinidade, escolhendo os seus vizinhos.

Apesar da implantação de toda essa infraestrutura entre os anos de 2001 a 2005, somente em 02 de junho de 2006 a fazenda foi desapropriada. O processo de desapropriação de uma propriedade para a criação de um assentamento de reforma agrária é sempre um momento crucial em relação à mobilização das famílias acampadas. No período prévio de mobilização das famílias e de realização das ocupações da Fazenda São Roque o MST desempenhou um papel simultaneamente de formador de consciência política e de catalisador da luta pela terra. Ao mesmo tempo, por meio de doações e do auxílio de entidades parceiras do Movimento Sem-Terra algumas necessidades básicas acabavam sendo supridas por meio de doações de cestas básicas, roupas ou mesmo como foi o caso da construção de um poço artesiano pela Igreja em 2003.

Após 2006, com a desapropriação da fazenda São Roque, a luta do MST muda de caráter, tornando-se uma luta não mais para conquistar a terra, mas para permanecer nela. Mesmo ainda sem receber os créditos e sem ter condições de se manterem por si mesmas, as famílias frequentemente perdem o acesso às doações neste momento, tendo que contar com os poucos recursos próprios que não foram levados embora na luta pela sobrevivência inicial no acampamento.

Até o momento da desapropriação em 2006 todas as intervenções governamentais consistiam basicamente em benfeitorias no imóvel. Somente a partir desta data que as famílias

³⁸ Nas Comunas da Terra da RMSP os lotes individuais variam entre 0,5 a 1,2 Ha enquanto em assentamentos comuns no estado de São Paulo os lotes são em média de 16 Ha, variando para mais ou para menos, conforme as características locais.

³⁹ Por conta de um erro na documentação do parcelamento, os técnicos do ITESP denominam o núcleo roxo de núcleo azul. Optou-se aqui por seguir a denominação adotada pelas famílias da Comuna Dom Tomás Balduino.

começaram a receber créditos para benfeitorias particulares. Ainda em 2006 iniciou-se a construção das habitações em uma ação conjunta do INCRA, do MST e da Caixa Econômica Federal. O crédito habitação foi fornecido por meio de uma parceria entre o INCRA com o valor de R\$5.000,00 e a Caixa Econômica Federal, com o valor de R\$10.800,00 (valores por família). Esses recursos foram usados principalmente na compra de materiais uma vez que os custos com a mão de obra eram drasticamente reduzidos pelo trabalho em mutirão realizado pelas próprias famílias. A orientação do mutirão para construção das casas foi realizada pela Usina, uma acessória técnica voltada para o trabalho com os movimentos populares de moradia em São Paulo. Alguns exemplos das tipologias adotadas para as habitações podem ser vistos a seguir.

Foto 7 e Foto 8: Exemplos de tipologias de habitações

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Neste período também foram implantadas infraestruturas coletivas como a Casa do Mel (na qual as famílias pretendem beneficiar a produção de mel tanto da Comuna do Tomás Balduino quanto de outras Comunas do entorno), hortas medicinais, um núcleo de apoio ao ensino infantil conhecido como “Ciranda”, além de um salão para a realização de reuniões e cultos ecumênicos que podem ser vistos nas fotos a seguir.

Foto 9 e Foto 10: casa do mel e horta medicinal

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 11, Foto 12, Foto 13 e Foto 14: Ciranda

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 15 e Foto 16: Salão de reuniões e cultos ecumênicos

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Ao longo dos anos de 2006 e 2007 as famílias receberam os Créditos Apoio Inicial e Fomento (ambos a fundo perdido) para iniciarem os investimentos na produção agrícola em seus próprios lotes. O primeiro - Crédito de Apoio Inicial - forneceu R\$2.400,00 para cada família para o investimento em insumos e alimentação, com indicação do ITESP para a compra especialmente de calcário para a correção da acidez do solo. Com esse recurso comprou-se cerca de 50 sacos de calcário para cada lote além de outros produtos a escolha de cada família.

O segundo – Crédito Fomento também no valor de R\$2.400,00 – destinava-se ao investimento em projetos produtivos iniciais que variavam de acordo com cada família. Dessa

forma, o crédito só era concedido após a elaboração de um projeto de produção agrícola por parte de cada família. A partir dessa exigência surgiam duas grandes dificuldades: a baixa escolaridade e a própria falta de conhecimento do manejo agropecuário de pessoas de origem urbana dificultavam a elaboração dos projetos. Desse modo, muitas famílias contaram com o auxílio técnico do ITESP responsável pela assistência técnica ou de dirigentes do MST para a elaboração desses projetos. Uma vez que tanto os técnicos do ITESP quanto os dirigentes do MST são responsáveis pela assistência e articulação de vários assentamentos e acampamentos, a redação dos projetos se tornou um trabalho lento o que atrasou o recebimento do crédito para várias famílias. Em conjunto com o atraso, a falta de divulgação de informações acabou criando uma situação de desconfiança entre diferentes grupos dentro da Comuna Dom Tomás Balduino.

No ano de 2009 ocorreu a construção de um novo poço artesiano pelo ITESP, contudo o abastecimento de água ainda hoje é um grande problema para muitas famílias. Também em 2009 as famílias tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF que financia projetos individuais ou coletivos que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A linha A (PRONAF-A) especificamente destina-se a assentados da reforma agrária. Trata-se de um financiamento para estruturação inicial do lote realizado de acordo com os projetos elaborados pelas famílias com apoio da assistência técnica do ITESP (ou do INCRA, dependendo da situação de cada assentamento). O crédito pode ser acessado até o limite total de R\$20.000,00 e é concedido em até três parcelas⁴⁰. Os assentados teriam um período de carência de até três anos para iniciar o pagamento da dívida tendo o prazo de até 10 anos para a quitação total⁴¹. São cobrados entre 1,5% a 3,0% de juros ao ano de acordo com o valor financiado e há um bônus de adimplência de 40%, ou seja, desconto de 40% para pagamentos realizados em dia⁴². Como este não é um crédito a fundo perdido, cada família fez a opção que melhor lhe convinha: enquanto algumas optaram por não receber os créditos, outras já acessaram diferentes valores em uma, duas ou três parcelas.

Os projetos realizados pelas famílias com a consultoria de técnicos do ITESP e do MST acabavam apresentando particularidades conforme o perfil alimentar, o conhecimento prévio da atividade agropecuária e as próprias características do lote como declividade e acesso à água, por exemplo. De modo geral as famílias optaram por produzir fruticultura, pela baixa necessidade de manejo desse tipo de cultura, pela adequação às características fisiográficas do lote como alta declividade e o pouco acesso à água, e pelo alto valor comercial de venda da produção especialmente quando beneficiada em doces, conservas ou polpa congelada para suco. A fruticultura algumas vezes é conciliada com a criação de pequenos animais como galinhas, patos, marrecos, porcos e cabras. Quando há acesso à água para irrigação, as famílias também optaram pela horticultura, olericultura para consumo próprio e para venda, além de pequenos plantios de lavouras de milho, feijão, mandioca e café voltados para o consumo familiar. Mesmo com a existência da edificação da Casa do Mel no assentamento poucas famílias optaram pela apicultura. Acredita-se que isso se deva pelo fato de a Casa do Mel ainda não estar em operação devido à falta dos equipamentos para o beneficiamento do mel. Há também um número reduzido de

⁴⁰ O limite pode ser elevado para R\$ 21.500,00 quando contemplar a remuneração de assistência técnica.

⁴¹ A carência pode ser elevada para até 05 anos se a atividade requerer e o projeto técnico comprovar.

⁴² Conforme site do Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA disponível no endereço eletrônico: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> consultado em 02/07/2013.

famílias que optaram pelo cultivo de uvas para vinho, que são beneficiadas em um assentamento do MST no município de Jarinu/SP. A seguir há alguns exemplos dos cultivos realizados pelas famílias:

Foto 17 e Foto 18: plantio de banana e morango

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 19 e Foto 20: parreiras de uvas para a produção de vinho

Fonte: Roberta Raggi, 2011.

Foto 21 e Foto 22: vinho (produzido em Jarinu/SP), criações de pequeno porte (bode, galinhas).

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Do início do acampamento em 2001 até o momento da desapropriação em 2006 as famílias costumavam-se reunir periodicamente em *reuniões de núcleos* que eram restritas a cada núcleo para a resolução de problemas pequenos e em *assembleias* que reuniam todas as pessoas do assentamento. Nessas reuniões buscava-se discutir assuntos gerais pertinentes à Comuna da Terra para informação, mobilização e organização das famílias em torno de assuntos variados que iam desde trâmites e recebimentos de créditos até a organização de mutirões de trabalho ou de manifestações públicas. A periodicidade das reuniões ao longo da história da Comuna foi variável de acordo com as questões enfrentadas pelas famílias: inicialmente as reuniões de núcleos chegaram a ser feitas semanalmente. Com o passar do tempo, especialmente no período próximo à desapropriação da Fazenda São Roque as reuniões começaram a ser menos frequentes ocorrendo a cada 15 dias ou com maior periodicidade. Após a desapropriação da fazenda e especialmente após o recebimento dos créditos as reuniões periódicas começaram a se desarticular. Uma vez conquistada a terra, muitas famílias não viam sentido em continuar participando das reuniões, especialmente por estarem bastante ocupadas com o trabalho dentro do lote de produção. Atualmente apenas quando há um assunto de interesse de todas as famílias é convocada uma assembleia e não há mais a eleição de coordenadores de setores.

O fim das reuniões periódicas deu origem a problemas na divulgação de informações dentro da Comuna – por meio das reuniões que eram realizados os informes com temas pertinentes a todas as famílias de forma direta, propiciando a possibilidade de realizar esclarecimentos caso as informações não fossem bem compreendidas. Com o fim das reuniões ocorreu a desarticulação da organização das famílias como um grupo e, conseqüentemente torna-se mais difícil para as famílias buscar informações ou mesmo lutar por seus interesses dentro da Comuna ou fora dela em negociações com o ITESP ou a prefeitura local em relação a assuntos de interesse comum, por exemplo. As famílias perderam a autonomia para lutar por causas comuns e passam a depender de funcionários do ITESP ou dos próprios dirigentes do MST para a obtenção de seus interesses, o que em alguns casos deu origem a conflitos. Com o fim das reuniões a divulgação de informações importantes passou a ser realizada “de boca em boca” o que acabava gerando *ruídos*, ou seja, falhas na comunicação pela ausência da informação completa ou por modificação de elementos importantes. E especificamente ruídos na comunicação ligados ao acesso a créditos começaram a gerar um forte clima de desconfiança entre as famílias e em relação aos dirigentes do MST.

O clima de desconfiança foi agravado por dois fatores específicos: a realização do programa de moralização da reforma agrária pelo ITESP na Comuna e a participação das famílias em programas de compra programada da produção agrícola da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, destinados ao fornecimento de merenda escolar e/ou para o fornecimento de alimentos para instituições públicas como creches, escolas, hospitais e presídios.

Entre 2009 e 2010, o ITESP realizou o programa de moralização da reforma agrária na Comuna Dom Tomás Balduino. O objetivo desse programa é retomar para o estado os lotes que se encontrem em situação cadastral irregular por meio da fiscalização *in loco* dos mesmos: lotes abandonados pela desistência e/ou falecimento de seu(s) titular(es) ou mesmo em casos que os mesmos não são usados para fins de reforma agrária seriam passíveis de serem retomados pelo governo e destinados para outras famílias.

Nesse processo de moralização foram retomados dois lotes – um por motivo de falecimento de seu titular e único morador, e outro pela desistência de uma família após o falecimento do único filho do casal em um acidente no local. Apesar desse processo ter criado vagas para o assentamento de duas famílias, quatro famílias de uma comunidade de posseiros que foram despejados de um terreno público em Franco da Rocha, foram encaminhadas para a Comuna Dom Tomás Balduino – duas famílias foram assentadas nos lotes vagos e as outras duas ficaram acampadas na Comuna em caráter emergencial com o consentimento de dirigentes do MST e de técnicos do ITESP aguardando vagas em outros assentamentos.

Houve grandes falhas na divulgação de informações a respeito da entrada dessas quatro famílias na Comuna: muitas famílias das Comunas começaram a acreditar que funcionários do ITESP em conjunto com dirigentes do MST queriam assentar as famílias acampadas no lugar de famílias já assentadas que não compartilhassem dos mesmos ideais do MST e/ou que apresentassem baixa produtividade em seus lotes gerando um forte clima de desconfiança das famílias tanto em relação aos funcionários do ITESP quando em relação aos dirigentes do MST.

Além do programa de moralização realizado pelo ITESP houve problemas em relação aos programas de compra programada da CONAB. Para a participação de uma família neste tipo de programa é necessário realizar um cadastramento e, após isso, a família passa a fornecer periodicamente produtos agrícolas específicos para o programa. A produção é quantificada no momento do recolhimento e levada por um caminhão para as instituições públicas a serem abastecidas. O pagamento é realizado conforme a tabela de preços da CONAB e não é feito de forma imediata para a família; isso só ocorre em média após seis meses da entrega da produção caso toda a documentação do cadastro da família e da quantificação dos produtos agrícolas vendidos esteja correta. Houve casos em que muitas famílias entregaram produtos há mais de um ano e ainda não receberam seu pagamento devido a erros no registro das informações. A demora em realizar os pagamentos e a falta de acesso às informações sobre esse processo fez com que muitas famílias, especialmente aquelas que possuíam baixo nível de escolaridade e não conseguiam ler nem preencher os dados e recibos do programa de compra programada, passassem a acreditar que dirigentes do MST estavam desviando o dinheiro do programa.

Como resultado dessas situações houve uma desarticulação da relação entre as famílias, os técnicos do ITESP e especialmente em relação aos dirigentes do MST. A apropriação atual das Comunas pelas famílias se dá predominantemente dentro dos lotes e de modo individual. Quase não há trabalho coletivo, sendo realizada apenas a associação de pequenos grupos normalmente de 3 a 5 famílias que têm mais afinidade entre si para a execução de pequenos projetos de artesanato ou beneficiamento da produção em forma de doces ou compotas. Com regularidade semestral ocorrem algumas oficinas pontuais de capacitação atrelada a grupos apoiadores e ONGs⁴³. O único manejo das áreas de preservação permanente é realizado por poucas famílias também de modo individual com atividades de apicultura.

⁴³ As principais ONGs que apoiam a Comuna Dom Tomás Balduino são o Centro de Educação, Estudos e Pesquisas - CEEP, a Organização Popular Aymberê – OPA, além do grupo Comer Ativamente da USP.

Atualmente, o único espaço coletivo do assentamento que é usado com regularidade é a “ciranda”, uma escola especial para apoio e acompanhamento escolar de crianças. No período do dia em que não estão na escola regular na cidade as crianças das Comunas ficam na ciranda, recebendo acompanhamento escolar além da alimentação e no período noturno as crianças vão para suas casas. Para manter essa infraestrutura, os dirigentes do MST contam com doações da instituição católica CÁRITAS além de doações de alimentos das famílias da própria Comuna (normalmente dos pais das crianças que frequentam a ciranda).

Em outubro de 2013 foi divulgada na internet uma reportagem a respeito de estratégias do MST para a inserção da produção agrícola dos assentamentos no mercado⁴⁴. Dentre as estratégias citadas a reportagem mencionava a implantação de um projeto do Movimento Sem-Terra para a construção de um *centro de distribuição de produtos* originários de assentamentos do Sul e do Sudeste. No momento da elaboração da reportagem o MST estudava diferentes locais para a implantação do projeto, sendo uma das opções o município de Franco da Rocha na Comuna Dom Tomás Balduino. Até janeiro de 2014 não houve um posicionamento do MST a respeito da decisão sobre o local de implantação dessa central de distribuição.

2.3. Percorso histórico da Comuna da Terra Irmã Alberta

Posteriormente à ocupação que deu origem à Comuna da Terra Dom Tomás Balduino os dirigentes do MST passaram a realizar trabalhos de base tanto em municípios vizinhos à Comuna Dom Tomás Balduino, quanto em bairros da cidade de São Paulo. Ao longo da realização dessas reuniões os dirigentes identificaram que havia uma mobilização da população do distrito de Perus, pertencente ao município de São Paulo, contra a criação de um novo “lixão”. No distrito já existia o aterro Bandeirantes – localizado na Rodovia dos Bandeirantes, Km 26 – cuja capacidade de aterramento de lixo estava próxima à saturação⁴⁵. Buscando uma solução para o problema a Prefeitura de São Paulo pretendia construir um novo aterro sanitário em um grande terreno desocupado existente no distrito de Perus conhecido como Chácara Maria Trindade. Além disso, o Governo do Estado de São Paulo havia desapropriado⁴⁶ uma propriedade conhecida como Fazenda Itahyê para a disposição final de lodos de Estações de Tratamento de Efluentes – ETEs. A partir de 1998 ambos os imóveis passaram a se constituir como propriedades da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

⁴⁴<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-10-14/com-agricultura-familiar-mst-adere-a-estrategias-capitalistas.html>

⁴⁵ O aterro Bandeirantes atingiu sua capacidade de saturação em março de 2007. Após essa data a prefeitura de São Paulo passou a utilizar o aterro Caieiras.

⁴⁶ O Governo do Estado de São Paulo por meio do decreto estadual nº 43.124 de 25/05/1998 declarou a Fazenda Itahyê como de utilidade pública para fins de desapropriação. Conforme o decreto em seu artigo 1º a propriedade era necessária para a SABESP para “(...) *Disposição Final dos Lodos das ETEs Anhangüera Leste e Oeste, parte integrante do Sistema de Esgotos Sanitários, no município, ou a outro serviço público (...)*” (Governo do Estado de São Paulo, 1998). As Estações de Tratamento de Efluentes – ETEs realizam o tratamento de esgotos e, consequentemente, a despoluição de rios. Todo o processo é realizado em um sistema estanque responsável separação de grande parte dos resíduos presentes na água que é devolvida aos mananciais com baixos níveis impurezas.

Diante dessa situação os moradores de Perus se mobilizaram contra a implantação desses projetos com o receio de que ambas as áreas se tornassem “lixões”⁴⁷, fato que poderia ocasionar transtornos para o entorno de acordo com os mesmos. A partir dessa situação os dirigentes do MST se apoiaram na mobilização contra a implantação desses projetos e a transformaram em uma luta pela reforma agrária reunindo famílias interessadas em participar de ocupações de terras. A fazenda Itahyê, que desde sua desapropriação em 1998 estava subutilizada, foi ocupada de modo pacífico, sem resistência policial no dia 20 de julho de 2002 por um grupo de 200 famílias originárias de Perus e de bairros da capital paulista. Posteriormente, em abril de 2003 foi realizada a ocupação da Chácara Maria Trindade, que deu origem à Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga cujo percurso histórico será descrito no item 2.4. deste capítulo.

A Fazenda Itahyê localiza-se na Rodovia Anhanguera, Km 27,6 distrito de Perus, município de São Paulo. A seguir há um mapa com a localização da Fazenda Itahyê:

Mapa 7: Localização da Fazenda Itahyê na Subprefeitura de Perus

Fonte: Elaboração própria sobre base cartográfica do Plano Regional Estratégico de Perus.

A rodovia Anhanguera é um importante eixo de escoamento industrial e diversos estoques de empresas e plantas industriais estão nos arredores da Fazenda Itahyê, como a Fábrica da Natura, a Fábrica da Jequití, o Estoque das Lojas Colombo, dentre outras empresas.

⁴⁷ Cabe ressaltar que tanto um aterro sanitário quanto uma ETE são propostas completamente diferentes de um depósito irregular de lixo ou “lixão” como os moradores de Perus se referiam a esses projetos, tendo os primeiros uma grande parte de seus impactos ambientais mitigados por piscinas de contenção de chorume ou pela execução de processos estanques de tratamento de efluentes.

Foto 23 e Foto 24: Fábricas da Natura (esquerda) e da Jequiti (direita) localizadas na Rodovia Anhanguera nos arredores da Comuna da Terra Irmã Alberta

Fonte: Google Street View (imagens de março de 2011).

Durante o processo inicial de ocupação da fazenda, os dirigentes do MST desempenharam um papel fundamental sendo responsáveis pela execução de diversas tarefas como estimular a mobilização das famílias de modo a dar visibilidade a objetivos comuns e liderá-las em prol dessas causas. Além disso, os dirigentes foram responsáveis por processos educativos e de politização das famílias e por questões relativas à organização do acampamento ligadas à distribuição de tarefas e responsabilidades, devendo os dirigentes também coibir más práticas (infrações às regras de convivência como furtos, brigas ou uso de drogas e bebidas alcoólicas).

Com a organização gradual do acampamento a presença constante de dirigentes do MST no início da ocupação acabou se transformando em visitas esporádicas, muitas vezes ligadas à resolução de problemas já instalados. Na Comuna Irmã Alberta verificou-se a existência de dirigentes que moravam (e moram até hoje) no local, mas que acabam se ausentando por grandes períodos devido à realização de tarefas do MST fora do acampamento ou mesmo por conta de cursos de formação do MST.

As famílias da Comuna Irmã Alberta se reuniam uma vez por semana, sendo essa frequência alterada de acordo com a demanda do trabalho agrícola – dependendo da frequência das chuvas e do período de produção o trabalho nos roçados tomava um tempo maior das famílias, sendo desse modo necessário reduzir a frequência das reuniões. Além disso, foram organizados setores de saúde, educação, comunicação, produção, dentre outros que apresentavam em geral duas pessoas responsáveis por organizar atividades temáticas dentro da Comuna, ou por representar as famílias e defender os seus interesses em órgãos do governo municipal e estadual.

Paralelamente a essa organização interna do acampamento ocorriam as negociações entre o INCRA e a SABESP: após a ocupação da fazenda Itahyê, ocorrida em julho de 2002, iniciaram-se as negociações entre estes órgãos que acabaram se arrastando por vários anos. Diante da localização privilegiada da propriedade surgiu um impasse para a criação do assentamento ligada ao modo como o INCRA realizaria a aquisição do imóvel. Havia uma situação de conflito entre o INCRA e a SABESP; apesar de se constituírem em instâncias do Estado tendo o mesmo objetivo de fazer o melhor uso dos recursos públicos, ambas as instituições apresentavam diferentes interesses setoriais - enquanto o INCRA estipulava importâncias indenizatórias fundadas em valores de terra rural calculados por hectares, a SABESP buscava a preservação de seu patrimônio, reivindicando o pagamento pela terra em valores de terra urbana calculados por metro quadrado.

Além disso, apesar de o INCRA ter comprovado a subutilização da fazenda por meio do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e *in loco*, dando o aval para que a fazenda fosse destinada para fins de reforma agrária, havia empecilhos jurídicos e financeiros para a realização do processo. A SABESP, proprietária da fazenda Itahyê, é uma empresa de economia mista apresentando a participação de capital público e privado em sua constituição⁴⁸. Diante desse fato, tanto os processos de desapropriação (empregados em imóveis exclusivamente privados) quanto processos de desafetação (empregados em imóveis exclusivamente pertencentes ao poder público) tornam-se instrumentos não aplicáveis à situação da Fazenda Itahyê. Perante esse impasse o trâmite jurídico menos conflituoso, mas também o mais oneroso para que o imóvel tenha sua finalidade convertida para fins de reforma agrária seria a compra da propriedade, o que implicaria para o INCRA pagar o valor de mercado pela terra. (INCRA e ITESP, 2008).

O valor de mercado da Fazenda Itahyê está diretamente relacionado à sua localização próxima a rodovia Anhanguera no distrito de Perus, fato que gera a valorização do imóvel devido ao potencial de implantação de plantas industriais que se estavam em uma posição privilegiada pela proximidade ao grande mercado consumidor da cidade de São Paulo e pela disponibilidade de força de trabalho barata no distrito de Perus. Mas apesar de estar em uma localização privilegiada, a possibilidade de implantação de indústrias está condicionada às regulações de uso e ocupação do solo estipulados pelo Plano Regional Estratégico – PRE da Subprefeitura de Perus⁴⁹.

De acordo com o Plano podemos verificar que há três zoneamentos diferentes incidentes sobre a Fazenda Itahyê – Zona Predominantemente Industrial (ZPI 06), Zona Especial de Preservação (ZEPAM 09) e Zona de Lazer e Turismo (ZLT 06) – como pode ser verificado no mapa a seguir:

Mapa 8: Zoneamentos com incidência sobre a Fazenda Itahyê

Fonte: adaptado de (São Paulo, 2004)

⁴⁸ Desde 2002 a SABESP possui ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e Nova Iorque, apresentando seu capital social distribuído entre o Governo do Estado de São Paulo (50,3%) e o restante (49,7%) distribuído entre a Bovespa e a *New York Stock Exchange* (Sabesp, 2012).

⁴⁹ Correspondente à Lei Municipal nº 13.885 de 25 de agosto de 2004.

Apesar de se constituir apenas como uma pequena parcela da fazenda Itahyê equivalente a 6,36 Ha dos 117,72 Ha totais da fazenda (equivalente a 5,4% da área total do imóvel), a gleba com Zoneamento Predominantemente Industrial - ZPI (na cor magenta) apresenta alto valor de mercado chegando a custar 10 vezes mais caro que o valor total do restante do imóvel (INCRA e ITESP, 2008). Desse modo, o valor da terra da gleba correspondente ao ZPI inviabilizava financeiramente a implantação de um assentamento de reforma agrária pelo INCRA.

Após uma série de negociações frustradas em 31 de agosto de 2005, a SABESP obteve uma ordem de reintegração de posse por meio da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo para desocupação da propriedade. Após um acordo entre o INCRA e a SABESP a ação de reintegração de posse foi temporariamente suspensa, contudo, as duas instituições não conseguiam chegar a um consenso sobre a desapropriação do imóvel. Em 23 de maio de 2006 as famílias da Comuna Irmã Alberta em conjunto com outros assentamentos do MST, amigos e apoiadores do Movimento Sem-Terra fizeram um protesto em frente à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo e encaminharam uma carta para o então governador do estado, Cláudio Lembo (PSD) pedindo que o mesmo intercedesse pelas famílias neste processo.

Vendo-se sem perspectiva para a resolução do impasse, em agosto de 2006 as famílias da Comuna Irmã Alberta, que até então estavam acampadas em apenas uma pequena área da propriedade tendo acesso restrito a áreas de produção, resolveram não aguardar a criação do assentamento para se distribuírem pela propriedade e começarem a produzir as próprias lavouras. No primeiro semestre de 2007, o MST contratou por conta própria um topógrafo que fez o parcelamento dos lotes. A fazenda foi dividida em 37 lotes organizados em quatro núcleos (1 núcleo com 7 famílias e 3 núcleos com 10 famílias). Os núcleos não possuem nomes de personalidades importantes para a luta pela terra, sendo designados apenas por números de 1 a 4. Cada família recebeu um lote individual de produção de aproximadamente $\frac{1}{2}$ Ha, e 3 Ha foram destinados para a construção de um centro comunitário, como pode ser visto no mapa a seguir:

Mapa 9: Representação esquemática do parcelamento informal da Comuna Irmã Alberta

Fonte: adaptado de INCRA - Mapa de uso do solo da PA Itahyê e Google Earth⁵⁰.

⁵⁰ Uma vez que não foi possível obter acesso ao mapa de parcelamento da Comuna Irmã Alberta por meio do MST e do INCRA, optou-se pela representação esquemática do parcelamento realizada a

Com a organização do acampamento e com a divisão dos lotes realizada pelo próprio MST a mobilização das famílias acabou se desarticulando. Apesar disso, o fato de ainda se constituírem como um acampamento tornou-se um fator catalisador da mobilização das famílias, sendo das Comunas estudadas nessa pesquisa a única que ainda mantém reuniões periódicas com grande parte das famílias.

A partir do parcelamento informal da fazenda cada família dentro de suas possibilidades construiu sua casa no lote que lhe correspondia. Alguns exemplos de habitações podem ser verificados a seguir.

Foto 25, Foto 26, Foto 27 e Foto 28: Exemplos de habitações - barracos em compensado, pau a pique e telhas de amianto

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Uma vez que as famílias passaram o período de 2002 até 2007 acampadas de modo bastante precário e sem receberem créditos, em muitos casos, as poucas economias que as famílias possuíam já haviam sido gastas na tentativa de permanecer na terra. Diante disso, verifica-se, em muitos casos, a existência de habitações bastante precárias. Destacam-se algumas exceções de famílias cujos membros tinham domínio de técnicas construtivas de terra como pau

partir de levantamentos de campo e tendo como bases cartográficas o mapa de uso do solo do INCRA em conjunto com fotos de satélite do Google Earth.

a pique e adobe e casos em que as famílias puderam contar com o auxílio financeiro de filhos ou outros parentes que não moravam na Comuna.

Além da construção das habitações, neste período, as famílias da Comuna Irmã Alberta deram início a produção agrícola mesmo sem terem acesso aos créditos produtivos. Inicialmente a produção era em grande parte voltada para suprir o consumo familiar, mas com o passar do tempo houve uma diversificação das culturas produtivas, possibilitando em alguns casos a venda da produção. Alguns exemplos das culturas agrícolas atualmente produzidas aparecem nas fotos a seguir.

Foto 29, Foto 30, Foto 31 e Foto 32: Exemplos de produção: uva, café, mandioca, hortas

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Antigas plantações de eucalipto que existiam na fazenda desde antes da ocupação impedem a produção agrícola em lotes individuais em algumas áreas, especialmente na área entre os núcleos 03 e 04. Foi realizado um orçamento com madeiras locais para corte e compra das

madeiras, mas como a propriedade ainda pertencia à SABESP havia a dificuldade de realização de acordos.

Também, sem o auxílio de créditos foram implantadas áreas coletivas para a realização de reuniões, uma cozinha coletiva e um pequeno espaço para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. A única edificação em alvenaria que está em construção será destinada implantação de uma farmácia para elaboração de medicamentos com as ervas medicinais cultivadas na Comuna. Os remédios ali produzidos serão destinados para os próprios acampados. Essas edificações pertencentes ao centro comunitário podem ser vistas nas fotos a seguir:

Foto 33, Foto 34, Foto 35, Foto 36, Foto 37 e Foto 38: centro comunitário composto por área para reuniões e aulas do EJA, cozinha coletiva, horta medicinal, farmácia (em construção), campo de futebol

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Desde o início do acampamento o acesso à energia elétrica é realizado por conexões clandestinas, contudo, como algumas vias de menor porte não possuem rede elétrica, algumas famílias têm bastante dificuldade de acesso à energia mesmo que de forma clandestina. A rede viária apresenta trechos bastante comprometidos, e o abastecimento de água é realizado de modo precário por poços rasos, como pode ser verificado nas fotos a seguir. No acampamento foram construídos 16 poços desse tipo que abastecem provisoriamente as famílias da Comuna.

Foto 39 e Foto 40: Infraestrutura existente: rede elétrica, sistema viário e poços rasos

Fonte: Roberta Raggi, 2010

Foto 41 e Foto 42: Rede viária com trechos comprometidos e vias de menor porte sem rede elétrica

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Apesar já terem o acesso a lotes individuais de produção, as famílias não desistiram da luta pela terra. Em conjunto com outras Comunas da região Metropolitana de São Paulo e com o apoio de moradores de Perus e de municípios vizinhos, as famílias da Comuna Irmã Alberta começaram a organizar uma manifestação pública contra a possibilidade da SABESP criar um “lixão” na Fazenda Itahyê que ocorreu no dia 12 de abril de 2008, como pode ser visto na sequência de fotos a seguir:

Foto 43, Foto 44, Foto 45, Foto 46, Foto 47 e Foto 48: Mobilização das famílias da Comuna Irmã Alberta em conjunto com outras Comunas do MST e de moradores da região da Rodovia Anhanguera (Km 27,6) contra a criação de um “lixão”

Fonte: (Santa Fé, 2008).

A mobilização ganhou tamanha repercussão que a própria SABESP organizou uma reunião com a subprefeitura de Perus, quatro dias antes da manifestação organizada pelo MST, na qual firmou o compromisso de não implantar um aterro sanitário em nenhuma de suas 03 propriedades localizadas nesta subprefeitura (dentre as quais se incluem a Fazenda Itahyê e a Chácara Maria Trindade), como pode ser visto a seguir:

Figura 8: Compromisso público da SABESP em não instalar um Aterro Sanitário em Perus/SP

Fonte: (Sabesp, 2012).

Apesar do compromisso firmado com a subprefeitura de Perus em relação a não criação de um aterro sanitário no local, as manifestações em relação à criação do assentamento continuaram: em agosto de 2008, quatro meses depois, a CPT promoveu a 10ª Romaria da Terra na Rodovia Anhanguera a qual paralisou a circulação da rodovia por meia hora com o intuito de trazer ao conhecimento público à situação das famílias da Comuna Irmã Alberta.

Em documento da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA de 2008 é apontado que a SABESP não teria interesse na ligação do nome da Companhia a uma reintegração violenta (INCRA, 2008 (a)). Uma vez que a Companhia tem suas ações à venda em bolsas de valores de São Paulo e de Nova Iorque, e que ela realiza ampla divulgação de seu compromisso com questões sociais e ambientais, tendo recebido diversas premiações por suas práticas corretas⁵¹, acredita-se que a exposição pública de uma reintegração de posse violenta ligada à SABESP poderia causar prejuízos para a Companhia.

⁵¹ Conforme o site da Sabesp – Relação Com Investidores, disponível em: <http://www.sabesp.com.br/Calandraweb/CalandraRedirect/?temp=0&proj=investidoresnovo&pub=T&db=> consultado em 04/06/2012.

A partir de então foram retomadas as negociações entre a SABESP e o INCRA a respeito do valor de aquisição do imóvel para fins de reforma agrária. Neste contexto, em novembro de 2008, o INCRA e a SABESP começam a desenhar uma proposta de acordo entre as partes: excluiu-se do processo de desapropriação uma área relativa a 5,4% da propriedade que estava inscrita no Zoneamento Preferencialmente Industrial – ZPI e, por isso, tinha seu preço por hectare 10 vezes maior que o restante da propriedade, como pode ser visto no mapa a seguir:

Mapa 10: Zoneamentos incidentes sobre a fazenda Itahyê com a área excluída do processo de aquisição do imóvel pelo INCRA

Fonte: adaptado de (São Paulo, 2004)

Além disso, para dar andamento ao processo, a SABESP concedeu a permissão para permanência das famílias no local em caráter precário, sendo essa situação regularizada com o processo de criação do assentamento. Ao longo de 2009 as negociações entre o INCRA e a SABESP continuaram e em fevereiro de 2010, a SABESP entrou em acordo com o INCRA a respeito do processo de aquisição do imóvel, bem como em relação ao valor a ser pago. O INCRA deu entrada ao processo de licenciamento ambiental em junho de 2011. Após dois anos de tramitação do processo em São Paulo e em Brasília o INCRA verificou que há fortes pressões em relação ao crescimento urbano no entorno da Comuna Irmã Alberta e que a criação de um assentamento no local poderia se tornar inviável. Há, de fato, ocupações formais e informais no limite oeste e sul da fazenda Itahyê como pode ser verificado na foto a seguir:

Mapa 11: Proximidade da malha urbana em relação à Comuna da Terra Irmã Alberta

Fonte: elaboração própria a partir do Google Earth, 2012.

Diante dessa situação, os técnicos do INCRA em conjunto com o governo do Estado passaram a articular a partir do início de 2013 uma proposta alternativa: a criação de uma área com manejo em Sistema Agro Florestal – SAF que tenha uma pequena área restrita a habitação para as famílias. Com isso, a área se tornaria uma espécie de reserva ambiental e o acesso a terra pelas famílias se tornaria bastante limitado. Dirigentes do MST têm participado de audiências com funcionários do INCRA com o objetivo de buscar um consenso em relação à criação do assentamento desde então.

Ao longo de 2013 também aconteceram as audiências públicas para revisão do PDE de São Paulo. Tanto os técnicos do INCRA quanto os dirigentes do MST participaram das audiências públicas do plano diretor. Ambos os grupos propunham uma mudança no zoneamento da propriedade, mas parece não haver um consenso entre os mesmos sobre qual zoneamento deveria ser adotado. Curiosamente, os dois grupos buscavam a proposta de um zoneamento que incentivasse a preservação ambiental com a possibilidade de implantação de habitações unifamiliares em baixa densidade e nenhum deles cogitava a possibilidade da implantação de um Zoneamento Especial de Interesse Social – ZEIS no local. Até janeiro de 2014 não houve uma definição a respeito do zoneamento a ser implantado na área da fazenda Itahyê bem como sobre a adoção do SAF na Comuna Irmã Alberta.

2.4. Percurso histórico da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga

Após a ocupação da fazenda Itahyê os dirigentes continuaram realizando trabalhos de base em bairros de São Paulo e em núcleos urbanos do entorno das Comunas. Como resultado, em abril de 2003 uma propriedade vizinha à fazenda Itahyê também localizada na Subprefeitura de Perus conhecida como Chácara Maria Trindade foi ocupada por aproximadamente 40 famílias Sem-Terra dando origem à Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga. Assim como a fazenda Itahyê, a Chácara Maria Trindade também pertencia à SABESP. Alguns meses após a ocupação, foi expedida a ordem de reintegração de posse e em seguida ocorreu o despejo dessas famílias. Em caráter emergencial as mesmas acamparam provisoriamente na Comuna Irmã Alberta enquanto buscavam uma nova terra.

Posteriormente, um grupo de 80 famílias mobilizadas principalmente por meio de contatos de dirigentes do MST com a Pastoral de apoio à população de rua deu origem em 08 de abril de 2004 a uma nova ocupação ocorrida na fazenda Mian, uma propriedade particular no município de Cajamar, dando origem à Comuna da Terra Camilo Torres. Um mês após essa ocupação, em maio de 2004, foi expedida a ordem de reintegração de posse, obrigando as famílias a deixarem o local. As famílias da Comuna Camilo Torres também acamparam em caráter emergencial na Comuna Irmã Alberta reunindo-se às famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga. Em junho de 2004 cerca de 60 famílias pertencentes às Comunas Dom Pedro Casaldáliga e Camilo Torres ocuparam a Fazenda São Luís, uma propriedade particular vizinha à fazenda Mian. Uma vez que a Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga era mais antiga, as famílias optaram por conservar esse como o nome do acampamento da fazenda São Luís e por nomear a área social como Centro Comunitário Camilo Torres. A seguir há o mapa com a localização da Fazenda São Luís:

Mapa 12: Localização da Fazenda São Luís no município de Cajamar

Fonte: Elaboração própria sobre base cartográfica do Plano Diretor de Cajamar, 2007.

Desde 20 de outubro de 2002 os então proprietários da Fazenda São Luís anunciavam a venda do imóvel descrevendo-o como uma gleba com potencial para a criação de um projeto de urbanização com 1000 lotes de aproximadamente 800 m² com excelente localização e alta rentabilidade devido à possibilidade de valorização do imóvel em curto prazo como pode ser visto na no recorte de jornal a seguir. Ao verificarem que a fazenda São Luís estava à venda e desocupada, dirigentes e famílias do MST ocuparam a propriedade.

Figura 9: Anuncio de Venda da Fazenda São Luís para implantação de condomínio fechado

Fonte: Jornal "O Estado de São Paulo", página C13-29, domingo, dia 20 de Outubro de 2002. Fotografia do processo da Fazenda São Luís da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA – SR 08.

A fazenda São Luís fica na região da Serra do Japi a qual se caracteriza pela presença de uma vasta rede hidrográfica preservada por meio de uma floresta contínua de Mata Atlântica como pode ser visto na foto a seguir. Formada por matas secundárias, essas florestas se constituem como um raro maciço remanescente no estado de São Paulo. No entanto, essa formação florestal se encontra sobre solos de quartzo que apresentam tendência à formação de processos erosivos vigorosos⁵².

Foto 49: Vista da Serra do Japi

Fonte: <http://www.japi.org.br/>

⁵² Conforme INCRA. Laudo de vistoria da Fazenda São Luís. INCRA. Novembro 2004.

Para a preservação ambiental da Serra do Japi foram criadas algumas Unidades de Conservação e a fazenda São Luís encontra-se sobreposta a duas unidades específicas: a Área Tombada da Serra do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara⁵³ instaurada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT em março de 1983 que engloba 26,69% da área da fazenda São Luís e a Área de Proteção Ambiental Estadual de Cajamar⁵⁴ ou APA Cajamar instaurada pelo governo do estado de São Paulo em 1984 de modo a englobar 100% da área do município e que, consequentemente, engloba 100% da área da fazenda São Luís. A seguir há dois mapas dessas unidades de conservação e um terceiro mapa com a sobreposição do tombamento do CONDEPHAAT na fazenda São Luís:

Mapa 13 e Mapa 14: Mapa do perímetro de tombamento da Serra do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara (esquerda), inserção da área de tombamento na APA Cajamar (centro) e Mapa da fazenda São Luís com a área de Tombamento do CONDEPHAAT (direita).

Fontes: <http://www.japi.org.br/>, Atlas das Áreas de Conservação de São Paulo – Secretaria do Meio Ambiente disponível em http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/mapas_apas/cajamar.htm em 06/06/2012 e Mapa Fazenda São Luís - elaboração própria, adaptado do processo da Fazenda São Luís da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA – SR 08.

Analisando as leis que instituíram essas Unidades de Conservação, verificou-se que o tombamento do CONDEPHAAT demonstra a preocupação com uma ocupação induzida do espaço capaz de conciliar preservação e desenvolvimento. Para a conciliação entre a preservação da Serra do Japi e a continuidade das atividades econômicas são estipuladas uma série de diretrizes para diferentes setores: em relação à agropecuária, as atividades agrárias de pequeno porte⁵⁵ atingidas pelo tombamento poderiam continuar a desenvolver-se sem quaisquer problemas desde que não ampliem os espaços por elas ocupados e nem comprometam as reservas de coberturas vegetais existentes no seu interior. De acordo com a Resolução, os pequenos produtores agrícolas ficariam fora do processo de tombamento, sendo sua única restrição a impossibilidade da mudança radical do ramo de atividade econômica.

⁵³ Resolução N° 11, de 08 de março de 1983 do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).

⁵⁴ Lei Estadual N° 4.055, de 04 de junho de 1984.

⁵⁵ Atividades agrárias condizentes com suas glebas (pequenas culturas, pecuária adequada à região, aviários e silvicultura). Conforme CONDEPHAAT, 1983, Artigo 3º, item 01.

Além de apoiar a prática de atividades agrícolas, o tombamento aponta critérios para o desmatamento de propriedades rurais que estejam completamente cobertos por florestas naturais e capoeiras densas, quando julgado indispensável à construção da moradia de campo e seus anexos. Recomenda-se o aproveitamento tanto quanto possível dos espaços dotados de matas secundárias (capoeiras) para o desmatamento, de modo a preservar as florestas naturais, além de percentuais de áreas máximas permissíveis⁵⁶ para o desmatamento conforme o tamanho das propriedades. O texto também reconhece a vocação agropecuária de algumas áreas⁵⁷ dentro do perímetro do tombamento e permite que tais atividades sejam desempenhadas desde que aprovadas previamente pelo CONDEPHAAT mediante a apresentação de um planejamento agronômico adequado.

Por outro lado, de acordo com o texto da lei da APA Cajamar a regulação proposta pela mesma se submete à regulação municipal de modo a evitar conflitos entre a regulação da APA e a regulação do uso e da ocupação do solo de jurisdição do município. Além disso, a lei de criação da APA prevê a possibilidade de evitar ou impedir o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental ligadas à implantação de atividades potencialmente poluidoras, a realização de obras de terraplenagem e abertura de canais, o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento e que ameacem extinguir as espécies raras da flora e fauna locais. A lei também cria uma zona de vida silvestre que deve abranger todos os remanescentes da flora original existente, bem como áreas definidas como de preservação permanente pelo Código Florestal na qual não será permitida nenhuma atividade degradadora ou potencialmente causadora de degradação ambiental⁵⁸.

Desse modo, em termos gerais, tanto o tombamento da Serra do Japi quanto a APA Cajamar não restringiriam a criação de uma Comuna da Terra na fazenda São Luís. Apesar disso, é importante ressaltar que ambos os textos são bastante amplos e não preveem (autorizando ou proibindo) a implantação de assentamentos de reforma agrária. Além disso, em relação especificamente à APA Cajamar, uma vez que não há a regulamentação da APA ou um zoneamento ecológico-econômico, a lei dá margem a diversas interpretações diferentes.

Entre os dias 13 e 24 de setembro de 2004 o INCRA realizou o laudo de vistoria e avaliação do imóvel no qual se constatou que a fazenda teria capacidade de suporte para o assentamento de 37 famílias. Também, em setembro de 2004, as famílias foram despejadas da fazenda e se dirigiram para Comuna Irmã Alberta, onde acamparam novamente. Assim como ocorreu na Comuna Dom Tomás Balduino e na Comuna Irmã Alberta, os dirigentes tiveram um

⁵⁶ De 0,5 a 1,9 hectares = 20%, de 2,0 a 3,9 hectares = 18%, de 4,0 a 5,9 hectares = 16%, de 6,0 a 7,9 hectares = 14%, de 8,0 a 9,9 hectares = 12%, acima de 10 hectares até 20 hectares = aproveitamento de 12.000 m² por gleba (e/ou módulo). Para com os futuros módulos de preservação (20 hectares) totalmente florestados, somente serão toleradas clareiras de 12.000m² para a implantação de residência e seus anexos. (CONDEPHAAT, 1983, pp. 4, Art. 3º - item 06)

⁵⁷ Tendo em vista a inegável vocação agrária do fundo e flancos baixos do vale do rio Jundiuvira – depressão intermontanha situada entre as serras do Guaxinduva e Jaguacoara – fica prevista a possibilidade de projetos agropecuários em glebas de 5 a 20 Hectares na área. Para a aprovação dos referidos projetos haverá a necessidade de um planejamento agronômico adequado. Conforme CONDEPHAAT, 1983, Artigo 3º, item 12.

⁵⁸ São Paulo, Lei Estadual Nº 4.055/1984, Art. 4º e 5º.

importante papel em relação à mobilização, politização e organização das famílias da Comunidade Dom Pedro Casaldáliga no período de acampamento. No entanto, a dificuldade de se manterem acampadas, aliada ao despejo da fazenda ocorrido em setembro de 2004 fez com que gradualmente algumas famílias desistissem de lutar pela terra.

Um ano depois, no segundo semestre de 2005, as famílias voltaram a ocupar a fazenda São Luís e novamente foram despejadas. Após mais três novas ocupações seguidas por ações de despejo em 29 de junho de 2006, com a concordância do proprietário, iniciou-se o processo de aquisição amigável do imóvel como uma tentativa de agilizar o processo (INCRA, 2005).

Além das dificuldades relacionadas aos despejos, as famílias enfrentavam outro problema: a ocupação da fazenda São Luís gerou uma forte reação contrária ao MST em órgãos do Estado e associações de municípios do entorno. Desde a primeira ocupação na Fazenda Mian, um grupo formado pelas prefeituras de Jundiá, Cajamar, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus, Promotorias de Justiça de Jundiá e de Cajamar, Comissão de Meio Ambiente da OAB de Jundiá, Conselho de Gestão da Serra do Japi, Câmara Municipal de Itupeva e pelo Ministério Público Federal de Campinas exercia forte pressão contra a criação de um assentamento da reforma agrária na região, intervindo diretamente na tramitação do processo no INCRA⁵⁹.

Como forma de impedir a criação do assentamento o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Jundiá - COMDEMA processou a direção do INCRA sob a acusação de mau uso de recursos públicos ao desapropriar uma propriedade em área de preservação ambiental. No período em que se abriu este processo, o contrato de compra e venda da propriedade já havia sido assinado, mas o pagamento pelo imóvel por meio dos Títulos da Dívida Agrária – TDAs não havia sido concluído. Desse modo, o pagamento dos TDAs foi bloqueado até a conclusão do processo. Em fevereiro de 2007, foi firmado um compromisso entre o Ministério Público Federal de Campinas e o INCRA no qual se definiu que apenas 20 Ha da fazenda São Luís poderiam ser usados para fins agrícolas e de moradia pelas famílias que seriam assentadas no local. Além disso, a cada três meses o assentamento passaria por uma vistoria na qual seria verificado se as famílias estavam cumprindo o compromisso de preservar o meio ambiente.

Neste mesmo ano funcionários do INCRA verificaram a criação de um condomínio residencial de alto luxo dentro da Serra do Japi, contudo no município de Cabreúva. O empreendimento chamado Portal Japy contaria com 357 lotes de 1000 m² além de ampla área de lazer. As imagens de divulgação do empreendimento em jornal e em site podem ser vistas a seguir:

⁵⁹ Processos do Ministério Público de Campinas acusando o INCRA de improbidade administrativa, cartas das prefeituras de Jundiá, Cajamar, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus, Promotorias de Justiça de Jundiá e de Cajamar, Comissão de Meio Ambiente da OAB de Jundiá, Conselho de Gestão da Serra do Japi, Câmara Municipal de Itupeva e pelo Ministério Público Federal de Campinas repudiando a implantação do assentamento na Serra do Japi, recomendações do COMDEMA de Jundiá e de Cajamar contrárias à instalação do assentamento dentre outros documentos encontram-se anexados ao processo de desapropriação da Fazenda São Luís nº 54190.001419/2004-50 na Superintendência Regional 08 do INCRA.

Figura 10 (esquerda): Recorte do Jornal O Estado de São Paulo de sexta-feira, 06 de Junho de 2007, com anúncio do empreendimento Portal Japy em Cabreúva/SP e Figura 11 (direita): Imagens do Empreendimento Portal Japy em Cabreúva/SP

Fontes: Esquerda - Fotografia do processo da Fazenda São Luís da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA – SR 08. E direita - Imagens recortadas a partir do site Portal Japy: <http://www.portaljapy.com.br>, consultado em 05/03/2011.

Figura 12: Implantação do Empreendimento Portal Japy em Cabreúva/SP, com 357 lotes

Fonte: site Portal Japy: <http://www.portaljapy.com.br>, consultado em 05/03/2011

Até então os municípios de Cajamar e Cabreúva se encontravam em uma situação similar: ambos faziam parte de Áreas de Preservação Ambiental não regulamentadas, sem zoneamentos ecológico-econômico e sem legislações municipais específicas que impedissem a ocupação dessas áreas.

A partir disso, o INCRA fundou uma nova defesa para a criação do assentamento: uma vez que o Portal Japy contaria com 357 lotes, 11 vezes mais famílias que no caso da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldália, com capacidade de assentamento para 37 famílias é inegável que o impacto do empreendimento seria maior que no caso do assentamento tanto em termos de urbanização – remoção da camada vegetal, possibilitando a geração de processos erosivos e reduzindo a flora disponível para a preservação da fauna local, impermeabilização do solo pela implantação de vias asfaltadas e pelo adensamento construtivo, para citar alguns exemplos – e impactos relativos ao uso - geração de lixo, esgoto, aumento do tráfego viário, poluição do ar, poluição sonora, dentre outros impactos. Dessa maneira, conforme a defesa realizada pelo INCRA, as pressões contrárias à criação da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldália e em prol da preservação da Serra do Japi apresentavam um nítido viés e só se aplicavam no caso da desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária, ignorando o impacto de atividades de parcelamento do solo para condomínios residenciais (INCRA, 2006).

A pertinência da defesa teve validade por tempo restrito. Além do processo movido pelo COMDEMA de Jundiaí contra o INCRA, alegando o mau uso do recurso público, ainda no ano de 2007 a Prefeitura de Cajamar instituiu pela Lei Complementar nº 095/2007 o Plano Diretor do Município de Cajamar.

De modo geral verifica-se que a incidência da legislação do plano diretor de Cajamar sobre a Comuna Dom Pedro Casaldália é bastante específica: grande parte da área correspondente à Comuna Dom Pedro Casaldália foi diagnosticada no mapa de uso e ocupação do solo como destinada ao reflorestamento como pode ser verificado no mapa a seguir, não sendo indicada a preexistência de um assentamento de reforma agrária no local, mesmo tendo a fazenda sido desapropriada em junho de 2006, enquanto a lei foi criada em dezembro de 2007.

Mapa 15: Detalhe do uso e ocupação do solo diagnosticado pelo Plano Diretor do Município de Cajamar em 2007 para a área da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldália.

Fonte: Adaptado do Plano Diretor do Município de Cajamar, da Lei Complementar nº 095/2007.

Cabe ressaltar que a gleba destinada para reflorestamento dentro da fazenda São Luís consiste em uma área que estava antropizada desde antes de a ocupação da fazenda pelas famílias da Comuna, conforme pode ser visto nas fotos a seguir. Segundo as legislações da APA Cajamar, do tombamento da serra do Japi e do próprio Código Florestal Brasileiro não haveria restrições para o uso agropecuário no local.

Foto 50 e Foto 51: Exemplos de campos antropizados que pertencem à área indicada para reflorestamento

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Além disso, o Plano designou 03 diferentes zoneamentos para a área correspondente à Comuna Dom Pedro Casaldáliga, **ZIA: Zona de Interesse Ambiental**, **ZMN: Zona de Mata Natural** e **ZAE 01: Zona Ambiental Especial de Tombamento**, como pode ser verificado no mapa a seguir:

Mapa 16: Detalhe do Zoneamento do Plano Diretor do Município de Cajamar de 2007

Fonte: Adaptado do Plano Diretor do Município de Cajamar, da Lei Complementar nº 095/2007.

Por meio desses zoneamentos, ficaria proibido o exercício de atividades agrícolas na área correspondente à Comuna Dom Pedro Casaldáliga⁶⁰. Uma vez que o assentamento já existia antes da criação da lei, a instituição do zoneamento restritivo às atividades agrícolas cria um conflito entre o uso da terra atual e a lei, que reforça as pressões contra a Comuna, consolidando por meio de instrumentos jurídicos a restrição para a implantação de assentamentos de reforma agrária no local.

Paralelamente às disputas entre o INCRA e as organizações ambientalistas defensoras da Serra do Japi, os dirigentes do MST davam continuidade à organização da Comuna Dom Pedro Casaldáliga. Alinhados às discussões nacionais do MST sobre o novo modelo de assentamento buscado pelo Movimento Sem-Terra, desde o início do acampamento os dirigentes vinham discutindo em conjunto com as famílias o modo como seria realizado o parcelamento da fazenda. No ano de 2006 essas discussões receberam a contribuição de um grupo de professores e alunos do curso de arquitetura e urbanismo da USP que, por meio da realização de uma disciplina⁶¹, elaboraram em conjunto duas propostas de parcelamento do solo da Comuna Dom Pedro Casaldáliga como pode ser verificado nos mapas a seguir:

Foto 52 e Foto 53: Oficina para planejamento do parcelamento da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga com alunos da FAU USP

Fonte: (GOLDFARB, 2011)

⁶⁰ De acordo com o Plano Diretor de Cajamar, a ZIA – Zona de Interesse Ambiental – Terá a finalidade de restringir o uso e a ocupação do solo em função da necessidade de preservação, manutenção e recuperação de áreas com relevância ou vocação histórica, paisagística, cultural e ambiental, ou em função da peculiaridade e da fragilidade do ecossistema local, presença de remanescentes de mata atlântica ou implantação de áreas de amortecimento em virtude de proximidade com a área de tombamento de natureza ambiental. (Prefeitura Municipal de Cajamar, 2007, p. 45) Por sua vez, a ZMN – Zona de Mata Natural – Trata das áreas remanescentes de matas naturais existentes, nas quais não se poderá implantar nenhum empreendimento e nem suprimir árvores, exceto nos casos permitidos na legislação pertinente. Parágrafo Único – Onde houver loteamento aprovado e registrado, independente da zona de ocupação, os lotes atingidos pela ZMN terão taxa de preservação mínima de 40%. (Prefeitura Municipal de Cajamar, 2007, p. 45) E finalmente na área do tombamento do CONDEPHAAT que abrange a Comuna Dom Pedro Casaldáliga encontra-se a ZAE 01 – Zona Ambiental Especial de Tombamento – Objeto de Lei Estadual, deverá ser seguido os seus ditames a respeito das restrições estabelecidos e demais disposições pertinentes. (Prefeitura Municipal de Cajamar, 2007, p. 45)

⁶¹ Disciplina AUP – 657 Paisagismo: sistemas de espaços livres ministrada no segundo semestre do ano de 2006 pelos professores Eugênio Fernandes Queiroga e Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima.

Mapa 17: Modelo 01 de proposta de parcelamento da Comuna Dom Pedro Casaldáliga elaborado por alunos e professores da FAU USP

Fonte: (GOLDFARB, 2011)

Mapa 18: Modelo 02 de proposta de parcelamento da Comuna Dom Pedro Casaldáliga elaborado por alunos e professores da FAU USP

Fonte: (GOLDFARB, 2011)

No primeiro modelo, o assentamento foi dividido em quatro núcleos de moradia que apresentavam a ocupação de áreas mais próximas aos fundos de vale onde a terra tende a ser mais fértil. Cada núcleo de moradia apresentava áreas de produção individual com áreas reduzidas (aproximadamente 1/2 Ha) e uma área de produção coletiva localizada dentro da área do tombamento da Serra do Japi. Já no segundo modelo, a área de tombamento da Serra do Japi não foi ocupada e o assentamento foi dividido em três núcleos que apresentavam áreas individuais de produção com lotes um pouco maiores que os da primeira proposta que variavam entre 02 e 03 Ha. No entanto, para a implantação desses lotes individuais seria necessário realizar o desmate de maciços de eucaliptos existentes em áreas de meia encosta da fazenda. Foram previstas também a criação de 04 áreas coletivas de pequenas dimensões voltadas para a criação de centros comunitários.

Uma vez que a primeira proposta apresentava um melhor aproveitamento dos solos próximos a fundo de vale e que não seria necessário realizar o desmate de áreas com eucaliptos cujo licenciamento poderia se tornar um processo bastante demorado, as famílias optaram por adotar esse modelo de parcelamento. No entanto, como o INCRA assumiu o compromisso com o Ministério Público Federal de Campinas de que as famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga só poderiam usar 20 Ha da fazenda São Luís para fins agrícolas e de moradia, as famílias somente puderam ocupar as áreas dos lotes individuais, deixando a área correspondente ao tombamento da Serra do Japi sem ser ocupada.

Por volta do final do ano de 2007 o INCRA concedeu em caráter especial o pagamento dos TDAs aos antigos proprietários e neste mesmo período o órgão entrou com o pedido de licenciamento ambiental ao Departamento de Avaliação do Impacto Ambiental – DAIA da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB. Com essas medidas, foi liberado o acesso a créditos de apoio inicial e fomento nos anos de 2007 e 2008 por meio do qual as famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga conseguiram viabilizar os primeiros ciclos produtivos na fazenda. Uma vez que a região é fria no período de inverno e as famílias estavam em uma situação bastante precária aguardando a tramitação do processo, em caráter emergencial elas receberam em 2008 uma pequena ajuda de custo de R\$200,00 para realizar melhoramentos na infraestrutura dos barracos, de modo a possibilitar a troca da lona por tapumes de construção civil além da compra de telhas.

Foto 54 e Foto 55: Barracos da Comuna Dom Pedro Casaldáliga com melhoramentos

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

90 dias após ter dado entrada ao processo de licenciamento ambiental, o pedido de licenciamento do projeto de assentamento da fazenda São Luís foi indeferido pelo DAIA pela falta de uma certidão municipal que a prefeitura de Cajamar não havia fornecido até aquele momento. Uma vez que o INCRA havia realizado investimentos por meio da liberação de créditos sem aguardar a aprovação do licenciamento ambiental, o Ministério Público Federal de Campinas entrou com uma ação contra o INCRA de modo a bloquear a liberação de outros créditos. Além disso, ao longo desse processo, cinco famílias que seriam assentadas na Comuna acabaram desistindo da luta pela terra e com isso, o Ministério Público reivindicou que a capacidade de assentamento fosse reduzida de 37 para 32 famílias, uma vez que o intuito do projeto de assentamento era dirimir um conflito existente e não estimular a ocupação de terras em uma área de preservação.

O INCRA entrou com um mandado judicial requerendo a certidão faltante para a prefeitura de Cajamar e o processo foi julgado pelo tribunal regional Federal da 3ª região em 20 de agosto de 2009 onde foi negado o assentamento de 37 famílias no local de modo a reduzir a capacidade de assentamento para 32 famílias, mas foi conservada a possibilidade de criar um assentamento no local uma vez em que após a obtenção da certidão municipal faltante seria possível finalizar o processo de licenciamento ambiental. O licenciamento foi obtido em aproximadamente dois meses após o julgamento e em outubro de 2009 concluiu-se o processo de transferência do imóvel para o INCRA.

No final de 2009 deu-se início a obras de infraestrutura para implantação e melhoramento do sistema viário, implantação do abastecimento de água por meio de dois poços artesianos e implantação da rede elétrica. Alguns exemplos da infraestrutura implantada podem ser verificados nas fotos a seguir. Até o momento do levantamento de campo a Eletropaulo ainda não havia finalizado a instalação de centros de medição para 15 residências. Nestes lotes o acesso à energia elétrica era realizado até então de modo precário por meio de ligações clandestinas ou “gatos”.

Foto 56 e Foto 57: Poço artesiano e canos que farão as conexões entre o poço e as habitações

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 58: Sistema viário interno em bom estado de conservação. A Rua Monte Serrat é uma via pública que corta o assentamento

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 59 e Foto 60: Rede elétrica implantada pela Eletropaulo. Faltam alguns postes de ligação da rede elétrica com as habitações como o visto à direita

Fonte: Roberta Raggi, 2011.

Também no final de 2009, as famílias da Comuna começaram a acessar o crédito habitação no valor de R\$15.000,00. Devido à situação de conflito em que a Comuna da Terra ainda estava, pela restrição ao uso do solo da fazenda em apenas 20 Ha, as famílias não conseguiram acesso a créditos da Caixa Econômica Federal para complementar o valor da construção das habitações, como aconteceu no caso da Comuna da terra Dom Tomás Balduino. Também não houve um grande mutirão de construção das habitações nem o apoio de uma assistência técnica, como foi o caso da Comuna Dom Tomás Balduino. De acordo com as suas possibilidades cada família construiu sua própria casa, contando em alguns casos com o apoio de um número restrito de vizinhos com os quais tinham afinidade. A seguir há algumas fotos de habitações em construção.

Foto 61 e Foto 62: Habitações da Comuna Dom Pedro Casaldálga em construção

Fonte: Roberta Raggi, 2011.

Uma vez que a Comuna Dom Pedro Casaldálga sofre fiscalizações periódicas para averiguação se o compromisso de preservação ambiental está sendo cumprido, as famílias optaram por construir com os recursos do crédito habitação um sistema de tratamento de esgoto por meio de fossas sépticas anaeróbias junto às habitações. Desse modo, além de evitar a contaminação dos solos devido ao sistema estanque adotado pelas fossas, a água usada nas habitações é tratada e reutilizada para a irrigação dos plantios. Cabe ressaltar que no município de Cajamar a Comuna Dom Pedro Casaldálga é o único local que possui algum tipo de tratamento de esgoto.

Foto 63 e Foto 64: Sistema de tratamento de esgoto das habitações (à esquerda em execução e à direita, pronto).

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Em 2009 as famílias também tiveram acesso às primeiras parcelas do PRONAF-A. Além de investirem em projetos individuais, as famílias optaram pela construção de uma casa de farinha na área coletiva da Comuna, de modo a permitir o beneficiamento da produção de mandioca não somente das famílias da Comuna Dom Pedro Casaldália, mas também das outras Comunas da RMSP. A seguir há algumas fotos da Casa de Farinha, de hortas coletivas e da produção agropecuária de algumas famílias.

Foto 65 e Foto 66: Casa de farinha. Atualmente as assembleias têm ocorrido neste local.

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 67 e Foto 68: hortas coletivas da Comuna Dom Pedro Casaldália

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 69, Foto 70, Foto 71 e Foto 72: Hortas e fruticultura de famílias da Comuna Dom Pedro Casaldália

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 73 e Foto 74: Criação de cabras de famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Foto 75, Foto 76, Foto 77, Foto 78 e Foto 79: Criação de perus, patos e galinhas de famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Assim como no caso das Comunas Dom Tomás Balduino e Irmã Alberta, as famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga também se inseriram em programas de compra programada da produção agrícola, fato que facilitou a venda da produção uma vez que a compra é realizada diretamente no local de produção, ou seja, no próprio lote das famílias por um caminhão do programa.

Assim como na Comuna Dom Tomás Balduino, a falta de informação quanto a processos de distribuição de créditos produtivos e ligada especialmente ao pagamento da venda da produção para programas de compra programada da CONAB acabou gerando problemas de desconfiança dos assentados em relação aos dirigentes do MST. Devido a atrasos na liberação de créditos ou mesmo dos próprios pagamentos da venda direta da produção, ocasionados por erros no preenchimento de cadastros e da quantificação da produção agrícola entregue à CONAB geraram atrasos de seis meses a um ano para o pagamento dos mesmos. Diante da demora, algumas famílias começaram a desconfiar que os dirigentes do MST houvessem desviado esses recursos para o próprio benefício, ocasionando conflitos e o distanciamento entre essas famílias e os dirigentes do Movimento Sem-Terra.

Mas ao contrário da situação de ampla desconfiança desenvolvida na Comuna Dom Tomás Balduino que acabou ocasionando o isolamento entre as famílias, na Comuna Dom Pedro Casaldáliga, as famílias acabaram se unindo em torno da criação de uma cooperativa própria, com prestação de contas feita pelos mesmos e desligada do MST. Uma hipótese que poderia ser levantada é de que as pressões sofridas pelas famílias devido à Comuna estar em área de preservação ambiental terminaram por motivar a união das mesmas em prol de causas comuns, mesmo com o distanciamento de dirigentes do MST ocorrido após a fase inicial do acampamento.

A cooperativa estava em vias de implantação e acredita-se que tanto pela organização das famílias, quanto pelo fato de alguns moradores da Comuna Dom Pedro Casaldáliga possuírem veículos e estarem dispostos a fazer o transporte da produção, consigam tornar-se competitivos no mercado, especialmente por produzirem produtos orgânicos (predominantemente fruticultura e horticultura) de bastante qualidade.

Atualmente as famílias continuam pleiteando o fim da limitação de 20 Ha para uso da propriedade imposto pelo Ministério Público Federal de Campinas, de modo a viabilizar a ampliação das áreas de cultivo. No entanto, em abril de 2013 o INCRA sinalizou em algumas reuniões com dirigentes do MST que talvez não seja possível a ampliação da área de produção. Até janeiro de 2014 ainda não havia uma posição definida sobre essa questão. Essa situação acaba sendo bastante complicada uma vez que das três Comunas da RMSP a Comuna Dom Pedro Casaldáliga é a mais produtiva; muitas famílias já ocuparam totalmente seus lotes de produção e não têm mais como aumentar suas áreas de cultivo pela limitação de 1/2 Ha de área de seu lote.

* * *

Apresentou-se neste segundo capítulo o percurso histórico das Comunas da Terra da RMSP. No próximo capítulo será abordada a caracterização das Comunas da Terra da RMSP por meio da caracterização das famílias, da terra e da inserção das Comunas na sociedade e no território.

Capítulo 03 – Reconhecimento geral das Comunas da Terra da RMSP

Após o relato do percurso histórico das Comunas da Terra da RMSP descrito no capítulo dois, neste terceiro capítulo é realizado o reconhecimento geral das Comunas da Terra da RMSP de modo a possibilitar o aprofundamento do estudo das Comunas por meio de informações quantitativas e qualitativas levantadas em campo⁶². Para tanto foram realizadas entrevistas com famílias buscando abarcar entre 70 e 80% da população de cada Comuna da Terra da RMSP, de modo a criar uma amostra representativa de cada área, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 7: População das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga entrevistada no levantamento de campo

	C. T. D. Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	Total
Capacidade de assentamento	61 famílias	37 famílias	32 famílias	130 famílias
População Atual	61 famílias	37 famílias	30 famílias	128 famílias
População Entrevistada	45 famílias	26 famílias	23 famílias	94 famílias
Porcentagem da pop. atual entrevistada	73,77%	70,27%	76,66%	73,43%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011.

Cabe ressaltar que esse reconhecimento geral não parte do paradigma de que a Comunas da Terra tenham um perfil que seja *a priori* urbano ou *a priori* rural. Ao contrário, busca-se em cada uma das seções deste capítulo verificar e caracterizar a existência de diferentes relações sociais e de apropriação do espaço entre as famílias e em relação à sociedade e o território nas quais as Comunas se inserem, que estejam vinculados tanto ao modo de vida urbano quanto ao modo de vida rural.

Essa questão foi levantada ao longo da revisão bibliográfica de trabalhos de outros pesquisadores a respeito das Comunas da Terra. Verificou-se que as pesquisas já realizadas nas Comunas traziam em suas investigações um paradigma pré-concebido por parte dos pesquisadores em relação ao caráter urbano ou rural do assentamento, sem necessariamente questionar até que ponto as Comunas da Terra se caracterizam como tal. Para sair dessa situação de uma concepção que não necessariamente corresponderia à realidade dos integrantes das Comunas buscou-se encontrar parâmetros de estudo que permitissem delimitar a predominância do caráter urbano ou rural nas Comunas.

O estabelecimento dessa caracterização da predominância do rural ou do urbano é fundamental para esta pesquisa: torna-se necessário encontrar categorias de estudo que permitissem delimitar a predominância do caráter urbano ou rural nas Comunas para que se possa refletir sobre até que ponto as Comunas da Terra da RMSP são a expressão dos conflitos pelo acesso à terra, pelo acesso ao trabalho e pelo acesso às políticas públicas inerentes aos meios urbano e rural. O levantamento do vínculo das famílias com o urbano e com o rural contribui

⁶² Todos os dados coletados por meio do levantamento de campo encontram-se anexados ao final desta pesquisa.

para tornar objetiva a caracterização da franja de expansão urbana que consiste em uma faixa de transição entre o rural e o urbano, e para possibilitar a reflexão sobre as interações e os conflitos entre esses dois espaços.

Neste contexto, a partir da realidade encontrada em campo optou-se pela divisão dessa caracterização em 03 diferentes abordagens por meio das seguintes questões:

- **Quem são as famílias das Comunas da Terra?** Nesta seção busca-se uma caracterização do núcleo familiar de modo a delinear o perfil das famílias no período prévio à entrada nas Comunas e como elas se caracterizam na atualidade.
- **Qual é a terra das Comunas da Terra? Proposta x Realidade** Nesta segunda seção busca-se a caracterização das Comunas da Terra em si mesmas por meio da comparação entre a proposta do MST e a realidade encontrada *in loco* nas Comunas da RMSP.
- **Relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território** Finalmente, nesta seção busca-se caracterizar de qual é a relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território nos quais elas se inserem, apontando-se especialmente os conflitos que as famílias enfrentaram para a implantação das Comunas e para a permanência na terra.

3.1. Quem são as famílias das Comunas da Terra?

Nesta seção é realizada a caracterização das Comunas por meio das famílias que as compõem, buscando responder qual era o seu perfil no momento em que foram mobilizadas entre os anos de 2001 e 2003 e qual é o perfil atual dessas famílias.

3.1.1. Quem eram as famílias no momento em que foram mobilizadas?

Como foi apontado no início do capítulo 02, diferentes grupos foram mobilizados por meio da Pastoral de atendimento à pessoas em situação de rua e pelo MST para lutar pela terra, dando origem às Comunas. Por meio dos levantamentos de campo foi possível identificar o modo como as famílias foram mobilizadas: muitas delas foram reunidas por meio do trabalho de base do MST realizado em bairros de São Paulo e em municípios da RMSP (37,2% e 20,2%⁶³ das famílias entrevistadas, respectivamente), enquanto outras foram encaminhadas para as Comunas por meio da Pastoral de atendimento à pessoas em situação de rua (23,4% das famílias). Além disso, verifica-se também a situação de famílias que estavam em assentamentos do MST no interior do estado de São Paulo e que buscavam a proximidade com a RMSP (16%), além de famílias que começaram a fazer parte das Comunas da Terra por meio da indicação de parentes e amigos (3,2%). O detalhamento da distribuição das famílias conforme o modo como foram mobilizadas pode ser vista na tabela a seguir:

⁶³ Porcentagens relativas aos 299 indivíduos entrevistados nas três Comunas da Terra que já haviam nascido no momento em que ocorreu a mobilização para a criação das Comunas da Terra (C. T. D. Tomás Balduino – 2001, C. T. Irmã Alberta – 2002 e C. T. D. Pedro Casaldáliga 2003).

Tabela 8: Distribuição das famílias conforme o modo como foram mobilizadas para fazer parte das Comunas da Terra da RMSP

	C. T. Dom Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. Dom Pedro Casaldáliga	Total de famílias	Porcentagem
Trabalho de base no município de São Paulo	18	13	4	35	37,2%
Trabalho de base em municípios da RMSP	6	3	10	19	20,2%
Pastoral de atendimento à pessoas em situação de rua	12	6	4	22	23,4%
Famílias de assentamentos do interior do estado de SP	8	4	3	15	16,0%
Indicação de parentes e amigos	1	0	2	3	3,2%
Total das famílias entrevistadas	45	26	23	94	100%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011.

Uma vez que os trabalhos de base do MST são voltados para as populações de baixa renda, foram realizados em áreas de assentamentos precários urbanos em São Paulo e em municípios do entorno das Comunas da Terra. Em São Paulo as reuniões aconteceram nos distritos de Perus, Brasilândia, Vila Maria, Itaquera, Itaim Paulista, São Mateus e Santo Amaro enquanto as reuniões em municípios da RMSP ocorreram em assentamentos precários e bairros de baixa renda nas cidades de Cajamar, Franco da Rocha, Francisco Morato, Ribeirão Pires, Itaquaquecetuba, Mauá, Osasco, e Embu. Em sua maioria, as famílias foram cooptadas em reuniões que ocorreram nos locais em que moravam antes de fazerem parte das Comunas.

Ao analisarmos a situação do município de São Paulo no ano de 2000, próximo ao período em que as famílias foram mobilizadas pelo MST (entre 2001 e 2003), é possível verificar que, com exceção de Santo Amaro, os distritos em que as famílias moravam apresentam acesso precário a serviços sociais básicos, além de uma baixa oferta de empregos. Uma vez que a maior oferta de emprego estava em zonas centrais da cidade, os moradores desses distritos apresentavam consequentemente um maior tempo médio de deslocamento por qualquer tipo de viagem. Além disso, é possível verificar que os responsáveis pelos domicílios desses distritos apresentavam em média rendas mais baixas que em outros distritos, exceto em Santo Amaro. Nesses distritos, incluindo-se Santo Amaro, verificava-se alto risco de morte, com índices de homicídio elevados para a faixa etária de 15 a 24 anos, alta mortalidade da faixa etária entre 0 e 4 anos e baixa expectativa de vida, conforme pode ser verificado pelos mapas a seguir.

Mapa 19 (esquerda-acima): Distribuição de Serviços Sociais Básicos por distritos de São Paulo, Mapa 20 (direita-acima): Distribuição da oferta de empregos por distritos de São Paulo e Mapa 21 (esquerda-abaixo): Distribuição da renda do responsável pelo domicílio por distritos de São Paulo Mapa 22 (direita-abaixo): Distribuição do risco de morte por distritos de São Paulo

Fonte: PUC/SP, INPE e Instituto Pólis (2000).

No caso dos municípios da RMSP também é possível verificar a situação de precariedade entre os anos de 1998 e 1999, período próximo ao momento em que as famílias foram mobilizadas pelo MST. Como pode ser verificado nos mapas a seguir, de modo geral, os municípios onde as famílias foram mobilizadas apresentavam menor taxa de emprego que São Paulo. Os municípios de Osasco, Mauá e Itaquaquecetuba apresentavam uma distribuição desigual da taxa de emprego em seus territórios, concentrando pequenos pontos com taxas altas e médias e grandes áreas com taxas baixas de emprego. Nos demais municípios – Cajamar, Franco da Rocha, Francisco Morato, Embu e Ribeirão Pires – verifica-se apenas a existência de focos concentrados com baixa taxa de emprego. Além disso, a renda das famílias acaba sendo bastante baixa em relação ao município de São Paulo; com exceção de Osasco que apresentava taxas médias-altas, entre 18 a 25 salários mínimos, e taxas médias, entre 14 a 18 salários mínimos, os demais municípios apresentavam rendas em níveis equivalentes às rendas mais baixas verificadas no município de São Paulo – Mauá e Ribeirão Pires, com rendas predominantes entre 11 a 14 salários mínimos, Franco da Rocha, Cajamar e Embu, com rendas de 09 a 11 salários mínimos e Francisco Morato e Itaquaquecetuba com rendas predominantes entre 00 a 09 salários mínimos. Uma vez que a maior concentração de empregos estava no município de São Paulo, os tempos de viagens em transporte coletivo eram significativamente mais longos que os vistos na capital devido à distância dessas cidades aos postos de trabalho.

Mapa 23: Distribuição da taxa de emprego nos municípios da RMSP onde as famílias foram mobilizadas

Fonte: Mapa da RMSP adaptados de INFOURB, 1999. Disponível na seção “base de informações” no sítio eletrônico do professor Csaba Déak http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/index.html em 20/12/2013.

Mapa 24: Distribuição renda familiar média nos municípios da RMSP onde as famílias foram mobilizadas

Fonte: Mapa da RMSP adaptados de INFOURB, 1999. Disponível na seção “base de informações” no sítio eletrônico do professor Csaba Déak http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/index.html em 20/12/2013.

Mapa 25: Distribuição do tempo em viagens nos municípios da RMSP onde as famílias foram mobilizadas

Fonte: Mapa da RMSP adaptados de INFOURB, 1999. Disponível na seção “base de informações” no sítio eletrônico do professor Csaba Déak http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/index.html em 20/12/2013.

Em resumo, as famílias que moravam em São Paulo e na RMSP tinham um modo de vida urbano, marcado pelo acesso precário à serviços sociais e tendo de modo geral baixo acesso à postos de trabalho nos locais em que moravam e se submetendo por várias horas a deslocamentos casa-trabalho-casa. Além disso, elas tinham em média rendas familiares baixas, que eram ainda reduzidas pelas despesas com custos dos deslocamentos em transporte público para seus locais de trabalho.

Além das famílias mobilizadas por trabalhos de base do MST em São Paulo e na RMSP, um grupo significativo – 23,4% das famílias entrevistadas – foi mobilizado por meio da Pastoral de atendimento à pessoas em situação de rua. Verificou-se por meio das entrevistas que apresentavam duas origens diferentes: enquanto cerca de 68% delas eram migrantes que não conseguiram se inserir na cidade de São Paulo, cerca de 32% das famílias são naturais de São Paulo ou da RMSP e tiveram pelo menos um de seus membros em situação de rua. Neste último grupo temos a predominância de homens solteiros, mas há situações em que pais ou filhos conseguiram reestabelecer o núcleo familiar que deixaram ao ir para as ruas, trazendo suas famílias para morar consigo nas Comunas, ou mesmo situações de casais que se conheceram durante o período em que estavam em situação de rua.

Difícilmente poderíamos apontar uma origem específica dos problemas que levaram diferentes grupos a viverem em situação de rua. Questões sociais e pessoais como o baixo nível de escolaridade, estado precário de saúde, o endividamento, o envolvimento com vícios em álcool e drogas dentre vários outros fatores frequentemente se misturam, tornando-se simultaneamente causas e consequências da situação de miséria e induzindo ciclos de manutenção de um estado de instabilidade. Mas apesar da dificuldade de se apontar a origem desse fenômeno não se pode negar que diante do mercado de trabalho as pessoas em situação de rua, em geral, apresentam maiores dificuldades de obtenção de emprego do que os demais trabalhadores. Independente da trajetória de cada indivíduo, o modo de vida dessas pessoas nas ruas foi marcado por diferentes fases. O início da vida na rua é descrito por eles como um período crítico no qual a falta de privacidade e a vulnerabilidade da condição de rua levavam ao sentimento constante de medo, insegurança e vergonha. Muitos passaram as primeiras noites na rua sem dormir ou dormindo muito pouco por medo de serem atacados ou roubados, e devido à vergonha e a humilhação de pedir dinheiro e/ou comida, muitos passaram fome.

Passado o choque inicial, tornava-se necessário criar estratégias de sobrevivência que envolviam desde a garantia da manutenção de necessidades vitais mínimas até a sobrevivência em situação de conflitos. Em relação à manutenção de necessidades vitais mínimas a permanência no centro da cidade possibilitava a mendicância, a obtenção de alimentos por parte de doações de transeuntes, do comércio ou de instituições de caridade além da possibilidade da realização de trabalhos informais para obtenção de dinheiro. Algumas famílias mencionaram a importância de relações de amizade com outras pessoas em situação de rua como modo de garantir apoio em situações críticas. Por outro lado, na luta pela sobrevivência na rua *ganha quem é o mais forte*: confrontos com transeuntes, com comerciantes locais, com a polícia e com outras pessoas em situação de rua eram constantes e era necessário aprender como enfrentá-los ou como fugir deles. Cabe ressaltar que apesar de todos os problemas, com o passar do tempo e com a adaptação à essa situação, torna-se possível ver na rua um lugar de liberdade, onde não há um patrão nem

regras a serem seguidas. Essa liberdade é apontada frequentemente por profissionais que assistem às populações de rua como uma das questões fundamentais a serem consideradas em processos de ressocialização (GOMES, 2005, p. 36).

Em suma, o modo de vida das famílias em situação de rua era marcado pela precariedade do atendimento às necessidades vitais e pela violência impostas pela situação de rua e por uma grande dificuldade de conseguirem se reinserir no mercado de trabalho e na sociedade.

Através das entrevistas verificou-se que além das famílias mobilizadas por meio de trabalhos de base em São Paulo e na RMSP e da Pastoral de atendimento à pessoas em situação de rua havia um menor número de famílias que vieram de outros assentamentos do MST (16%) e famílias que começaram a fazer parte das Comunas por meio da indicação de parentes e amigos (3,2%).

Em relação às famílias que vieram de outros assentamentos, verificou-se que elas tinham um modo de vida predominantemente rural, vivendo, na maioria absoluta dos casos, em ocupações agrícolas (93% dos indivíduos adultos dessas famílias). Apesar de apresentarem um forte vínculo com a terra essas pessoas não eram os titulares dos lotes em que moravam; ou eram “agregados” com ou sem vínculos de parentesco com o titular ou eram filhos dos titulares que cresceram e se casaram, criando um novo núcleo familiar. Uma vez que os lotes de reforma agrária em assentamentos comuns são voltados para o atendimento de apenas uma unidade familiar, o crescimento da família frequentemente torna-se um problema, fato que obriga as novas famílias constituídas a buscarem novas terras. Diante dessa situação, a possibilidade de agregação de valor à produção agrícola por meio da proposta de um assentamento localizado nas franjas de expansão urbana da RMSP, ou mesmo conciliação de ocupações urbanas e agrárias ainda que de modo precário tornaram-se atrativos para que essas famílias se integrassem às Comunas da Terra.

No caso das famílias que passaram a fazer parte das Comunas da terra por meio da indicação de parentes e amigos, verificou-se que elas estavam tanto em zonas urbanas quanto rurais, mas ainda mantinham uma identidade rural. Enquanto as famílias que viviam em zonas urbanas estavam ocupadas em trabalhos informais, sem carteira assinada, e habitavam assentamentos precários em favelas e bairros pobres sem acesso à infraestrutura e a serviços sociais, as famílias que habitavam as zonas rurais buscavam ter o próprio pedaço de terra para trabalhar, deixando as ocupações de arrendatários ou de empregados sazonais com baixíssima remuneração e alta exploração.

*

*

*

Apesar de apresentarem modos de vida particulares, os cinco grupos identificados nas entrevistas às famílias das Comunas da Terra – (I) famílias mobilizadas em São Paulo, (II) famílias mobilizadas na RMSP, (III) famílias mobilizadas por meio da Pastoral de atendimento a pessoas em situação de rua, (IV) famílias que vieram de outros assentamentos e (V) famílias que integraram as Comunas por meio da indicação de parentes e amigos – apresentam algumas características similares. De modo geral, verificou-se que elas se caracterizavam

predominantemente como migrantes (65,55% do total das pessoas entrevistadas⁶⁴) que vinham de outros estados (54,52%), do interior de São Paulo (10,37%) ou mesmo imigrantes (0,67%) como duas pessoas que nasceram no Peru. Apesar da importância do número de migrantes, é também significativo o número de pessoas nascidas na RMSP, equivalente a 34,45% dos entrevistados como pode ser visto no mapa e no gráfico a seguir:

Mapa 26: Distribuição das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra conforme o local de nascimento⁽¹⁾

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011.

(1) Mapa relativo às pessoas entrevistadas que já haviam nascido no período da mobilização.

Gráfico 9: Caracterização das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra conforme o local de nascimento⁽¹⁾

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011.

(1) Gráfico relativo às pessoas entrevistadas que já haviam nascido no período da mobilização.

⁶⁴ Foram considerados todos os membros das famílias entrevistadas que haviam nascido no momento em que ocorreu a mobilização para a criação das Comunas da Terra (C. T. D. Tomás Balduino – 2001, C. T. Irmã Alberta – 2002 e C. T. D. Pedro Casaldáliga 2003).

Além de apresentarem um perfil semelhante em relação à distribuição do local de nascimento foi possível identificar que, com exceção das pessoas mobilizadas na RMSP, os grupos apresentavam a predominância de crianças abaixo de 10 anos em conjunto com adultos jovens e adultos com idade predominante entre 24 e 54 anos. A distribuição dos entrevistados conforme suas faixas etárias pode ser verificada a seguir:

Gráfico 10: Distribuição das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra de acordo com faixas etárias⁽¹⁾⁽²⁾

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011. (1) Gráfico relativo às pessoas entrevistadas que já haviam nascido no período da mobilização. (2) Idade correspondente ao período em que as pessoas foram mobilizadas (C. T. D. Tomás Balduino – 2001, C. T. Irmã Alberta – 2002 e C. T. D. Pedro Casaldáliga 2003)

A baixa escolaridade também pode ser observada com frequência entre os entrevistados; 45% das pessoas adultas⁶⁵ entrevistadas tinham estudado até a 4ª série do ensino fundamental e 13% eram analfabetas. Do total de indivíduos mobilizados em SP, 70,59% dos entrevistados tinham até 6 anos de estudo.

Em relação aos vínculos de trabalho estabelecidos no momento anterior à entrada nas Comunas, verifica-se que a maior parte dos indivíduos (57% dos entrevistados) trabalhava sem carteira de trabalho assinada, estando empregados de modo precário no setor da construção civil no caso dos homens e em trabalhos domésticos no caso das mulheres. Além disso, 16% dos entrevistados estavam desempregados no período em que foram mobilizados e 2% eram aposentados nesse período. Do total das pessoas entrevistadas, apenas 25% trabalhavam com carteira assinada.

A síntese da situação de escolaridade e dos vínculos de trabalho dos entrevistados pode ser vista nos gráficos a seguir:

⁶⁵ Foram consideradas pessoas adultas os entrevistados que apresentavam idade igual ou maior que 18 anos no período em que foram mobilizados (C. T. D. Tomás Balduino – 2001, C. T. Irmã Alberta – 2002 e C. T. D. Pedro Casaldáliga 2003).

Gráfico 11: Distribuição das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra com idade ≥ 18 anos de acordo com a escolaridade⁽³⁾

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011. (3) Gráfico realizado a partir das pessoas entrevistadas que possuíam idade igual ou maior que 18 anos no período em que foram mobilizadas.

Gráfico 12: Distribuição das pessoas entrevistadas nas Comunas da Terra com idade ≥ 18 anos de acordo com o vínculo de trabalho⁽³⁾

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011. (3) Gráfico realizado a partir das pessoas entrevistadas que possuíam idade igual ou maior que 18 anos no período em que foram mobilizadas.

Em resumo, apesar de terem sido mobilizadas em diferentes situações e possuírem modos de vida particulares, as famílias das Comunas da Terra apresentavam perfis semelhantes: eram predominantemente migrantes, com baixa escolaridade, faixa etária ente 24 e 54 anos e que trabalhavam sem carteira de trabalho assinada ou estavam desempregados.

No período em que as famílias foram mobilizadas entre os anos de 2001 e 2003 o Brasil sofria com altos índices de desemprego⁶⁶. Neste contexto, a baixa escolaridade e a idade acima de 40 anos tornavam-se fatores agravantes para o acesso a postos de trabalho que propiciassem boa remuneração e garantia de direitos trabalhistas. Consequentemente, a maior parte das famílias tinha que se sujeitar às poucas oportunidades de trabalho que lhes era oferecida mesmo que isso significasse receber baixos salários e se sujeitar à superexploração no trabalho mesmo nos casos em que essas pessoas tinham sua carteira de trabalho assinada.

⁶⁶ A taxa de desemprego anual no Brasil em 2002 foi de 12,6%, que corresponde ao pico de desemprego no período entre 2002 e 2013. Conforme a Pesquisa Mensal do Emprego disponível no site do IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.sh?m

Além disso, a exposição à violência também é apontada por diversas famílias como uma questão determinante para deixarem a vida nas cidades. Em geral, a maior preocupação das famílias está no futuro de seus filhos em meio à exposição ao vício e ao tráfico de drogas além da má influência de crianças e jovens que frequentam a mesma escola ou que moravam na vizinhança e que estavam envolvidos com atos ilícitos.

A precariedade da vida, a superexploração do trabalho com a remuneração de baixos salários e a exposição à violência em seus locais de origem acabavam com as esperanças dessas pessoas de lutar por uma vida melhor para si mesmos e para os próprios filhos, abrindo espaço para que as famílias optassem por fazer parte das Comunas da Terra.

3.1.2. Quem são as famílias das Comunas da Terra atualmente?

De modo geral é possível verificar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos do período em que as famílias foram mobilizadas para a situação atual em que vivem:

- A pirâmide etária foi alterada tanto pelo envelhecimento dos membros das Comunas quanto pelo nascimento de 44 pessoas no período entre 2001 e 2011;
- Em relação ao local de nascimento, uma vez que 44 pessoas nasceram nas Comunas da Terra localizadas nos municípios de Franco da Rocha, São Paulo e Cajamar a porcentagem de pessoas nascidas na RMSP em 2011, equivalente a 42,91% dos entrevistados, aumentou em relação ao período em que as famílias foram mobilizadas (que neste período era equivalente a 34,45% dos entrevistados);
- Além disso, verificou-se um pequeno aumento do índice de escolaridade causado pela frequência de 08 adultos em cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA e, especialmente, pela entrada de adultos em cursos superiores vinculados ao Movimento Sem-Terra – 09 pessoas cursavam em 2011 enquanto 5 pessoas já haviam concluído seus cursos;
- Quando questionados a respeito de sua profissão atual, 45,33% dos entrevistados se reconheciam como agricultores. Cabe ressaltar que nas Comunas da Terra Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga respectivamente 50% e 60% dos entrevistados consideravam-se agricultores, enquanto que na Comuna da Terra Irmã Alberta esse número era bem menor, correspondendo a 22% dos entrevistados no local. Curiosamente, muitas pessoas dessa última Comuna obtinham grande parte de sua subsistência por meio do trabalho agrícola e não se declararam como agricultores. Acredita-se que a não oficialização do processo de criação do assentamento na Comuna Irmã Alberta contribuiu para que as famílias que ali moram ainda não se reconheçam como agricultores.

Gráfico 14: Pirâmide etária dos indivíduos das Comunas no momento em que foram mobilizados ^{(1) (2)}

Gráfico 13: Pirâmide etária dos indivíduos das Comunas no momento atual (2011)

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011. (1) Gráfico relativo às pessoas entrevistadas que já haviam nascido no período da mobilização. (2) Idade correspondente ao período em que as pessoas foram mobilizadas (C. T. D. Tomás Balduino – 2001, C. T. Irmã Alberta – 2002 e C. T. D. Pedro Casaldáliga 2003)

Mapa 28: Local de nascimento dos indivíduos das Comunas no período em que foram mobilizados ⁽³⁾

Mapa 27: Local de nascimento dos indivíduos no período atual (2011)

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011. (3) Mapa relativo às pessoas entrevistadas que já haviam nascido no período da mobilização.

Gráfico 15: Nível de escolaridade dos indivíduos das Comunas da Terra com idade ≥ 18 anos no período em que foram mobilizados e no período atual⁽⁴⁾

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011. (4) Gráfico relativo às pessoas entrevistadas que apresentavam idade ≥ 18 anos no período da mobilização e idade ≥ 18 anos em 2011.

Gráfico 16: Profissão atual declarada pelos indivíduos das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga (2011)

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

3.1.3. Modo de vida atual das famílias das Comunas da Terra

A partir do levantamento de campo foi possível constatar que o modo de vida prévio à entrada nas Comunas foi bastante alterado pela vivência neste espaço, dando origem a algumas características comuns às famílias integrantes das Comunas da Terra. Verificou-se que não existe a predominância de um modo de vida estritamente urbano ou estritamente rural entre elas, mas sim um amálgama entre esses modos de vida cuja união entre as características urbanas e rurais ocorre de acordo com o perfil de cada grupo, variando em diferentes escalas de um núcleo familiar para outro. Assim, o modo como se dá a obtenção dos meios de vida e as relações que cada família tem com o tempo e com os espaços urbano e rural está diretamente ligado à sua trajetória de vida, mas também com as alternativas encontradas pelos integrantes do núcleo familiar para a reprodução do seu grupo após a ocupação da terra e ao longo do processo de luta para permanecer na Comuna.

Diante dessa situação, foram identificados dois perfis principais:

- Famílias de **origem rural** (equivalente 28% das famílias entrevistadas) e
- Famílias que apresentam **origem urbana** ou *“identidade urbana”*, ou seja, famílias que possuem a origem rural, mas que saíram do campo ainda na infância de modo que não houve a possibilidade de criação de um vínculo com o trabalho agrícola. (equivalente a 72% das famílias entrevistadas).

A partir desses dois perfis é realizada a análise de como se dá a obtenção dos meios de vida, a relação com o espaço urbano e com o espaço rural, além da relação com o tempo para cada um desses grupos.

3.1.3.1. Famílias de origem rural

Obtenção dos meios de vida das famílias de origem rural

No caso das famílias de origem rural a obtenção dos meios de vida volta-se mais facilmente para as atividades agrícolas ligadas ao autoconsumo. Há diversificação de culturas e as técnicas de plantio seguem com relativa frequência o padrão adotado em seus locais de origem; enquanto em 69% lotes pertencentes às famílias de origem rural há uma delimitação clara de canteiros e culturas específicas possibilitando o uso de equipamentos como semeadoras e arados de pequeno porte, em outros 31% lotes o plantio é realizado de modo irregular com pouco ou nenhum uso de equipamentos. 92% famílias de origem rural realizam beneficiamentos da produção de modo bastante artesanal e 61% das famílias vendem o excedente de sua produção, tornando-se uma fonte de renda bastante significativa no orçamento familiar.

Cerca de 35% das famílias de origem rural se queixam de problemas ligados à infraestrutura insuficiente para a produção como o acesso limitado à água, dimensão muito pequena do lote para a manutenção de um núcleo familiar extenso ou devido a incêndios (respectivamente 15%, 12% e 8% das famílias). Nestes casos verificou-se que 23% buscam fontes de renda alternativas ao trabalho agrícola dentro e fora do lote, em empreitadas agrícolas em lotes de outros assentados dentro da Comuna ou em propriedades da vizinhança e famílias trabalhando com atividades de corte e costura (elaboração de roupas ou travesseiros para venda em São Paulo). Há também 12% das famílias que apresentam membros trabalhando em ocupações urbanas frequentemente ligadas à construção civil para homens e serviços domésticos e de limpeza para mulheres. Filhos de assentados frequentemente buscam trabalho fora do lote em atividades urbanas, mas em suas horas vagas muitos deles contribuem com o trabalho agrícola no lote.

A obtenção dos meios de vida das famílias também é influenciada por relações de solidariedade. A solidariedade é estabelecida com laços mais fortes a um número bastante restrito de núcleos familiares – normalmente de duas a três famílias, podendo, em casos raros, chegar a cinco famílias, mas que envolvem também algum vínculo de parentesco – não se estendendo a todas as famílias da Comuna da Terra. Essas relações permitem a troca de dias e troca de produtos agrícolas, além da formação de grupos de trabalho para beneficiamento da produção para venda esporádica em feiras de produtos da reforma agrária tornando-se uma importante estratégia de fortalecimento desses núcleos familiares para garantir a permanência na terra.

Outra questão que influencia as relações de solidariedade e, conseqüentemente, a obtenção dos meios de vida, é a religiosidade, que é bastante forte entre essas famílias. De modo geral, há apenas na Comuna Dom Tomás Balduino, a predominância de religiões protestantes devido à existência de uma igreja dentro da Comuna. Nas demais áreas de estudo, há uma distribuição relativamente equilibrada entre famílias católicas e protestantes. Na Comuna Dom Pedro Casaldáliga, a reza do terço costuma ser realizada na casa de uma família diferente a cada semana, o que acaba fortalecendo vínculos de amizade e compadrio. Nas três Comunas da Terra verificou-se que muitos grupos de trabalho agrícola e/ou de beneficiamento da produção também são grupos de oração: os valores religiosos compartilhados entre esses grupos e as relações de amizade estabelecidas contribuem para o fortalecimento do trabalho coletivo.

Relações das famílias de origem rural com os espaços urbano e o rural

A relação das famílias de origem rural com o espaço rural está vinculada diretamente ao modo de vida delas, fundado na produção agrícola. É sobre a relação com a terra que se apoia não somente a obtenção dos meios de vida, mas também os hábitos, os usos e costumes. A produção alimentar é o objetivo central da apropriação do espaço rural, mas como fonte de renda complementar também é desenvolvida a elaboração artesanal de utensílios domésticos em madeira e em palha dedicada a feiras esporádicas de produtos da reforma agrária.

A apropriação da moradia reflete esse modo de vida: a casa funciona não só como um local de moradia, mas também como a extensão do trabalho agrícola, sendo possível encontrar nessa edificação a estocagem de sementes ou da colheita, o beneficiamento da produção ou mesmo produtos agrícolas sendo expostos como ornamentação. Em poucas casas há símbolos do MST como bandeiras, utensílios ou ornamentos.

O vínculo com a natureza e o conhecimento das características do meio natural em que se inserem como a relação com a fauna e a flora local tem grande importância na apropriação do espaço rural especialmente pelo manejo agroflorestal, que busca a otimização dos recursos naturais disponíveis com a geração de baixo impacto pelo reaproveitamento dos resíduos gerados no processo produtivo e na própria manutenção da vida do núcleo familiar.

Normalmente, as famílias de origem rural não se incomodam em estar isoladas, mas valorizam muito a proximidade ao espaço urbano especialmente por nele frequentemente estarem parentes próximos. Apesar do isolamento não ser um problema, a vida isolada do espaço urbano não é necessariamente a opção feita por essas famílias. 77% das famílias de origem rural costumam visitar com frequência os centros comerciais da vizinhança para compras, por motivos de saúde ou até mesmo para o lazer. Além disso, também por meio da produção agrícola são estabelecidas relações com o espaço urbano, especialmente por meio da venda da produção; 96% dessas famílias costumam vender sua produção de porta em porta ou para clientes específicos nas cidades.

Mas, apesar da venda da produção consistir em uma fonte de renda significativa para as famílias, há outras estratégias de obtenção dos meios de vida não monetárias vinculadas ao espaço urbano: frequentemente são estabelecidas relações de troca de extrema importância para o núcleo familiar ampliado – tanto para os moradores da Comuna quanto para os familiares que moram em centros urbanos próximos – no qual trocam produtos agrícolas por produtos

comprados na cidade (relação estabelecida por 73% das famílias de origem rural). Por meio dessa estratégia fica garantida a obtenção de uma diversidade de produtos necessários à vida tanto do núcleo familiar estendido em áreas urbanas que não têm que pagar por eles no mercado formal, quanto do núcleo familiar da Comuna da Terra que passa a ter acesso a produtos industrializados ou que não são produzidos no lote.

Relação das famílias de origem rural com o tempo

O modo como as famílias de origem rural lidam com o tempo apresenta forte vínculo com a natureza e com o manejo agrícola, sendo condicionado pelo regime de chuvas, pela insolação, pela necessidade de alimentar e cuidar de animais, pelos períodos de preparo da terra, semeadura, cuidados com a manutenção e com a colheita.

No entanto, esses trabalhos podem ser interrompidos para que os membros da família assistam a um programa de televisão que gostem, tendo as famílias com relativa frequência o acesso a canais pagos de TV por satélite.

O domínio do tempo dado pela regulação do próprio trabalho é apontado pelas famílias como uma das principais diferenças da vida de antes de participarem nas Comunas para o momento atual: o fato de trabalharem sem patrão tendo o domínio do próprio tempo e do próprio trabalho torna a vida na Comuna da Terra muito melhor do que na cidade.

3.1.3.2. Famílias de origem urbana ou identidade urbana

Além das famílias de origem rural, há também casos de famílias que optaram por fazer parte da Comuna da Terra que apresentam sua origem urbana ou ainda sua identidade urbana. A seguir, é analisada como se dá a obtenção dos meios de vida, a relação com o espaço urbano e o espaço rural além da relação com o tempo para as famílias que apresentam esse perfil urbano.

Obtenção dos meios de vida das famílias urbanas

Os grupos de origem urbana apresentam certa variação no padrão produtivo em relação às famílias de origem rural; normalmente as famílias urbanas optam por culturas de fácil manejo (98% delas trabalham com fruticultura, com espécies arbóreas que não necessitam irrigação, capina ou poda constante). A diversidade de espécies plantada é menor do que nos lotes de famílias de origem rural e apesar do cultivo agrícola ser utilizado para o autoconsumo, 73% da produção é destinada para venda. Grande parte dos produtos consumidos é adquirida em zonas comerciais dos arredores da Comuna, ou comprada/trocada por outros produtos agropecuários de vizinhos. Há, assim, maior dependência do mercado externo para esse grupo. A técnica do plantio segue o padrão ensinado pela assistência técnica ou aprendido em cursos de capacitação do MST e/ou de ONGs que dão assistência às Comunas. Os canteiros são delimitados com clareza, mas nem sempre a família dá conta de fazer a manutenção necessária, como a retirada de ervas daninhas.

Em relação à produção agrícola, 41% das famílias de origem urbana realizam o beneficiamento da produção, ligados normalmente ao artesanato para venda em feiras de reforma agrária⁶⁷. A alimentação da família está ligada a vários produtos industrializados como refrigerantes, salgadinhos, bolachas, e produtos congelados como frango empanado e hambúrguer ou pré-preparados como massas de bolo e temperos. A produção do lote chega a ser consumida pela família – normalmente produtos de uma pequena horta e ovos de galinhas – mas a maior parte das culturas plantadas é destinada para a venda.

Com frequência a religiosidade tem um papel menos importante para famílias urbanas do que para famílias rurais. A frequência com que participam de cultos e missas é bastante menor do que a de famílias rurais⁶⁸, mas em 12% das famílias urbanas entrevistadas verificou-se uma aproximação dos núcleos familiares com religiões protestantes que contribui para o seu fortalecimento. Com exceção desses grupos religiosos, as famílias de origem urbana estabelecem relações de amizade e auxílio mútuo, mas os laços estabelecidos são relativamente mais fracos do que no caso de famílias de origem rural, no qual a partir da solidariedade as famílias tornam-se vinculadas por uma relação de afinidade bastante próxima ao parentesco. Mesmo não estabelecendo um relacionamento tão próximo, as relações de amizade e solidariedade entre essas famílias também contribuem para a permanência delas na terra.

Tanto famílias de origem urbana quanto de origem rural, quando vendem a produção agrícola, destinam a mesma para dois setores predominantes – 62% das famílias urbanas e rurais vendem parte de sua produção para os programas de compra direta da CONAB e 87% dessas famílias vendem parte de sua produção para compradores particulares. 41% dessas famílias chegam a ter compradores que comprem sua produção diretamente no lote, mas a maioria das famílias que vende sua produção para vendedores particulares (46%) o faz por meio de vendas ambulantes, de porta em porta ou na rua. A proximidade com os centros urbanos facilita a venda direta para o consumidor, mas, curiosamente, o beneficiamento de produtos acaba sendo voltado para autoconsumo ou para feiras esporádicas de produtos da reforma agrária que as famílias participam.

Relações das famílias urbanas com os espaços urbano e rural

34% dos lotes não estão totalmente ocupados por plantações e acabam cobertos por vegetação em regeneração (campos sujos e/ou capoeiras) enquanto outras áreas especialmente ao redor das casas estão limpas demais, deixando o solo totalmente descoberto e propenso a processos erosivos. Nesses casos, a família parece tentar reproduzir um *quintal de casa de cidade* com áreas equivalentes aos cimentados que circulam frequentemente essas edificações.

A casa acaba reproduzindo padrões urbanos de acabamento com pisos e paredes azulejados, enquanto casas de famílias rurais apresentam com mais frequência pisos cimentados e/ou de cimento queimado. Nas Comunas Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga há, ao todo,

⁶⁷ Em geral, famílias fazem artesanato com palha da bananeira ou bambu fabricando cestas, ornamentos para casa e bolsas femininas.

⁶⁸ Enquanto 88% das famílias de origem rural frequentam cultos e missas com periodicidade semanal, 78% das famílias urbanas costumam frequentar cultos e missas em periodicidades mais amplas bimestral ou semestral.

cinco casas de famílias rurais que mesclam tijolos com paredes de taipa e adobe, enquanto as edificações de famílias urbanas tendem a usar tijolos ou blocos de cimento. Uma vez que na Comuna Dom Tomás Balduino houve o apoio da consultoria técnica da Usina para a construção das habitações em mutirão, o padrão construtivo entre famílias urbanas e rurais não sofre alterações. O trabalho agropecuário permanece totalmente fora da casa, e algumas vezes até fora do quintal. Há a presença comum de eletrodomésticos novos e, em algumas casas, há também computadores.

O isolamento incomoda as famílias de origem urbana, mas, ao mesmo tempo, elas preferem ficar isoladas a viver em meio à violência do lugar em que moravam. A violência (tiroteios e a presença constante do narcotráfico) é apontada por 66% das famílias como uma das principais motivações das famílias para buscar uma alternativa de vida melhor nas Comunas. Com o tempo, as famílias acabaram criando estratégias para disfarçar o isolamento, aproximando-se de alguns vizinhos, colocando música ou deixando a TV ligada enquanto trabalham, ou ainda visitando centros urbanos com frequência.

Relação das famílias urbanas com o tempo

O tempo das famílias urbanas não está necessariamente ligado a ciclos da natureza, mas sim à sua demanda por renda. Os períodos de trabalho assemelham-se um pouco ao horário comercial, fato que nem sempre se mostra adequado à demanda do trabalho agrícola. De qualquer forma, eles valorizam muito o fato de não terem um patrão e chegam a comentar com estranheza que passam mais tempo trabalhando no próprio lote do que no trabalho antigo na época que moravam na cidade. No período da entressafra membros de 34% das famílias de origem urbana acabam trabalhando fora do lote em ocupações urbanas, normalmente ligadas à construção civil para homens e a serviços domésticos, de limpeza ou cuidados com crianças para mulheres.

3.1.2.3. Situações particulares das famílias das Comunas da Terra

Nos dois grupos de famílias de origem rural e famílias de origem urbana encontramos alguns casos de perfis particulares nas Comunas da Terra:

- **Lotes ocupados por uma única pessoa** (equivalente a 21% das famílias entrevistadas): tanto no caso de mulheres quanto no caso de homens solteiros ou viúvos que moram sozinhos em seus lotes frequentemente a produção agrícola acaba sendo prejudicada pela falta de força de trabalho. Há mais casos de lotes ocupados apenas por um homem do que aqueles ocupados por uma única mulher (16 lotes pertencentes a homens e 04 lotes pertencentes a mulheres). No caso dos homens, os lotes são ocupados por cultivos com pouca variedade – dois ou três tipos de culturas – que são normalmente temporários e que ou demandam muito trabalho em um período curto, como no caso de verduras ou demandam pouco trabalho em um período de tempo um pouco mais longo, como no caso da mandioca. Nem todas as pessoas solteiras conseguem ocupar todo o lote com a produção agrícola e frequentemente não criam animais. Para a manutenção da renda nos períodos de entressafra ou até mesmo em períodos de safra eles acabam

buscando fontes de renda alternativas, trabalho informal fora do lote tanto em empreitadas agrícolas quanto em trabalhos urbanos.

Cabe ressaltar que há dois casos (um homem e uma mulher, ambos de origem rural) na Comuna da Terra Irmã Alberta que não se enquadram nesse perfil; apesar de morarem sozinhos em seus respectivos lotes, eles apresentam altíssima produtividade, com uma enorme variedade de culturas, vivem de sua produção por meio da venda e do autoconsumo e ainda auxiliam com produtos agrícolas e com dinheiro os filhos adultos já casados que moram nas cidades.

- **Famílias numerosas com pouca força de trabalho disponível** (equivalente a 10% das famílias entrevistadas): nos núcleos familiares muito extensos que apresentam simultaneamente pouca força de trabalho disponível (crianças, idosos, pessoas com problemas de saúde, etc.) em 80% dos casos há a necessidade de pelo menos um membro da família buscar fontes alternativas de renda fora do lote. Apesar disso, é importante ressaltar que tanto a aposentadoria quanto a bolsa família recebida para manter as crianças na escola acabam contribuindo significativamente para o orçamento familiar.
- **Pessoas com vícios e baixa produtividade** (equivalente a 4% das famílias entrevistadas): verificou-se que essas famílias apresentavam membros com fortes problemas com vícios em bebidas alcoólicas e/ou drogas, que apresentavam baixíssima produtividade e obtinham praticamente toda a sua renda por meio de trabalhos informais esporádicos em ocupações urbanas. Em geral, apresentam distanciamento das demais famílias das Comunas.

Até aqui foi realizada a caracterização de quem eram e quem são atualmente as famílias das Comunas da Terra. Na próxima seção busca-se responder qual é a terra das Comunas da Terra por meio da caracterização das próprias Comunas.

3.2. Qual é a terra das Comunas da Terra? Proposta x Realidade

Na seção anterior realizou-se a caracterização das famílias no momento em que foram mobilizadas e na atualidade. Finalizada a primeira etapa, busca-se nesta segunda seção do capítulo 03 a caracterização das Comunas da Terra da RMSP em si mesmas. Para tanto, essa caracterização é realizada a partir do exame da **proposta** das Comunas da Terra: suas diretrizes foram de fato implantadas? De acordo com Delwek Matheus (2003), como principais diretrizes, a proposta das Comunas da Terra apresentaria:

- 1ª Diretriz: vínculo com o trabalho e com a produção,
- 2ª Diretriz: possibilidade de agregação de renda com atividades não agrícolas,
- 3ª Diretriz: propriedade social da terra,
- 4ª Diretriz: matriz de produção agroecológica,
- 5ª Diretriz: busca pela cooperação e solidariedade entre as famílias,
- 6ª Diretriz: criação de lotes reduzidos em relação a assentamentos comuns e
- 7ª Diretriz: busca pelo desenvolvimento sociocultural das famílias.

A partir de uma comparação entre a proposta do MST e a realidade encontrada *in loco* busca-se discutir se essas diretrizes foram implantadas e quais foram as consequências para a organização das Comunas da RMSP.

1ª Diretriz - Vínculo com o trabalho e com a produção

A possibilidade de trabalhar em atividades produtivas capazes de garantir o sustento da família e de gerar renda por meio da venda da produção é apontada como passo inicial para a elevação da consciência social na defesa dos direitos das famílias e como cidadãos.

De modo geral, as famílias conseguiram estabelecer o vínculo com o trabalho e com a produção agrícola: a partir do levantamento de campo verificou-se que 99% possuem cultivos agropecuários para o próprio consumo e 89% possuem cultivos destinados para venda. Mas apesar da existência do vínculo, a produção agrícola atual da maior parte das famílias não é capaz de garantir totalmente seu sustento. Em relação às fontes de renda das famílias, o valor da renda obtida com a venda da produção – equivalente a 22% da renda total das famílias das Comunas – é menor que a renda obtida por meio de trabalhos informais, equivalente a 52% da renda total como pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 9: Média anual das fontes de renda das famílias das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga*

	C. T. D. Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	Total
Bicos	43%	62%	50%	52%
Venda da Produção	22%	24%	20%	22%
Aposentadoria	13%	11%	14%	13%
Bolsas Governamentais	14%	0%	6%	6%
Outros	8%	3%	10%	7%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. * Dados levantados conforme estimativas realizadas pelas famílias a respeito de sua renda anual no período entre julho de 2010 e julho de 2011. Não foram requeridos comprovantes de renda.

No entanto, deve-se considerar também que a obtenção dos meios de vida das famílias é composta não somente por fontes de recursos monetários dados pela troca de produtos e/ou serviços por dinheiro, mas também por fontes de recursos não monetários como é o caso do autoconsumo em que a família produz e consome diretamente os recursos produzidos para a manutenção de sua vida. Desse modo, considerando-se em conjunto os recursos monetários relativos à venda da produção agrícola (17,2%) e os não monetários relativos ao autoconsumo (20,7%) obtidos em relação à produção do lote ao longo de um ano, verifica-se que a produção agrícola apresenta maior importância para as famílias (37,9%) do que o trabalho externo realizado fora do lote que cai para 25,4% das fontes de recursos para a obtenção dos meios de vida:

Tabela 10 - Fontes de recursos monetários e não monetários para a obtenção dos meios de vida das famílias das Comunas D. Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga

	C. T. D. Tomás Balduino	C. T. I. Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	Total
Recursos não monetários – Autoconsumo (1)*	20,3%	20,8%	21,0%	20,7%
Recursos monetários – Venda da produção (2)	17,2%	18,7%	15,8%	17,2%
Recursos monetários – Trabalho Informal	34,4%	20,8%	21,0%	25,4%
Recursos monetários – Outras fontes de renda* **	28,1%	39,8%	42,2%	36,7%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. * o valor considerado para o autoconsumo foi estabelecido por meio de uma estimativa das famílias do valor que teriam que pagar no mercado para obter os mesmos produtos que produzem em seu lote para consumo próprio referente ao período entre julho de 2010 a julho de 2011. ** Outras fontes de renda são compostas por: aposentadorias, bolsas governamentais, apoio familiar e outras fontes de renda. (para maior detalhamento buscar a tabela anterior).

Gráfico 17 - Fontes de recursos monetários e não monetários para a obtenção dos meios de vida das famílias das Comunas da Terra da RMSP no período entre julho de 2010 a julho de 2011

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Desse modo, após a análise das fontes de recursos para obtenção dos meios de vida das famílias constatou-se que, apesar de não garantir totalmente a manutenção de vida das famílias ao longo de todo o ano, a produção agrícola tem grande importância na obtenção dos meios de vida das famílias.

Além disso, acredita-se que a participação atual da produção agrícola na obtenção dos meios de vida das famílias tem potencial para ser ampliado. Após o parcelamento da Comuna em lotes de produção e após a implantação da infraestrutura dentro e fora do lote – rede viária, rede elétrica, poços artesianos além do acesso ao crédito habitação para a construção da moradia – as famílias passam a ter o direito de acessar o crédito para investimento na produção agrícola PRONAF. Para acessar esse crédito, cada família deve desenvolver um projeto de produção agrícola para o seu lote com o auxílio de dirigentes do MST e dos técnicos da assistência técnica do INCRA ou ITESP. No momento do levantamento de campo verificou-se que a maior parte das famílias não teve acesso a todas as parcelas do PRONAF que lhe correspondem e, além disso, a liberação da 3ª e última parcela tinha sido acessada pelas famílias em data bastante recente, entre 2010 e 2011⁶⁹.

Como consequência, no momento da realização dos levantamentos de campo a maior parte das famílias estava com seus projetos de produção agrícola em processo de implantação e, portanto inacabados, ou então tinham acabado de implantá-los, mas não haviam obtido tempo ainda para receber o retorno dos seus investimentos. Além disso, a Comuna Irmã Alberta que ainda é um acampamento e por isso suas famílias não podem receber créditos, fato que reduz drasticamente a capacidade de realizar investimentos na produção agrícola das famílias.

Mais do que o acesso ao PRONAF, alguns problemas na infraestrutura existente nas Comunas também influenciam o potencial produtivo das famílias. A falta de poços artesianos ou de canalização da água dos poços para os lotes tem impedido e/ou restringido a realização de alguns cultivos agropecuários pelas famílias. Verificou-se também que incêndios em propriedades vizinhas às Comunas destruíram partes significativas ou até mesmo toda a produção agrícola de algumas famílias na Comuna Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, fato que as obrigou buscarem trabalhos informais para garantir a sobrevivência de seu núcleo familiar.

Diante desses fatores acredita-se que o vínculo com o trabalho e com a produção agrícola apontado como uma diretriz da proposta da Comuna da Terra tenha se tornado uma forma de estratégia de sobrevivência para as famílias ao inserem no mercado para a venda da sua produção e, simultaneamente, não se tornando tão dependentes desse mesmo mercado ao consumirem a própria produção. Neste contexto, o trabalho agrícola acaba ganhando uma importância maior do que os trabalhos informais em ocupações urbanas para muitas famílias, mesmo que tenham origem ou identidade urbana. Para a maior parte das famílias as ocupações urbanas só são buscadas quando não há alternativas para garantir o sustento do núcleo familiar por meio do trabalho no lote. Apesar do vínculo das famílias com o trabalho e com a produção ter sido estabelecido, as famílias ainda têm um longo percurso para caminhar em busca de garantir o sustento do núcleo familiar por meio da produção agrícola mesmo nos períodos de entressafra.

⁶⁹ Na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino apenas 1/3 das famílias recebeu as 3 parcelas do PRONAF, enquanto na Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga as famílias ainda estão recebendo a 2ª parcela do financiamento (39% das famílias recebeu a 2ª parcela que começou a ser liberada pelo INCRA em 2011). Como a Comuna Irmã Alberta é um acampamento, nenhuma família pôde acessar o crédito.

2ª Diretriz - Possibilidade de agregação de renda com atividades não agrícolas

Em conjunto com o trabalho agrícola, propõe-se o desenvolvimento de agroindústrias e/ou atividades artesanais para o beneficiamento da produção, de modo a agregar valor à venda e melhorar a rentabilidade da produção agrícola das Comunas..

Por meio do levantamento de campo observou-se que as atividades de beneficiamento e artesanato são destinadas predominantemente para o consumo próprio (realizado por 55,3% das famílias) em detrimento da venda dessa produção beneficiada (realizada apenas por 26,6% das famílias). Além disso, o tanto o beneficiamento quanto a produção do artesanato acabam adotando técnicas bastante simples realizadas de forma “caseira”, com pouca ou nenhuma padronização/ industrialização. Essas atividades acabam não tendo peso para a geração de renda ao longo do ano, especialmente por serem feitas de modo esporádico pelas famílias, incentivada por feiras ocasionais de produtos da reforma agrária⁷⁰.

Analisando-se essa situação, verificou-se que a principal causa das famílias realizarem poucos beneficiamentos está ligada ao fato de a produção agrícola realizada nos lotes ainda apresentar baixa produtividade para a maior parte das famílias. A participação da produção agrícola tanto para autoconsumo quanto para venda da produção é ainda insuficiente para garantir a obtenção dos meios necessários à vida ao longo de um ano para a maior parte das famílias como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 18 - Porcentagem dos recursos necessários para a reprodução do núcleo familiar ao longo de um ano* que são garantidos pela produção do lote das famílias das Comunas da RMSP

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *Período de referência: julho de 2010 a julho de 2011.

Diante dessa situação, a produção de excedentes que poderiam ser beneficiados e comercializados muitas vezes é baixa e concentrada em períodos de safra em que as famílias também estão ocupadas com as atividades do trabalho agropecuário. O desenvolvimento da agroindustrialização implica na existência tanto da produção excedente quanto de força de trabalho disponível e nas atuais circunstâncias as famílias ainda não terminaram de realizar investimentos com o PRONAF, não tiveram retorno dos investimentos realizados ou estão limitadas para realizar investimentos devido à falta de acesso à água, obtendo assim a alta ocupação da força de trabalho, mas, simultaneamente, uma baixa produtividade que normalmente é destinada predominantemente ao autoconsumo.

⁷⁰ Nestas feiras são vendidos produtos como compotas de frutas, molhos de pimenta além de produtos artesanais feitos da palha de bananeira ou de bambu – cestas, ornamentos para casa e bolsas femininas.

No gráfico anterior as 67 famílias concentradas na faixa de 15 a 55% dos recursos obtidos por meio da produção do lote em geral estão exatamente na situação anteriormente descrita. Já no caso das 09 famílias que obtêm de 5 a 15% dos recursos por meio da produção do lote, verificou-se que frequentemente apresentam dificuldades de adaptação à vida nas Comunas, apresentando, no caso de 04 famílias, vícios que reduzem a produtividade de seus membros. Por outro lado, verificou-se que as 18 famílias nas faixas de 55 a 100% tiveram acesso tanto aos créditos quanto à infraestrutura e já obtiveram o retorno de seus investimentos. Essas famílias são aquelas que mais desenvolvem atividades de beneficiamento.

Além da baixa produtividade, outro fator limitador está na falta de alternativas para realizar a venda da produção. Por mais que as Comunas da Terra estejam próximas aos núcleos urbanos o transporte da produção para muitas famílias que não possuem carro acaba se tornando um grande problema. No caso da Comuna Irmã Alberta, que está bastante próxima dos bairros de Parque Paraíso e Colinas do Anhanguera, muitas famílias conseguem vender sua produção usando bicicletas ou carrinhos de mão, mas essa situação torna-se inviável para as Comunas Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga que ficam há alguns quilômetros de distância dos núcleos urbanos do entorno. Atualmente, a venda da produção é realizada predominantemente para a CONAB que normalmente compra produtos agropecuários *in natura*, fato que desestimula a realização de beneficiamentos por parte das famílias.

De acordo com dirigentes do MST, a agregação de renda por meio de atividades não agrícolas seria realizada com a implantação de pequenas agroindústrias, sendo que cada Comuna deveria receber uma unidade de beneficiamento de um produto específico: Na Comuna Dom Tomás Balduino, está em processo de implantação a Casa do Mel, onde será realizado o beneficiamento de subprodutos da apicultura, e na Comuna Dom Pedro Casaldáliga, está em implantação uma Casa de Farinha para beneficiamento de subprodutos da mandioca. Como a Comuna Irmã Alberta ainda é um acampamento, não houve a implantação de projetos de agroindustrialização até o presente momento. Uma vez que as Comunas estão em locais relativamente próximos entre si, a produção das famílias de uma Comuna poderia ser beneficiada em outra Comuna, fato que garantiria a diversificação da produtividade e a agregação de valor à produção.

Apesar de as edificações da Casa do Mel e da Casa de Farinha já estarem concluídas os maquinários e a infraestrutura necessária para a produção ainda não estarem operantes até a data do levantamento de campo, fato que também poderia justificar o baixo desenvolvimento de atividades de beneficiamento da produção encontrado nas Comunas no período do levantamento.

No entanto, é importante ressaltar o potencial produtivo que as ocupações não agrícolas ligadas ao beneficiamento e agroindustrialização podem obter como alternativa para a geração de emprego e renda. De certo modo, esse potencial produtivo pode ser estimado por meio da experiência do Centro de Formação do MST localizado no município de Jarinu: somente no ano de 2009 as Comunas da Terra da RMSP colheram 40 toneladas de uvas Niágara e Santa Isabel produzidas de forma orgânica. Grande parte dessa produção foi beneficiada no Centro de Formação de Jarinu, transformando-se em vinhos de mesa seco e doce. Tanto a produção quanto

o vinho foram vendidos em dezembro de 2009 em bares de São Paulo e Diadema além do centro comunitário Ay Carmela na Sé⁷¹.

Apesar da possibilidade de ampliação das atividades de agroindustrialização, o baixo desenvolvimento de atividades de beneficiamento verificados na atualidade acaba gerando a baixa rentabilidade da venda da produção agrícola como principal consequência para as famílias. Mesmo sendo orgânica, pelo baixo beneficiamento e pela venda a granel, a produção acaba não tendo oportunidade de competir no mercado com produtos industrializados. Desse modo, mesmo nos casos de famílias que apresentam grande produtividade, verifica-se a dificuldade de manutenção do núcleo familiar apenas por meio da produção agrícola, fato que obriga, em alguns casos, alguns membros do núcleo familiar a buscarem ocupações urbanas.

O desenvolvimento da combinação de atividades agrícolas com ocupações informais urbanas pode se dar em diferentes escalas, tornando-se uma estratégia de sobrevivência para o agricultor ou para o seu núcleo familiar. Essa estratégia pode ocorrer tanto como uma consequência do desenvolvimento do núcleo familiar ao envolver atividades de beneficiamento e comercialização da produção quanto como consequência da pauperização de um núcleo familiar devido à baixa rentabilidade da produção agrícola. Nesse último caso, frequentemente a inviabilização do reinvestimento para a produção devido à baixa rentabilidade de um ciclo agrícola faz com que gradualmente o produtor rural acabe com suas poupanças e investimentos, realizando a gradual depreciação de sua unidade produtiva com a venda de animais, a redução das áreas de cultivo ou mesmo o corte de florestas para venda da madeira para citar alguns exemplos. Como forma de desacelerar esse ciclo de depreciação, o agricultor, em alguns casos, passa a adotar estratégias de dupla ocupação realizadas algumas vezes em tempo parcial. Nos casos de núcleos familiares algumas vezes alguns membros passam a assumir ocupações informais urbanas como modo de garantir a manutenção da renda familiar ao longo de todo o ano, mesmo que isso signifique a redução da força de trabalho para as ocupações agrícolas nos períodos de safra.

Nas Comunas da Terra, atualmente, as ocupações informais urbanas têm refletido mais frequentemente o estado de precarização de núcleos familiares do que seu desenvolvimento. Essa situação ocorre como um reflexo das famílias por ainda não terem obtido o retorno financeiro dos investimentos iniciais realizados além de problemas ligados à falta de acesso à água para a produção ou aos incêndios que atingiram os investimentos realizados por elas.

Diante da impossibilidade de manter a renda necessária a manutenção do núcleo familiar nos períodos de entressafra cada família adota estratégias diferentes. Solteiros podem arrumar ocupações urbanas temporárias no período de entressafra ou ocupações permanentes de meio período de modo a conciliar o trabalho urbano e rural. Famílias com mais membros acabam adotando a estratégia de membros específicos se ocuparem da produção agrícola enquanto outros buscam ocupações urbanas. Normalmente, o homem exerce atividades ligadas à construção civil enquanto a mulher cuida do lote, da produção agrícola e dos filhos. As estratégias, no entanto, podem variar conforme as características dos membros do núcleo familiar – caso mulheres ou filhos possuam maior grau de escolaridade, sejam mais jovens, apresentem melhor estado de saúde ou possuam vínculos preestabelecidos com o mercado de trabalho, eles acabam assumindo

⁷¹ Conforme reportagem do site do MST: <http://www.mst.org.br/node/8832> em 18/11/2013.

a tarefa da complementação de renda por meio de formas de trabalho informal nas cidades devido ao seu maior potencial de empregabilidade.

Essa situação é ainda mais significativa no caso de filhos jovens de assentados e acampados com idade entre 15 a 18 anos; para ajudar com as despesas do núcleo familiar, eles acabam buscando ocupações urbanas em trabalhos precários nas cidades. Como consequência, esses jovens frequentemente acabam não desenvolvendo o vínculo com a produção rural o que posteriormente com o crescimento da produtividade do lote pode limitar o potencial de beneficiamento da produção pela redução da força de trabalho disponível. Por outro lado, a busca pelo trabalho urbano acaba desestimulando os jovens a continuarem seus estudos, fato que impede que consigam posteriormente outras ocupações em trabalhos menos precários devido à baixa escolaridade.

Como conclusão, apesar da existência de iniciativas pontuais de beneficiamento por parte das famílias ou de pequenos grupos, a participação da venda de produtos beneficiados ou agroindustrializados na renda das famílias é bastante baixa, fato que interfere na reprodução do núcleo familiar de modo que membros sejam obrigados a buscar ocupações urbanas para manutenção da renda em períodos de entressafra. As famílias das Comunas ainda precisam trilhar um longo caminho para deixarem de buscar trabalhos informais em ocupações urbanas e começarem a investir no beneficiamento de sua produção. Somente agregando valor à produção agrícola as famílias poderão se inserir no mercado de forma competitiva e, desse modo, garantir o sustento do núcleo familiar mesmo em períodos de entressafra.

3ª Diretriz - Propriedade social da terra

Na proposta das Comunas, as famílias recebem do Estado um título de concessão de direito real de uso – e não o título de propriedade da terra, como acontece em assentamentos de reforma agrária comuns após o processo de emancipação do assentamento. Com isso, são garantidos o usufruto permanente pela família e a possibilidade de herança da terra para os filhos, mas é restringida a venda do lote. Deste modo, impede-se a especulação imobiliária, uma vez que a terra sempre será de propriedade do Estado, garantindo assim o cumprimento da função social da propriedade.

Antes de se realizar a análise dessa diretriz é importante esclarecer que de acordo com a Constituição Federal de 1988 os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária podem receber títulos de domínio (equivalentes a títulos de propriedade da terra) ou de concessão de uso, sendo inegociáveis pelo prazo de dez anos⁷². Enquanto o título de domínio é o instrumento utilizado pelo INCRA para transferir a propriedade da parcela de terra aos beneficiários da Reforma Agrária, tendo que arcar com o ônus de sua compra, no caso do título de concessão de uso a terra permanece sob a propriedade do Estado apesar da posse ser concedida ao beneficiário da reforma agrária. Assim, o título de concessão de uso não permite ao beneficiário vender, alienar, hipotecar ou qualquer outra forma de transferência da terra para terceiros.

⁷² De acordo com a Constituição Federal de 1988, Artigo 189.

De fato, verificou-se no levantamento dos processos de criação dos assentamentos que o título de concessão do direito real de uso tem sido adotado pelo ITESP e pelo INCRA para a concessão do uso da terra para as famílias das Comunas Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga. A Concessão do direito real de uso não foi adotada no caso da Comuna Irmã Alberta porque ela ainda não foi oficializada como um assentamento pelo INCRA.

Além das questões ligadas à garantia do usufruto permanente da família, da possibilidade de herança e da restrição da venda do lote serem cumpridas, verificam-se outras implicações relativas ao título de concessão do direito real de uso. Em processos de criação de assentamentos comuns, os títulos de domínio somente são concedidos mediante a compra da terra pelo beneficiário da reforma agrária, sendo o pagamento realizado em até 20 parcelas anuais. Esse processo é chamado de Emancipação do Assentamento e a partir de sua implantação as famílias não teriam mais acesso aos programas de reforma agrária, passando a ser inseridos em programas voltados para a agricultura familiar. O principal problema enfrentado por muitos beneficiários desses assentamentos é que nem sempre conseguiram atingir um nível de desenvolvimento da produção agrícola capaz de garantir o sustento do núcleo familiar e simultaneamente pagar pela terra. Além disso, os programas sociais voltados para a reforma agrária oferecem condições de empréstimo bem mais acessíveis às famílias do que aqueles voltados para a agricultura familiar e a transição de uma linha de crédito para a outra poderia inviabilizar a inserção de famílias que se encontrem em estado precário. Cabe lembrar que, apesar de as famílias beneficiárias da reforma agrária receberem acesso a terra, créditos e infraestrutura, nem sempre a implantação da última acontece de forma satisfatória para todas as famílias de um assentamento, o que pode até mesmo inviabilizar o desenvolvimento de atividades produtivas no local.

Com o título da concessão do direito real de uso, esse problema deixa de existir: a terra permanece em poder do Estado e as famílias não têm que arcar com o pagamento pela terra além de poderem permanecer inseridas em programas sociais voltados para a reforma agrária, fatos que se constituem como grandes conquistas para a luta pela permanência das famílias na terra conquistada.

Além disso, a proibição da venda da terra também contribui para o fortalecimento da organização interna das Comunas: em assentamentos criados em locais próximos a centros urbanos ou em localizações rurais valorizadas, especialmente para usos de lazer, podem-se encontrar casos de famílias que não conseguiam se adaptar ao programa de reforma agrária e acabaram vendendo seus lotes de produção para interessados que não apresentavam o perfil de um beneficiário da reforma agrária.

A venda de lotes dentro de assentamentos para pessoas interessadas em realizar uma utilização da terra em dissonância aos objetivos da reforma agrária, acaba criando conflitos com as demais famílias assentadas, desarticulando projetos coletivos, desviando investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado de sua finalidade e até mesmo gerando impactos ambientais (uso de agrotóxicos ou criação de processos erosivos pelo manejo indevido da terra, por exemplo), que podem afetar drasticamente o desenvolvimento de um assentamento. Com o título da concessão do direito real de uso e a consequente proibição da venda do lote é possível garantir que apenas famílias com o perfil de beneficiários da reforma agrária tenham acesso a terra nas Comunas.

Apesar do título de concessão do direito real de uso trazer algumas vantagens evidentes, por outro lado, a aplicação desse instrumento também traz novas questões a serem tratadas pelos movimentos sociais e pelo Estado. Uma vez que a terra permanece sob a propriedade do Estado, ele torna-se responsável pela fiscalização do uso e ocupação dos lotes a fim de que sejam adequados aos fins da reforma agrária. Essa fiscalização nos assentamentos cujos beneficiários receberam o título de concessão de uso ocorre de modo formal por meio do Programa de Moralização da Reforma Agrária, cujo objetivo é retomar para o Estado os lotes que estiverem em situação cadastral irregular por meio da fiscalização *in loco*. Desse modo, lotes abandonados pela desistência e/ou falecimento de seu(s) titular(es) ou mesmo em casos que não são usados para fins de reforma agrária seriam passíveis de serem retomados pelo governo e destinados para outras famílias.

Apesar de ser um instrumento voltado para garantir que a reforma agrária cumpra a sua finalidade, tanto os dirigentes do MST quanto as famílias assentadas veem o Programa de Moralização com bastante receio: uma vez que a agricultura é uma atividade que depende primordialmente de condicionantes naturais ligados a fatores climáticos, controle de pragas e predadores naturais, além de sofrer reflexos do entorno como incêndios, contaminação de fontes de água, etc, a produtividade do trabalho agrícola é diretamente afetada por esses fatores não podendo ser totalmente controlada pelas famílias. Consequentemente, as famílias temem ser retiradas de seus lotes em uma avaliação *in loco* caso ela coincida com período de baixa produtividade causada por condicionantes externos. Dirigentes que foram assentados temem que o Programa possa ser usado por governos contrários ao MST, promovendo sua retirada dos assentamentos, especialmente como uma forma de desarticular a organização do assentamento e do próprio Movimento Sem-Terra.

Na Comuna Dom Tomás Balduino foi aplicado o Programa de Moralização da Reforma Agrária e dois lotes foram retomados: um lote cujo beneficiário e único morador havia falecido e outro em que a família havia desistido de morar no local após o falecimento do filho do casal. Não houve casos de lotes retomados pelo governo devido à baixa produtividade agrícola de famílias e/ou de dirigentes do MST.

Outra questão a ser tratada está na pressão da expansão de ocupações informais para dentro de assentamentos de reforma agrária: o título de concessão do direito real de uso impede a venda formal do lote, mas por si só não consegue impedir a expansão de ocupações informais para dentro dos assentamentos. No caso da Comuna Irmã Alberta, há uma ocupação de um Movimento Sem-Teto na vizinhança da Comuna. A ocupação tem respeitado os limites da Comuna Irmã Alberta mais pelo fornecimento de alimentos por parte das famílias da Comuna para as famílias Sem-Teto do que por uma imposição do Estado ou pela sua fiscalização. Ao longo da realização desta pesquisa não foram verificados instrumentos estatais para a prevenção da expansão de ocupações informais para dentro de assentamentos.

Em resumo, o título de concessão do direito real de uso restringe a especulação imobiliária, contribui para a organização interna dos assentamentos e para a destinação correta dos recursos da reforma agrária. Além disso, por meio do título de concessão as famílias não têm que arcar com o ônus do pagamento da terra e podem permanecer inseridas em programas de reforma agrária. No entanto, essa forma de concessão da terra ainda traz questões a serem trabalhadas

ligadas à fiscalização do uso da terra para fins da reforma agrária e à expansão de ocupações informais sobre áreas de assentamentos.

4ª Diretriz - Matriz de produção agroecológica

O conjunto de técnicas utilizadas para a produção agrícola, conhecido como *matriz de produção*, é orientado nas Comunas da Terra para a agroecologia, buscando-se a preservação dos recursos naturais e utilizando-se as características ambientais locais em favor da produção. Neste sentido, recorre-se a um processo de produção orgânico – sem uso de fertilizantes químicos ou agrotóxicos – com o uso racional e planejado dos recursos naturais, além da reciclagem e do reaproveitamento de resíduos no processo produtivo, de modo a minimizar o impacto da produção agrícola e garantir a conservação ambiental. A integração desta matriz de produção com reservas florestais dão aos assentamentos um grande potencial de conservação do meio ambiente, atrelada à geração de emprego e renda pela produção agrícola nas franjas de expansão da malha urbana.

Ao longo do levantamento de campo verificou-se que as famílias têm adotado manejos agroecológicos com a utilização racional da água, do solo e da vegetação existente, além da reciclagem do lixo orgânico, reuso de resíduos produtivos com a produção de adubo verde e esterco, além do tratamento de efluentes líquidos com reuso da água na produção. Além disso, no momento do levantamento de campo, não foram verificadas evidências de uso de insumos químicos e agrotóxicos como vasilhames usados desses produtos, equipamentos de aplicação, animais e insetos mortos ou contaminação evidente da água de córregos e lagoas. Diante dessas evidências acredita-se que de fato o manejo agroecológico e a produção orgânica têm sido adotados pelas famílias das Comunas.

O manejo agroecológico nas Comunas da Terra é especialmente importante devido à proximidade dos núcleos urbanos: essa matriz de produção evita que o cultivo agropecuário se transforme em um fator de contaminação da população do entorno por agrotóxicos, fato que poderia tornar-se um problema de saúde pública.

Mais do que isso, o manejo agroecológico contribui para a conservação do meio ambiente nas cidades. A criação de assentamentos de reforma agrária implica necessariamente na implantação de áreas de Reserva Legal cuja área de preservação ambiental deve ser equivalente a 20% da área total do assentamento, além da recuperação e conservação obrigatórias de Áreas de Preservação Permanente – APPs, (áreas de nascentes, margens de cursos d'água, áreas alagadiças, pântanos, mangues, etc.) que nem sempre são respeitadas dentro da malha urbana. Essas áreas de preservação em conjunto com um manejo que apresenta baixo impacto ambiental acabam propiciando a conservação de remanescentes de fauna e flora em uma escala significativa dentro ou no entorno da malha urbana.

Como consequência, a preservação ambiental proporcionada pelas Comunas pode possibilitar a redução de impactos ambientais causados pelo adensamento da malha urbana. A absorção da água das chuvas devido à existência de grandes áreas permeáveis pode contribuir para a redução do impacto de enchentes; a vegetação preservada e os próprios cultivos agrícolas contribuem para a fixação do carbono e para a consequente melhoria da qualidade do ar. Além disso, a vegetação preservada em topos de morro contribui para a recarga de lençóis freáticos de

modo a conservar a quantidade de água disponível na rede hidrográfica local enquanto a preservação da mata ciliar garante a qualidade da água da rede hidrográfica local, ao filtrar ou bloquear resíduos carregados pelas chuvas.

Além das vantagens ambientais para a população do entorno imediato e para os próprios núcleos urbanos, o manejo agroecológico propicia a produção de alimentos de qualidade, livres de agrotóxicos.

Apesar da possibilidade de obtenção de alta rentabilidade pela venda de produtos orgânicos, esse potencial não tem sido devidamente explorado pelas famílias das Comunas. Apesar de as famílias produzirem alimentos orgânicos, eles não necessariamente podem ser vendidos como tal: para que possam ser comercializados de forma regulamentada, devem passar por uma certificação de que são produzidos de forma orgânica. Para obter a certificação os cultivos devem ser acompanhados por longos períodos - que normalmente envolvem vários ciclos produtivos - e fiscalizados por técnicos especializados quanto aos tipos de insumos, fertilizantes e substâncias de controle de pragas, sendo que todos esses devem ter origem orgânica. Além disso, a certificação pode ser um processo caro e, portanto, inacessível para a maior parte das famílias. Consequentemente, mesmo sendo produzida de forma orgânica, a produção agrícola das famílias das Comunas frequentemente não consegue obter a rentabilidade da venda de um produto orgânico uma vez que a produção agrícola das famílias das Comunas não é certificada.

Além disso, o acesso limitado aos mercados consumidores que valorizam a produção de alimentos orgânicos faz com que frequentemente as famílias sejam obrigadas a vender a produção pelo preço de alimentos produzidos em larga escala com o uso de insumos químicos e agrotóxicos. Assim, além da certificação, para que as famílias obtenham rentabilidade, é necessário buscar meios de levar a produção aos mercados consumidores que estão dispostos a pagar pela qualidade de produtos orgânicos.

5ª Diretriz - Cooperação e solidariedade

Busca-se estimular a produção agrícola em cooperação e/ou a solidariedade entre as famílias. A organização do trabalho em cooperação é capaz de otimizar a produtividade agrícola e a utilização de créditos⁷³ e de fortalecer grupos de famílias para enfrentar desafios de mercado, tornando-se uma estratégia de criação de uma economia solidária, na qual mais famílias teriam chance de desenvolver atividades produtivas.

De modo geral, verificou-se por meio do levantamento de campo que a cooperação entre as famílias das Comunas ocorre de forma pontual, sendo estabelecida predominantemente em pequenos grupos de 3 a 5 famílias. Normalmente, esses grupos são formados por relações de

⁷³ Se por um lado o recurso recebido por cada família é baixo para a compra de equipamentos de maior porte, para preparo da terra, colheita e/ou beneficiamento, por outro lado a organização das famílias em grupos possibilitaria a utilização de parte do crédito para a compra de equipamentos mais caros. Nesses casos, esses equipamentos poderiam ser usados por todas as famílias em sistema de revezamento.

amizade, confiança e até mesmo de parentesco, e as relações de solidariedade estabelecidas dentro deles frequentemente não se estendem para as demais famílias das Comunas.

Uma vez que as agroindústrias previstas para as Comunas (Casa do Mel na Comuna Dom Tomás Balduino e Casa de Farinha na Comuna Dom Pedro Casaldáliga) ainda não estão operativas, iniciativas de cooperação envolvendo um número maior de famílias acabam sendo desestimuladas pela falta de infraestrutura. Além disso, diferentes situações são encontradas em cada Comuna:

- Na **Comuna Dom Tomás Balduino** o principal problema encontrado foi a desconfiança existente entre as famílias e das famílias em relação aos dirigentes do MST e técnicos do ITESP. Brigas entre famílias e a falta de acessibilização de informações referentes a créditos e ao pagamento da venda da produção para a CONAB criaram um clima de desconfiança entre as famílias que impede o estabelecimento de relações de solidariedade e da cooperação em grandes grupos, mantendo-se essas iniciativas restritas aos pequenos grupos de amigos e parentes. Como consequência, apesar de a Comuna ser o assentamento mais antigo entre os três estudados, onde também há as famílias que mais tiveram acesso às parcelas do PRONAF, frequentemente observou-se baixa produtividade e baixa rentabilidade da venda da produção quando comparada com a Comuna Dom Pedro Casaldáliga, cujas famílias começaram a acessar a 2ª parcela do PRONAF no momento do levantamento de campo.
- Na **Comuna da Terra Irmã Alberta**, por sua vez, não se encontrou problemas de desconfiança tão fortes quanto no caso da Comuna Dom Tomás Balduino. Nesta Comuna há o estabelecimento de relações de solidariedade e de cooperação entre grupos pequenos de 3 a 5 famílias e também entre grupos maiores, com mais de 5 famílias que não necessariamente moram próximas umas das outras. Elas trabalhavam em mutirões para o plantio de hortas em mandalas e para a construção de uma farmácia comunitária. Iniciativas de cooperação coletiva são limitadas, no entanto, pela falta de acesso a créditos: uma vez que os investimentos do lote são realizados apenas por meio dos recursos próprios de cada núcleo familiar acabam sendo bastante limitados, o que resulta na baixa produtividade verificada em relação às demais Comunas. Como as famílias acabam produzindo predominantemente para o autoconsumo, a venda e o beneficiamento da produção acabam sendo deixadas de lado. Diante disso, a solidariedade e a cooperação ocorrem pela troca de dias ou pela troca de alimentos, mas pela falta de recursos não há o desenvolvimento de atividades de beneficiamento ou venda coletivas pela falta de produção excedente.
- No caso da **Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga**, a pressão de entidades ambientalistas contra a criação da Comuna acabou contribuindo para a mobilização das famílias, apesar de muitas apresentarem certo grau de desconfiança em relação a dirigentes do MST (assim como no caso da Comuna Dom Tomás Balduino, também gerada por problemas de informação relativos a acesso aos créditos e ao

pagamento da venda da produção pela CONAB). Além de atividades de cooperação em pequenos grupos ligados especialmente à troca de dias, as famílias se organizam para vender a produção juntas, dividindo custos de transporte de um morador da Comuna que possui uma caminhonete entre todos os que participam da venda. Além disso, a maior parte das famílias dessa Comuna se uniu para a formação de uma cooperativa agrícola que pretende realizar atividades de beneficiamento e organizar o transporte e a venda da produção das famílias. No momento do levantamento de campo a cooperativa estava em fase de criação de sua pessoa jurídica.

Analisando-se as situações das Comunas da RMSP podem-se apontar algumas questões pertinentes à cooperação e a solidariedade entre as famílias das Comunas:

A confiança é um fator determinante: O estabelecimento da solidariedade e da cooperação envolve uma relação de reciprocidade entre as famílias, ou seja, uma troca de ajudas e favores que devem criar um ciclo benéfico de apoio mútuo para todos os que participam dessa troca. Se um membro deixa de retribuir ao apoio recebido, há uma quebra da relação de confiança que impede a continuidade desse ciclo. O estabelecimento de grupos pequenos ligados por relação de amizade e parentesco – a parentela apontada por Maria Isaura Pereira de Queiróz – acaba sendo mais fácil tanto pelo fato das relações preestabelecidas coibirem o rompimento da confiança, quanto pela visibilidade que o rompimento da confiança tem em um grupo pequeno, o que não necessariamente ocorre em grupos grandes. O maior problema das Comunas, e que muitas vezes ocorre em assentamentos comuns, é que no processo de criação do assentamento, algumas vezes, essa relação de confiança entre as famílias é rompida. Brigas entre famílias, o rompimento da reciprocidade pela ausência ou “corpo mole” de alguns membros em mutirões, falhas na divulgação de informações importantes, especialmente ligadas a questões financeiras acabam se tornando grandes problemas que acabam com a confiança e impedem que novas relações de reciprocidade fundadas na solidariedade e na cooperação sejam novamente estabelecidas.

As situações adversas contribuem para a mobilização e para o estabelecimento de um sentimento de comunidade. Além da união se tornar uma necessidade ou até mesmo uma questão de sobrevivência, uma vez que todas as famílias têm que enfrentar um problema comum torna-se mais fácil o estabelecimento de uma identificação entre os membros do grupo e, consequentemente, a formação de uma comunidade. Uma situação adversa que realmente possa afetar o bem estar das famílias acaba reforçando a tendência das mesmas de retribuir favores e ajudas dentro de um agrupamento devido à necessidade do grupo se manter unido em prol de um objetivo comum. Nestes contextos, torna-se mais fácil para cada indivíduo a visualização de que sozinho ou apenas com a ajuda de seu núcleo familiar não é possível garantir o próprio bem estar. Consequentemente, problemas gerados pela quebra da confiança acabam sendo reduzidos.

No entanto, há limites para a mobilização das famílias em situações adversas. Esses limites podem ser verificados com relativa frequência no período do acampamento de muitos assentamentos (tanto em Comunas da Terra quanto em assentamentos comuns). No período inicial ocorre a organização das famílias acampadas na qual são distribuídas tarefas voltadas para a garantia da subsistência e da segurança de todo o grupo. Dado que essa organização é um fato novo para a maior parte das famílias, muitas delas acabam tendo dificuldades de se inserir ou de

obedecer às regras, fato que acaba dando origem a conflitos e, conseqüentemente, a perda da confiança entre os membros do grupo. A obtenção de alternativas de sobrevivência advindas de fontes externas à organização do grupo como acesso a bolsas governamentais ou a cestas básicas acabam contribuindo para o afastamento das famílias em conflito. Acompanhando-se casos de acampamento com muitos conflitos entre famílias frequentemente após a criação do assentamento, com o recebimento do lote individual de produção e do acesso aos créditos, verifica-se o total isolamento das famílias e a conseqüente inviabilidade do desenvolvimento da cooperação em grandes grupos.

A agregação de valor à produção conciliada à venda em mercados que valorizem os produtos pode melhorar as condições de vida das famílias. Não restam dúvidas de que a subsistência pode ser garantida pelo trabalho no lote exercido apenas pelo núcleo familiar. No entanto, torna-se necessário realizar a agregação de valor à produção, conciliada à venda em mercados que valorizem os produtos.

Neste ponto, a produção orgânica e o beneficiamento da produção tornam-se importantes estratégias para a agregação de valor, mas é por meio da cooperação que a força de trabalho das famílias deixa de atingir um potencial produtivo limitado e um território de comercialização restrito aos seus meios de transporte para se desenvolverem em uma nova escala. Essa nova escala pode ser construída por meio de uma economia solidária, por meio da organização de uma cooperativa de agroindustrialização que, ao contrário de uma empresa comum que visa apenas o lucro, busque o desenvolvimento das famílias associadas como uma de suas principais metas.

6ª Diretriz - Lotes reduzidos⁷⁴ em relação a assentamentos comuns

A proximidade entre a Comuna da Terra e o mercado consumidor, atrelada a uma produção orgânica, ao beneficiamento da produção e ao trabalho em cooperação, possibilitaria maior agregação de valor aos produtos e maior rentabilidade. Diante desse conjunto de fatores, se tornaria viável assentar famílias em lotes reduzidos, possibilitando a diminuição dos custos com o pagamento de desapropriações, o que permitiria o assentamento de um número maior de famílias e a criação de Comunas em áreas de expansão urbana onde os lotes costumam ter menores dimensões.

De fato, verificou-se por meio do levantamento de campo que as famílias estão assentadas e acampadas em lotes com dimensões reduzidas em comparação a assentamentos de reforma agrária comum. Na Comuna Dom Tomás Balduino os lotes variam entre 0,8 e 1,2 Ha, na Comuna Irmã Alberta eles têm aproximadamente 0,5 Ha e no caso da Comuna Dom Pedro Casaldáliga, devido à restrição do ministério público em defesa da Serra do Japi na qual as famílias só podem ocupar uma área de 20 Ha, cada família tem acesso a 0,5 Ha apesar de, a princípio, o assentamento apresentar mais áreas agricultáveis.

⁷⁴ Nas Comunas da Terra os lotes individuais variam entre 0,5 a 1,2 Ha enquanto em assentamentos comuns os lotes são em média de 16 Ha, variando para mais ou para menos conforme as características locais.

Particularmente nas Comunas Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga verificaram-se casos de famílias que já ocuparam toda a extensão do lote com a produção agrícola e mesmo assim apresentam dificuldade em manter o núcleo familiar por meio da produção agrícola ao longo de todo o ano, porque, segundo as famílias “falta terra para plantar”. A pequena extensão do lote de produção implica na necessidade da realização de um cultivo intensivo com grande investimento na recuperação do solo e com a escolha de produtos que possuam alta rentabilidade. Além disso, torna-se igualmente necessário ter acesso aos mercados consumidores dispostos a pagar por produtos com diferenciais de qualidade sejam eles beneficiados e/ou orgânicos.

Apesar de ter sido verificado em campo que o manejo do solo adotado pela maior parte das famílias é adequado à produção intensiva e orgânica, grande parte das culturas adotadas está voltada para a subsistência. Além disso, a falta de acesso a mercados consumidores para a maior parte das famílias também tem se tornado um problema. Neste contexto, apesar do lote de produção de tamanho reduzido possibilitar a inserção da Comuna em áreas próximas a centros urbanos e, conseqüentemente, a mercados consumidores, inevitavelmente as famílias acabam sendo obrigadas a buscar a rentabilidade da venda da produção com a agregação de valor (produção orgânica e/ou beneficiada) e com a venda em mercados específicos. A não inserção das famílias nesse padrão produtivo, caso da maior parte das famílias das Comunas no presente momento, implica na necessidade de membros do núcleo familiar buscar ocupações externas em trabalhos informais mesmo que, em algumas vezes, o lote esteja totalmente ocupado por atividades agrícolas.

7ª Diretriz - Desenvolvimento sociocultural

As Comunas da Terra buscariam proporcionar o desenvolvimento sociocultural das famílias, seja pela implantação de infraestrutura básica (luz elétrica, água potável, postos de saúde, escolas etc.), seja pela criação de um ambiente de comunidade que estimule a aprendizagem permanente, desenvolvendo a sociabilidade e a solidariedade entre as famílias e possibilitando o acesso ao trabalho e à cidadania.

Como a Comuna da Terra Irmã Alberta ainda é um acampamento não foi possível realizar a implantação da infraestrutura básica. Conseqüentemente, verificou-se a existência de trechos de estrada em estado de conservação bastante precário. Além disso, o acesso à rede elétrica é feito por conexões clandestinas e muitas famílias têm acesso restrito à água. Nos casos das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga nos quais houve a criação de projetos de assentamento verificou-se que as famílias têm acesso à rede elétrica ou teriam acesso dentro de pouco tempo (a rede elétrica estava em fase final de implantação na Comuna Dom Pedro Casaldáliga no momento do levantamento de campo). No entanto, verificou-se nas duas Comunas que vários trechos de estradas estavam em estado precário de conservação, fato que dificulta o acesso das famílias (especialmente no caso do transporte escolar) e transporte e da produção especialmente em períodos de chuva. Além da precariedade de trechos das estradas, verificou-se que muitos lotes apresentavam acesso restrito à água, fato que limita e até mesmo impede o desenvolvimento de atividades produtivas.

Em relação à inserção das famílias em programas sociais, verificou-se que no momento atual de fato elas encontram acesso à educação e a saúde pública em municípios do entorno das

Comunas. Além da educação infantil, 8 adultos estão frequentando o curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA em núcleos urbanos vizinhos no período da noite. Ao mesmo tempo, as famílias contam com o apoio de cursos de capacitação voltados para o manejo e beneficiamento da produção agrícola, organizados normalmente por ONGs. Em relação ao acesso ao ensino superior, 09 adultos frequentam aulas em cursos superiores vinculados ao Movimento Sem-Terra enquanto 05 pessoas já haviam concluído seus cursos.

Analisando-se a situação encontrada nas Comunas, pode-se avaliar que existem deficiências na implantação da infraestrutura e que essas deficiências podem restringir ou mesmo inviabilizar a produção agrícola para muitas famílias, mas existe também a inserção das famílias em programas sociais e o estímulo a uma aprendizagem permanente como é apontado pela diretriz acima. No entanto, criação de um ambiente de comunidade e o desenvolvimento da sociabilidade e da solidariedade entre as famílias extrapolam o acesso à infraestrutura e a programas sociais e nem sempre estão presentes nas Comunas da Terra da RMSP. Atualmente, a maior parte das famílias está voltada para o trabalho dentro do próprio lote sendo verificada a predominância de apenas pequenos grupos de ajuda mútua quando existentes.

Problemas já discutidos anteriormente ligados à falta de confiança entre as famílias atrapalham desenvolvimento de um ambiente de comunidade. Atualmente, o maior potencial de estabelecimento desse ambiente é dado pela cooperativa a ser implantada na Comuna Dom Pedro Casaldáliga, mas ainda falta um longo caminho para que a mesma esteja operativa.

De modo geral, verificou-se que algumas diretrizes foram implantadas como é o caso de (4) matriz de produção agroecológica e (6) lotes reduzidos em relação a assentamentos de reforma agrária comuns. Outras diretrizes, no entanto, foram parcialmente implantadas como é o caso de (1) vínculo com o trabalho e com a produção, (3) propriedade social da terra, (5) cooperação e solidariedade e (7) desenvolvimento sociocultural, e verificou-se também que uma diretriz não foi implantada, que é o caso da (2) possibilidade de agregação de renda com atividades não agrícolas. A síntese dessas informações pode ser vista na tabela resumo a seguir:

Tabela 11: Resumo da análise das diretrizes da proposta das Comunas da Terra conforme sua condição de implantação, avanços alcançados, problemas enfrentados e desafios para o futuro

Diretriz	Foi implantada?	Avanços	Problemas	Desafios p/ o futuro
1. Vínculo com o trabalho e com a produção	Sim. 99% das famílias apresentam cultivos voltados para o autoconsumo e 89% possuem cultivos destinados à venda.	Produção agrícola possui papel significativo para a obtenção dos meios de vida das famílias, especialmente para subsistência.	A maior parte das famílias não é capaz de garantir o seu sustento ao longo de todo o ano. Para manter sustento famílias buscam trabalhos informais	Aumentar produtividade e rentabilidade da produção (beneficiamento e produção orgânica). Venda da produção para mercados que valorizam produtos com diferenciais de qualidade.
2. Possibilidade de agregação de renda com atividades não agrícolas	Não. Casa do Mel e Casa de Farinha ainda não foram implantadas. Iniciativas pontuais de artesanato e beneficiamento com caráter caseiro. (Exceção – produção do vinho em Jarinu).	Há potencial para desenvolvimento de atividades de agregação de renda: as famílias ainda receberão parcelas do PRONAF e as edificações da Casa do Mel e da Casa de Farinha já foram construídas.	Baixa produção de excedente e baixa disponibilidade de força de trabalho (ocupada com primeiros investimentos), Baixo retorno dos investimentos pelo curto tempo em que foram realizados, Falta de alternativas para a venda da produção. Pluriatividade como reflexo da pauperização – busca de trabalhos informais em cidades.	Aumentar produtividade e rentabilidade da produção (beneficiamento e produção orgânica). Venda da produção para mercados que valorizam produtos com diferenciais de qualidade.
3. Propriedade social da terra	Parcialmente. Nas Comunas Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga há o título de concessão de uso real da Terra. Uma vez que a Comuna Irmã Alberta é um acampamento essa concessão não pode ser aplicada.	Restrição da especulação imobiliária, Garante destinação correta dos recursos da reforma agrária, Famílias não têm que arcar com o ônus do pagamento da terra, Famílias permanecem inseridas em programas de reforma agrária.	Fiscalização do uso da terra pelo Estado em processos de moralização da reforma agrária é vista como ameaça a permanência das famílias e de dirigentes.	Buscar instrumentos de defesa de dirigentes do MST e de famílias que apresentem baixa produtividade devido a fatores externos.
4. Matriz de produção agroecológica	Sim. As famílias têm adotado manejos agroecológicos com a utilização racional dos recursos naturais e sem uso de agrotóxicos, insumos e fertilizantes químicos.	Conservação do meio ambiente/ Redução do impacto ambiental urbano. Produção de alimentos de qualidade, orgânicos.	Atualmente por não possuírem certificação, produtos orgânicos são vendidos como produtos comuns.	Buscar a certificação da produção orgânica. Vender a produção para mercados que valorizam produtos com diferenciais de qualidade.

Diretriz	Foi implantada?	Avanços	Problemas	Desafios p/ o futuro
5. Cooperação e solidariedade	Parcialmente. Iniciativas de cooperação e solidariedade existem, mas são predominantemente pontuais, ocorrendo entre pequenos grupos.	Potencial de formação de grupos maiores nas Comunas Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga. Criação de uma cooperativa na Comuna Dom Pedro Casaldáliga.	Problemas de desconfiança entre as famílias da Comuna Dom Tomás Balduino e em relação a técnicos do ITESP e dirigentes do MST inviabilizam a organização de cooperação em grandes grupos.	Driblar a questão da falta de confiança e estabelecer relações de cooperação especialmente com a implantação da Casa do Mel na Comuna Dom Tomás Balduino. Implantar a infraestrutura necessária para desenvolver a cooperação nas Comunas Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga (nesse caso a Casa de farinha).
6. Lotes reduzidos em relação a assentamentos de reforma agrária comuns	Sim. Lotes variam de 0,5 a 1,2 Ha nas comunas da RMSP.	Lotes pequenos possibilitam proximidade a mercados consumidores.	Há muitas famílias que já plantaram em toda a extensão do lote e ainda não conseguem manter as despesas de seu núcleo familiar ao longo de todo o ano.	Aumentar produtividade e rentabilidade da produção (beneficiamento e produção orgânica). Venda da produção para mercados que valorizam produtos com diferenciais de qualidade.
7. Desenvolvimento sociocultural	Parcialmente.	Famílias têm acesso a serviços sociais e a possibilidade de capacitação e aprendizagem contínuos.	Há problemas ligados à implantação da infraestrutura, especialmente em relação a estradas e ao acesso à água. A criação de um ambiente de comunidade não é uma realidade dentro das Comunas da Terra.	Execução de melhorias nas estradas/ Acesso à água para todas as famílias. Buscar alternativas para falta de confiança e para o desenvolvimento da cooperação mesmo que em pequenos grupos podem contribuir para o desenvolvimento de um ambiente de comunidade.

Fonte: elaboração própria.

Após a implantação das Comunas, muitas dessas diretrizes deram origem a desafios para o futuro, ou seja, novas questões a serem trabalhadas tanto pelas famílias, em busca de garantir melhores condições de vida, quanto para os dirigentes do MST de modo a resolver as contradições encontradas e viabilizar o desenvolvimento das Comunas da Terra.

Em suma, a maior parte desses desafios concentra-se no setor produtivo, ligados à necessidade de aumentar produtividade e rentabilidade da produção por meio da certificação da produção orgânica, do beneficiamento e da comercialização da produção em mercados que valorizam produtos com diferenciais de qualidade. Além disso, verificaram-se questões ligadas à falta de infraestrutura como a necessidade de execução de melhorias nas estradas, no acesso à água para

produção, e da implantação da infraestrutura necessária para a agroindustrialização (Casa do Mel e Casa da Farinha), além da necessidade de buscar alternativas para falta de confiança e para o desenvolvimento da cooperação em grupos ampliados.

* * *

Nesta seção realizou-se a caracterização das Comunas da Terra da RMSP em si mesmas, realizada a partir do exame da implantação da proposta das Comunas da Terra. Na seção seguinte é realizada a caracterização de qual é a relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território nos quais elas se inserem, buscando apontar quem ganha e quem perde com a implantação das Comunas da Terra na RMSP.

3.3. Relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território

Ao longo da existência das Comunas, as famílias enfrentaram conflitos pelo acesso à terra, pelo acesso ao trabalho e pela inserção em políticas públicas que recaiam sobre diferentes aspectos da sua relação com a sociedade e o território. Busca-se realizar nesta terceira seção a caracterização das Comunas por meio da sua relação com os proprietários das terras ocupadas, com a prefeitura do município em que se inserem, com a vizinhança, com a política urbana municipal, com INCRA ou ITESP e com o próprio MST.

3.3.1. Relação com os proprietários das terras ocupadas

A partir do estudo do percurso histórico das Comunas da Terra da RMSP realizado no capítulo 02 foi possível verificar que as propriedades onde estão as Comunas tiveram diferentes proprietários e apresentavam diferentes projetos para a apropriação, conforme pode ser visto na tabela síntese a seguir:

Tabela 12: Síntese da situação de propriedade e dos projetos para apropriação dos imóveis onde estão as Comunas da Terra da RMSP

Comuna da Terra	Nome do imóvel	Proprietário	Projeto para apropriação	Situação de utilização
Dom Tomás Balduino	Fazenda São Roque	Público (Estado de São Paulo)	Hospital Psiquiátrico (implantado)	Subutilizada ⁽¹⁾
Irmã Alberta	Fazenda Itahyê	Sociedade Mista (SABESP)	Projeto ETE (não implantado)	Improdutiva
Dom Pedro Casaldáliga	Fazenda São Luís	Privado	Condomínio Fechado (não implantado)	Improdutiva

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de dados no INCRA e no ITESP (2011). (1) Conforme: ITESP. Laudo de vistoria da Fazenda São Roque, 2000.

Apesar desses imóveis estarem em situações bastante diferentes, eles apresentavam algo comum – todos descumpriam a função social da propriedade, sendo subutilizados⁷⁵, no caso da

⁷⁵ De acordo com o Laudo de Vistoria da Fazenda São Roque realizado pelo ITESP em 2000, “A área vistoriada possui uma grande extensão de terra não aproveitada em sua totalidade. As culturas existentes não constituem qualquer óbice a um melhor aproveitamento da área, em virtude do estado

fazenda São Roque, e improdutivos, nos casos das fazendas Itahyê e São Luís. Com os conflitos que deram origem às Comunas essa questão fundiária foi posta em evidência: as ocupações de terra expõem a aplicação arbitrária da lei uma vez que têm como fundamento a reivindicação do cumprimento da função social da propriedade, que deveria ser aplicada em todos os imóveis urbanos e rurais do país.

Apesar da Constituição de 1988 impor a aplicação universal da função social da propriedade, as famílias das três Comunas da Terra da RMSP passaram por processos de reintegração de posse⁷⁶ apoiados na defesa da propriedade privada garantida pelo Código Civil. Contraditoriamente a defesa do direito de propriedade nessas circunstâncias torna-se inconsistente uma vez que o Código Civil é subordinado à Constituição Federal e, consequentemente, o direito de propriedade só é garantido quando há o cumprimento da função social da propriedade. Nessas circunstâncias, as ações de reintegração de posse revelam a aplicação da lei de modo a privilegiar proprietários de terras (públicos e particulares) em detrimento do cumprimento da própria Constituição Brasileira.

Por meio do conflito, os proprietários visavam à manutenção da terra como reserva de valor a ser criado pela venda futura; com o crescimento da malha urbana e a implantação da infraestrutura o valor potencial a ser obtido com a venda é aumentado, fato que amplia a margem de lucro do investimento imobiliário. A possibilidade de conversão do preço da terra rural dado em hectares pelo preço de terra urbana que é dado por metros quadrados, por meio da ampliação do perímetro urbano ou da criação de zoneamentos compatíveis com usos urbanos também pode ampliar o lucro sobre a terra de forma exponencial. Além disso, o potencial da implantação de projetos como um condomínio fechado no caso da fazenda São Luís contribui para a valorização desses imóveis. Neste contexto se inserem os conflitos pela propriedade da terra e pelo preço a ser pago pela mesma.

Com a implantação das Comunas a possibilidade de auferir esses lucros a princípio se tornaria limitada – para a criação de assentamentos de reforma agrária seriam aplicados processos de desapropriação no caso de terras particulares, nos quais o pagamento pela terra é realizado em valores menores que aqueles praticados no mercado e em longo prazo por meio do resgate de Títulos da Dívida Agrária – TDA; no caso de terras públicas são aplicados os processos de desafetação que converte um *bem de uso comum* ou de *uso especial* em um *bem dominical* para que possa ser *alienado*⁷⁷. Curiosamente, nos casos das fazendas Itahyê e São Luís processos de

vegetativo atual. É perfeitamente cabível o estudo e implantação de um Projeto de Assentamento no imóvel, visto que as atividades ora desenvolvidas não utilizam ou necessitam da extensão de área disponível”. (ITESP, 2000, p. 21)

⁷⁶ As famílias da Comuna Dom Tomás Balduino passaram por duas reintegrações de posse na Fazenda São Roque; as famílias da Comuna Irmã Alberta receberam uma ordem de despejo que não foi executada devido a diversas manifestações das famílias que resultou em um acordo do INCRA com a Sabesp, e as famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga sofreram nove despejos até serem assentadas em 2006.

⁷⁷ A desafetação consiste no processo da perda da destinação pública de um *bem de uso comum* (conceituados como bens que podem ser usados livremente pelo povo, mas sem a necessidade de ser um serviço gratuito e têm como exemplos as ruas, parques, praias, praças, etc.) ou de *uso especial* (conceituados como os bens que têm destinação pública específica e são designados a serviço ou estabelecimento da administração pública federal, estadual e municipal, inclusive suas autarquias, e não podem ser usadas

desapropriação não foram aplicados tendo o INCRA optado pela compra do imóvel como forma de aliviar as tensões dos conflitos instalados e acelerar o processo de criação das Comunas da Terra. Cabe ressaltar, desse modo, os proprietários receberam valores de mercado por suas terras. Especificamente em relação à Comuna Irmã Alberta essa estratégia não obteve êxito uma vez que após quase 12 anos da ocupação da fazenda Itahyê pelas famílias o processo de criação do projeto de assentamento ainda não foi implantado.

3.3.2. Relação com a prefeitura municipal

Os conflitos pela terra não se restringem à reação contrária dos antigos proprietários à implantação das Comunas. Diferentes agentes da produção do espaço presentes na vizinhança das Comunas da Terra também têm seus interesses atingidos pela criação de um assentamento vinculado ao MST em seu entorno, especialmente pela possibilidade da desvalorização de terras mantidas como reserva de mercado. Diante dessa situação, representantes desses agentes presentes na administração pública municipal entraram em conflito com as famílias das Comunas de modo a dificultar ou mesmo buscando impedir a implantação desses assentamentos.

Essa situação não é uma particularidade das Comunas da Terra da RMSP, sendo também verificada na ocupação de terras de assentamentos de reforma agrária comuns. Diante da impossibilidade de realizar intervenções oficiais para a preservação da propriedade privada da terra após a perda do flagrante⁷⁸, frequentemente órgãos de prefeituras municipais impõem restrições ao acesso aos serviços e à infraestrutura pública como um meio extraoficial de pressão para que as famílias desistam da ocupação da terra. Essas restrições frequentemente são realizadas usando a própria burocracia municipal: para usufruir dos serviços públicos as famílias precisam realizar seu o cadastramento no qual normalmente é requerido um comprovante de endereço. Por estarem em uma ocupação de terras que possui caráter ilegal torna-se impossível para famílias apresentar qualquer forma de comprovação do local de residência, o que inviabiliza o cadastro e, consequentemente, o acesso aos serviços públicos.

Com o passar do tempo, ou mesmo com a oficialização do assentamento, as famílias passam a ter meios de comprovar seu endereço e acabam tendo condição de se inserirem nos serviços sociais locais. Além disso, na implantação de assentamentos de reforma agrária comuns,

livremente da mesma maneira que os bens de uso comum, como, por exemplo, repartições públicas, museus públicos, hospitais e cemitérios) para caracterizá-lo como *bem dominical* (que são bens que não são de uso comum do povo e nem de uso especial, e não tem destinação especial, servindo de finalidade social e ambiental da administração pública). A partir da caracterização como bem dominical, o imóvel público pode ser *alienado*, ou seja, destinado para terceiros, por meio de compra e venda; licitação; permuta; sucessão; usucapião; doação entre outros. No caso da Comuna Dom Tomás Balduino a Fazenda São Roque foi alienada por doação para a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, com destino ao ITESP. Conforme o processo de criação do P.A. São Roque – ITESP e definições jurídicas adaptadas do site Via Jus <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1470> consultado em 15/10/2013.

⁷⁸ Conforme o código civil, a atuação policial para a defesa da propriedade privada pode ocorrer em flagrante, no momento em que ocorreu a ocupação. Se a atuação policial não ocorre nesse momento, para o proprietário buscar a recuperação da posse do seu imóvel é necessário entrar na justiça com uma ação de reintegração de posse. Caso se verifique que a propriedade cumpria a função social garantida pela constituição, pode-se conceder a reintegração de posse ao proprietário, o que respalda a intervenção policial em uma ação de despejo.

uma série de recursos é destinada para a infraestrutura, para a construção das habitações das famílias e para a implantação dos projetos agrícolas; como a maior parte desses recursos acaba sendo aplicada no próprio município por meio da compra de materiais de construção, de produtos agrícolas e da contratação de serviços, a economia local especialmente de municípios de pequeno e médio porte acaba sofrendo um impacto benéfico com a implantação do assentamento, fato que contribui para que a administração pública e a sociedade local passem a ver o assentamento sob uma nova perspectiva o que contribui para a inserção das famílias no município⁷⁹.

Assim como nos casos de muitos assentamentos comuns, no período das ocupações que deram origem às Comunas da Terra da RMSP verificou-se a resistência de órgãos municipais ou da prefeitura em relação às ocupações de terras. Diante dessa situação, no período inicial de acampamento a maior parte das famílias acampadas buscava atendimentos de saúde nos locais em que moravam antes de ir para a Comuna e muitas crianças deixaram de frequentar a escola. Quando possível algumas famílias optaram por uma divisão temporária do núcleo familiar – enquanto o pai estava no acampamento a mãe e as crianças permaneciam no local de origem garantindo acesso a serviços sociais básicos das crianças, fato que muitas vezes comprometia o orçamento familiar e dificultava a permanência na terra. Com o tempo as famílias começaram a buscar a inserção em serviços sociais, mesmo que para isso tivessem que ser atendidos em municípios do entorno:

- Inicialmente, 93% das famílias da Comuna Dom Tomás Balduino utilizava serviços de saúde e de ensino no distrito de Jordanésia do município de Cajamar apesar da Comuna se localizar no município de Franco da Rocha. Atualmente, 62% das famílias da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino buscam atendimentos de saúde na cidade de Franco da Rocha e 15% das famílias assentadas são atendidas no próprio assentamento pelo Programa Saúde da Família – PSF do município, apesar de muitas famílias ainda buscarem atendimentos em Jordanésia e São Paulo (40% e 24%, respectivamente). Em relação ao acesso à educação, atualmente 76% dos estudantes dessa Comuna frequentam escolas do próprio município de Franco da Rocha.
- No caso da Comuna Irmã Alberta, apesar de se localizar no distrito de Perus do município de São Paulo, até hoje a maior parte das famílias busca serviços públicos de saúde e de ensino nos bairros de Parque Paraíso, pertencente à Cajamar, e Colinas do Anhanguera, pertencente ao município de Santana do Parnaíba (equivalente a 36% e 16% das famílias da Comuna, respectivamente). Acredita-se que esse fato ocorra tanto pela proximidade dos bairros em relação à Comuna quanto pela situação da permanência informal das famílias na terra uma vez que a Comuna ainda se constitui como um acampamento.
- Em relação à comuna Dom Pedro Casaldáliga, inicialmente 87% das famílias também buscaram serviços públicos de saúde e de ensino no distrito de Jordanésia, mas, atualmente,

⁷⁹ Para maiores informações consultar o trabalho: Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro Sergio Leite (ET AL). São Paulo: Editora UNESP, 2004, (LEITE, 2004)

74% das famílias têm acesso a esses serviços no distrito de Ponunduva em Cajamar, município onde se localiza a Comuna.

A distribuição atual dos locais de atendimento dos serviços públicos de saúde e de ensino buscados pelas famílias pode ser vista na tabela a seguir:

Tabela 13: distribuição atual dos locais de atendimento dos serviços públicos de saúde e de ensino buscados pelas famílias

Locais de Atendimento	Saúde			Total (saúde)	Educação			Total (educação)	Total (saúde + educação)
	C. T. Dom Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. Dom Pedro Casaldáliga		C. T. Dom Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. Dom Pedro Casaldáliga		
Franco da Rocha	28	00	00	28	22	00	00	22	50
Perus (São Paulo)	00	07	00	07	00	00	00	00	07
Cajamar	00	03	03	06	00	00	03	03	09
Na Comuna	07	00	05	12	00	00	00	00	12
São Paulo	11	03	04	18	01	00	00	01	19
Jordanésia (Cajamar)	18	01	09	28	02	00	01	03	31
Polvilho (Cajamar)	00	04	04	08	00	00	00	00	08
Ponunduva (Cajamar)	00	00	21	21	00	00	13	13	34
Pq. Paraíso (Cajamar)	00	15	00	15	00	03	00	03	18
Colinas do Anhanguera (Santana do Parnaíba)	00	05	00	05	00	03	00	03	08
Outros	08	01	03	12	04	05	03	12	24

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 29/08/2011.

Com o passar do tempo, ao contrário dos assentamentos comuns, em geral as pressões sobre as famílias não se reduziram. Apesar de muitas famílias terem se inserido nos serviços sociais municipais, com alguma frequência é possível verificar problemas entre a prefeitura e as Comunas: com relativa frequência a Comuna Dom Tomás Balduino apresenta problemas com o transporte escolar; em relação à Comuna irmã Alberta, até a gestão de Gilberto Kassab (PSD) a prefeitura de São Paulo apresentava dificuldades para a compra alimentos da Comuna para a merenda escolar e para os programas sociais. Na administração atual da prefeitura de São Paulo o prefeito Fernando Haddad (PT) se reuniu com dirigentes do MST e na reunião demonstrou interesse em realizar a compra de produtos não somente da Comuna Irmã Alberta, mas também de outras Comunas da Terra para a alimentação encolar⁸⁰. Apesar disso, nenhum acordo foi firmado entre a prefeitura de São Paulo e as Comunas da Terra até janeiro de 2014; o caso da Comuna Dom Pedro Casaldáliga é especialmente significativo uma vez que não somente a prefeitura de Cajamar, mas também as prefeituras de Jundiá, Cabreúva e Pirapora do Bom Jesus, e outros órgãos locais⁸¹ se uniram em busca de impedir a criação de um assentamento de reforma

⁸⁰ A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária. Conforme site do MST: <http://www.mst.org.br/Haddad-e-MST-constroem-parceria-para-abastecimento-da-merenda-em-SP> consultado em 14/10/2013.

⁸¹ Conforme foi apontado no Capítulo 2, desde a primeira ocupação na Fazenda Mian um grupo formado pelas prefeituras de Jundiá, Cajamar, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus, Promotorias de Justiça de Jundiá e de Cajamar, Comissão de Meio Ambiente da OAB de Jundiá, Conselho de Gestão da Serra do Japi, Câmara Municipal de Itupeva e pelo Ministério Público Federal de Campinas exercia forte pressão contra a criação de um assentamento da reforma agrária na região, intervindo diretamente na tramitação do processo no INCRA e buscando mobilizar a opinião pública contra a criação do assentamento.

agrária na Serra do Japi. Além de processarem o INCRA por improbidade administrativa, alegando que o órgão não poderia desapropriar um imóvel em área de preservação ambiental, a prefeitura de Cajamar não forneceu documentos necessários à tramitação do processo de criação do assentamento, fato que obrigou o INCRA a requerer um mandato judicial para a sua obtenção.

Acredita-se que a permanência de pressões veladas ou declaradas com posicionamento contrário à criação das Comunas ocorreu principalmente por duas razões: primeiro, porque a valorização da terra na RMSP é consideravelmente maior que em outros municípios, fato que resulta também em uma perda maior da possibilidade de auferir de lucros com a criação de assentamentos e segundo, porque no contexto da RMSP o investimento em infraestrutura gerado pela implantação das Comunas não tem proporcionalmente o mesmo impacto na economia local que em municípios de pequeno ou médio porte onde assentamentos de reforma agrária costumam ser implantados.

3.3.3. Relação com a vizinhança

Além dos conflitos com prefeituras municipais, verificou-se a existência de conflitos com a vizinhança das Comunas sendo em alguns casos os agentes desses conflitos organizações públicas ou privadas.

Em relação à Comuna Dom Tomás Balduino, uma importante peculiaridade da mesma está no fato de sua área contornar duas penitenciárias, como pode ser verificado a seguir:

Mapa 29: Comuna da Terra Dom Tomás Balduino e penitenciárias, Foto 80 e Foto 81: Vista das penitenciárias a partir de dentro da Comuna Dom Tomás Balduino

Fonte: elaboração própria a partir de foto de satélite do Google Earth. (2012) e Fotos: Roberta Raggi, 2011

Essas instituições acabam se tornando uma espécie de “ilha” dentro da Comuna, o que gera algumas consequências: famílias da Comuna reportam situações de conflito com grupos

criminosos que tentavam persuadi-las a usar o limite entre a penitenciária e o assentamento para enviar ilegalmente objetos aos presos ou ajudá-los em fugas. Algumas famílias da Comuna Dom Tomás chegaram até mesmo a ser ameaçadas de morte por esses grupos para que tivessem acesso ao seu lote. Por outro lado, também foram citadas situações de conflito com a força policial das penitenciárias devido a apreensões a situações corriqueiras como crianças do assentamento soltarem pipa ou relativo ao uso de máquina fotográfica nas Comunas. Atualmente para tirar fotos na Comuna alguns assentados recomendam que se faça sem o uso de flash, para não chamar atenção da guarda penitenciária. Não podemos ignorar a necessidade de se garantir a segurança no entorno da penitenciária, e que neste contexto intervenções policiais dentro da Comuna fariam parte dessa situação. O que se ressalta aqui é o despreparo de alguns policiais no momento da intervenção, que acabam atuando de forma truculenta em relação às famílias da Comuna.

A princípio, o grande número de pessoas que visitam as penitenciárias no final de semana⁸² foi visto pelas famílias da Comuna Dom Tomás como uma excelente possibilidade de venda direta de seus produtos: com isso os custos de deslocamento para a venda da produção em núcleos urbanos seriam eliminados, viabilizando economicamente a produção de várias culturas de ciclo rápido, como no caso de hortaliças, por exemplo. As famílias da Comuna se organizaram e começaram a vender a produção na estrada de acesso às penitenciárias (na qual também se tem acesso à Comuna Dom Tomás) tendo grande receptividade pelos visitantes. Ao tomarem conhecimento disso, a direção das penitenciárias interveio na situação, proibindo a venda de produtos uma vez que a estrada de acesso ao local consiste em uma área estratégica de segurança, e para vender os produtos ali é necessário obter um credenciamento concedido pela direção dessas instituições. Várias famílias requereram o credenciamento e até o momento do levantamento de campo realizado em 2011 o mesmo não havia sido concedido.

Apesar do grande fluxo de visitantes das penitenciárias no final de semana a infraestrutura para seu atendimento é bastante precária. Na estrada de acesso para as penitenciárias há apenas um banheiro em péssimo estado de conservação⁸³ e um trailer responsável por vender bebidas não alcoólicas e alimentos para os visitantes. Não há lixeiras e lixo descartado irregularmente pelos visitantes frequentemente se acumula na entrada do assentamento.

No caso da Comuna Irmã Alberta, curiosamente, a proximidade com o urbano é que acabou ocasionando problemas: além dos bairros de Parque Paraíso (pertencente a Cajamar) e Colinas do Anhanguera (pertencente a Santana do Parnaíba) contornarem o limite oeste da Comuna, há uma via pública que liga a Rodovia Anhanguera aos dois bairros, passando por dentro da Comuna como pode ser visto na foto a seguir:

⁸² Pelo menos três ônibus cheios trazem todo final de semana os familiares de presos. Há muitas famílias que também chegam ao local por transporte público (Viação Caieiras) que atende a região. Neste contexto, estima-se que pelo menos 200 pessoas visitem o local por final de semana.

⁸³ Apesar de ser usado por grande parte dos visitantes, o banheiro nunca passa por manutenções para sua higienização e limpeza. O banheiro apresenta apenas um único vaso sanitário e está com furos no telhado, grandes infiltrações em suas alvenarias, presença de vegetação invasora e porta que não se fecha. O esgoto é diretamente descartado em um córrego a jusante do assentamento.

Foto 82: Localização da via pública e dos bairros Parque Paraíso e Colinas do Anhanguera

Fonte: elaboração própria a partir do Google Earth (2012).

Se por um lado essas características contribuem para a acessibilidade das famílias a serviços sociais, por outro lado a proximidade a esses bairros e a exposição causada pela via pública acabam facilitando roubos e furtos de produtos agrícolas e equipamentos. Segundo relatos de membros da Comuna o local que mais tem sofrido com os furtos é o centro comunitário – os equipamentos adquiridos pelas famílias para a implantação de uma cozinha coletiva são frequentemente furtados por jovens de fora do acampamento que comumente são usuários de drogas buscando fontes de recursos para suprir seu vício.

Verificou-se também a existência de ocupações informais no limite sul da Comuna Irmã Alberta. Apesar de as famílias da Comuna terem verificado a pressão para o crescimento dessas ocupações informais, há a princípio um bom relacionamento das famílias da Comuna com as famílias da ocupação informal sendo uma prática comum a doação de alimentos das primeiras para as segundas em períodos de safra quando há produção excedente. Com essa prática as famílias da Comuna têm evitado que a ocupação informal se amplie para dentro da fazenda Itahyê.

Quanto a Comuna Dom Pedro Casaldáliga, a reação contrária à implantação da Comuna pela vizinhança usa como argumento a preservação da Serra do Japi. A ocupação da fazenda São Luís gerou uma reação contrária ao MST em um grupo formado pelas prefeituras de Jundiá, Cajamar, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus, Promotorias de Justiça de Jundiá e de Cajamar, Comissão de Meio Ambiente da OAB de Jundiá, Conselho de Gestão da Serra do Japi, Câmara Municipal de Itupeva e pelo Ministério Público Federal de Campinas. Esse grupo exercia forte pressão contra a criação do assentamento na região e buscava mobilizar a opinião pública contra MST, como pode ser visto no panfleto a seguir, divulgado nos municípios do entorno Comuna:

Figura 13: Panfleto contra a criação da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga na Serra do Japi

Fonte: Arquivos MST

No mesmo período da divulgação desse panfleto alguns dirigentes do MST organizaram uma reunião pública em uma escola local para prestar esclarecimentos à população sobre o objetivo da Comuna da Terra, como pode ser visto no panfleto a seguir, recebendo por parte das pessoas que compareceram à reunião uma boa receptividade e relação à proposta.

Figura 14: Panfleto do MST esclarecendo os compromissos das famílias assentadas com a preservação da Serra do Japi

Fonte: (GOLDFARB, 2011)

Atualmente o conflito com instituições e órgãos do poder público da região da Serra do Japi e adjacências contrários ao assentamento ainda persiste especialmente por meio das visitas de fiscalização do ministério público federal de Campinas realizadas a cada 03 meses.

Além disso, algumas famílias relataram episódios de incêndios ocorridos no assentamento: uma vez que a Comuna é cortada por uma via pública que dá acesso a outras propriedades do entorno há um grande fluxo de veículos no local que não pode ser controlado pelas famílias das Comunas, fato que facilita a ocorrência de incêndios acidentais como, por exemplo, por um motorista jogar fora um cigarro ainda acesso na vegetação seca ou até mesmo de incêndios criminosos com o intuito de sabotagem do assentamento.

Apesar das três Comunas apresentarem conflitos com organizações públicas e privadas presentes em seu entorno imediato, o relacionamento das famílias das Comunas da Terra com a população local não apresenta conflitos, sendo as famílias conhecidas por vender produtos agropecuários de alta qualidade. De modo geral, os moradores do entorno das Comunas não as veem como uma ameaça. Ao contrário, a população local costuma visitar as Comunas com frequência em busca de produtos agrícolas de qualidade, orgânicos e baratos, fato que facilita o escoamento da produção para as famílias.

3.3.4. Relação com a política urbana municipal

A relação das Comunas da Terra com a política urbana municipal está diretamente ligada aos conflitos pela terra estabelecidos com os antigos proprietários, com as prefeituras municipais e com a vizinhança das Comunas (nos quais se incluem demais esferas da sociedade como setores ambientalistas, proprietários de terras vizinhas e a população local), sendo os interesses desses grupos frequentemente representados pelo Plano Diretor.

Após as ocupações de terras que deram origem às Comunas da Terra da RMSP os três municípios em que as Comunas se inserem – Franco da Rocha, São Paulo e Cajamar – tiveram revisões⁸⁴ nos seus Planos Diretores para a sua adequação ao Estatuto da Cidade (lei federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001). Além da exigência de que municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas deveriam obrigatoriamente elaborar Planos Diretores, a partir do Estatuto da Cidade ficou estabelecido que o Plano Diretor deve englobar o território do município como um todo, ou seja, abrangendo as zonas urbanas e rurais⁸⁵.

A extensão dos limites do planejamento sobre a zona rural realizada pelo Estatuto da Cidade gerou algumas implicações: ao atribuir ao município a competência de planejar o território rural o Estatuto criou uma sobreposição de atribuições da instância municipal sobre a estadual e federal uma vez que a preservação dos recursos ambientais e a regulação do uso do solo rural eram de competência das duas últimas. Além disso, historicamente no Brasil, verifica-se o privilegiamento do desenvolvimento urbano e industrial sobre o rural, fato que orientou o planejamento e da política de investimentos brasileiros sobre as grandes cidades, a indústria de grande porte e sobre o modelo de produção extensiva para a exportação no campo de modo a gerar uma visão fragmentada do desenvolvimento territorial do país. (ZUQUIM, 2008)

Como uma das consequências desse desenvolvimento territorial fragmentado as zonas rurais voltadas para a agricultura familiar convivem com precariedade de instrumentos de planejamento do território em muitos municípios brasileiros. Elas também enfrentam problemas relativos à falta de regularização fundiária dos assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda, além de conflitos na criação e regulamentação de zonas especiais de preservação ambiental, de interesse histórico e cultural, inviabilizando em alguns casos o cumprimento da função social e ambiental da propriedade rural. A regulação do uso e da ocupação do solo de zonas rurais e a articulação da política de produção agrícola e de abastecimento do município são atribuições que caberiam à gestão municipal a partir da implementação do Estatuto da Cidade e que deveriam constar dos Planos Diretores criados posteriormente a essa lei. Apesar disso, frequentemente essas questões não são observadas: zonas rurais tornam-se assim uma zona de vácuo, sem regras e sem intervenção Estatal, uma “terra de ninguém” que desconhece a preexistência de populações rurais, ignorando que essa é a “terra de alguém”, discussão abordada no primeiro capítulo.

⁸⁴ Plano Diretor de Franco da Rocha – lei municipal nº 618 de 11 de abril de 2007, Plano Diretor Estratégico de São Paulo – lei municipal nº 13.430 de 13 de setembro de 2002, Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Perus – lei municipal nº 13.885 de 25 de agosto de 2004 e Plano Diretor de Cajamar – lei complementar nº 095 de 11 de dezembro de 2007.

⁸⁵ Conforme artigo 40, parágrafo 2º do Estatuto da Cidade.

É possível verificar uma situação semelhante em relação ao Plano Diretor de Franco da Rocha: o Plano elenca conteúdos previstos pelo Estatuto da Cidade, contudo as diretrizes estipuladas são vagas ao ponto de não regulamentar a implantação de diversas atividades. E essa falta de regulamentação envolve a Comuna Dom Tomás Balduino, especialmente em relação ao ordenamento do solo rural: apesar de regulamentar zoneamentos rurais o plano não estipula nem prevê a criação de políticas agrícolas e agrárias. Além disso, de modo geral, verifica-se uma desconexão entre a inserção da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino e o Planejamento do Plano Diretor do Município de Franco da Rocha.

Na época da elaboração do plano diretor a Comuna já estava desapropriada e inserida em um programa de habitação rural do INCRA, complementado por programa habitacional da Caixa Econômica Federal. Mas, apesar da criação e implantação do assentamento já estar sendo realizada pelo ITESP (governo estadual responsável pela regularização fundiária e assistência técnica) e pelo INCRA (governo federal responsável pelo custeio da implantação da infraestrutura), a princípio isso não deveria isentar o município de legislar sobre o planejamento do uso e da ocupação do solo dentro da Comuna Tom Tomás Balduino. A Comuna da Terra Dom Tomás Balduino está no Macrozoneamento Rural como pode ser visto no mapa a seguir:

Mapa 30: Macrozoneamento do Plano diretor de Franco da Rocha

Fonte: Elaboração própria sobre base cartográfica do Plano Diretor de Franco da Rocha.

Quanto à questão da habitação, o Plano Diretor aborda uma subseção específica para o tema (no Capítulo II, Seção II, Subseção VI, Art. 24 a 26) na qual são estipulados os objetivos da política de habitação, apesar de serem bastante genéricos.

Este texto também aponta a necessidade de criar um conselho, um plano específico e um fundo de habitação, propõe a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, sugere a possibilidade de participação da iniciativa privada para a construção de habitações de interesse social – HIS, aponta a criação de um “banco de terras” no qual seriam catalogados quais imóveis não cumprem a função social da propriedade e preveem a transferência do direito de construir

com a previsão de pagamentos de indenização para áreas preservadas para algumas áreas de interesse ambiental do município.

Apesar da Comuna Dom Tomás Balduino apresentar cerca de 60% de sua área coberto por APPs e pela Reserva Legal a aplicação desse instrumento não foi prevista para o local. Verificou-se em relação aos instrumentos de ordenamento urbanístico que a previsão de aplicação se concentra especialmente nas macrozonas de consolidação urbana e de reestruturação urbana (MZCU e MZRU). Não há previsão de que possam (ou não possam) ser aplicados à macrozona rural (MZR) na qual a Comuna Dom Tomás se insere, e à macrozona de interesse ambiental (MZIA). Especificamente em relação a Comuna Dom Tomás Balduino, verifica-se no mapa a seguir que não há nenhum instrumento de ordenação urbanística previsto para ser aplicado nela.

Mapa 31: Instrumentos de ordenamento urbanístico previstos pelo plano diretor de Franco da Rocha

Fonte: Elaboração própria sobre base cartográfica do Plano Diretor de Franco da Rocha.

Os Macrozoneamentos instituídos pelo Plano Diretor se subdividem em zoneamentos que apresentam usos do solo específicos. No mapa a seguir verifica-se que a Comuna da Terra Dom Tomás está no zoneamento **ZAF – Zona de Agricultura Familiar** e é cercada pelos zoneamentos **ZIN-a – Zona Institucional Tipo a** onde se localizam as duas penitenciárias, **ZDA – Zona de Desenvolvimento de Alta Incomodidade** localizada ao longo da rodovia estadual Edgar Máximo Zambotto (SP – 354), **ZIA3-a – Zona de Interesse Ambiental 3 Tipo a** ao norte da rodovia SP - 354, **ZUR-a Zona de Uso Rural Tipo a** ao sul da Comuna Dom Tomás Balduino, e ao leste a **ZM2-a Zona Mista 2 Tipo a**.

De acordo com o Plano Diretor de Franco da Rocha, na **ZAF - Zona de Agricultura Familiar** onde fica a Comuna Dom Tomás Balduino *são permitidos os usos sustentáveis de agricultura, atividades familiares rurais não impactantes, residencial e comércio local.* (Franco da Rocha, 2007, p. 54) Os índices urbanísticos e as atividades permitidas nesse zoneamento não atrapalham ou impedem o desempenho das atividades produtivas da Comuna e estão de acordo com as características de uso e ocupação do solo da proposta das Comunas da Terra. Por sua vez, o parcelamento do solo foi realizado de acordo com as características do solo como declividade, pedregosidade e fertilidade: caso determinada área tenha piores condições para o desempenho de atividades produtivas o lote acabaria tendo uma área útil maior para compensar as deficiências do solo, e vice-versa. Apesar disso, as áreas dos lotes permaneceram próximas da área proposta pelo plano diretor, de módulo rural mínimo de 02 hectares ou 20.000 m².

Mapa 32: Zoneamento do Plano diretor de Franco da Rocha

Fonte: Elaboração própria sobre base cartográfica do Plano Diretor de Franco da Rocha.

Já em relação ao entorno da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino cabe ressaltar que atualmente em nenhum desses zoneamentos existem atividades que geram por si mesmas algum tipo de conflitos com a Comuna da Terra Dom Tomás Balduino. No entanto, algumas atividades permitidas por esses zoneamentos, caso implantadas podem acabar gerando problemas, como no caso da atividade **P3 – Industrial Médio** permitida na **ZDA – Zona de Desenvolvimento de Alta Incomodidade** ao longo da rodovia SP – 354, na qual se permite a implantação de atividades que possam acarretar em risco ambiental leve, com a produção de efluentes e ruídos, enquanto uma futura ampliação da **ZM2-a Zona Mista 2 Tipo a** sobre a **ZUR-a Zona de Uso Rural Tipo a**, pode gerar pressões para a ocupação urbana da área da Comuna da Terra. Além disso, tanto na **ZUR-a Zona de Uso Rural Tipo a**, quanto na **ZIA3-a – Zona de Interesse Ambiental 3 Tipo a** são permitidos usos de agropecuária de pequeno porte tanto em relação à produção rural familiar quanto ao agronegócio, mas não há a definição do que seriam esses usos

do solo ou a regulamentação das atividades permitidas, como por exemplo, o uso de agrotóxicos ou insumos químicos nas atividades agrícolas.

É importante ressaltar que o Plano Diretor de Franco da Rocha apresenta uma forte ênfase na questão ambiental especialmente devido à existência de 07 Km² de área de preservação de mananciais e do parque estadual do Juquery no município, que segundo o Plano desempenharia a função de frear as pressões de ocupação sobre a área de mananciais do sistema Cantareira. Para a conservação dessas áreas o plano diretor propõe um *plano estratégico ambiental* composto por uma dimensão institucional (ligada à educação ambiental) e por uma dimensão territorial, a qual delimita zoneamentos especiais de interesse ambiental, medidas de recuperação da rede hídrica, implantação de parques lineares e de fundo de vale, vias verdes como medidas mitigadoras da impermeabilização de cursos d'água preexistentes a serem implantadas em ruas e avenidas específicas, além de equipamentos públicos de lazer em fundos de vale que melhorem as condições de permeabilidade do solo.

Diante desse contexto, a Comuna Dom Tomás Balduino poderia ser integrada ao Plano Diretor de modo a potencializar a preservação ambiental no município. Tanto a extensa cobertura vegetal quanto o manejo agroecológico implantado nas Comunas estariam alinhados a sustentabilidade ambiental estipulada no Plano diretor de Franco da Rocha e também no Estatuto da Cidade. Mais do que isso, a implantação de políticas agrícolas de apoio ao pequeno produtor em um município tão próximo a São Paulo poderia beneficiar não somente a Comuna Dom Tomás Balduino, mas também vários outros produtores locais a beneficiar e comercializar a sua produção, contribuindo para a soberania alimentar do município e da RMSP, além de gerar novas fontes de emprego e renda para a população municipal, reduzindo o caráter de “cidade dormitório” presente no município.

Quanto a inserção da Comuna Irmã Alberta no Plano Diretor Estratégico – PDE de São Paulo e no Plano Regional Estratégico – PRE da Subprefeitura de Perus, verificou-se que ambos os planos ignoram totalmente a existência da Comuna. Uma vez que o PDE apresenta diretrizes bastante gerais para o planejamento municipal, buscou-se nesta seção analisar especificamente o PRE da Subprefeitura de Perus.

De acordo com o PRE da subprefeitura de Perus podemos verificar que há três zoneamentos diferentes incidentes sobre a Fazenda Itahyê – Zona Predominantemente Industrial (ZPI 06), Zona Especial de Preservação (ZEPAM 09) e Zona de Lazer e Turismo (ZLT 06) – como pode ser verificado no mapa a seguir:

Mapa 33: Zoneamentos com incidência sobre a Fazenda Itahyê

Fonte: adaptado de (São Paulo, 2004)

Como foi mencionado no Capítulo 02, apesar de se constituir apenas como uma pequena parcela da fazenda Itahyê equivalente a 6,36 Ha dos 117,72 Ha totais da fazenda (equivalente a 5,4% da área total do imóvel), a gleba com Zoneamento Predominantemente Industrial - ZPI (na cor magenta) apresenta alto valor de mercado chegando a custar 10 vezes mais caro que o valor total do restante do imóvel (INCRA e ITESP, 2008). Ainda que nenhum dos três zoneamentos impeça a implantação de uma Comuna da Terra, o valor da terra da gleba correspondente ao ZPI inviabilizava a implantação de um assentamento de reforma agrária pelo INCRA.

Se por um lado os zoneamentos existentes na fazenda Itahyê não impediam a implantação de um assentamento de reforma agrária, eles também não a estimulavam. É importante ressaltar que a ocupação da Comuna Irmã Alberta ocorreu em julho de 2002 e, desse modo, a Comuna é preexistente tanto à lei que regulamenta o PDE de São Paulo, promulgada em setembro de 2002 quanto à lei do PRE da subprefeitura de Perus promulgada em agosto de 2004. Apesar disto, ambos os planos parecem ignorar a existência da ocupação no local: além dos textos não mencionarem a existência da Comuna Irmã Alberta e/ou da fazenda Itahyê, as propostas para a área da Comuna parecem desconhecer o uso e a ocupação do solo propostos pela Comuna da Terra. Como consequência, as diretrizes propostas especialmente pelo PRE acabam tratando a área mais como um vazio urbano do que como uma área de interesse social com uma ocupação informal e usos agrícolas e de moradia que necessitaria regularização no qual um Zoneamento Especial de Interesse Social – ZEIS poderia ser talvez mais adequado. Torna-se evidente esse tratamento da fazenda Itahyê como um vazio urbano pelo PRE especialmente em relação às propostas ambiental e da ampliação viária e de transporte público ao propor parques lineares de preservação ambiental, margeados por ciclovia em área sobreposta à fazenda Itahyê, como pode ser visto nos mapas a seguir:

Mapa 34: Rede Viária Estrutural proposta pelo PRE da Subprefeitura de Perus com detalhe da ciclovia que corta a Fazenda Itahyê

Fonte: adaptado de (São Paulo, 2004)

Mapa 35: Mapa da Rede Estrutural Hídrica Ambiental proposta pelo PRE da Subprefeitura de Perus com parque linear que corta a fazenda Itahyê

Fonte: Elaboração própria sobre base cartográfica do Plano Regional Estratégico de Perus.

Caso o parque linear proposto seja realmente implantado, ele deveria ser devidamente articulado ao uso do solo agrícola em consonância com a existência da Comuna Irmã Alberta como forma de evitar conflitos entre ambos.

Além disso, como grande parte dos planos diretores brasileiros, tanto o PDE quanto o PRE trazem o nítido viés urbano. Mesmo que todo o território municipal seja considerado como zona urbana, há ainda muitas propriedades no município de São Paulo com usos rurais e que estão inclusive cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR como é o caso da fazenda Itahyê. Apesar disso, o PDE apenas cita a possibilidade do abastecimento de alimentos da cidade e da agricultura urbana como uma possibilidade de inclusão social, mas essas diretrizes e ações estratégicas são pontuais e não há neste documento a elaboração de uma política pública voltada para usos agropecuários, que poderiam se apresentar como uma alternativa de conciliação da preservação ambiental com o fortalecimento da soberania alimentar urbana e com a geração de emprego e renda.

Assim, de modo geral, apesar de não impedir a implantação de uma Comuna da Terra no local tanto o PDE quanto o PRE não encorajam a implantação dessa proposta mesmo que a mesma contenha diretrizes afins à preservação ambiental, ao cumprimento da função social da propriedade e à acessibilização da terra para moradia que estão diretamente alinhadas aos objetivos de ambos os planos. Soma-se a isso a valorização do preço da terra possibilitada pelo ZPI e temos os elementos propícios para a disputa pelo valor da terra entre a SABESP e o INCRA.

No caso da inserção da Comuna Dom Pedro Casaldálga no Plano Diretor de Cajamar verifica-se que a incidência da legislação sobre a Comuna é bastante específica: grande parte da área correspondente à fazenda São Luís foi diagnosticada no mapa de uso e ocupação do solo como destinada ao reflorestamento como pode ser verificado no mapa a seguir, não sendo indicada a preexistência de um assentamento de reforma agrária no local, mesmo a fazenda tendo sido desapropriada em junho de 2006, período anterior à lei criada em dezembro de 2007.

Mapa 36: Detalhe do uso e ocupação do solo diagnosticado pelo Plano Diretor do Município de Cajamar em 2007 para a área da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldálga.

Fonte: Adaptado do Plano Diretor do Município de Cajamar, da Lei Complementar nº 095/2007.

Cabe ressaltar que a gleba destinada para reflorestamento dentro da fazenda São Luís consiste em uma área que estava antropizada desde antes de a ocupação da fazenda pelas famílias da Comuna conforme pode ser visto nas fotos a seguir. Segundo as legislações da APA Cajamar, do tombamento da serra do Japi e do próprio Código Florestal Brasileiro não haveria restrições para o uso agropecuário no local.

Foto 83 e Foto 84: Exemplos de campos antropizados que pertencem à área indicada para reflorestamento

Fonte: Roberta Raggi, 2010.

Além disso, o Plano designa designou-se 03 diferentes zoneamentos para a área correspondente à Comuna Dom Pedro Casaldáliga, **ZIA: Zona de Interesse Ambiental**, **ZMN: Zona de Mata Natural** e **ZAE 01: Zona Ambiental Especial de Tombamento**, como pode ser verificado no mapa a seguir:

Mapa 37: Detalhe do Zoneamento do Plano Diretor do Município de Cajamar de 2007

Fonte: Adaptado do Plano Diretor do Município de Cajamar, da Lei Complementar nº 095/2007.

Por meio desses zoneamentos, ficaria proibido o exercício de atividades agrícolas na área correspondente à Comuna Dom Pedro Casaldáliga⁸⁶. Uma vez que o assentamento já existia antes da criação da lei, a instituição do zoneamento restritivo às atividades agrícolas cria um conflito entre o uso da terra atual e a lei, que reforça as pressões contra a Comuna consolidando por meio de instrumentos jurídicos a restrição para a implantação de assentamentos de reforma agrária no local.

⁸⁶ De acordo com o Plano Diretor de Cajamar, a ZIA – Zona de Interesse Ambiental – Terá a finalidade de restringir o uso e a ocupação do solo em função da necessidade de preservação, manutenção e recuperação de áreas com relevância ou vocação histórica, paisagística, cultural e ambiental, ou em função da peculiaridade e da fragilidade do ecossistema local, presença de remanescentes de mata atlântica ou implantação de áreas de amortecimento em virtude de proximidade com a área de tombamento de natureza ambiental. (Prefeitura Municipal de Cajamar, 2007, p. 45) Por sua vez, a ZMN – Zona de Mata Natural – Trata das áreas remanescentes de matas naturais existentes, nas quais não se poderá implantar nenhum empreendimento e nem suprimir árvores, exceto nos casos permitidos na legislação pertinente. Parágrafo Único – Onde houver loteamento aprovado e registrado, independente da zona de ocupação, os lotes atingidos pela ZMN terão taxa de preservação mínima de 40%. (Prefeitura Municipal de Cajamar, 2007, p. 45) E finalmente na área do tombamento do CONDEPHAAT que abrange a Comuna Dom Pedro Casaldáliga encontra-se a ZAE 01 – Zona Ambiental Especial de Tombamento – Objeto de Lei Estadual, deverá ser seguido os seus ditames a respeito das restrições estabelecidos e demais disposições pertinentes. (Prefeitura Municipal de Cajamar, 2007, p. 45)

3.3.5. Relação com o INCRA e o ITESP

Tanto no levantamento de campo realizado nas Comunas da Terra da RMSP quanto em entrevistas informais aos técnicos do ITESP da Regional São Paulo e do INCRA SR-08 verificou-se uma série de conflitos entre eles.

Em relação às famílias assentadas na Comuna Dom Tomás Balduino, verificou-se que a falha de informação em alguns momentos cruciais para o acesso aos créditos gerou grande desconfiança em relação às lideranças e aos técnicos do órgão. Deficiências na assistência técnica do ITESP para a produção rural também tem sido frequentemente apontadas pelas famílias. Cabe salientar que os poucos recursos destinados à prestação da assistência técnica – que por vezes obrigam um mesmo técnico a supervisionar a produção de muitos assentamentos diferentes e/ou que se localizam a grandes distâncias um dos outros – acabam por inviabilizar a prestação do serviço, mesmo que o técnico seja capacitado e tenha boa vontade para desempenhar seu trabalho (situação que nem sempre é verdadeira). Além disso, a enorme burocracia dos processos de concessão de créditos às famílias em união à situação de baixa escolaridade e pouca familiaridade de muitos assentados com os trâmites bancários e burocráticos acabam gerando situações bastante difíceis de lidar, tanto para as lideranças da Comuna quanto para os próprios técnicos do ITESP.

Por outro lado, em relação aos técnicos do ITESP verificou-se que muitos apontavam a Comuna da Terra como um assentamento bastante problemático. Segundo eles, a situação de que muitas famílias apresentarem origem urbana geraria uma situação de que não teriam conhecimento para desempenhar o trabalho agrícola. Essa situação seria, segundo eles, agravada pelo fato de muitos deles serem ex-moradores de rua, apresentando doenças ou mesmo vícios em álcool e drogas que atrapalhariam o desempenho do trabalho agrícola. Verificou-se em campo que existem de fato alguns casos de ex-moradores de rua que apresentam vícios em bebidas alcoólicas que comprometem a sua produtividade, contudo há também casos de ex-moradores de rua com tanta ou mais produtividade que famílias que nunca moraram na rua.

No caso da Comuna da Terra Irmã Alberta a relação das famílias com o INCRA foi bastante prejudicada pela morosidade do processo de desapropriação, fato que as impede de obterem créditos produtivos e para a construção das habitações. Uma vez que a fazenda Itahyê ainda não foi desapropriada, as famílias da Comuna Irmã Alberta também não podem contar com a assistência técnica do INCRA para melhorar a produtividade de seus cultivos agrícolas. Tanto a morosidade do processo quanto a impossibilidade de receber a contribuição da assistência técnica fazem com que as famílias tenham grande descrença na atuação dos técnicos do órgão.

Curiosamente a relação das famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga com o INCRA é bastante diferente das demais Comunas da RMSP: uma vez que os órgãos defensores da Serra do Japi processaram o INCRA por improbidade administrativa ao criar um assentamento em uma área de preservação ambiental, a defesa do órgão passa necessariamente pela defesa do assentamento. Como o INCRA e a Comuna Dom Pedro Casaldáliga tinham um *“inimigo comum”* o INCRA passou a ser visto pelas famílias como um aliado para a sua defesa.

Em geral, os técnicos do INCRA veem as Comunas da Terra Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga como um projeto extremamente dispendioso devido à valorização da terra da RMSP e trabalhoso uma vez que têm que lidar com pressões da expansão urbana e da valorização da terra sobre as Comunas.

3.3.6. Relação com o MST

Durante o processo inicial da ocupação da terra nas Comunas da RMSP os dirigentes do MST desempenham um papel fundamental sendo responsáveis pela execução de diversas tarefas como estimular a mobilização das famílias de modo a dar visibilidade a objetivos comuns e liderá-las em prol dessas causas. Além disso, os dirigentes foram responsáveis por processos educativos e de politização das famílias e por questões relativas à organização do acampamento ligadas à distribuição de tarefas e responsabilidades, coibindo também as más práticas (infrações às regras de convivência como furtos, brigas ou uso de drogas e bebidas alcoólicas).

Com a organização gradual dos acampamentos a presença constante de dirigentes do MST no início da ocupação acabou se transformando em visitas esporádicas, muitas vezes ligadas à resolução de problemas já instalados. Verifica-se nas três Comunas da Terra da RMSP a existência de dirigentes que moravam no local, mas que acabam se ausentando por grandes períodos devido à realização de tarefas do MST fora da Comuna ou mesmo por conta de cursos de formação do MST.

Com a desapropriação da terra ou com a divisão do imóvel em lotes individuais (como no caso do parcelamento informal realizado pelo MST na Comuna Irmã Alberta), a luta do MST muda de caráter, tornando-se uma luta não mais para conquistar a terra, mas para permanecer nela. Mesmo ainda sem receber os créditos e sem ter condições de se manterem por si mesmas, as famílias frequentemente perdem o acesso a doações neste momento, tendo que contar com os poucos recursos próprios que não foram levados embora na luta pela sobrevivência inicial no acampamento. A divisão das propriedades em lotes individuais também contribui para a desarticulação da mobilização das famílias: neste momento muitas delas deixam de frequentar reuniões de núcleos e assembleias para cuidar do próprio lote devido tanto à alta demanda por trabalho dessa etapa quanto pela falta de interesse em causas comuns que desviem o foco de sua atenção do investimento em sua unidade produtiva.

A ausência de dirigentes do MST nas Comunas e a desarticulação ocasionada pela divisão dos imóveis em lotes individuais acabaram dando origem à particularidades na organização de cada uma das Comunas da RMSP:

- No Caso da Comuna Dom Tomás Balduino, com os problemas ligados às falhas nas informações a respeito dos trâmites burocráticos para o acesso aos créditos desenvolveu-se uma relação de desconfiança de muitas perante as lideranças locais que, por sua vez, acabaram perdendo bastante a sua representatividade e o seu poder de persuasão. A desconfiança das famílias em relação aos seus líderes foi ainda agravada por falhas no cadastro e na prestação de contas para o programa de compra programada da produção agrícola direcionada para o fornecimento de merenda escolar da Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB. O atraso do pagamento da venda da produção – por vezes causada por falhas no

cadastro das famílias causadas pelas lideranças, por vezes causadas pela própria morosidade do órgão – terminava por minar cada vez mais a confiança entre as famílias da Comuna, gerando a sua desmobilização.

- No caso da Comuna Irmã Alberta, o fato de ainda se constituírem como um acampamento acaba sendo um fator catalisador da mobilização das famílias, sendo das Comunas estudadas a única que ainda mantém reuniões periódicas com grande parte das famílias. Há grupos de produção organizados que são apoiados por técnicos do assentamento de Jarinu e de ONGs parceiras do MST.
- Em relação à Comuna Dom Pedro Casaldáliga, a falta de informação quanto a processos de distribuição de créditos produtivos e ligada especialmente ao pagamento da venda da produção para programas governamentais de compra direta de merenda escolar como a CONAB acabou por gerar problemas de desconfiança dos assentados em relação aos dirigentes do MST. Mas, ao contrário da situação de ampla desconfiança desenvolvida na Comuna Dom Tomás Balduino, neste caso, as famílias da Comuna Dom Pedro Casaldáliga acabaram se unindo em torno da criação de uma cooperativa própria, com prestação de contas feita por eles e desligada do MST. Uma hipótese que poderia ser levantada é de que as pressões sofridas pelas famílias relativas a não criação do assentamento devido estar em área de preservação ambiental terminaram por motivar a sua união em prol de causas comuns mesmo com o distanciamento de dirigentes do MST e com a própria desapropriação da fazenda. A cooperativa está em vias de implantação e acredita-se que tanto pela organização das famílias, quanto pelo fato de alguns moradores da Comuna Dom Pedro Casaldáliga possuírem veículos e estarem dispostos a fazer o transporte da produção, podem tornar-se competitivos no mercado, especialmente por produzirem produtos orgânicos (especialmente fruticultura e horticultura) de bastante qualidade.

3.3.7. Relação com os grupos apoiadores e grupos que entravam para as Comunas da Terra

Apesar de todos os conflitos descritos nesta seção, nem sempre as famílias conseguem perceber quais são os grupos apoiadores e quais são os grupos que entravam o desenvolvimento das Comunas da Terra.

Quando questionados a respeito de quais seriam as pessoas, associações, órgãos do governo ou organizações não governamentais que atuariam como amigos e/ou parceiros das famílias das Comunas, verificou-se que a maior parte das famílias desconhece se existem apoiadores (17%), ou consideram que não existam (10%). Outras famílias consideram como apoiadores os centros de ensino, professores e alunos (10% das famílias entrevistadas), as ONGs ligadas à compra da produção agropecuária (9%), padres e freiras (9%). 8% das famílias consideram o INCRA/ITESP como apoiadores, tonando-se um parceiro mais lembrado que o próprio MST, mencionado por 7% das famílias, como pode ser verificado no gráfico a seguir:

Gráfico 19: Distribuição das famílias das Comunas da Terra conforme sua opinião a respeito de quais seriam os amigos e parceiros* das Comunas da Terra**

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

*Amigos/parceiros: Definidos como pessoas, grupos, organizações não governamentais ou órgãos do governo que de algum modo apoiaram as famílias em momentos difíceis e/ou que as ajudaram em sua luta pela terra, no desenvolvimento de suas atividades produtivas e/ou em sua inserção social. ** Depoimento por família. Cada família entrevistada apontou uma ou mais alternativas citadas acima.

Cabe ressaltar que a diferença da situação das Comunas da Terra contribui para as declarações a respeito de quais são os amigos e parceiros: uma vez que a Comuna Dom Pedro Casaldáliga tem sido defendida pelo INCRA de ações das prefeituras de Jundiá, Cajamar, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus dentre outros órgãos governamentais e não governamentais em defesa do meio ambiente e contrárias a instalação do assentamento na fazenda São Luís, o INCRA é considerado pelas famílias como um parceiro dessa Comuna. O mesmo não acontece no caso da Comuna Irmã Alberta, uma vez que a burocracia do órgão e a morosidade da negociação do preço da terra feita por esse órgão com a SABESP têm impedido a oficialização do assentamento e o acesso dos créditos por parte das famílias. No caso da Comuna Dom Tomás Balduino o ITESP tem contribuído para a implantação dos projetos do PRONAF por meio da assessoria técnica. Apesar de o atendimento apresentar falhas, as famílias reconhecem a sua importância, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 14: Distribuição das famílias das Comunas da Terra conforme sua opinião a respeito de quais seriam os amigos e parceiros* das Comunas da Terra**

	C. T. D. Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	Total de entrevistas
Fraternidade Povo da Rua	1	0	1	2
Outras Comunas da Terra	0	1	1	2
Centro de Formação do MST em Jarinu	1	1	0	2
Compra Direta (CONAB, Pref. de Guarulhos)	2	1	0	3
Outros Movimentos Sociais, Sindicatos	1	2	0	3
Cooperativa	0	2	1	3
Cáritas	4	0	0	4
Políticos	0	6	0	6
CPT	0	5	1	6
Pastoral Santa Fé	4	7	0	11
MST	2	5	5	12
INCRA/ITESP	6	0	7	13
Padres e Freiras	6	8	0	14
ONGs (CEEP, OPA, Comer Ativamente)	1	9	4	14
Centros de Ensino, Professores e Alunos	7	9	1	17
Outros	1	4	2	7
Não tem	9	0	8	17
Não sabe	19	7	2	28

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

*Amigos/parceiros: Definidos como pessoas, grupos, organizações não governamentais ou órgãos do governo que de algum modo apoiaram as famílias em momentos difíceis e/ou que as ajudaram em sua luta pela terra, no desenvolvimento de suas atividades produtivas e/ou em sua inserção social. ** Depoimento por família. Cada família entrevistada apontou uma ou mais alternativas citadas acima.

Por outro lado, quando questionados a respeito de quais seriam as pessoas, associações, órgãos do governo ou organizações não governamentais que atuariam como entraves, atrapalhando as Comunas da Terra a se desenvolverem, verificou-se que grande parte das famílias não sabe se existem grupos que atuem dessa maneira (17%) e 8% das famílias aprontaram que não existem tais grupos.

Gráfico 20: Distribuição das famílias das Comunas da Terra conforme sua opinião a respeito de quais seriam os grupos que entravam* o desenvolvimento das Comunas da Terra**

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Pela indefinição da não oficialização do assentamento as famílias da Comuna Irmã Alberta apontaram o INCRA como principal órgão que entrava a Comuna (considerado desse modo por 7,5% dos entrevistados). A SABESP, por sua vez foi apontada apenas por 3% das famílias entrevistadas. Devido às deficiências da assistência técnica, o ITESP foi apontado como órgão que entrava a Comuna Dom Tomás Balduino por 7,5% das famílias. A desconfiança entre as famílias dessa Comuna também foi apontado como um problema por 4% das famílias entrevistadas. No Caso da Comuna Dom Pedro Casaldáliga vários grupos foram listados dentre os quais se destacam a prefeitura de Cajamar (9%) e problemas com meio ambiente (8%), como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 15: Distribuição das famílias das Comunas da Terra conforme sua opinião a respeito de quais seriam os grupos que entravam* o desenvolvimento das Comunas da Terra**

	C. T. D. Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	Total de entrevistas
Ministério Público	0	0	1	1
Especulação Imobiliária	1	0	1	2
Preconceito da população	0	0	2	2
Mídia	1	4	1	6
Políticos (Serra, Alckmin, Kassab)	0	6	0	6
Governo do Estado, PSDB	1	6	0	7
A direção do assentamento	5	0	0	5
Os próprios assentados	4	2	1	7
Problemas com o Meio Ambiente	2	0	10	12
SABESP	0	4	0	4
Prefeitura de São Paulo	0	2	0	2
Prefeitura de Franco da Rocha	5	0	0	5
Prefeitura de Jundiaí	0	0	6	6
Prefeitura de Cajamar	0	0	14	14
Burocracia	6	3	0	9
INCRA/ITESP	12	12	0	24
Outros	4	3	1	8
Não tem	10	1	1	12
Não sabe	15	8	4	27

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *grupos que entravam: Definidos como pessoas, grupos, organizações não governamentais ou órgãos do governo que de algum modo criaram problemas para as famílias e/ou que as atrapalharam sua luta pela terra, o desenvolvimento de suas atividades produtivas e/ou a sua inserção social. **Depoimento por família. Cada família entrevistada apontou uma ou mais alternativas citadas acima.

* * *

Neste terceiro capítulo realizou-se a caracterização das Comunas da Terra da RMSP por meio de dados quantitativos e qualitativos levantados em campo de modo a caracterizar quem são as famílias das Comunas, qual é a terra das Comunas da Terra e como ocorre a relação das famílias com a sociedade e o território nos quais se inserem. No quarto capítulo busca-se analisar quais agentes de produção do espaço ganham e quais perdem com a implantação das Comunas da Terra nas franjas de expansão urbana da RMSP.

Capítulo 04 – Quem ganha e quem perde com as Comunas da Terra?

No capítulo três, foi feita a caracterização das Comunas da Terra por meio de três temáticas principais – quem são as famílias, qual é a terra das Comunas da Terra e qual é a relação das Comunas da Terra com a sociedade e o território nos quais elas se inserem.

Neste quarto capítulo, busca-se analisar as Comunas da Terra a partir de quais agentes da produção do espaço são beneficiados e quais agentes são prejudicados pela sua implantação. Para facilitar essa análise, o capítulo é dividido em quatro temas principais:

- **Questão fundiária:** como as Comunas da Terra se inserem na questão fundiária e quais grupos ganham e perdem com a implantação das Comunas;
- **Acesso ao trabalho:** de que maneira as Comunas da Terra proporcionam a inserção das famílias no mercado de trabalho;
- **Preservação ambiental:** quais são as contribuições das Comunas da Terra para a preservação ambiental e quem se beneficia com essas contribuições;
- **Agricultura familiar e abastecimento:** como as Comunas da Terra contribuem para o fornecimento de alimentação de qualidade para a sociedade.

4.1. Questão fundiária

Com as Comunas, as famílias passam a ter acesso à terra, o que é inegavelmente uma conquista. No entanto, especialmente após a desapropriação e o parcelamento dos lotes, surge a questão de como garantir a *permanência* das famílias na terra conquistada⁸⁷ - a permanência na terra está diretamente ligada à capacidade da família de obter seus meios de vida por meio do lote. Para tanto, são necessárias cinco condições principais:

1. **Acesso à terra para produção;**
2. **Conhecimento do processo produtivo;**
3. **Acesso à infraestrutura básica no lote (água, estradas e rede elétrica);**
4. **Acesso aos insumos agrícolas (adubos, vacinas, ferramentas, sementes etc.);**
5. **Acesso ao mercado consumidor para venda dos produtos (transporte da mercadoria).**

Em geral, o que se vê nas Comunas é que essas condições não são atendidas:

Em relação ao **acesso à terra para produção**, a dimensão reduzida do lote já se tornou um problema para muitas famílias. Em assentamentos comuns, nos quais o tamanho do lote varia

⁸⁷ Sobre esse tema, consultar o texto (CARVALHO, 2002, pp. 233-259).

em dimensões próximas ao *módulo fiscal*⁸⁸ local, frequentemente verifica-se o problema da impossibilidade da manutenção de um *núcleo familiar ampliado*⁸⁹ dentro de um único lote, uma vez que a dimensão dessa unidade produtiva prevê a manutenção de uma única família. Nesses casos, a alternativa encontrada por seus membros é a saída do lote em busca de outra terra (como no caso das famílias das Comunas da RMSP que vieram de outros assentamentos do MST do interior de São Paulo) ou a procura pelo trabalho formal ou informal (urbano ou rural) no entorno do assentamento. No caso das Comunas da Terra, essa situação é ainda mais crítica devido à dimensão reduzida do lote, que chega a inviabilizar a manutenção do próprio *núcleo familiar reduzido*⁹⁰, especialmente no caso de famílias extensas. Diante dessa situação, membros dessas famílias das Comunas também buscam trabalhos informais, especialmente nas cidades do entorno.

Quanto ao **conhecimento do processo produtivo**, 72% das famílias apresentam pouca familiaridade com o manejo agrícola, e mesmo algumas que tiveram experiência com a agricultura em sua terra natal ainda apresentaram dificuldades de adaptação, por não terem conhecimento de como realizar o manejo agrícola adequado ao tipo de solo, ao clima e ao bioma encontrados na Comuna. Uma vez que nem a assistência técnica governamental nem dirigentes do MST fazem o acompanhamento constante do processo produtivo, muitas famílias cometeram vários erros nos primeiros ciclos produtivos ligados, por exemplo, à correção da acidez do solo, ao uso de fertilizantes, plantio incorreto de sementes com espaçamentos muito pequenos ou muitas sementes por covas, o que contribuiu para a redução da produtividade e para o desperdício na aplicação de créditos de produção. Além disso, a baixa escolaridade de muitos membros das Comunas – 53% dos entrevistados com idade acima de 18 anos têm menos de seis anos de estudo – dificulta a busca de informações e capacitações por conta própria. Três ONGs⁹¹ têm apoiado as Comunas, por meio da realização de capacitações para o beneficiamento da produção (normalmente ligada ao artesanato em palha de bananeira ou bambu) ou pela compra da produção agrícola *in loco*, mas esse apoio também ocorre de modo esporádico.

No caso do **acesso à infraestrutura básica no lote**, como foi apontado no segundo e no terceiro capítulos, tanto a Comuna Dom Tomás Balduino quanto a Comuna Dom Pedro Casaldáliga apresentam problemas quanto ao acesso à água e à conservação das estradas. Por ser um acampamento, a Comuna Irmã Alberta encontra-se em situação ainda mais precária, uma vez que não houve investimentos públicos para implantação, recuperação ou conservação da infraestrutura básica nessa Comuna. Como consequência, verifica-se em todas as Comunas a

⁸⁸ Instituído pela lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, o Módulo Fiscal consiste numa unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: (I) Tipo de exploração predominante no município; (II) Renda obtida com a exploração predominante; (III) Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; (IV) Conceito de propriedade familiar. Os Módulos Fiscais dos municípios de Franco da Rocha, São Paulo e Cajamar são 7, 5 e 7 ha, respectivamente.

⁸⁹ O *núcleo familiar ampliado* é constituído pelo *núcleo familiar reduzido* – mãe, pai e filhos –, aumentado por outros parentes como cônjuges dos filhos, netos, sogros, pais, avós, tios ou agregados sem parentesco.

⁹⁰ Consultar nota de rodapé anterior.

⁹¹ As principais ONGs que apoiam a Comuna Dom Tomás Balduino são o Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (CEEP), a Organização Popular Aymberê (OPA), além do grupo Comer Ativamente, da USP.

limitação da capacidade produtiva e dificuldades no transporte da produção agrícola, pela deficiência no acesso à infraestrutura básica no lote.

O **acesso aos insumos agrícolas** seria obtido por meio de créditos a fundo perdido – créditos de investimento inicial e fomento – e pela linha de crédito do PRONAF. No entanto, a morosidade do processo de implantação dos Projetos de Assentamento atrasa a concessão desses créditos para as famílias. Como pode ser visto na tabela a seguir, apenas após cinco anos da ocupação da Fazenda São Roque é que as Famílias da Comuna Dom Tomás Balduino começaram a receber os créditos de investimento inicial e fomento. Na Comuna Dom Pedro Casaldáliga, o acesso a esses créditos demorou três anos; e após 12 anos de ocupação, as famílias da Comuna Irmã Alberta ainda não acessaram nenhum crédito.

Tabela 16: Período de implementação das etapas dos projetos de assentamento das Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga

Comuna da Terra	Ano da Ocupação	Ano da desapropriação	Ano do acesso ao investimento inicial e fomento	Ano do acesso ao PRONAF
Dom Tomás Balduino	2001	2006	2006/2007	2009
Irmã Alberta	2002	Não foi desapropriada	Não houve acesso aos créditos	Não houve acesso ao crédito
Dom Pedro Casaldáliga	2004	2007	2007/2008	2009

Fonte: elaboração própria a partir de dados do INCRA e do ITESP.

Sem acesso aos créditos, no período inicial da ocupação as famílias utilizaram suas próprias economias e buscaram ocupações informais de trabalho para garantir a obtenção dos meios de vida e para permanecerem na terra.

Quanto **ao acesso ao mercado consumidor para venda da produção**, o que se verificou foi a desconexão de programas municipais de abastecimento com a política de reforma agrária: apesar das famílias das Comunas terem a capacidade de fornecer alimentos de qualidade para os municípios em que se inserem – Franco da Rocha, São Paulo e Cajamar –, o programa de compra direta da CONAB, do qual grande parte das famílias das Comunas participa, pertence à prefeitura municipal de Guarulhos. Além da CONAB, as famílias vendem sua produção de porta em porta, modo pelo qual acabam obtendo melhor rentabilidade na venda. Enquanto a CONAB paga preços por atacado praticados no CEAGESP, ao venderem a produção diretamente para o consumidor as famílias podem vender a produção a preços de varejo. Como poucas famílias possuem veículos como carros ou motos, algumas optam por se associar aos proprietários desses veículos, para viabilizar a venda. No entanto, a maioria acaba por transportar a produção de bicicleta ou até mesmo a pé, em carrinhos de mão, até o núcleo urbano mais próximo, o que limita bastante a quantidade de produtos que podem comercializar.

Na proposta das Comunas da Terra, a viabilidade da obtenção dos meios de vida de uma família em um lote com dimensão variável entre 0,5 a 1,2 ha estaria diretamente ligada às altas produtividade e rentabilidade da produção agrícola, aplicadas de modo intensivo com grande investimento em recuperação do solo, fundamentada no cultivo de produtos com alta valorização no mercado, como é o caso dos produtos orgânicos. No entanto, as famílias não têm acesso às condições necessárias para garantir a produtividade e rentabilidade, pela falta do acesso à

informação, à infraestrutura básica do lote, aos insumos necessários ao cultivo e aos mercados consumidores que valorizam esses produtos e estão dispostos a pagar pela qualidade. Apesar da produção agrícola ser uma importante alternativa para todas as famílias entrevistadas, por reduzir a sua dependência do mercado, para a grande maioria delas é impossível garantir a obtenção dos meios de vida sem o auxílio de ocupações informais de trabalho fora do lote.

Se, como apontou José Agnaldo Gomes (2005, p. 16), “teto sem trabalho não reduz a precariedade da vida” para as pessoas em situação de rua que participaram de ocupações de luta por moradia do MTST, o mesmo pode ser dito em relação às Comunas da Terra: para as famílias, *a terra, sem a possibilidade de obtenção dos meios de vida por meio do trabalho, também não reduz a precariedade da vida*. Como resultado, esse estado de precarização acaba sendo a principal motivação para as famílias desistirem da terra.

As causas deste estado de precarização nas Comunas estariam ligadas a diferentes fatores. A ação do Estado contribui para a precarização com sua política de reforma agrária. A precariedade da infraestrutura básica do lote e a demora no acesso a créditos de produção não ocorrem somente das Comunas da Terra da RMSP, mas na política de reforma agrária brasileira desde a abertura política, em 1985: conforme um estudo do NEAD em Projetos de Assentamentos distribuídos por todo o Brasil apenas 27% apresentava acesso à rede elétrica em todos os lotes, a maioria apresentava lotes com falta de água ou água de má qualidade, 80% não apresentavam nenhum tipo de escoamento do esgoto e apenas em 30% as estradas encontravam-se em bom estado de conservação. Em relação ao tempo para liberação de créditos, verificou-se que nesses Projetos de Assentamento a liberação de créditos iniciais era realizada, em média, após quatro anos da ocupação da terra (LEITE, 2004, pp. 88-95). Assim, apesar do Estado acessibilizar a terra por meio da criação de assentamentos de reforma agrária, ele não provê as *condições de trabalho* necessárias para a obtenção dos meios de vida das famílias.

A política de reforma agrária não alterou a estrutura fundiária concentradora de terra: conforme o IBGE, o índice de Gini⁹² referente à estrutura agrária brasileira levantado no Censo Agropecuário de 2006 foi de 0,872, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856) (IBGE, 2006).

Além disso, a viabilização da implantação da proposta das Comunas da Terra pelo Estado passa pela criação de lotes pequenos de reforma agrária. Se a capacidade de assentamento de cada Comuna da Terra fosse estabelecida tendo como referência o módulo fiscal municipal, haveria a redução da capacidade de assentamento de cada Comuna para menos da metade das famílias atualmente assentadas, como mostra a tabela a seguir:

⁹² O índice de Gini varia entre 0 e 1, sendo 0 a distribuição igualitária da terra entre toda a sociedade e 1 a concentração de toda a terra em um único proprietário.

Tabela 17: Capacidade de assentamento estabelecida pelo INCRA e pelo ITESP em contraposição à capacidade estabelecida pelo módulo fiscal municipal

	C. T. Dom Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. Dom Pedro Casaldáliga
Nome do Imóvel	Fazenda São Roque	Fazenda Itahyê	Fazenda São Luís
Município	Franco da Rocha	São Paulo	Cajamar
Módulo Fiscal Municipal (ha)	7	5	7
Área Total do Imóvel (ha)	538,73	115,68	123,06
Área útil agricultável (ha)	180,87	71,82	71,31
Capacidade de assentamento estipulada pelo INCRA ou ITESP	61	37	32
Capacidade de assentamento considerando-se o tamanho do módulo fiscal municipal (área útil agricultável/módulo fiscal municipal)	25	14	10

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INCRA e do ITESP.

Simultaneamente, a relação do preço da terra por beneficiário, usada frequentemente por esses órgãos para medir a viabilidade econômica da desapropriação de um imóvel, poderia se tornar economicamente inviável para o Estado, especialmente quando comparada ao custo de desapropriação de assentamentos localizados no interior de São Paulo, onde os imóveis rurais costumam ter valorização menor que na RMSP. A diferença entre a relação do preço da terra por beneficiário a partir da capacidade de assentamento estipulada pelo INCRA e pelo ITESP e a estipulada a partir do módulo fiscal municipal pode ser vista a seguir:

Tabela 18: Relação do preço da terra por beneficiário, considerando-se a capacidade de assentamento estabelecida pelo INCRA e pelo ITESP em contraposição à capacidade estabelecida pelo módulo fiscal municipal

	C. T. Dom Tomás Balduino	C. T. Irmã Alberta	C. T. Dom Pedro Casaldáliga
Nome do Imóvel	Fazenda São Roque	Fazenda Itahyê	Fazenda São Luís
Capacidade de assentamento pelo INCRA ou ITESP	61	37	32
Capacidade de assentamento considerando-se o tamanho do módulo fiscal municipal (área útil agricultável/módulo fiscal municipal)	25	14	10
Valor da obtenção do imóvel	(Sem informação)	R\$ 11.406.484,40	R\$ 1.742.183,84
Relação do preço da terra por beneficiário (para capacidade de assentamento estipulada pelo INCRA/ITESP)	(Sem informação)	R\$ 308.283,36	R\$ 54.443,25
Relação do preço da terra por beneficiário (para capacidade de assentamento estipulada pelo módulo fiscal municipal)	(Sem informação)	R\$ 814.748,89	R\$ 174.218,38

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INCRA e do ITESP.

Mesmo que a área reduzida dos lotes leve à inviabilização da obtenção dos meios de vida pelas famílias, a viabilização econômica da implantação dessa proposta para o Estado passaria necessariamente pela criação de lotes menores que o módulo fiscal.

Além disso, a desarticulação entre as diferentes esferas municipal, estadual e federal do Poder Público dificulta o controle do Estado sobre as pressões que o crescimento urbano formal e informal exercem nas Comunas, dando margem a conflitos pela terra.

Diante deste contexto, os ganhos das famílias em relação à sua inserção nas Comunas da terra são significativos ao permitir acesso à moradia e ao contribuir para a obtenção de seus

meios de vida, mas estão longe de permitir às famílias uma situação de inclusão social e de obtenção de direitos básicos. Por outro lado, as mudanças na estrutura fundiária urbana e rural não são significativas a partir da implantação das Comunas da Terra da RMSP. Em relação ao MST, a existência das Comunas da Terra nas franjas de expansão urbana de São Paulo é um fator estratégico para facilitar a realização do trabalho de base na RMSP, cooptando novas famílias para lutar pela terra, tanto na região metropolitana quanto no interior de São Paulo. Diante dessa questão, mesmo com o esvaziamento atual do MST e com as dificuldades apresentadas pelas Comunas da RMSP, no futuro o Movimento Sem-Terra pretende lutar pela implantação de novas Comunas da Terra na RMSP.

4.2. Acesso ao trabalho – relação com acesso ao mercado consumidor para venda da produção

Por meio do trabalho na terra, as famílias das Comunas conseguem simultaneamente se inserir no mercado, pela venda da produção agrícola, e conseguem reduzir sua dependência deste, com o autoconsumo. No entanto, a maior parte das famílias não consegue obter os meios de vida necessários à sobrevivência do seu núcleo familiar ao longo do ano somente pelo trabalho agrícola. Como foi mencionado anteriormente, essa situação se dá pela ausência das condições necessárias para as famílias garantirem a obtenção de seus meios de vida, ligadas ao tamanho reduzido do lote, à falta de conhecimento do processo produtivo, à falta de acesso à infraestrutura básica do lote e de insumos agrícolas, além do acesso limitado aos mercados consumidores. Desse modo, as famílias deixaram a precarização das condições de trabalho em seus locais de origem e se inseriram em outro tipo de precarização do trabalho, apesar de terem, por meio das Comunas, acesso à terra para trabalho e moradia.

As soluções encontradas pelas famílias para driblar a precarização das condições de trabalho nas Comunas passam principalmente por duas alternativas: a realização de trabalhos informais fora do lote e a cooperação entre as famílias. Em sua maioria, as famílias têm preferido buscar trabalhos informais como estratégia principal para complementação da renda em períodos de entressafra (84,02% das famílias entrevistadas nas três Comunas), enquanto a estratégia de cooperação realizada entre pequenos grupos é adotada com menor frequência (58,84% das famílias entrevistadas) como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 21: Estratégias adotadas pelas famílias para driblar a precarização das condições de trabalho nas Comunas da Terra

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. (1) Foram consideradas relações como apoio para o beneficiamento e artesanato, troca de dias, troca de produtos agrícolas, dentre outras.

Apesar da importância da adoção dessas estratégias, elas consistem em uma solução **paliativa**: a resolução dessa questão passaria pela criação de condições de trabalho que possibilitassem às famílias obtenção dos meios de vida pela produção agrícola.

As causas da precarização das condições de trabalho têm suas origens na gestão do Estado. Para a implantação dos programas de reforma agrária, são destinados recursos de acordo com o número de beneficiários a serem atendidos. No entanto, o valor dos recursos é frequentemente menor do que o valor para a implantação da infraestrutura mínima necessária à produção agrícola. Essa restrição dos investimentos governamentais na reforma agrária frequentemente é justificada pelo alto custo do investimento por família, quando comparado a programas urbanos de habitação e de urbanização de assentamentos precários. Uma vez que a densidade populacional urbana é muito maior que a rural, mais pessoas são beneficiadas pelo mesmo investimento.

No entanto, o investimento em reforma agrária, além de proporcionar a geração de emprego e renda e o acesso à moradia para seus beneficiários, contribui para o abastecimento de alimentos para a população. Consequentemente, a abrangência deste programa gera contribuições sociais mais amplas que os programas habitacionais e de urbanização de assentamentos precários. O baixo investimento em infraestrutura pelo Estado reflete o interesse de grupos detentores de terras e do próprio agronegócio de que o programa de reforma agrária não proporcione as condições mínimas para que a agricultura familiar desenvolvida nos assentamentos se torne economicamente competitiva, o que justificaria a expansão desse programa.

Por outro lado, tanto o MST quanto as famílias assentadas também contribuem para a precarização das condições de trabalho, ao banalizar essa situação e ao aceitá-la. É frequente no discurso de algumas famílias e até mesmo de alguns dirigentes a ideia de que *“para quem nunca teve nada, o que vier é lucro”*. A luta pelos direitos civis e pela redução da desigualdade social não deveria adotar essa ideia como um princípio, e sim deveria perseguir seu objetivo. No entanto, após terem acesso ao lote individual de produção, muitas famílias perdem a noção de que ainda é necessário lutar pelo acesso aos meios de produção necessários à agricultura familiar, contentando-se com o pouco que recebem.

Em relação aos dirigentes do MST, além da banalização da precarização das condições de trabalho, é possível verificar outra questão importante: ao ocupar uma propriedade improdutiva, o MST consegue atingir o coração da questão agrária, por evidenciar o descumprimento da função social da propriedade da terra. No entanto, a reivindicação pela implantação dos meios de produção necessários ao trabalho agrícola, realizada por meio das marchas dos Sem-Terra ou pela ocupação de sedes de órgãos do Estado, não consegue ter a mesma persuasão. Normalmente, quando são atendidas as reivindicações realizadas nessas manifestações, são intervenções pontuais em assentamentos com alto grau de precarização, mas não são alteradas a distribuição e a implementação dos recursos destinados a garantir os meios de produção.

Deste modo, a implantação dos assentamentos de reforma agrária reproduzem a desigualdade da sociedade brasileira sob novos moldes: permitindo o acesso à terra e à moradia, mas impossibilitando a inserção social das famílias, ao gerar a precarização das condições de trabalho.

4.3. Preservação ambiental

Para a implantação das Comunas da Terra – e de qualquer assentamento de reforma agrária no País –, é realizado o levantamento do *uso do solo do imóvel*, momento em que são caracterizados os recursos naturais existentes na propriedade. Apoiados no Código Florestal, técnicos do INCRA ou do ITESP verificam *in loco* e em órgãos ambientais regionais o cumprimento da legislação ambiental pela averbação da Reserva Legal, que no caso das Comunas deve destinar 20% da área do imóvel à preservação ambiental, além da delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APP), como nascentes e margens de cursos d'água, brejos, topos de morro, encostas com declividade superior a 45°, dentre outros. Caso seja verificado o descumprimento da preservação ambiental na APP ou da Reserva Legal, para a implantação do Projeto de Assentamento realiza-se a recuperação da cobertura vegetal dessas áreas. A partir da delimitação dos perímetros de APP e Reserva Legal e da exclusão de áreas construídas e de estradas, os técnicos determinam a área útil do assentamento passível de ser parcelada e utilizada para o manejo agrícola.

No caso da Comuna Dom Tomás Balduino, verificou-se que a Fazenda São Roque apresentava grande parte da APP preservada. Nas Comunas Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga, essa situação era um pouco diferente, uma vez que havia pastos e plantações de eucalipto na APP. Para a implantação das Comunas Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, foram realizadas as averbações da Reserva Legal em áreas onde existiam maciços vegetais densos e bem conservados. As dimensões da APP e da Reserva Legal correspondentes a cada um desses imóveis podem ser vistas na tabela a seguir:

Tabela 19: Dimensões das áreas de preservação ambiental existentes nas Comunas da Terra da RMSP

Comuna da Terra	Nome do Imóvel	Área total do imóvel	Área da APP	Área da Reserva Legal
Dom Tomás Balduino	Fazenda São Roque	538,73 ha	250,12 ha	107,74 ha
Irmã Alberta	Fazenda Itahyê	115,68 ha	20,72 ha ⁽¹⁾	23,14 ha ⁽²⁾
Dom Pedro Casaldáliga	Fazenda São Luís	123,06 ha	27,14 ha ⁽¹⁾	24,61 ha

Fonte: elaboração própria a partir do laudo de vistoria da Fazenda São Roque realizado pelo ITESP e dos laudos de vistoria das Fazendas Itahyê e São Luís realizados pelo INCRA. (1) Atualmente, a APP ainda apresenta áreas cobertas por pastos e plantações de eucalipto. (2) Área a ser averbada com a criação do assentamento.

As dimensões das áreas de preservação ambiental implantadas ou em vias de implantação nas Comunas têm dimensões consideráveis; somando-se a APP e a Reserva Legal, 66% da Comuna Dom Tomás Balduino estariam ocupados por áreas de preservação ambiental, enquanto na Comuna Irmã Alberta e na Comuna Dom Pedro Casaldáliga, aproximadamente 38% e 42%, respectivamente, estariam destinados a esse fim.

Além disso, o próprio manejo agroecológico adotado nas Comunas da Terra contribui para a conservação ambiental, uma vez que buscam a redução dos impactos da atividade agrícola pelo uso racional dos recursos naturais, como a reutilização da água, a implantação de técnicas de compostagem de resíduos orgânicos e o uso de esterco de animais de pequeno porte para a adubação do solo, além de adoção de culturas permanentes que evitam processos erosivos

(realizadas em grande parte por famílias de identidade urbana) ou a rotação de culturas para reposição dos nutrientes do solo (adotada geralmente por famílias de identidade rural), dentre outras práticas.

Inegavelmente, toda intervenção humana sobre o meio ambiente gera impactos ambientais. No entanto, por meio da preservação de extensas áreas de mata, pela recuperação de APPs e pelo manejo agroecológico, as Comunas da Terra da RMSP contribuem para a preservação do meio ambiente. Na escala municipal, as Comunas da Terra contribuem para a conservação de remanescentes da Mata Atlântica e permitem a melhoria da qualidade do ar pela fixação de carbono. A cobertura vegetal, especialmente quando se encontra nos topos de morros, auxilia a absorção da água das chuvas, direcionando-a para lençóis freáticos, e reduzindo o impacto de enchentes. Por outro lado, a preservação da mata ciliar contribui para a contenção de resíduos nas margens de cursos d'água, contribuindo para a manutenção da qualidade da água. Tanto a preservação de matas secundárias quanto o manejo agroecológico contribuem para a conservação dos solos ao buscarem a preservação da cobertura vegetal, prevenindo o surgimento de processos erosivos.

Especialmente na Comuna Dom Pedro Casaldáliga, essas práticas preservacionistas tornam-se particularmente importantes, funcionando como uma espécie de *amortecimento*⁹³ da ação antrópica exercida no entorno, ligada tanto ao manejo agrícola por meio de cultivos de eucalipto no entorno da propriedade e da Serra do Japi quanto em relação à pressões da expansão urbana sobre a Serra do Japi.

Apesar das contribuições das Comunas da Terra da RMSP para a preservação ambiental, a partir do capítulo três verificou-se que não existe integração da política municipal de conservação ambiental com as Comunas da Terra. Mais do que isso, partindo-se de uma concepção da preservação ambiental em que o ambiente natural deveria permanecer desabitado e livre da interferência predatória da ação humana, entidades contrárias à implantação da Comuna Dom Pedro Casaldáliga reivindicavam que as famílias fossem retiradas da Fazenda São Luís. Curiosamente, antes da ocupação do imóvel, a fazenda apresentava plantações de eucalipto ocupando inclusive APPs, além de não possuir Reserva Legal averbada, e seu antigo proprietário nunca chegou a ser penalizado por isso. A implantação de um condomínio fechado de luxo no sopé da Serra do Japi, no município de Cabreúva, com 357 lotes (11 vezes mais famílias que no caso da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga), foi permitida e licenciada por órgãos ambientais.

Como foi descrito no capítulo um, no governo FHC a legislação ambiental foi utilizada frequentemente como instrumento para burlar diversas desapropriações de fazendas, com a justificativa de que essas propriedades poderiam ser consideradas áreas de interesse para preservação, ou para burocratizar processos de implantação de diversos assentamentos. Por meio desse mesmo artifício, os grupos ambientalistas contrários à criação da Comuna Dom Pedro

⁹³ *Zona de amortecimento* consiste em uma faixa no entorno de uma unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. A Comuna Dom Pedro Casaldáliga teria uma função similar, contudo em uma escala pontual em relação ao perímetro do tombamento da Serra do Japi.

Casaldáliga usam a aplicação arbitrária da lei para defender interesses patrimoniais escondidos por trás do discurso ambiental, de modo a evitar que um assentamento de reforma agrária desvalorize uma área com potencial para a implantação de condomínios fechados de luxo.

Em suma, com a implantação das Comunas da Terra da RMSP, toda a população do entorno ganha com os benefícios da preservação ambiental. Perdem os grupos detentores de terras que pretendiam usar a preservação ambiental para a especulação fundiária.

4.4. Agricultura familiar e abastecimento

As Comunas da Terra geram contribuições sociais mais amplas que o acesso à terra para as famílias, colaborando também para o fornecimento de alimentos para a sociedade brasileira. Diante disso, as Comunas se inserem na discussão sobre o acesso à alimentação no País.

No Brasil, o abastecimento alimentar é realizado predominantemente por conta da agricultura familiar: “Em 2006, os agricultores familiares forneciam 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite de vaca e cabra e 59% do plantel de suínos, 50% de aves e 30% dos bovinos. Além disso, absorvem 75% de toda a população ocupada em estabelecimentos agropecuários no País (16,5 milhões de pessoas)” (CONSEA, 2010, p. 10). O acesso à alimentação é uma questão estratégica, especialmente na conjuntura brasileira atual, em que o aumento da renda familiar, tanto no campo quanto na cidade, estimula a tendência de elevação da demanda por alimentos no País.

Apesar disso, a política pública de abastecimento nacional tem sido baseada em uma coalizão de forças em prol do desenvolvimento do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar. Isso pode ser constatado pela própria dotação orçamentária dos ministérios, que reflete o apoio do Estado ao setor: enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que realiza a assistência ao agronegócio, teve em 2013 a previsão orçamentária de R\$ 22,3 bilhões, dos quais seriam alocados aproximadamente R\$ 7 bilhões para financiamentos voltados ao agronegócio, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelo desenvolvimento da agricultura familiar, havia a previsão de destinação de R\$ 5 bilhões para a organização agrária e, desse total, R\$ 2,3 bilhões seriam destinados especificamente para a reforma agrária (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012, p. 28 e 49). Essa estrutura administrativa reproduz a tendência histórica de se privilegiar a agricultura para exportação, realizada por meio do agronegócio, em detrimento ao abastecimento alimentar do País, realizado predominantemente por meio da agricultura familiar.

Uma vez que o agronegócio se apoia no cultivo de monoculturas extensivas em latifúndios com alto uso de agrotóxicos⁹⁴, a ampliação da produtividade agrícola foi acompanhada pelo avanço da degradação ambiental, por meio da contaminação dos solos, dos recursos hídricos e da própria intoxicação de trabalhadores e de populações moradoras do entorno destas plantações, e

⁹⁴ Em 2014, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (CONSEA, 2010).

essa degradação tem tomado proporções nunca antes vistas⁹⁵. Além disso, pesquisas demonstram que a expansão do agronegócio tem sido acompanhada pela concentração de terras que ocasiona como consequência pressões de expulsão de populações rurais de seus locais de origem, aumentando a ocorrência de conflitos por terra, da migração, além do aumento da miséria e da fome⁹⁶. Uma vez que estas indústrias multinacionais detêm o controle de parte significativa do mercado mundial de produção de sementes, muitos pequenos e médios agricultores acabam sendo obrigados a se sujeitar a essa matriz produtiva, pela falta de acesso às *sementes crioulas*⁹⁷.

Ao transformar produtos agrícolas em *commodities* reguladas pelo mercado, a produção alimentar realizada pelo agronegócio passa a ser norteadada para a maximização de lucros, fato que torna a sua destinação volátil, a ser vendida para o comprador com maior poder de barganha. A dependência do abastecimento alimentar de um país a um mercado com tamanha volatilidade coloca em risco a disponibilidade de alimentos, a diversidade alimentar e a preservação da biodiversidade, pelo fim do cultivo de sementes crioulas.

Diante desse cenário nacional, a proposta das Comunas da Terra é uma tentativa de criação de um modelo de produção alternativo ao agronegócio, em consonância com o desenvolvimento da agricultura familiar e que busca simultaneamente o acesso à terra, ao trabalho, a preservação ambiental, o acesso à alimentação para as famílias assentadas e a produção de alimentos para a sociedade brasileira.

Por meio da implantação da prática agrícola nas franjas de expansão urbana, as Comunas da Terra da RMSP realizaram a luta por terras nos locais anteriormente ocupados pelos *cinturões verdes*, zonas produtoras de hortifrutigranjeiros para a população urbana. O crescimento urbano e a consequente valorização do preço das terras, especialmente entre 1979 e 1984, fizeram com que a produção de alimentos na RMSP se deslocasse de perímetros de 30 a 50 km do centro de São Paulo para perímetros de 80 a 120 km da capital, o que na época gerou o aumento dos preços dos produtos, devido aos custos com transporte (também impactados pela alta do preço do petróleo) (UENO, 1989). Com as Comunas da Terra se dá a reocupação de áreas estratégicas para a produção agrícola e para o abastecimento metropolitano, o que contribui para a redução de custos de transportes, redução de atravessadores e geração de produtos com preços mais acessíveis para o consumidor e mais rentáveis para as famílias agricultoras.

⁹⁵ “O pacote tecnológico aplicado nas monoculturas em franca expansão levou o Brasil a ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Entre as culturas que mais utilizam agrotóxicos estão a soja, o milho, a cana, o algodão e os citros. Entre 2000 e 2007, a importação de agrotóxicos aumentou 207%. O Brasil concentra 84% das vendas de agrotóxicos da América Latina, e existem 107 empresas com permissão para utilizar insumos banidos em diversos países. Os registros das intoxicações aumentaram na mesma proporção em que cresceram as vendas dos pesticidas no período 1992-2000. Mais de 50% dos produtores rurais que manuseiam estes produtos apresentam algum sinal de intoxicação” (CONSEA, 2010, p. 9).

⁹⁶ (CUBAS, 2012), (CAMPOS & CAMPOS, 2007) e (ALMEIDA, 2000).

⁹⁷ Sementes crioulas são sementes de variedades locais, mais rústicas, mais adaptadas às condições locais e geralmente menos exigentes em nutrientes. São cultivares selecionadas e mantidas pelos próprios agricultores há várias gerações, sendo um importante insumo na agricultura de subsistência. Esses materiais apresentam uma grande variabilidade genética e, por isso, são também importantes no melhoramento e desenvolvimento de novas cultivares. Sementes crioulas não são necessariamente sementes orgânicas (EMBRAPA, 2007, p. 225).

A proposta das Comunas tem grande potencial de contribuição para o abastecimento alimentar da população da RMSP, especialmente das populações pobres que teriam maior dificuldade em arcar com preços altos da alimentação. Além disso, as Comunas possibilitam cultivo e a preservação de sementes crioulas e oferecem às famílias assentadas o direito de produzirem uma ampla diversidade de produtos agrícolas, necessários à manutenção nutricional da própria dieta, com diferentes espécies nativas de grãos e hortifrutigranjeiros, em detrimento do fornecimento de uma variedade limitada de produtos agrícolas pelo agronegócio. A diversificação desses produtos também contribui para a qualidade nutricional da população da RMSP, que não necessariamente obteria essa produção por meio da indústria alimentícia de alta escala.

No entanto, como foi verificado ao longo dessa pesquisa, o acesso à terra por si só não garante a alimentação das famílias em períodos de entressafra e acaba apresentando uma contribuição limitada para o abastecimento da população do entorno. A falta ou a precarização da implantação dos meios de produção, ocasionadas pelo tamanho reduzido do lote, pela falta da implantação da infraestrutura básica (rede elétrica, abastecimento de água e estradas), pela falta de acesso a insumos agrícolas e a mercados consumidores e falta de conhecimento a respeito do processo produtivo, tem impossibilitado o desenvolvimento do trabalho e, como consequência, restringido o acesso à alimentação para as famílias assentadas, especialmente nos períodos de entressafra.

Enquanto as famílias não conseguirem vencer os obstáculos ligados à falta de acesso aos meios de produção, à consolidação da autonomia em relação à organização interna da Comuna e à gestão dos processos produtivos (sejam eles individuais, em pequenos grupos ou em uma grande cooperativa) as Comunas da Terra estarão distantes de alcançar as contribuições sociais que potencialmente apresentam, especialmente em relação à redução da desigualdade social e à acessibilização da alimentação de qualidade por meio da agricultura familiar.

*

*

*

Neste capítulo, realizou-se a análise das Comunas da Terra a partir de quais agentes da produção do espaço são beneficiados e quais agentes são prejudicados pela sua implantação, orientada pelos temas da questão fundiária, do acesso ao trabalho, da preservação ambiental e da agricultura familiar e abastecimento. Na seção seguinte, encontram-se as considerações finais desta pesquisa.

Considerações finais: os dois lados de uma mesma moeda

Fonte: (Banco Central do Brasil, 2000).

O urbano e o rural podem ser vistos como dois lados de uma mesma moeda: a sociedade. Como em uma moeda, cada lado apresenta características próprias, mas, simultaneamente, ambos possuem a mesma essência, são constituídos pelo mesmo material. No Brasil, o material fundamental que constitui a nossa sociedade é uma amálgama na qual está presente a tríade composta pela concentração fundiária, pela superexploração do trabalho e pelo conservadorismo do Estado. Analisar a interação dessa tríade sobre os meios urbano e rural contribui para a compreensão da própria sociedade.

Partindo-se da hipótese de que “as Comunas da Terra da RMSP são a expressão dos conflitos pelo acesso à terra, ao trabalho e às políticas públicas inerentes aos meios urbano e rural”, esta pesquisa procurou entender como as Comunas da Terra respondem à desigualdade social criada por essa tríade e quais são os limites e as conquistas obtidas.

Verificou-se que a tríade composta pela concentração fundiária, pela superexploração do trabalho e pelo conservadorismo do Estado está diretamente ligada aos fenômenos sociais que motivaram a união de diferentes grupos em todo o Brasil, dando origem, em 1984, ao MST. Apesar do Movimento Sem-Terra ter como objetivo central a luta pela reforma agrária no meio rural, sua origem está ligada diretamente ao meio urbano, pelo questionamento do modelo de desenvolvimento urbano-industrial então adotado. Esse modelo era fundado na superexploração do trabalho rural e na expulsão e expropriação de populações rurais pela concentração fundiária rural e pela ampliação do agronegócio, que ocasionavam grandes fluxos migratórios para as cidades. Nestas, a industrialização de baixos salários, a concentração fundiária urbana e a falta de acesso à infraestrutura e às políticas públicas consolidavam a urbanização de baixos salários.

Posteriormente, entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, a união de movimentos sociais urbanos e rurais que deu origem à proposta das Comunas da Terra também teve como motivação a luta contra a desigualdade social ocasionada por essa tríade, tanto no campo quanto nas cidades. A proposta das Comunas da Terra consistiu na busca de uma alternativa de inclusão social, a partir de uma proposta que contrapunha os efeitos da concentração fundiária, da redução das políticas públicas de assistência social, da superexploração do trabalho e do alto índice de desemprego que marcaram o País naquele período.

Essas mesmas razões motivaram a mobilização das famílias que deu origem às ocupações de terras das Comunas da RMSP. Essas pessoas buscavam nas Comunas uma alternativa para uma vida melhor, em oposição à situação na qual estavam inseridas, ligada à baixa remuneração

dos salários, à superexploração em trabalhos formais e informais ou mesmo à situação de desemprego, à falta de acesso à terra para moradia (no caso das famílias de identidade urbana) e para o trabalho (para as famílias de identidade rural), à falta de acesso à infraestrutura e à violência em que eram submetidas em seus locais de moradia.

Atualmente, 12 anos após a primeira ocupação que deu origem às Comunas da Terra da RMSP, é possível dizer que a proposta das Comunas da Terra apresenta um grande potencial de transformação social, pois reúne demandas de movimentos sociais urbanos e rurais em um assentamento de reforma agrária, situado nas franjas de expansão urbana. Por meio dessa proposta, seria possível garantir o acesso à terra para o trabalho e para a moradia, conciliando a preservação ambiental e contribuindo para o abastecimento alimentar da população urbana. No entanto, esta pesquisa verificou que existe um descompasso entre a proposta das Comunas da Terra e a realidade, isto é, grande parte desse potencial transformador não é implantado. A concretização da proposta é inviabilizada pela falta de conhecimento do processo produtivo por parte das famílias e pela falta de acesso aos meios de produção (lotes de tamanhos reduzidos, ausência da infraestrutura básica do lote, de insumos agrícolas e do transporte da produção).

A inviabilização da implantação da proposta das Comunas é ocasionada por diferentes causas: as pressões de proprietários fundiários sobre o processo de desapropriação – seja pela disputa pelo preço da terra, como no caso da Fazenda Itayhê, pertencente à Sabesp, seja pela tentativa de impedir a implantação do assentamento, como foi o caso da Comuna Dom Pedro Casaldáliga – atrasaram a implantação dos assentamentos, a liberação de créditos e até mesmo inviabilizaram o acesso à terra. Até o presente momento, a Fazenda Itayhê não foi desapropriada, e na Comuna Dom Pedro Casaldáliga as famílias têm acesso à terra limitado a 20 hectares, pelo Ministério Público de Campinas.

Quanto à inserção das Comunas da Terra nas políticas públicas municipais, verificaram-se problemas ligados ao estabelecimento da proibição do exercício da atividade agrícola ou à simples não observância da existência das Comunas, especialmente em planos diretores, na política ambiental e na política agrícola e de abastecimento.

Em relação às políticas estadual e federal de reforma agrária, os recursos limitados para a implantação da infraestrutura – rede elétrica, abastecimento de água e abertura e melhorias em estradas – resultam no não atendimento de todos os lotes, fato que restringe a capacidade produtiva das famílias. Apesar das Comunas da Terra contribuírem para que as famílias tenham domínio sobre o próprio tempo e sobre os lucros obtidos pelo próprio trabalho, por outro lado a limitação da capacidade produtiva implica na impossibilidade de garantia do autoconsumo em períodos de entressafra, o que resulta na busca por ocupações de trabalho informais, fora do lote. Como consequência, apesar dos benefícios obtidos, a precarização do trabalho acaba sendo recriada dentro das Comunas.

Além disso, verificou-se que o tamanho pequeno do lote – especialmente nas Comunas Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga, que apresentam lotes de 0,5 hectares – tem limitado a capacidade de produção agrícola de várias famílias. A viabilização econômica da implantação das Comunas para o INCRA e para o ITESP passaria necessariamente pela criação de lotes menores que o módulo fiscal, uma vez que o custo elevado da terra na RMSP em relação a imóveis localizados no interior do estado acaba sendo um fator limitante para a ampliação dos lotes.

Mais do que isso, a proposta das Comunas da Terra é baseada em um modelo produtivo que se funda necessariamente na alta produtividade e rentabilidade da atividade agrícola. Além de precisarem dominar o conhecimento de técnicas produtivas e o acesso aos meios de produção, as famílias precisariam ser empreendedoras e ter conhecimento de mercado suficiente para se tornarem competitivas, o que quase nunca é uma realidade dentro das Comunas. Diante dessa situação, se as famílias optassem por realizar uma agricultura de subsistência, mesmo que tivessem acesso aos meios de produção e ao conhecimento do processo produtivo, elas necessariamente seriam obrigadas a buscar trabalhos informais fora do lote, devido à sua dimensão reduzida.

Em alguns casos, é possível notar nas políticas e nos programas de reforma agrária uma concepção de que o acesso à terra e aos créditos de habitação e produção, além da implantação da infraestrutura, não estaria ligado à acessibilização de direitos civis, mas sim uma lógica invertida na qual esses programas consistiriam em uma espécie de “caridade” do Estado para as famílias, em que qualquer doação é bem-vinda para aqueles que nunca tiveram nada na vida. Curiosamente, essa lógica invertida é frequentemente adotada pelas famílias das Comunas e pelos próprios dirigentes do MST, ao aceitarem a situação de precariedade das Comunas como uma parte inerente ao processo de criação de assentamentos. Diante disso, a reivindicação pelo acesso aos meios de produção é esvaziada, o que contribui para a manutenção da situação de precarização das Comunas da Terra.

Verificaram-se também fragilidades na organização interna das Comunas da Terra, devido à desarticulação da estrutura organizativa criada pelo MST. Essa desarticulação foi causada por duas razões principais: inicialmente, pela ausência de dirigentes após o processo de ocupação da terra, que retornavam aos acampamentos para resolver problemas já instaurados; e posteriormente, após o parcelamento da terra, pela tendência das famílias de abandonarem a mobilização coletiva para se dedicarem à própria terra. Cabe ressaltar que, apesar de lutarem pelo acesso à terra e ao trabalho, em alguns momentos os dirigentes do MST e as famílias das Comunas da Terra têm interesses diferentes. Enquanto o interesse dos dirigentes funda-se na expansão e no crescimento do MST como movimento social, o interesse das famílias é garantir a obtenção dos meios de vida necessários à manutenção de seu núcleo familiar. Consequentemente, a partir do momento em que têm acesso às condições mínimas necessárias para a garantia dos meios de vida, muitas famílias acabam se distanciando da luta pela reforma agrária defendida pelos dirigentes.

Além da desarticulação da estrutura organizativa das Comunas, observou-se que as famílias frequentemente apresentam grande dependência de dirigentes do MST e/ou de técnicos do INCRA e do ITESP para participação em políticas públicas, como a venda da produção para a CONAB ou para o acesso a créditos de produção – o que, em muitos casos, aproxima-se das relações paternalistas e clientelistas.

Como consequência geral desse conjunto de fatores, verificou-se a manutenção da desigualdade social, porém em um novo formato: ao invés de não terem acesso à terra, ao trabalho e às políticas públicas nos meios urbano e rural, as famílias passaram a ter acessos precários *dentro* das Comunas da Terra. Deste modo, verifica-se a confirmação da hipótese de que as Comunas da Terra da RMSP são a expressão dos conflitos pelo acesso à terra, pelo acesso ao

trabalho e pelo acesso à políticas públicas inerentes aos meios urbano e rural. As Comunas da Terra refletem o *nó da terra*⁹⁸ por meio da manutenção do patrimonialismo que inviabiliza o acesso à terra, por meio da concessão de políticas públicas de modo precário e, em uma lógica invertida de caridade, pela desarticulação organizativa das Comunas, pelo individualismo das famílias e pela manutenção de relações paternalistas das famílias em relação aos dirigentes do MST e aos técnicos do INCRA e ITESP.

A precarização das condições de vida das famílias nas Comunas por conta da redução de sua capacidade produtiva é particularmente interessante para setores contrários à reforma agrária. A baixa produtividade agrícola, a impossibilidade do pagamento das parcelas do PRONAF e o abandono do lote pelas famílias são questões frequentemente usadas como argumentos isolados de sua causa – a falta de acesso aos meios de produção – e para justificar a não implantação de políticas de reforma agrária, pela sua baixa eficiência.

Diante de deste contexto, a luta pela terra passa por uma ressignificação. A conquista da terra por si só não é suficiente para garantir a obtenção dos meios de vida das famílias, sendo necessário lutar pela permanência na terra. Dentro dessa luta, o potencial transformador das Comunas da Terra estaria menos ligado à *inclusão* das famílias na sociedade e no mercado e mais atrelado à *ruptura* da reprodução de velhas práticas e vícios da sociedade brasileira dentro das Comunas. Essa ruptura passaria por diferentes aspectos:

Por meio do acesso ao **conhecimento** – desde o acesso à educação básica até a formação de uma consciência de classe e de uma consciência cívica. As famílias precisam conhecer seus direitos para que possam reivindicar o direito à terra, o direito ao trabalho pela implantação dos meios de produção e o direito ao acesso às políticas públicas;

Através da criação da **autonomia do indivíduo e da comunidade**. Somente por meio da independência do indivíduo e da comunidade em relação à tutela de dirigentes do MST e de técnicos do INCRA e do ITESP seria possível realizar o estabelecimento de pautas reivindicatórias de acesso aos direitos, sem recair em situações paternalistas e clientelistas;

E, finalmente, pela **possibilidade da diferença** – através da luta pela obtenção dos meios de vida, sem necessariamente ter que se incluir em um padrão de alta produtividade e rentabilidade, que é alheio à maior parte das famílias das Comunas. Para grande parte das famílias, a maior melhoria possível a ser proporcionada pelas Comunas da Terra está ligada à liberdade, a não terem um patrão e a exercerem domínio sobre o próprio tempo e sobre os lucros obtidos pelo próprio trabalho.

⁹⁸ Nos meios urbano e rural, a terra é usada como reserva de mercado, mesmo que isso impeça o cumprimento da função social da propriedade, restringindo o acesso à terra para o trabalho e à terra para moradia para grande parte da população. Nesse contexto, a ocupação de terras que dá origem aos assentamentos precários torna-se “regra”, desde que não interfira em localizações privilegiadas. A urbanização se torna condicionada à industrialização de baixos salários e ao investimento regressivo de prefeituras em políticas sociais, enquanto a legislação é aplicada de forma ambígua de modo a privilegiar interesses setoriais. (MARICATO, 1999)

Cabe ressaltar que a reprodução de velhas práticas e vícios da sociedade brasileira pode acontecer forma automática, mas o seu rompimento só se realiza por meio da extrema consciência da existência do problema e do comprometimento com a busca pela mudança. Além disso, as verdadeiras transformações sociais que proporcionam a redução da desigualdade social não ocorrem sem a pressão de grupos contrários à sua implantação. Tanto as famílias das Comunas quando os dirigentes do MST enfrentarão restrições às suas ações em busca da implantação dos meios de produção e da implantação de outras Comunas da Terra nas franjas de expansão urbana de grandes cidades brasileiras.

Se a luta pela permanência na terra é atualmente o maior limite imposto para as famílias das Comunas e para os dirigentes do MST, é nela também que se encontra o seu maior potencial transformador. Cabe às famílias e aos dirigentes do MST o desafio de encontrar os caminhos para a realização dessa transformação social, em busca da ruptura da reprodução de velhas práticas e vícios da sociedade brasileira dentro das Comunas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. A. (2005). A mística na luta pela terra. *Revista NERA ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005*, 22-34.
- ALMEIDA, Â. M. (setembro /dezembro de 2000). Muita terra e pouco dono. Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil. *OSAL*.
- ARQUITETURA. (1963). *SHRU - Seminário de Habitação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Revista Arquitetura - nº15 de setembro de 1963 p. 17 - 24.
- Banco Central do Brasil. (26 de Outubro de 2000). *Moedas Comemorativas*. Acesso em 15 de Junho de 2013, disponível em Banco Central do Brasil: <http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/mcomemor/MC500anos.asp?idpai=MOEDAREL>
- BBC Brasil. (08 de Fevereiro de 2013). *Pela 1ª vez, transgênicos ocupam mais da metade da área plantada no Brasil*. Acesso em 01 de Outubro de 2013, disponível em BBC Brasil: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/02/130207_transgenicos_cultivo_tp.s.html
- BONDUKI, N. G. (2008). *Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula*. Acesso em 1 de fevereiro de 2011, disponível em Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo - Universidade São Judas Tadeu: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf
- BRUM, A. J. (1988). *Modernização da agricultura trigo e soja*. Petrópolis: Vozes.
- CAGNIN, R. F. (Janeiro de 2012). A evolução do financiamento habitacional no Brasil entre 2005 e 2011 e o desempenho dos novos instrumentos financeiros. *Boletim de Economia*, pp. 15-32.
- CAMPOS, C., & CAMPOS, R. (Agosto de 2007). Soberania alimentar como alternativa do agronegócio no Brasil. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, p. Barcelona.
- CÂNDIDO, A. (2010). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: 11. ed. Ouro sobre Azul.
- CASTRO, J. ([1946] 2013). *Geografia da Fome*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- CEPEA-USP. (2012). *CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - ESALQ/USP*. Acesso em 12 de dezembro de 2013, disponível em PIB Agro CEPEA-USP/CNA: <http://cepea.esalq.usp.br/pib/>
- CONDEPHAAT. (1983). *Resolução nº 011 de 08 de março de 1983 - Tombamento da Serras do Japi, Guaxinduba e Jaguacoara*. São Paulo: Secretaria da Cultura.
- CONSEA. (2010). *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil*. Brasília: CONSEA.

- CUBAS, T. E. (2012). *SÃO PAULO AGRÁRIO: REPRESENTAÇÕES DA DISPUTA TERRITORIAL ENTRE CAMPONESES E RURALISTAS DE 1988 A 2009*. Presidente Prudente: NERA/ UNESP.
- Deutsche Welle. (01 de 10 de 2010). *Brasil melhorou no governo Lula, mas desigualdade ainda é muito grande*. Acesso em 30 de Setembro de 2013, disponível em <http://www.dw.de/brasil-melhorou-no-governo-lula-mas-desigualdade-ainda-%C3%A9-muito-grande/a-6067396>
- DIEGUES, A. C., & ARRUDA, R. S. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP.
- Estado de São Paulo. (23 de Julho de 2010). *Brasil tem 3º pior índice de desigualdade no mundo*. Acesso em 30 de Setembro de 2013, disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-3-pior-indice-de-desigualdade-no-mundo,585341,0.htm>
- FERNANDES, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Franco da Rocha. (2007). *Plano Diretor Participativo de Franco da Rocha - Lei nº 618 de 11 de abril de 2007*. Franco da Rocha: Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.
- FRANCO, M. S. ([2008] c1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: 4. ed. Editora da UNESP, Biblioteca básica. Data de reimpressão: 2008.
- FREYRE, G. (1982). *Rurbanização: O que é?* Recife: Editora Massangana.
- GOLDFARB, Y. (2011). *A luta pela terra entre o campo e a cidade reforma agrária, movimentos sociais e novas formas de assentamentos*. São Paulo: Annablume.
- GOMES, J. A. (2005). *A Comuna da Terra - Utopia e Alternativa. Itinerários de sentidos e marchas de pessoas em situação de rua que buscam sua participação social*. Quito: Abya-Yala.
- Governo do Estado de São Paulo. (1984). *Lei nº 4.055 de 04 de junho de 1984 - Declara como APA a região urbana e rural do município de Cajamar*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo.
- Governo do Estado de São Paulo. (1998). Decreto 43.124/98. *Decreto nº 43.124, de 25 de maio de 1998 de São Paulo*. São Paulo, SP.
- IBGE. (2003). *Estatísticas do Século XX*. Acesso em 2013 de março de 26, disponível em IBGE: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/rural.shtm
- IBGE. (2006). *Censo Agropecuário - Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- IBGE. (2009). *Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários*. Acesso em 23 de Março de 2012, disponível em IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1
- IBGE. (2010). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro: IBGE.

- IBGE. (2011). *Censo 2010 - Aglomerados Subnormais*. Rio de Janeiro: IBGE - disponível no site: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf> em 04/05/2016.
- IBGE. (2012). *Síntese de Indicadores Sociais 2012 - Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INCRA. (2005). Processo 54190.001419/2004-50. In: I. SR-08, *Carta da divisão de terras para superintendente referente à aquisição do imóvel rural denominado Fazenda São Luís*. São Paulo: MDA.
- INCRA. (2006). Informação a Recomendação nº008/2006/PRM/CAMP. In: INCRA-SR08, *Processo Fazenda São Luís nº54190.001419/2004-50*. São Paulo: MDA - Serviço Público Federal.
- INCRA. (2008 (a)). Informação ao processo 54190.004734/2008-62 Fazenda Itahyê Sabesp. In: I. SR-08, *Processo de desapropriação da Fazenda Itahyê (Setor de Obtenção de Terras)* (pp. 174-175). São Paulo: MDA.
- INCRA e ITESP. (2008). *Laudo Agrônômico de Fiscalização da Fazenda Itahyê*. São Paulo: INCRA - ITESP.
- IPEA. (2012). *Presidência da República Federativa do Brasil*. Acesso em 31 de Janeiro de 2012, disponível em IPEADATA: <http://www.ipeadata.gov.br/>
- IPEADATA. (2012). *IPEA*. Acesso em 31 de Janeiro de 2012, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>
- ITESP. (2000). *Laudo de Vistoria da Fazenda São Roque no município de Franco da Rocha*. São Paulo: ITESP.
- ITESP. (2001). *Laudo de Avaliação da Fazenda São Roque*. São Paulo: ITESP.
- Jornal da UNICAMP. (2007). O novo mundo do trabalho: o trabalho no novo mundo. *Jornal da UNICAMP*, 09 a 15 de abril de 2007. p: 06-08.
- KOWARICK, L. (1993). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEITE, S. (2004). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Sergio Leite (ET AL). São Paulo: Editora UNESP.
- MARICATO, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo.
- MARICATO, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec.
- MARICATO, E. (2011). *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

- MARICATO, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! In: E. [MARICATO, *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 19-26). São Paulo: Boitempo Editorial e Carta Maior.
- MARTINS, J. S. (1994). *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC.
- MARTINS, J. S. (1996). *Linchamento: o lado sombrio da mente conservadora*. Acesso em 5 de março de 2013, disponível em Tempo Social; Revista de Sociologia USP, São Paulo, 8(2): 11-26 outubro de 1996: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol08n2/linchamento.pdf>
- MARTINS, J. S. (1996). *O cativo da terra* (6ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, M. L. (2006). *Moradia e mananciais: tensão e diálogo nas metrópoles*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP.
- MATHEUS, D. (2003). *Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: a Comuna da Terra*. Juiz de Fora: TCC elaborado para o curso de realidade brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros da Universidade Federal de Juiz de Fora. Parceria: Faculdade de Serviço Social/UFJF/ MST (Escola Nacional Florestan Fernandes).
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2012). *Portal da Transparência*. Acesso em 12 de dezembro de 2013, disponível em Orçamento Federal ao Alcance de Todos: http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/documentos/orcamento_federal_alcance_todos.pdf
- MNLM. (20 de Janeiro de 2010). *MNLM - Quem Somos!* Acesso em 10 de Dezembro de 2010, disponível em Movimento Nacional de Luta pela Moradia: <http://www.mnlnet>
- MONTE-MÓR, R. L. (2003). Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: L. B. Castriota(org), *Urbanização brasileira: redescobertas* (pp. 260 – 271). Belo Horizonte: Editora C/ Arte.
- MST. (1985). *Carta do 1º Congresso Nacional do MST*. Acesso em 10 de março de 2013, disponível em MST: <http://www.mst.org.br/node/7161>
- MST. (1987). *3º Encontro Nacional - Nossas prioridades: organização de base; formação dos companheiros; articulação com a cidade: organização dos assentados*. (Caderno de Formação nº 12). . São Paulo.
- MST. (1990). *Carta do 2º Congresso Nacional do MST*. Acesso em 10 de março de 2013, disponível em <http://www.mst.org.br/node/840>
- MST. (1995). *Carta do 3º Congresso Nacional do MST*. Acesso em 10 de Março de 2013, disponível em <http://www.mst.org.br/node/841>
- MST. (1998). *Caderno de Cooperação Agrícola nº05 - Sistema Cooperativista dos Assentados*. São Paulo: CONCRAB.
- MST. (2000). *Carta do 4º Congresso Nacional do MST*. Acesso em 11 de março de 2013, disponível em <http://www.mst.org.br/node/842>

- MST. (2001). *O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no acampamento*” *Caderno de Cooperação Agrícola nº10*. São Paulo: CONCRAB.
- MST. (2007). *Carta do 5º Congresso Nacional do MST*. Acesso em 28 de Setembro de 2013, disponível em <http://www.mst.org.br/especiais/10>
- MST. (01 de Julho de 2008). *Nosso assentamento, nossa casa*. Acesso em 18 de Fevereiro de 2012, disponível em MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: <http://www.mst.org.br/jornal/284/estados>
- MST. (13 de Janeiro de 2013). *Por que a desapropriação de terras está parada no governo Dilma?* Acesso em 30 de Setembro de 2013, disponível em <http://www.mst.org.br/content/por-que-desapropriacao-de-terras-esta-parada-no-governo-dilma>
- OLIVEIRA, F. (1982). O Estado e o Urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, 36-54.
- PRADO Jr., C. (1976). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Prefeitura Municipal de Cajamar. (2007). *Lei Complementar nº 095/2007 - Plano Diretor do Município de Cajamar*. Cajamar: Prefeitura Municipal de Cajamar.
- Prefeitura Municipal de Franco da Rocha. (2012). *História da Cidade de Franco da Rocha*. Acesso em 27 de Fevereiro de 2012, disponível em Prefeitura Municipal de Franco da Rocha: <http://www.francoदारocha.sp.gov.br/novo/index.php?pagina=historico>
- Prefeitura Municipal de Franco da Rocha. (s.d.). *História da Cidade de Franco da Rocha*. Acesso em 27 de Fevereiro de 2012, disponível em Prefeitura Municipal de Franco da Rocha: <http://www.francoदारocha.sp.gov.br/novo/index.php?pagina=historico>
- QUADROS, W. (jan./jun. de 2003). Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. *Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1 (20)*, pp. 109-135.
- QUEIRÓZ, M. I. (1973). *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural - cidade*. São Paulo: Livraria duas cidades.
- QUEIRÓZ, M. I. (1975). O coronelismo numa interpretação sociológica. In: B. FAUSTO, *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel.
- QUEIRÓZ, M. I. (1978). *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- Sabesp. (2012). *Sabesp RI - Relações com Investidores*. Acesso em 29 de Fevereiro de 2012, disponível em Sabesp: <http://www.sabesp.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=investidore snovo&pub=T&db=&docid=B8E8FCF437413CBA83257723004C2D2F&docidPai=1698C08F24239E5A8325768C00517EF8>
- Santa Fé. (2008). *Contra o lixo*. Acesso em 04 de Março de 2012, disponível em Centro Pastoral Santa Fé:

http://www.pastoralsantafe.com.br/album/galeria_fotos/index_festas.php?hash=cqqrzal03ygde&id=556&nome=Contra%20o%20Lix%E3o

SANTORO, P., & PINHEIRO, E. (2004). *O Município e as áreas rurais*. São Paulo: Instituto Pólis, (Cadernos Pólis 8).

São Paulo. (1998). *Decreto estadual 43124 de 25 de maio de 1998*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo.

São Paulo. (2004). *Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Perus*. São Paulo: SEMPLA.

SEADE. (2011). *Boletim Metropolitano de Conjuntura Social e Econômica*. São Paulo: SEADE.

SILVA, J. G. (1997). O novo Rural Brasileiro. *Nova economia, Belo Horizonte*, maio de 1997, 7(1):43-81.

SILVA, J. G. (2002). *O novo rural brasileiro*. (2ª Edição ed.). Campinas, SP: UNICAMP/IE.

SINGER, P. I. ([2012] 1998). *Globalização e desemprego diagnóstico e alternativas*. São Paulo, SP: 7. ed. Contexto.

STEDILE, J. P., & CARVALHO, H. M. (2010). Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. In: M. d. Fome, *Fome Zero: uma história brasileira* (pp. 144-156). Brasília: Assessoria Fome Zero.

UENO, L. H. (1989). Estudo sobre alterações na localização do cinturão verde de São Paulo 1979-84. *Agricultura em São Paulo - Boletim técnico do Instituto de Economia Agrícola*, pp. 97-145.

ZUQUIM, M. L. (2008). O lugar do rural nos planos diretores municipais. *Pluris 2008 - 3º Congresso Luso Brasileiro para Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*. São Carlos: STT/CETEPE/EESC/USP.

Textos consultados na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP

ANCA, O que levar em conta para a organização do assentamento – a discussão no assentamento. Brasília, ANCA, 2002.

ARROYO, Miguel, FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo. V.2. Brasília, 1999.

BENJAMIN, César, CALDART, Roseli Salete. Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo. V.3. Brasília, 1999.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de cooperação agrícola nº 05. São Paulo. CONCRAB, 1998.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA. Uma concepção de desenvolvimento rural. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 1). São Paulo, 1993.

_____. O cooperativismo na China. (Caderno de experiências históricas da cooperação nº 01). São Paulo, 1998.

_____. O cooperativismo no pensamento marxista. (Caderno de experiências históricas da cooperação nº 02). São Paulo, 2000.

_____. As experiências clássicas de cooperação agrícola. (Caderno de experiências históricas da cooperação nº 03). São Paulo, 2000.

_____. Orientações jurídicas e contábeis sobre o funcionamento das CPAs. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 2). São Paulo, 1994.

_____. Que fazer? Orientações práticas sobre como proceder em relação: ao vínculo empregatício; à previdência; à legislação fiscal e aos acertos nas desistências nas CPAs. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 3). São Paulo, 1994.

_____. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 4). São Paulo, 1995.

_____. Sistema Cooperativista dos Assentados. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 5). São Paulo, 1997.

_____. A emancipação dos assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 06). São Paulo, 1998.

_____. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 07). São Paulo, 1998.

_____. Sistema de Crédito Cooperativista. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 08). São Paulo, 1998.

_____. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 08 [número repetido]). São Paulo, 1999.

_____. Os compromissos do governo federal com os movimentos sociais do campo. (Caderno de Cooperação Agrícola nº 09). São Paulo, 2000.

_____. O que levar em conta para a organização do assentamento. (Caderno de Cooperação nº 10). São Paulo, 2001.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan (org.). A constituição e o desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária. Caderno de Cooperação Agrícola, n. 11. São Paulo: CONCRAB, 2004

MATHEUS, Delwek e GOLDFARB, Yamila. (2006). Novas formas de assentamentos: a experiência da comuna da terra. CONCRAB. Brasília.

KOLLING, Edgar, Nery, MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). Por uma educação básica do campo. V.1. Brasília, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A política fundiária do governo. (Caderno de Formação nº 01). São Paulo, 1984.

_____. Documentos sobre a questão da terra. (Caderno de Formação nº 02). São Paulo, 1984.

_____. A Constituição interessa aos trabalhadores rurais. (Caderno de Formação nº 03). São Paulo, 1985.

_____. O Plano Nacional de Reforma Agrária e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (Caderno de Formação nº 04). São Paulo, 1985.

_____. MST: como se organiza. (Caderno de Formação nº 05). São Paulo, 1985.

_____. O Papel do assessor e da secretária. (Caderno de Formação nº 06). São Paulo, 1985.

_____. Ações de massa. (Caderno de Formação nº 07). São Paulo, 1985.

_____. O papel da Igreja no movimento popular. (Caderno de Formação nº 08). São Paulo, 1985.

_____. Terra não se ganha, se conquista. (Caderno de Formação nº 09). São Paulo, 1986.

_____. A luta continua:: como se organizam os assentados. (Caderno de Formação nº 10). São Paulo, 1986.

_____ e PASTORAL DE JUVENTUDE RURAL. Reforma agrária com os pés no chão. (Caderno de formação - número especial). São Paulo, 1986.

_____. Elementos sobre a teoria da organização no campo. (Caderno de Formação nº 11). São Paulo, 1986.

_____. 3º Encontro Nacional - Nossas prioridades: organização de base; formação dos companheiros; articulação com a cidade: organização dos assentados. (Caderno de Formação nº 12). São Paulo, 1987.

_____. Nossa força depende da nossa dedicação. (Caderno de Formação nº 13). São Paulo, 1987.

_____. Construir um sindicato pela base. (Caderno de Formação nº 14). São Paulo, 1987.

_____. A Mulher nas diferentes sociedades. (Caderno de Formação nº 15). São Paulo, 1988.

_____. Perspectivas políticas no Brasil. (Caderno de Formação nº 16). São Paulo: Catálogo, 1989.

_____. Plano nacional do MST – 1989-1993. (Caderno de Formação nº 17). São Paulo, 1989.

_____. O que queremos com as escolas de assentamentos. (Caderno de Formação nº 18). São Paulo, 1991.

_____. Calendário histórico dos trabalhadores: a nossa luta é nossa história. (Caderno de Formação nº 19). São Paulo, 1993.

_____. A cooperação agrícola nos assentamentos. (Caderno de Formação nº 20). São Paulo, 1993.

_____ e CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA. Questões práticas sobre cooperativas de produção. (Caderno de Formação nº 21). São Paulo, 1994.

_____. Dicas para buscar eficiência. (Caderno de Formação nº 22). São Paulo, 1994.

_____. Programa de reforma agrária. (Caderno de Formação nº 23). São Paulo, 1995.

_____ e CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA. Método de Trabalho Popular. (Caderno de Formação nº 24). São Paulo, 1997.

_____. Preparação dos encontros estaduais e 9º Encontro Nacional MST. (Caderno de Formação nº 25). São Paulo, 1997.

_____. A vez dos valores. (Caderno de Formação nº 26). São Paulo, 1998.

_____. Mística: Uma necessidade no trabalho popular e organizativa. (Caderno de Formação nº 27). São Paulo, 1998.

_____ e CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA. Pequenas histórias para entender economia política. (Caderno de Formação nº 28). São Paulo, 1998.

_____. Campanha de construção da escola nacional do MST. (Caderno de Formação nº 29). São Paulo, 1998.

_____. Gênese e desenvolvimento do MST. (Caderno de Formação nº 30). São Paulo, 1998.

_____. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. (Caderno de Formação nº 31). São Paulo, 1998.

_____. O massacre de Eldorado dos Carajás – Pará, Brasil. (Caderno de Formação nº 32). São Paulo, 1999.

_____. Latifúndio – O pecado agrário brasileiro (Caderno de Formação nº 33). São Paulo, 1999.

_____. O MST e a cultura. (Caderno de Formação nº 34). São Paulo, 2000.

_____. Método de organização. (Caderno de Formação nº 35). São Paulo, 2000.

_____. Como fazer a escola que queremos. (Caderno de Educação nº 01). São Paulo, 1992.

_____. Alfabetização. (Caderno de Educação nº 02). São Paulo, 1993.

_____. Alfabetização de jovens e adultos: como organizar. (Caderno de Educação nº 03). São Paulo, 1994.

_____. Alfabetização de jovens e adultos: didática da linguagem. (Caderno de Educação nº 04). São Paulo, 1994.

_____. Alfabetização de jovens e adultos: educação matemática. (Caderno de Educação nº 05). São Paulo, 1994.

_____. Como fazer a escola que queremos: o planejamento. (Caderno de Educação nº 06). São Paulo, 1995.

_____. Jogos e brincadeiras Infantis. (Caderno de Educação nº 07). São Paulo, 1996.

_____. Princípios da educação no MST. (Caderno de Educação nº 08). São Paulo, 1996.

_____. Como fazemos a escola de educação fundamental. (Caderno de Educação nº 09). São Paulo, 1999.

_____. Ocupando a Bíblia. (Caderno de Educação nº10). São Paulo, 2000.

_____. Como deve ser a escola de assentamento. (Boletim da Educação nº 01). São Paulo, 1992.

_____. Como trabalhar a mística do MST com as crianças. (Boletim da Educação nº 02). São Paulo, 1993.

_____. Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos. (Boletim da Educação nº 03). São Paulo, 1993.

_____. Escola, trabalho e cooperação. (Boletim da Educação nº 04). São Paulo, 1994.

_____. O trabalho e a coletividade na educação. (Boletim da Educação nº 05). São Paulo, 1995.

_____. O desenvolvimento da educação em Cuba. (Boletim da Educação nº 06). São Paulo, 1995.

_____. Educação infantil: construindo uma nova criança. (Boletim da Educação nº 07). São Paulo, 1997.

_____. Pedagogia do Movimento Sem Terra; acompanhamento às escolas. (Boletim da Educação nº 08). São Paulo, 2001.

Documentos e textos consultados na Secretaria Regional Grande São Paulo do MST, em Jordanésia/SP

AZEVEDO, M. N. & SANTOS M. L. 2006 Atividade educativa com crianças no MST: experiência e conceito. Consulta Popular/MST/ Universidade de São Paulo Curso Realidade Brasileira.

FAGGIN, J. M. 2009 Reforma Agrária, Sustentabilidade e Participação: o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Luiz, Cajamar – SP. / Joana Mattei Faggin. Brasília, 2009.

KOSTRISCH, C. C. S. V. 2008. Concentração de Terras e Expropriação de Direitos: Comunas da Terra como caminho para a reconquista da cidadania O Caso do assentamento Irmã Alberta – São Paulo – SP. FMU – Centro Universitário Faculdade de Serviço Social.

MST. 2004. Relatório EJA Camilo Torres. São Paulo, MST.

MST. 2006. Carta aos amigos do MST. 22 de maio de 2006.

MST. 2006. Carta do MST ao Governador Cláudio Lembo São Paulo. 23 de maio de 2006.

SARMENTO, M. T. P. 2005 O trabalho como processo formativo na Comuna da Terra. São Paulo, Universidade de Brasília/Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária/Centro De Desenvolvimento Sustentável.

Documentos consultados no ITESP Superintendência Regional São Paulo, em São Paulo/SP

Laudo de Vistoria da fazenda São Roque.

Relatório questões sociais.

Relatório PA São Roque.

Escrituras da Fazenda São Roque.

Descrição do perímetro da Fazenda São Roque.

Mapa de uso do solo da Fazenda São Roque.

Documentos consultados no INCRA SR-08, em São Paulo/SP

Processo 54190.004734/2008-62 - desapropriação da Fazenda Itahyê

14/11/2008 – Requisição de execução de Laudo Agrônômico de Fiscalização, Relatório de Viabilidade Ambiental e Laudo de Avaliação do Imóvel da Fazenda Itahyê

16/04/2008 – Procuração da SABESP para representação jurídica

17/11/2008 – Equipe técnica para elaboração dos laudos da Fazenda Itahyê

25/11/2008 - Espelho do Imóvel

Escrituras do imóvel

27/11/2008 – Laudo Agrônômico de Fiscalização com levantamento fotográfico e mapas

8/12/2008 – Exclusão de 5% da área da fazenda Itahyê do processo de desapropriação

23/12/2008 – Análise do Laudo de fiscalização e requisição do laudo de avaliação do imóvel para ITESP

18/12/2008 - Laudo técnico de vistoria e avaliação do imóvel rural

09/02/2008 – INCRA informa que não é cabível a depreciação por ocupação. Há ação de reintegração de posse que não foi levada a cabo pela SABESP não querendo ligar seu nome a ações de reintegração violentas.

01/09/2005 – Liberação judicial da reintegração de posse para a polícia militar

12/09/2005 – Reunião para organização da ação de reintegração de posse

26/08/2005 – Suspensão da reintegração de posse por 120 dias

29/03/2009 – SAPESP encaminha planta, memorial descritivo, certificado de cadastro do imóvel rural, guias de recolhimento de ITR (últimos 5 anos), certidão negativa de débitos de imposto rural e termo de permanência para INCRA

09/11/2007 - Diário oficial da cidade de São Paulo e mapa uso e ocupação do solo do plano estratégico regional – chácara Maria trindade.

14/04/2009 – Tramitações necessárias para o INCRA desapropriar imóveis ocupados - depreciação do valor do imóvel por ocupação.

18/11/2008 – 37 famílias assinam o termo de autorização de permanência na fazenda Itahyê feito pela SABESP

07/05/2009 – Informação do INCRA para Procuradora Geral

2009 - Manifestação jurídica da procuradoria regional a respeito da depreciação por apossamento

05/05/2009 - Estudo de viabilidade técnica e financeira para implantação de assentamento

04/06/2009 – Parecer do MDA e resposta INCRA sobre questão de depreciação

Modificações requeridas pelo MDA

17/08/2009 - Requisição ao ITESP para correção do valor de avaliação da fazenda Itahyê

26/11/2009 - INCRA - Apreciação conclusiva a respeito da viabilidade do assentamento

4/11/2009 - Reunião Câmara Técnica

01/09/2009 – Requisição da SABESP para o INCRA de dar continuidade às tratativas referentes à fazenda Itahyê

1/12/2009 – Resposta do INCRA para SABESP sobre situação do processo

08/01/2010 - Informação da procuradoria regional para INCRA e SABESP a respeito do processo

13/01/2010 - Ata da 1ª reunião do comitê de decisão regional do INCRA

28/01/2010 – Ofício INCRA para SABESP

19/02/2010 – SABESP manifesta concordância com desapropriação e com valor a ser pago pelo imóvel.

5/03/2010 – Coleta de dados a respeito do imóvel em diversas entidades para realização de licenciamento ambiental

22/02/2010 – Protocolada solicitação de licença ambiental prévia e de instalação na CETESB

10/03/2011 - Parecer sobre viabilidade jurídica expropriatória - apta para desapropriação

Processo 54190.001419/2004-5 - desapropriação Fazenda São Luís

Espelho do Imóvel

Boletim de ocorrência da ocupação do imóvel pelo MST

Documentações que comprovam interesse em venda do imóvel para realização de empreendimentos imobiliários

Certidões de registro de imóveis em inteiro teor e atualizadas e Cadeia dominial

1º Laudo técnico de Avaliação de Imóvel Rural 25/12/2004

Memorial descritivo (descrição perimétrica) 5/12/2004 p.140

Mapa das áreas naturais tombadas da Serra do Japi dentro do assentamento

Requisição de correções no laudo de vistoria (de 03 a 20 de dezembro de 2004)

2º Laudo técnico de Avaliação de Imóvel rural

Ata do grupo técnico de avaliação e vistoria

Aquisição do imóvel (09 de setembro de 2005)

Ofício do INCRA para a promotoria de justiça de Jundiaí – SP em 08/12/2004

Ofícios da OAB – Comissão do Meio Ambiente indicando a impropriedade da fazenda para fins de reforma agrária em 31/01/2005

Ofício da presidente do CODEMA Jundiaí para o INCRA cc para Ministério Público em 04/03/2005 reivindicando o impedimento da criação do assentamento.

Ofício ao Presidente nacional do INCRA do prefeito Jundiaí em 1.04.2005

Ofício ao Presidente do CONDEPHAAT dos prefeitos de Cajamar, Jundiaí, Cabreúva e Pirapora do Bom Jesus 07.05.2004

Documento do comitê permanente pró-reforma agrária da baixada santista em 23.05.2005

Secretaria da Justiça e da defesa da cidadania 24.05.2005 manifestação do ITESP com esclarecimentos sobre a impossibilidade de implantação de assentamento na Serra do Japi.

Ofícios do INCRA ao prefeito de Jundiaí e ao CONDEMA em 06.06.2005 justificando uso agrícola (idêntico ao Ofício para a promotoria de justiça de Jundiaí – SP em 08/12/2004)

Ofício do INCRA à presidente do Conselho de Gestão da Serra do Japi em 16.06.2005 justificando uso agrícola

Ofício do Conselho de Gestão da Serra do Japi para INCRA em 20.05.2005 solicitando resolução da questão social sem prejuízo da questão ambiental.

Ofício COMDEMA para INCRA em 23.06.2005 manifestando discordância em relação às orientações adotadas pelo último.

Poder legislativo regulamenta o fundo municipal de conservação da qualidade ambiental em 28.06.2005

Ofício OAB – Comissão de Meio Ambiente para SR-08 em 30.06.2005 perante pareceres da Secretaria de Justiça e do INCRA (que manifestam posições contrárias), manifestando sua posição.

Ofício prefeitura de Jundiaí para INCRA em 04.07.2005 ressaltando que a Serra do Japi é imprópria e incompatível com atividades agropecuárias.

Ofício do INCRA para Luiz C. Aloe do Nascimento em 12.08.2005 referente à apresentação formal de nova proposta de compra da Fazenda São Luiz no valor de R\$1.753.737,44.

Documentos que indicam a aceitação da proposta de compra da Fazenda São Luiz 25.08.2005

PDS – Fazenda São Luiz Out/2005

Lei 4055 de 4.06.1984 Declara APA Cajamar

Resolução CONAMA 10 de 14.12.1988 regulamentando usos em APAs

Mapa usos do solo

Resolução nº11 de 08 de março de 1983 do CONDEPHAAT – Governo do Estado de São Paulo, que inclui mapa com perímetro da reserva e mapa feito pelo INCRA com porcentagem do assentamento que se encontra dentro do perímetro da reserva.

Compilações de documentos do INCRA e Metodologia para elaboração do PDS - grifos ressaltando caráter ecológico dos assentamentos.

Revisão do valor do imóvel, mantendo o valor original em 31.10.2005

Ata da audiência pública 23.11.2005.

Aprovação da aquisição da Fazenda São Luiz 31.10.2005

Demonstrativos de lançamento de TDAs 26.06.2006 e notas de empenho 28.06.2006

Cadeia Dominial completa até a origem

Moção de Repúdio da Câmara Municipal de Itupeva 19.06.2006 contra a criação do assentamento

Abaixo assinado do MST manifestando compromisso com manejo agroecológico na Comuna da Terra (sem data)

Escritura de venda e compra da Fazenda São Luiz 29.06.2006

Resposta INCRA à promotora de justiça de Cajamar defendendo a criação do assentamento 14.07.2006

Novos registros do Imóvel incluindo a compra do INCRA 13.07.2006

Foto aérea e mapa

Recomendação da Promotora de Justiça de Cajamar em 14.08.2006

Solicitação do INCRA de informações sobre fazenda São Luiz ao Prefeito de Cajamar.

Pedido de desbloqueio dos TDAs feito por Luis César Aloe do Nascimento em 22.08.2006

Recomendações do Ministério Público Federal de Campinas contra o assentamento em 14.08.2006

Resposta do INCRA às recomendações do MP Federal de Campinas em 28.08.2006

Portaria INCRA P nº477 de 04.11.1999 que cria PDS

Croqui da Pré-proposta de uso e ocupação para o PDS São Luiz

Memorando da Procuradoria Jurídica do INCRA para Procurador Regional SR-J Brasília em 23.04.2002

Licenciamento Ambiental (LP) Fazenda São Luiz 26.10.2005

Relatório de Viabilidade Ambiental – Out.2005

Ofício INCRA para Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – SMA para Solicitação de Licença Prévia em 24.08.2006

Decreto nº433 de 24.01.1992 dispõe sobre aquisição de imóveis para reforma agrária

Norma de execução INCRA de 25.03.2004 que estabelece procedimentos técnicos para obtenção de recursos fundiários

Convites para audiência pública acontecida em 23.11.2005

Ofício COMDEMA nº11-2006 em 12.05.2006 acusando mau uso do dinheiro público pelo INCRA 201100019958574

Foto de satélite com perímetros da fazenda e da área tombada pelo CONDEPHAAT

Ofício INCRA com informações a recomendação nº008-2006 PRM-CAMP para MP Campinas e MP Cajamar em 24.08.2006

Ata de reunião do MP sobre o inquérito civil nº29-06 em 28.08.2006

E-mail do ex-proprietário cobrando liberação de TDAs em 13.12.2006

MDA – Consultoria Jurídica – apuração de irregularidades no processo da fazenda São Luiz em 22.02.2007

Termo preliminar de Compromisso em 26.02.2007 referente a acordo entre INCRA e MP

Recebimento das chaves de acesso do imóvel pelo INCRA em 08.06.2007

Ofício CONDEPHAAT em 8.05.2007 permitindo assentamento com restrições

Propaganda de jornal de empreendimento vizinho ao assentamento em 6.07.2007

Informação nº 449/2006 da fazenda São Luiz feito pelo procurador federal Dr. Daniel Leite Silva em 12.12.2006

Resposta da Coordenadora-Geral agrária à informação nº449/2006 em 30.04.2007

Relatório referente ao processo administrativo nº54190.001419/2004/50 em 25.07.2007

Ofício INCRA em 01.10.2007 para o Exmo. Sr. Procurador da República em Campinas

Requisição de cadeia dominial a partir de 01-10-2007 e investigação de possibilidade de terra devoluta

Possibilidade da União ter confiscado a área da fazenda no período da ditadura – parecer em 25.03.2008

Ofícios declarando que a fazenda não consta como próprio estadual em 8.04.2008

Requisição de desbloqueio de TDAs em 20.05.2008

Ofício do Departamento Estadual de proteção de Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente SP em 08.04.2008

Registro da Fazenda São Luiz atualizado em 21.10.2009

Ofício Ministério público tutela coletiva de patrimônio público fazenda São Luiz 19.04.2010

Processo Ministério público referente à grandes intervenções que modificam a paisagem da fazenda São Luiz em 04.02.2010

Prefeitura Cajamar – Relatório de Fiscalização 22.07.2009

Tribunal Regional Federal 07.08.2009 Ministério público e Procuradoria Regional Federal intimados para julgamento

Apelação do INCRA ao Tribunal Regional Federal em 20.08.2009

Ministério Público Campinas - Despacho do inquérito civil nº25-2008 em 08.03.2010

Ministério Público em 04.02.2010 requer que mantenha paralisada toda atividade administrativa de assentamento

Intimação do procurador chefe da procuradoria regional federal da 3ª divisão em 13.10.2010

Sentença do poder judiciário em 30.09.2010

Mapas do assentamento

Anexo

Tabulação dos dados levantados nas Comunas da Terra Dom Tomás Balduino, Irmã Alberta e Dom Pedro Casaldáliga

1. Universo de entrevistados

Tabela 20- Capacidade de assentamento, população atual e população entrevistada:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Capacidade de assentamento	37 famílias	32 famílias	61 famílias	130 famílias
População atual	37 famílias	30 famílias	61 famílias	128 famílias
População Entrevistada	26 famílias	23 famílias	45 famílias	94 famílias
Porcentagem da população atual entrevistada	70,27%	76,66%	73,77%	73,43%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

2. Quem são as Famílias?

2.1. Perfil socioeconômico

A) Gênero

Tabela 21- Distribuição por gênero nas Comunas da Terra:

	Entrevistados C. T. Irmã Alberta	Entrevistados C. T. D. Pedro Casaldáliga	Entrevistados C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Famílias	26	23	45	94
Homens	47	42	99	188
Mulheres	32	44	79	155
Total	79	86	178	343

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

B) Faixas etárias

Tabela 22- Distribuição de Faixas Etárias por Comuna da Terra:

	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total dos entrevistados	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
0 a 5 anos	3	3	6	1	7	6	16	10
6 a 14 anos	3	12	9	8	19	27	31	47
15 a 17 anos	0	0	2	3	6	6	8	9
18 a 25 anos	2	6	4	5	10	13	16	24
26 a 30 anos	5	1	3	3	5	2	13	6
31 a 40 anos	3	6	3	7	8	6	14	19
41 a 50 anos	3	4	7	3	16	19	26	26
51 a 60 anos	7	6	5	9	4	10	16	25
61 a 65 anos	4	5	2	1	2	8	8	14
< 65 anos	2	4	3	2	2	2	7	8
Total	32	47	44	42	79	99	155	188

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

C) Nível de escolaridade

Tabela 23- Nível de Escolaridade – crianças e jovens em idade escolar (3 a 18 anos):

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Sem Instrução	6	2	10	18
Ensino Preparatório	5	6	4	15
1ª série - Fundamental	1	1	4	5
2ª série - Fundamental	0	0	3	3
3ª série - Fundamental	2	1	4	7
4ª série - Fundamental	2	4	9	15
5ª série - Fundamental	4	2	9	15
6ª série - Fundamental	0	4	10	14
7ª série - Fundamental	0	3	4	7
8ª série - Fundamental	1	3	10	14
9ª série - Fundamental	0	0	1	1
1ª série – Ensino Médio	0	1	8	9
2ª série – Ensino Médio	0	1	3	4
3ª série – Ensino Médio	0	0	2	2
Ensino Médio Completo	0	1	0	1
Total	21	29	81	130

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 24- Nível de Escolaridade – adultos (acima de 18 anos):

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Sem Instrução	4	9	8	21
1ª série - Fundamental	8	5	7	20
2ª série - Fundamental	4	0	2	6
3ª série - Fundamental	5	3	7	15
4ª série - Fundamental	12	13	9	34
5ª série - Fundamental	3	7	18	28
6ª série - Fundamental	0	2	6	8
7ª série - Fundamental	1	2	2	5
8ª série - Fundamental	3	3	16	22
1ª série – Ensino Médio	2	3	4	9
2ª série – Ensino Médio	2	0	1	3
3ª série – Ensino Médio	0	0	0	0
Ensino Médio Completo	2	5	8	15
Ensino Técnico Completo	0	3	6	9
Ensino Superior em curso	6	0	3	9
Ensino Superior Incompleto	6	2	0	8
Ensino Superior Completo	0	0	0	0
Total	58	57	97	212

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

D) Local de Nascimento

Tabela 25– País de Nascimento:

	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Brasil	32	47	44	41	79	98	155	186
Outros Países	0	0	0	1	0	1	0	2
Total	32	47	44	42	79	99	155	188

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 26– Estado de Nascimento:

	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0
Alagoas	0	4	0	0	6	10	6	14
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	1	0	1	0
Bahia	5	3	5	7	2	8	12	18
Ceará	0	1	0	3	0	1	0	5
Espírito Santo	0	0	0	0	0	1	0	1
Goiás	0	1	0	0	0	2	0	3
Maranhão	0	0	0	0	0	0	0	0
Mato Grosso	0	0	0	0	1	0	1	0
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	1	0	1
Minas Gerais	3	3	14	10	7	11	24	24
Pará	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraíba	1	0	4	3	0	1	5	4
Paraná	1	0	2	2	7	4	10	6
Pernambuco	4	5	0	1	2	5	6	11
Piauí	1	4	0	0	2	0	3	4
Rio de Janeiro	0	1	0	0	0	0	0	1
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0	1	0	1
Rio Grande do Sul	0	0	0	0	0	1	0	1
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina	0	0	1	0	0	0	1	0
São Paulo	17	25	18	15	51	52	86	92
Sergipe	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0
Não se aplica – (estrangeiros)	0	0	0	1	0	1	0	2

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 27– Origem na RMSP, interior de São Paulo e outros Estados:

	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
RMSP	14	20	15	12	41	41	70	73
Interior de SP	2	5	2	2	9	11	13	18
Outros Estados	16	22	27	27	29	46	72	95

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

2.2. Composição Familiar

Tabela 28– Composição familiar segundo perfil das famílias:

Composição familiar	Número de famílias					
	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Apenas o titular (01 pessoa)	6	23,08	2	8,70	12	26,67
Titular e cônjuge (02 pessoas)	4	15,38	6	26,09	3	6,67
Titular e filhos ($\geq$ 02 pessoas)	0	0,00	0	0,00	2	4,44
Titular, cônjuge e filhos ($\geq$ 03 pessoas)	7	26,92	7	30,43	18	40,00
Famílias c/ núcleo expandido (outros parentes)	7	26,92	8	34,78	10	22,22
Famílias com membros sem parentesco	2	7,69	0	0,00	0	0,00
Total de famílias entrevistadas	26	100,00	23	100,00	45	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 29– Composição familiar segundo grau de parentesco em relação ao titular:

Grau de parentesco em relação ao titular	Número de indivíduos					
	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Titulares	26	32,91	23	26,74	45	25,28
Cônjuges	14	17,72	17	19,77	28	15,73
Filhos(as)	21	26,58	27	31,40	81	45,51
Netos(as)	3	3,80	10	11,63	14	7,87
Genro/Nora	3	3,80	2	2,33	3	1,69
Sogro(a)	0	0,00	1	1,16	0	0,00
Pai/Mãe	4	5,06	4	4,65	3	1,69
Irmão(ã)	2	2,53	2	2,33	1	0,56
Tios(as)	2	2,53	0	0,00	1	0,56
Sobrinho(a)	0	0,00	0	0,00	2	1,12
Sem parentesco	4	5,06	0	0,00	0	0,00
Total	79	100,00	86	100,00	178	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 30– Número de pessoas por família:

Número pessoas por família	Número de famílias					
	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
01 pessoa	6	23,08	2	8,70	12	26,67
02 pessoas	5	19,23	7	30,43	4	8,89
03 pessoas	5	19,23	2	8,70	6	13,33
04 pessoas	4	15,38	4	17,39	6	13,33
05 pessoas	4	15,38	6	26,09	6	13,33
06 pessoas	2	7,69	0	0,00	4	8,89
07 pessoas	0	0,00	0	0,00	3	6,67
08 pessoas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
09 pessoas	0	0,00	2	8,70	1	2,22
10 pessoas	0	0,00	0	0,00	2	4,44
11 pessoas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
12 pessoas	0	0,00	0	0,00	1	2,22
Total das famílias	26	100	23	100	45	100

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino
Média de pessoas por família	3,04	3,74	3,96
Desvio padrão	1,64	2,16	2,78

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 31– Número de filhos por família:

Número de filhos por família	Número de famílias					
	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino	
	Núm.	%	Núm.	Núm.	%	Núm.
Sem filhos	14	53,85	10	43,48	17	37,78
01 filho	7	26,92	5	21,74	8	17,78
02 filhos	2	7,69	2	8,70	5	11,11
03 filhos	2	7,69	6	26,09	6	13,33
04 filhos	1	3,85	0	0,00	4	8,89
05 filhos	0	0,00	0	0,00	3	6,67
06 filhos	0	0,00	0	0,00	1	2,22
07 filhos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
08 filhos	0	0,00	0	0,00	1	2,22
Total das famílias	26	100	23	100	45	100

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino
Média de pessoas por família	0,81	1,17	1,8
Desvio padrão	1,13	1,27	2,00

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 32– Número de pessoas que compõem núcleo expandido por família:

Membros de núcleo expandido por família	Número de famílias					
	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino	
	Núm.	%	Núm.	Núm.	%	Núm.
Nenhum membro de núcleo expandido	17	65,38	15	65,22	35	77,78
01 membro núcleo expandido	3	11,54	4	17,39	5	11,11
02 membros núcleo expandido	3	11,54	2	8,70	1	2,22
03 membros núcleo expandido	3	11,54	0	0,00	2	4,44
04 membros núcleo expandido	0	0,00	0	0,00	1	2,22
05 membros núcleo expandido	0	0,00	1	4,35	0	0,00
06 membros núcleo expandido	0	0,00	1	4,35	0	0,00
07 membros núcleo expandido	0	0,00	0	0,00	1	2,22
Total das famílias	26	100	23	100	45	100

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino
Média de pessoas por família	0,69	0,83	0,53
Desvio padrão	1,09	1,61	1,34

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

3. Que terra é essa?

3.1. Caracterização das famílias pelo Trabalho

A) Caracterização do trabalho em período anterior à ida para o assentamento

Tabela 33– Tipos de atividades desempenhadas pela PEA* em período anterior à ida para o assentamento:

Tipos de atividade	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Agrícola	2	2	3	5	3	5	8	12
Não agrícola	15	22	15	18	22	36	52	76
Não ocupado	9	7	11	10	25	18	45	35
Aposentado	0	1	0	0	0	0	0	1
Total	26	32	29	33	50	59	105	124

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *(PEA) População Economicamente Ativa: assentados que apresentavam idade acima de 10 anos no período em que começaram a morar no assentamento.

Tabela 34- Condição social de indivíduos da PEA em período imediatamente anterior ao ingresso na Comuna PEA* em período anterior à ida para o assentamento:

Condição social	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Aposentado	1	1	0	0	0	0	1	1
Conta própria	1	0	2	2	5	2	8	4
Empregadores	1	0	2	1	0	0	3	1
Empregados - Com carteira de trabalho assinada	6	9	5	5	5	13	16	27
Empregados - Sem carteira de trabalho assinada	0	13	1	10	5	21	6	44
Não ocupado - entre 10 e 18 anos	1	4	3	7	14	10	18	21
Não ocupado - acima de 18 anos	7	3	8	3	11	8	26	14
Não remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores domésticos	7	0	5	0	7	0	19	0
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2	2	3	5	3	5	8	12
Total	26	32	29	33	50	59	105	124

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *(PEA) População Economicamente Ativa: assentados que apresentavam idade acima de 10 anos no período em que começaram a morar no assentamento.

Tabela 35- Grupamentos de atividade principal da PEA* em período anterior à ida para o assentamento:

Grupamentos de atividade principal	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Agrícola	2	2	3	5	3	5	8	12
Indústria	0	0	1	0	0	7	1	7
Construção	0	9	0	10	0	16	0	35
Comércio e reparação	3	3	6	4	4	6	13	13
Alojamento e alimentação	1	2	0	0	6	2	7	4
Transporte, armazenagem e comunicação	0	5	0	3	0	3	0	11
Administração pública	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação, saúde e serviços sociais	1	0	0	0	2	0	3	0
Serviços domésticos	7	0	6	0	7	0	20	0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0	3	0	1	3	2	3	6
Outras atividades	3	0	2	0	0	0	5	0
Atividades mal-definidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Não ocupado	8	7	11	10	25	18	44	35
Aposentado	1	1	0	0	0	0	1	1
Total	26	32	29	33	50	59	105	124

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *(PEA) População Economicamente Ativa: assentados que apresentavam idade acima de 10 anos no período em que começaram a morar no assentamento.

B) Profissão atual declarada pelo entrevistado

Tabela 36– Profissões atuais declaradas pelos entrevistados:

Grupamentos de atividade principal	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Agrícola	6	7	15	20	24	30	45	57
Indústria	0	1	1	1	0	3	1	5
Construção	0	7	0	3	0	9	0	19
Comércio e reparação	1	2	1	3	2	5	4	10
Alojamento e alimentação	2	0	0	0	1	0	3	0
Transporte, armazenagem e comunicação	0	3	0	1	0	4	0	8
Administração pública	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação, saúde e serviços sociais	4	1	0	0	1	0	5	1
Serviços domésticos	4	0	7	0	3	0	14	0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1	2	1	0	0	2	2	4
Outras atividades	0	0	0	0	1	1	1	1
Atividades mal-definidas	0	1	0	0	0	0	0	1
Não ocupado - abaixo de 18 anos	2	6	8	9	18	27	28	42
Não ocupado - 18 anos ou mais	7	5	3	2	16	6	26	13
Aposentado	1	3	0	0	1	0	2	3
Total	28	38	36	39	67	87	131	164

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. Obs.: Em muitos casos apesar de verificar-se uma significativa produção agrícola no lote, alguns entrevistados não reconhecem as atividades agropecuárias como profissão, apontando como atividade principal o exercício de ocupações não agrícolas ou identificando-se como não ocupado.

C) Ocupações Agrícolas

Tabela 37- Tipos de atividades desempenhadas pela PEA* no período atual:

Tipos de atividade	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Agrícola	6	7	15	20	24	30	45	57
Não agrícola	12	17	10	8	8	24	30	49
Não ocupado	9	11	11	11	34	33	54	55
Aposentado	1	3	0	0	1	0	2	3
Total	28	38	36	39	67	87	131	164

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *(PEA) População Economicamente Ativa: assentados que apresentam idade atual acima de 10 anos.

Obs.1: A C. T. Irmã Alberta é um acampamento e como as famílias ainda não receberam créditos é bastante comum ver mais pessoas em ocupações não-agrícolas do que em ocupações agrícolas.

Obs.2: Em muitos casos apesar de verificar-se uma significativa produção agrícola no lote, alguns entrevistados não reconhecem as atividades agropecuárias como profissão, apontando como atividade principal o exercício de ocupações não agrícolas ou identificando-se como não ocupado.

Tabela 38- Produção agrícola para consumo próprio e venda externa in natura e com beneficiamento:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Total de Famílias entrevistadas	26	23	45	94
Produção para consumo próprio	26	22	45	93
Produção para venda	24	22	38	84
Produção para consumo próprio apenas <i>In Natura</i>	17	10	15	42
Produção para consumo próprio com beneficiamento	9	13	30	52
Produção para venda externa apenas <i>In Natura</i>	20	17	22	59
Produção para venda externa com beneficiamento	4	6	15	25

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 39- Principais compradores da produção agrícola das Comunas:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
CONAB	14	19	26	59
CEEP	1	1	1	3
OPA	3	0	0	3
Comer Ativamente	5	1	0	6
Venda de porta em porta	14	9	21	44
Feiras Livres	0	2	5	7
Visitantes	9	16	13	38
Estab. Comerciais (restaurantes, mercados, etc.)	0	0	3	3
Outros	2	1	4	7

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 40– Número de famílias* por produção de tipos de culturas:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Total de Famílias entrevistadas	26	23	45	94
Fruticultura	26	21	45	92
Olericultura	21	15	33	69
Horticultura	13	21	39	73
Lavouras temporárias e permanentes	25	22	44	91
Criações de animais	16	16	33	65

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *Cada família pode produzir nenhuma cultura, uma ou mais tipos de culturas.

Tabela 41– Permutas entre famílias:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Total de Famílias entrevistadas	26	23	45	94
Permuta e/ou doação entre moradores da Comuna	15	12	36	63
Permuta e/ou doação entre pessoas de fora da Comuna	4	5	26	35

Permuta e/ou doação entre pessoas de fora da Comuna:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Família	1	2	18	21
Fregueses na cidade	2	1	1	4
Entre Comunas	0	1	2	3
Para Ciranda	0	0	1	1
Vizinhos externos a Comuna	1	0	2	3
Vendedor ambulante que visita a Comuna	0	1	0	1
Igreja	0	0	3	3
Visitantes	0	0	2	2

Produtos para permuta e/ou doação:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Produção Excedente	4	5	18	27
Trabalho	0	0	1	1
Sementes e mudas	1	0	2	3
Ervas Medicinais	0	0	1	1
Excedente por produtos da cidade	0	0	2	2
Produção destinada para troca	0	0	2	2

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

D) Ocupações não-agrícolas

Tabela 42- Condição social de indivíduos da PEA que atualmente exercem atividades externas ao lote:

Condição social	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Aposentado	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta própria	0	1	0	0	4	7	4	8
Empregadores	0	0	0	0	0	0	0	0
Empregados - Com carteira de trabalho assinada	3	3	2	3	1	4	6	10
Empregados - Sem carteira de trabalho assinada	8	17	3	16	10	29	21	62
Não trabalham fora do lote	21	25	39	23	64	59	124	107
Não remunerados	0	1	0	0	0	0	0	1
Trabalhadores domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	32	47	44	42	79	99	155	188

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *(PEA) População Economicamente Ativa: assentados que apresentavam idade acima de 10 anos no período em que as entrevistas foram realizadas.

Tabela 43- Grupamentos de atividade principal da PEA* que atualmente exercem atividades externas ao lote:

Grupamentos de atividade principal	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Agrícola	2	2	3	5	3	5	8	12
Indústria	0	0	1	0	0	7	1	7
Construção	0	9	0	10	0	16	0	35
Comércio e reparação	3	3	6	4	4	6	13	13
Alojamento e alimentação	1	2	0	0	6	2	7	4
Transporte, armazenagem e comunicação	0	5	0	3	0	3	0	11
Administração pública	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação, saúde e serviços sociais	1	0	0	0	2	0	3	0
Serviços domésticos	7	0	6	0	7	0	20	0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0	3	0	1	3	2	3	6
Outras atividades	3	0	2	0	0	0	5	0
Atividades mal-definidas	0	0	0	0	0	0	0	0
Não ocupado	8	7	11	10	25	18	44	35
Aposentado	1	1	0	0	0	0	1	1
Total	26	32	29	33	50	59	105	124

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *(PEA) População Economicamente Ativa: assentados que apresentavam idade acima de 10 anos no período em que começaram a morar no assentamento.

Tabela 44- Tipos de atividades desempenhadas pela PEA* no período atual:

Tipos de atividade	C. T. Irmã Alberta		C. T. D. Pedro Casaldáliga		C. T. D. Tomás Balduino		Total	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Agrícola	0	2	1	3	0	4	1	9
Não agrícola	11	20	39	23	15	36	65	79
Não trabalha fora do lote	21	25	4	16	64	59	89	100
Total	32	47	44	42	79	99	155	188

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *(PEA) População Economicamente Ativa: assentados que apresentam idade atual acima de 10 anos.

E) Composição da renda familiar

Tabela 45– Composição da Renda Familiar*:

Média da porcentagem da renda das famílias obtida através de:	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Bicos	49,04%	39,65%	34,39%	39,73%
Participação do consumo da própria produção do lote**	20,77%	20,98%	20,29%	20,59%
Venda da produção do lote	18,65%	15,85%	17,21%	17,28%
Aposentadorias	8,46%	11,11%	10,62%	10,14%
Apoio familiar e/ou pensão	2,31%	5,41%	3,98%	3,87%
Bolsas governamentais	0,38%	4,17%	11,40%	6,59%
Aluguel de imóvel	0,0%	0,0%	0,44%	0,21%
Outras fontes	0,38%	2,83%	1,67%	1,60%

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *Relatos obtidos através da estimativa das famílias a respeito das origens de suas fontes de renda. Não foram requeridos comprovantes de renda. **Considerou-se os produtos que as famílias deixam de comprar no comércio por consumir a própria produção como parte da renda da família.

Tabela 46– Participação do trabalho informal (bicos) na renda familiar:

Número de Famílias:	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Que não trabalham fora do lote	07	02	11	20
Em que até 25% da renda é obtida através de bicos	01	07	11	19
Em que de 26% até 50% da renda é obtida através de bicos	02	07	10	19
Em que de 51% até 75% da renda é obtida através de bicos	09	05	12	26
Em que acima de 76% da renda é obtida através de bicos	07	02	01	10
Total	26	23	45	94

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 47– Participação do consumo da produção do lote na renda familiar:

Número de Famílias:	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Que não consomem a produção do lote	00	00	00	00
Até 25% da renda obtida através do consumo da produção do lote	22	15	36	73
De 26% até 50% da renda é obtida através do consumo da produção do lote	01	08	08	17
De 51% até 75% da renda é obtida através do consumo da produção do lote	02	00	01	03
Acima de 76% da renda é obtida através do consumo da produção do lote	01	00	00	01
Total	26	23	45	94

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 48– Participação da venda da produção do lote na renda familiar:

Número de Famílias:	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Que não vendem a produção do lote	02	00	07	09
Em que até 25% da renda é obtida através da venda da produção do lote	18	18	30	66
Em que de 26% até 50% da renda é obtida através da venda da produção do lote	04	05	05	14
Em que de 51% até 75% da renda é obtida através da venda da produção do lote	02	00	03	05
Em que acima de 76% da renda é obtida através da venda da produção do lote	00	00	00	00
Total	26	23	45	94

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

3.2. Relação das famílias com as Comunas

A) tempo em que moram no local e rotatividade da concessão de uso do lote

Tabela 49– Desde quando as famílias moram na Comuna:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Desde o início do acampamento	20	10	31	61
Mais de 06 anos	03	08	08	19
Entre 03 e 05 anos	00	03	01	04
Menos de 02 anos	03	02	05	10
Total	26	23	45	94

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 50– Rotatividade da concessão de uso do lote:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Número de famílias que foram as únicas moradoras dos lotes que se encontram	21	16	34	71
Número de famílias que ingressaram em lotes após a saída de outra família	05	07	11	23
Total	26	23	45	94

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

B) Locais de moradia das famílias antes de ir para as Comunas

Tabela 51– Locais em que as famílias moravam antes de ir para as Comunas*:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Outro Estado - MG	2	0	9	11
Outro Estado - PE	0	0	1	1
Outro Estado - RJ	0	0	1	1
Interior SP - Campinas	1	0	0	1
Interior SP - Ibiúna	0	6	0	6
Interior SP - Limeira	0	0	11	11
Interior SP - Ourinhos	1	0	0	1
Interior SP - Ribeirão Preto	0	0	3	3
Interior SP - São José dos Campos	0	0	2	2
Interior SP - Sorocaba	4	0	0	4
Interior SP - Tatuí	0	0	1	1
Nascido na Comuna	9	8	17	34
RMSP - Cajamar	3	0	0	3
RMSP - Diadema	0	1	0	1
RMSP - Embu das Artes	0	0	1	1
RMSP - Francisco Morato	14	9	15	38
RMSP - Franco da Rocha	2	2	17	21
RMSP - Itapeceira da Serra	0	2	0	2
RMSP - Itaquaquecetuba	0	11	0	11
RMSP - Mauá	1	1	0	2
RMSP - Osasco	1	0	1	2
RMSP - Ribeirão Pires	0	0	4	4
RMSP - Santana do Parnaíba	1	0	0	1
RMSP - Santo André	0	2	0	2
RMSP - Várzea Paulista	0	29	0	29
São Paulo Capital	40	15	95	150
Total	79	86	178	343

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *

Depoimento por indivíduo.

C) Contatos para entrada nas Comunas

Tabela 52– Modo como as famílias começaram a fazer parte das Comunas da Terra:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Indicação de parentes e/ou amigos	08	12	15	35
Centro de Formação Campo-Cidade	08	04	14	26
Por conta própria buscou o MST	06	01	00	07
Trabalho de Base - São Mateus (SP)	00	00	04	04
Trabalho de Base - Santo Amaro (SP)	00	00	03	03
Trabalho de Base - Brasilândia (SP)	00	01	01	02
Trabalho de Base - Perus (SP)	00	01	00	01
Trabalho de Base - Francisco Morato	01	02	01	04
Trabalho de Base - Franco da Rocha	01	00	01	02
Trabalho de Base - Várzea Paulista	00	02	00	02
Comunidade Lúrio dos Vales	00	00	03	03
Igreja	01	00	01	02
Sindicato dos metalúrgicos de Limeira	00	00	01	01
Vereador	00	00	01	01
Não sabe	01	00	00	01

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

4. Relação das famílias com a sociedade e o território

A) Créditos recebidos

Tabela 53– Créditos recebidos, bolsas governamentais e aposentadorias:

Número de Famílias que receberam ou recebem:	C. T. Irmã Alberta*	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Habitação INCRA	00	22	37	59
Habitação Caixa Econômica Federal	00	00	37	37
PRONAF- A – 1ª Parcela	00	17	26	43
PRONAF- A – 2ª Parcela	00	09	19	28
PRONAF- A – 3ª Parcela	00	00	15	15
Apoio	00	19	38	57
Fomento	00	21	33	54
Fomento mulher – 1ª Parcela	00	12	02	14
Fomento mulher – 2ª Parcela	00	00	00	00
Fomento mulher – 3ª Parcela	00	00	00	00
Bolsa Família	02	11	15	28
Renda Cidadã	02	02	23	27
Aposentadoria	05	06	09	20

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011. *A Comuna da Terra Irmã Alberta ainda é um acampamento e por isso suas famílias não acessaram nenhum crédito.

B) Atendimentos de Saúde

Tabela 54– Locais em que são realizados os atendimentos de Saúde:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Cajamar	03	03	02	08
Perus	07	00	00	07
Jordanésia	01	09	18	28
São Paulo	03	04	11	18
Colinas da Anhanguera	04	00	00	04
Morro Doce	01	00	00	01
Parque Paraíso	15	00	00	15
Polvilho	04	04	04	12
Santana do Parnaíba	01	00	00	01
Ponunduva	00	21	00	21
No assentamento	00	05	07	12
Jundiá	00	01	01	02
Outros	00	02	00	02
Francisco Morato	00	00	01	01
Franco da Rocha	00	00	28	28

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 55– Periodicidade em que os atendimentos de saúde são realizados:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Quando Necessário	18	10	23	51
Semanal	2	0	6	8
Mensal	1	7	3	11
Bimestral	0	0	8	8
Trimestral	1	6	5	12
Semestral	4	0	0	4
Não vão a atendimentos de saúde	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 56– Meio de transporte utilizado para realização de atendimentos de saúde:

		C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Não Remunera- do	A pé	9	5	2	16
	Bicicleta	1	0	0	1
	A pé/ Bicicleta	2	0	0	2
	A pé/ Ambulância	0	0	1	1
	Ambulância/ Carona	0	0	1	1
Com Transport e Público	Transp. Público	4	2	22	28
	A pé/Transp. Público	5	10	11	26
	Bicicleta/Transp. Público	1	0	0	1
	Ambulância/Transp. Público	0	1	0	1
	Carona/Transp. Público	0	1	1	2
Com veículo próprio	A pé/Transp. Público/ Ambulância	0	2	0	2
	A pé/Carro	3	0	1	4
	Carro/Transp. Público	0	1	4	5
	A pé/Carro/ Transp. Público	0	0	1	1
	Carro	1	1	1	3

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

C) Locais de estudo

Tabela 57- Número de famílias com membros que frequentam a escola:

Número de famílias	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Com membros que frequentam a escola	11	14	26	51
Com membros que não frequentam a escola	15	9	19	43
Total	26	23	45	94

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 58– Localização dos locais de estudo:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Colinas da Anhanguera	03	00	00	03
Morro Doce	02	00	00	02
Parque Paraíso	03	00	00	03
São Carlos	01	00	00	01
Sorocaba	01	00	00	01
Cajamar	00	03	01	04
Ponanduva	00	13	00	13
Pirapora do Bom Jesus	00	02	00	02
Jordanésia	00	01	02	03
Jundiá	00	01	00	01
Francisco Morato	00	00	03	03
Franco da Rocha	00	00	22	22
São Paulo	00	00	01	01
Cuba	01	00	00	01

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 59– Meio de transporte utilizado para o local de estudo:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
A pé	04	00	00	04
Transporte Público	02	00	01	03
Transporte escolar	03	14	24	41
Avião	01	00	00	01
A pé e de bicicleta	01	00	00	01
Transporte público e transporte escolar	00	00	01	01

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

D) Locais de Lazer/ visitas familiares

Tabela 60– Locais em que são realizadas visitas familiares e/ou passeios para lazer:

		C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
RMSP	Caieiras	0	0	1	1
RMSP	Cajamar	5	1	4	10
RMSP	Cotia	0	0	1	1
RMSP	Francisco Morato	1	2	2	5
RMSP	Franco da Rocha	2	0	4	6
RMSP	Guarulhos	0	0	1	1
RMSP	Itapevi	0	0	1	1
RMSP	Jandira	0	1	2	3
RMSP	Juquitiba	0	0	1	1
RMSP	Mauá	0	1	0	1
RMSP	Osasco	2	1	1	4
RMSP	Santana do Parnaíba	1	0	0	1
RMSP	Santo André	0	1	0	1
RMSP	São Paulo	3	5	21	29
RMSP	Suzano	0	0	1	1
RMSP	TOTAL	14	12	40	66
Interior SP	Andradina	0	1	0	1
Interior SP	Bragança Paulista	0	0	1	1
Interior SP	Campinas	1	0	1	2
Interior SP	Jacutinga	0	1	0	1
Interior SP	Jarinu	0	0	1	1
Interior SP	Jundiaí	0	1	3	4
Interior SP	Pontal do Paranapanema	0	0	1	1
Interior SP	Rio Claro	0	0	1	1
Interior SP	São Bernardo do Campo	0	0	1	1
Interior SP	Sorocaba	0	0	1	1
Interior SP	Várzea Paulista	0	2	0	2
Interior SP	TOTAL	1	5	10	16
-	Outros estados	3	0	0	3
-	Outros países	0	0	1	1

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 61– Periodicidade em que as visitas familiares e/ou passeios para lazer são realizadas:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Quando pode	00	01	02	03
Semanal	05	00	03	08
Quinzenal	01	03	02	06
Mensal	06	03	06	15
Bimestral	01	00	06	07
Trimestral	02	02	06	10
Semestral	01	01	01	03
Anual	01	03	06	10
Não fazem visitas familiares e/ou passeios	62	73	146	281

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 62– Meio de transporte utilizado para as visitas familiares e/ou passeios para lazer:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Transporte público	9	11	24	44
Veículo próprio	1	1	3	5
Avião	1	0	1	2
A pé/ bicicleta	1	0	0	1
A pé/ transporte público	2	0	0	2
Bicicleta/ transporte público	2	0	0	2
Transporte público/ veículo próprio	1	1	3	5
A pé/ de carona/ veículo próprio	0	0	1	1

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

E) Locais de práticas religiosas

Tabela 63– Locais em que as famílias frequentam igrejas e/ou cultos religiosos:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Colinas da Anhanguera	03	00	00	03
Parque Paraíso	02	00	00	02
Perus	01	00	00	01
Polvilho	03	00	00	03
São Paulo	02	00	07	09
Jundiá	00	02	00	02
Três pilares	00	01	00	01
Santa Clara	00	01	00	01
Ponunduva	00	15	00	15
Jordanésia	00	01	02	03
Franco da Rocha	00	00	05	05
Na vizinhança	01	02	00	03
No assentamento/acampamento	06	06	27	39

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 64– Periodicidade em que as famílias frequentam igrejas e/ou cultos religiosos:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total dos entrevistados
Quando Pode	03	00	00	03
Diário	02	01	01	04
Semanal	07	17	24	48
Quinzenal	01	00	02	03
Mensal	02	01	00	03
Bimestral	00	02	02	04
Trimestral	00	00	04	04
Semestral	01	00	03	04
Anual	01	01	01	03
Não frequentam	62	64	141	267

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 65– Meio de transporte utilizado pelas famílias para frequentar igrejas e/ou cultos religiosos:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
A pé	10	6	20	36
Transporte da Igreja	0	11	2	13
Transporte Público	3	1	6	10
Carro	0	2	3	5
A pé /bicicleta	1	0	0	1
A pé/carona	0	0	1	1
A pé/ transporte da Igreja	0	1	0	1
A pé/ transporte público /carona	0	0	1	1
A pé/ transporte público	3	0	2	5
A pé/carro	0	0	1	1

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

F) Locais de compras

Tabela 66– Locais em que as famílias costumam fazer compras:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Colinas da Anhanguera	07	00	01	08
Parque Paraíso	19	00	00	19
Polvilho	02	00	00	02
São Paulo	01	00	01	02
Cajamar	00	03	00	03
Jordanésia	00	20	28	48
Ponunduva	00	04	00	04
Caieiras	00	00	01	01
Franco da Rocha	00	00	24	24
Francisco Morato	00	00	02	02
Pirituba	00	00	01	01

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 67– Periodicidade em que as famílias costumam fazer compras:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
Quando Necessário	01	00	00	01
Diário	05	01	00	06
Semanal	13	01	04	18
Quinzenal	02	00	04	06
Mensal	03	13	29	45
Bimestral	00	06	07	13
Trimestral	00	02	01	03

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

Tabela 68– Meio de transporte utilizado pelas famílias para fazer compras:

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total
A pé	15	00	02	17
Bicicleta	01	00	01	02
Motocicleta	00	01	00	01
Carro	01	01	05	07
Transporte público	00	09	12	21
Transporte supermercado	00	01	00	01
A pé/ bicicleta	03	00	00	03
Carro/transporte público	00	01	01	02
A pé/ carro	01	00	00	01
A pé/ transporte público	03	00	02	05
A pé/ transporte supermercado	00	00	03	03
Transporte público/ carona	00	00	01	01
Transp. público/ transp. mercado	00	08	13	21
A pé/ carro/ transp. mercado	00	00	02	02
A pé/ transp. público/ transp. mercado	00	01	02	03
Carro/ transp. público/ transp. mercado	00	01	01	02

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

G) Amigos e inimigos das famílias

Tabela 69– Quais são os amigos e parceiros* das Comunas: **

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total de entrevistas
Fraternidade Povo da Rua	0	1	1	2
Outras Comunas da Terra	1	1	0	2
Centro de Formação do MST em Jarinu	1	0	1	2
Compra Direta (CONAB, Pref. de Guarulhos)	1	0	2	3
Outros Movimentos Sociais, Sindicatos	2	0	1	3
Cooperativa	2	1	0	3
Cáritas	0	0	4	4
Políticos	6	0	0	6
CPT	5	1	0	6
Pastoral Santa Fé	7	0	4	11
MST	5	5	2	12
INCRA/ITESP	0	7	6	13
Padres e Freiras	8	0	6	14
ONGs (CEEP, OPA, Comer Ativamente)	9	4	1	14
Centros de Ensino, Professores e Alunos	9	1	7	17
Outros	4	2	1	7
Não tem	0	8	9	17
Não sabe	7	2	19	28

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

*Amigos/parceiros: Definidos como pessoas, grupos, organizações não governamentais ou órgãos do governo que

de algum modo apoiaram as famílias em momentos difíceis e/ou que as ajudaram em sua luta pela terra, no desenvolvimento de suas atividades produtivas e/ou em sua inserção social. ** Depoimento por família. Cada família entrevistada apontou uma ou mais alternativas citadas acima.

Tabela 70– Quais são os inimigos e empecilhos* para as Comunas:**

	C. T. Irmã Alberta	C. T. D. Pedro Casaldáliga	C. T. D. Tomás Balduino	Total de entrevistas
Ministério Público	0	1	0	1
Especulação Imobiliária	0	1	1	2
Preconceito da população	0	2	0	2
Mídia	4	1	1	6
Políticos (Serra, Alckmin, Kassab)	6	0	0	6
Governo do Estado, PSDB	6	0	1	7
A direção do assentamento	0	0	5	5
Os próprios assentados	2	1	4	7
Problemas com o Meio Ambiente	0	10	2	12
SABESP	4	0	0	4
Prefeitura de São Paulo	2	0	0	2
Prefeitura de Franco da Rocha	0	0	5	5
Prefeitura de Jundiaí	0	6	0	6
Prefeitura de Cajamar	0	14	0	14
Burocracia	3	0	6	9
INCRA/ITESP	12	0	12	24
Outros	3	1	4	8
Não tem	1	1	10	12
Não sabe	8	4	15	27

Fonte: Elaboração própria com base em levantamentos de campo realizados de 20/07/2011 a 27/09/2011.

*Inimigos/empecilhos: Definidos como pessoas, grupos, organizações não governamentais ou órgãos do governo que de algum modo criaram problemas para as famílias e/ou que as atrapalharam sua luta pela terra, o desenvolvimento de suas atividades produtivas e/ou a sua inserção social. **Depoimento por família. Cada família entrevistada apontou uma ou mais alternativas citadas acima.